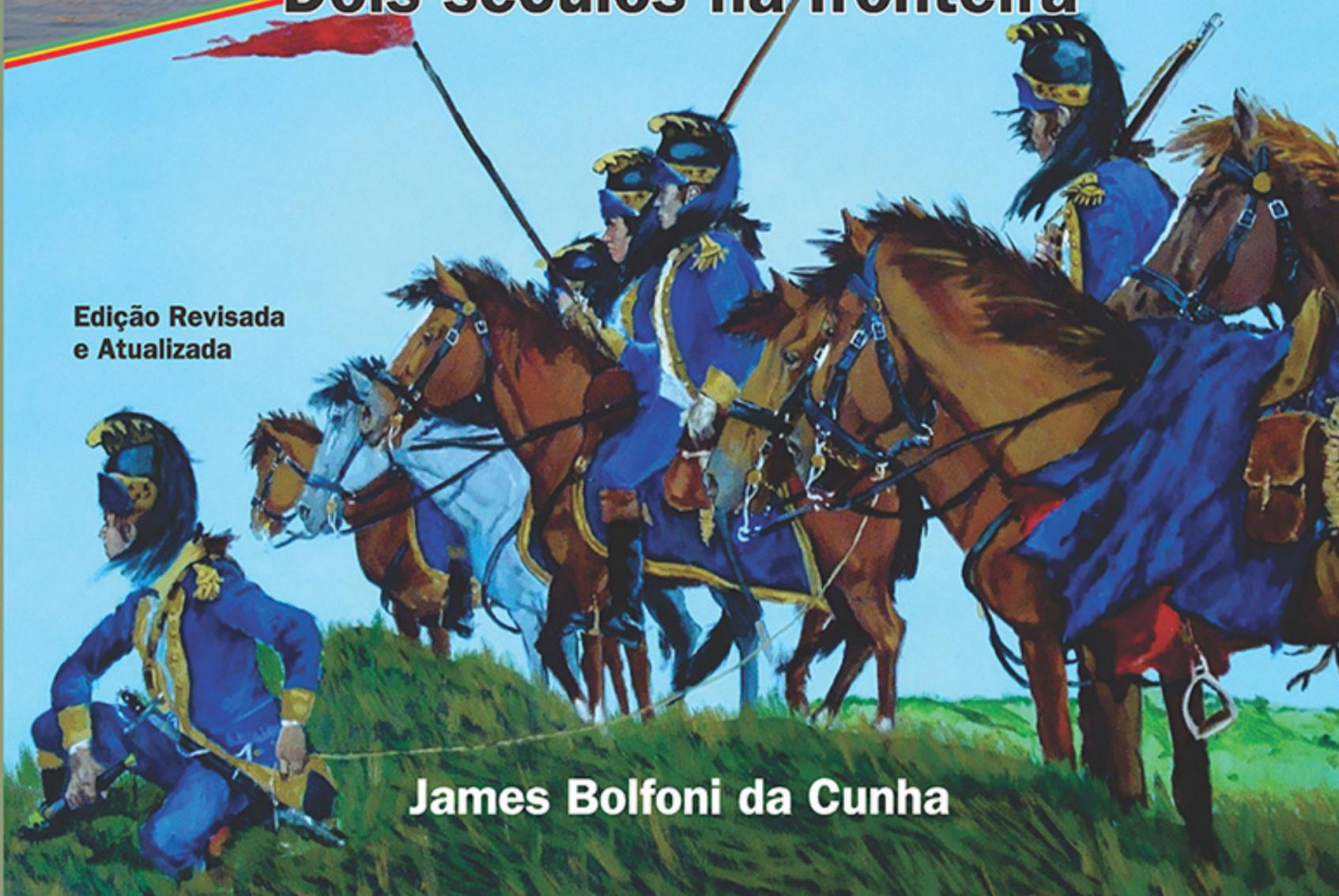




# Jaguarão e os Militares

## Dois séculos na fronteira

Edição Revisada  
e Atualizada



James Bolfoni da Cunha

Jaguarão recebeu personalidades históricas como o Marechal Manoel Luís Osório, o Brigadeiro Antônio de Sampaio, os oficiais-generais Carlos Resin, Astrogildo Pereira e Plínio Pitaluga e o coronel Bento Gonçalves da Silva. Nela, nasceu Oswaldo Cordeiro de Farias e estiveram aquartelados o “Regimento Osório” e o Batalhão “Arranca-Toco”. A cidade foi palco de inúmeros combates a partir da Guerra de 1801, testemunhou a invasões do território uruguaio em 1816 e 1851, assistiu o retorno triunfante do Exército Imperial após a deposição de Rosas, foi tomada por tropas argentinas, sitiada pelos federalistas, enviou soldados para a Tríplice Aliança, Contestado, Movimentos de 1930 e 1932, 2ª Guerra Mundial e Haiti, dentre outros conflitos. Foi pelas mãos dos soldados do Exército que a ferrovia chegou a Jaguarão.

O livro JAGUARÃO E OS MILITARES – DOIS SÉCULOS NA FRONTEIRA busca mostrar como os civis e soldados construíram juntos a cidade, ao mesmo tempo em que auxiliaram a consolidar as fronteiras meridionais do Brasil.

# JAGUARÃO E OS MILITARES

## Dois Séculos na Fronteira

Projeto da



**Realização:**



**Patrocinadores:**



Ministério da  
**Cultura**



James Bolfoni da Cunha

# JAGUARÃO E OS MILITARES

## Dois Séculos na Fronteira

Edição Revisada e Atualizada



Porto Alegre – 2023

© James Bolfoni da Cunha - 2023 - Todos os direitos reservados

1ª Edição impressa em 2012.

Edição revisada e atualizada impressa em 2023.

Capa:

- Quadro “Os Dragões”,  
de Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia;
- Foto de Antônio Fernando da Silva;
- Edição de Daniela Figueiredo Dornelles

Produção Gráfica e Impressão:

Evangraf - evangraf@terra.com.br

(51) 3336.2466

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C972j    Cunha, James Bolfoni da.  
Jaguarão e os Militares – Dois Séculos na Fronteira / James  
Bolfoni da Cunha. – Porto Alegre : Evangraf, 2023.  
312 p. : il.

ISBN 978-85-7727-464-2

1. Rio Grande do Sul - História. 2. Jaguarão (RS) - História.  
3 . História Militar de Jaguarão. 4. Luta nas Fronteiras do Sul.  
5. A Guerra de 1801. 6. Guerra contra Artigas. 7. Independência.  
8. Guerra da Cisplatina. 9. Revolução Farroupilha. 10. Antônio de  
Sampaio. 11. Oribe e Rosas. 12. Marechal Manoel Luís Osório  
13. Carlos Barbosa Gonçalves. 14. Guerra da Tríplice Aliança.  
15. O Exército até a República. 16. A Proclamação da República.  
17. A Aurora do Século XX. 18. O Quartel da Duque de Caxias.  
19. 1º Batalhão Ferroviário. 20. A Segunda Guerra Mundial.  
21. Marechal José Pessoa. 22. Resumo Histórico, Canção e Árvore  
Genealógica do 12º RC Mec. I. Título.

CDU 981.65

CDD 981.65

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra,  
por qualquer meio e para qualquer fim, sem a autorização prévia  
do autor. Obra protegida pela Lei dos Direitos Autorais.

Contato com o autor:

bolfoni@hotmail.com

*A Marcus Vinicius Macedo Cysneiros,  
amante da História,  
grande amigo e incentivador,  
dedico este livro.*

*Descanse em paz, Amigo!*



## AGRADECIMENTOS

No momento em que o presente livro se torna uma realidade, faz-se necessário fazer meus agradecimentos pessoais aqueles que, de uma forma ou de outra, auxiliaram-me para que esta obra se concretizasse.

Num primeiro momento, foram fundamentais as cooperações da Sra. Maria de Fátima Bento Ribeiro, da Universidade Federal do Pampa, e da Fundação Carlos Barbosa Gonçalves, na pessoa da Sra. Carmen Affonso Azevedo, sua Presidente, pois apoiaram incondicionalmente o projeto. Ainda da Fundação, não posso deixar de citar José Domingos Caetano e Veridiana dos Santos de Avila pela facilidade na relação junto a essa entidade. Agradeço, ainda, a José Anselmo Machado Filho, Pitter Diniz Costa Moreira e à museóloga Andrea Cogan que me auxiliaram na confecção do projeto apresentado ao Ministério da Cultura.

Agradeço ao professor Jonas Plínio do Nascimento Júnior, que me orientou quanto às fontes de consulta, e aos meus amigos Patrício Pereira Carvalho, Rulian Gomes Araújo, Guilherme de Almeida Bueno e, especialmente, Jefrey Rodrigues da Silva, que me auxiliaram nas pesquisas. Na segunda fase do trabalho, foram importantíssimos os auxílios de Emanuel Cardoso Mendes, Antônio Fernando da Silva e Daniela Figueiredo Dornelles com a edição dos mapas e das fotografias, respectivamente. Também devo citar o coronel e historiador Juvêncio Saldanha Lemos, que me orientou e criticou meu trabalho.

Enriqueceram o texto do livro com suas sugestões o professor e pesquisador Ronaldo Mancuso, o general de divisão Roberto Jungthon, o general de brigada Celso Krause Schramm e os coronéis Eduardo Alberto Costa Souza Falcão de Oliveira, Fernando Telles Ferreira Bandeira, Luiz Roberto Araújo Vignolo, Luiz Ernani Caminha Giorgis e Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia, sendo que este último cooperou sobremaneira na criação da capa do livro.

Em pesquisas diversas, cooperaram com fontes e informações os coronéis Cláudio Moreira Bento e Guillermo Druetta (Exército Argentino), capitão Rodrigo Sales Rodrigues, subtenente Donizete Luiz Bianchini, sargentos Adroaldo Sanhudo, Gaspar Francisco Leal da Costa e Josué Velho Saez, a arqueóloga Luciana Peixoto e Sr. Flávio Dutra da Silveira. Prestaram informações valiosas os Gen. Heitor Fontoura de Moraes (in memoriam), Maria Cecy Bretanha de Moraes, coronel Floriano Gonçalves Filho, Luiz Xavier de Almeida (ex-combatente da Marinha),

tenentes “febianos” Plínio Velho Gomes e José Albertino Teixeira, tenente Avelino Seabra Emídio, subtenente Darci Amauri Ribeiro, sargentos Jorge Roberto Guatemi e Carlos Eugênio Calvete e os Sr. Fernando Vianna, João Alberto Silveira da Silveira e Claudino Correa.

Agradeço a camaradagem e interesse demonstrados pelos integrantes do Arquivo Histórico do Exército, do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, da Biblioteca Central del Ejército “Gral Dr. Benjamin Victorica” e das aditâncias militares brasileiras em Portugal e no Uruguai.

Sou grato à Ecosul – Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A., e à Agrale S.A., pela confiança que demonstraram ao acreditarem na seriedade do projeto deste livro.

Não posso deixar de mencionar meus pais, que se esforçaram por me dar uma ótima educação e a me transmitir seus valores de vida.

Especial agradecimento à minha família – meus filhos, Mateus e Manuela, e à minha mulher, Márcia – pelo incentivo, compreensão e ambiente harmonioso, fatores fundamentais para que eu me dedicasse ao livro.

Meu muito obrigado ao povo de Jaguarão, que com sua história, forneceu-me a inspiração necessária para fazer de uma ideia, uma obra real.

# APRESENTAÇÃO

A Cidade de Jaguarão-RS originou-se na “Guarda do Cerrito e da Lagoa”, estabelecida por Manoel Marques de Souza (1º) após a Guerra de 1801, oportunidade em que os luso-brasileiros anexaram mais da metade do atual território do Rio Grande do Sul. Seus primeiros povoadores foram justamente aqueles militares, milicianos e colonos que venceram os espanhóis no início do século XIX. E a presente obra conta sua história de uma maneira especial: com enfoque militar!

Jaguarão se localiza na fronteira do Brasil com a República Oriental do Uruguai, debruçando-se na margem norte do rio de mesmo nome. Tem uma área de 2.054,39 km², onde vivem 28.244 habitantes (2009). É conhecida como “Cidade Heroica”, menção à destemida resistência de seus moradores ao ataque de “brancos” ocorrido em 27 de janeiro de 1865, no quadro da Guerra contra Aguirre.

O presente livro busca mostrar como os civis e os soldados construíram juntos a cidade, ao mesmo tempo em que auxiliaram a consolidar as fronteiras meridionais do Brasil. Também tem por objetivo expor fatos relevantes da história militar brasileira.

Viveram em Jaguarão personalidades históricas como o Marechal Manoel Luís Osorio e o Brigadeiro Antonio de Sampaio, respectivamente, patronos da Cavalaria e Infantaria do Exército Brasileiro. A cidade também abrigou os oficiais-generais Carlos Resin, Astrogildo Pereira e Plínio Pitaluga e o coronel Bento Gonçalves da Silva. Nela, nasceu Oswaldo Cordeiro de Farias e estiveram aquartelados o “Regimento Osorio” e o Batalhão “Arranca-Toco”.

A cidade foi palco de inúmeros combates a partir da Guerra de 1801. Testemunhou a Divisão Auxiliadora, em 1816, e a Divisão Esquerda, em 1851, invadirem o Uruguai. Assistiu o retorno triunfante do Exército Imperial após a deposição de Rosas, foi tomada por tropas argentinas, sitiada pelos federalistas de Gumerindo Saraiva, enviou soldados para a Tríplice Aliança, Contestado, Movimentos de 1930 e 1932, 2ª Guerra Mundial e Haiti, dentre outros conflitos. Foi pelas mãos dos soldados do Exército que a ferrovia chegou a Jaguarão. Enfim, ali batalhas aconteceram, tropas invasoras passaram, eventos políticos relevantes tiveram lugar. Sua história está intimamente ligada ao seu passado militar. Ou será que seriam os militares que estariam ligados a Jaguarão?

Conheci a cidade em janeiro de 2004 e, em 2009, lá fui morar, nomeado para servir no 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Ao chegar à cidade, fui bem recebido pela sociedade local. Cedo travei contato com algo que desconhecia: sua rica história. Aos poucos, fui sendo surpreendido com informações interessantíssimas. Minhas atenções se voltaram, particularmente, para aquelas ligadas à História Militar.

Percebi que os soldados e o próprio povo jaguareense desconheciam muitos fatos, por isso, lentamente, despertou em mim o desejo de ver resgatada essa riqueza histórica.

Num certo dia, enquanto eu apreciava o Memorial do 12º RC Mec, o Sargento Fernando me disse que a história do 12º RC Mec precisava ser reestudada. “Como você sabe?” – perguntei-lhe, ao que ele respondeu prontamente: “porque tenho uma foto do meu avô, que mostra uma versão diferente dos fatos que estão contados neste Memorial!”

Percebi que a História Militar de Jaguarão daria um livro interessante, mas faltou-me, inicialmente, ousadia. Pensei, então, em fazer um trabalho mais singelo, com objetivos que me pareceram mais tangíveis: aperfeiçoar o Memorial da unidade, publicar artigos sobre a história militar nos jornais locais, fazer a manutenção dos monumentos militares, realizar um concurso de fotografias, dentre outros.

No Haiti, porém, aconteceu um evento que mudou meus planos. O terremoto de 12 de janeiro de 2010 interrompeu as vidas de alguns companheiros. Dentre eles estava o tenente-coronel Marcus Vínícios Macedo Cysneiros, meu amigo pessoal.

Cysneiros era um amante da história. Seu mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército foi sobre a Ilha de Trindade e, quando o destino ceifou sua vida, era doutorando de história na Universidade de Brasília. Ele foi um grande incentivador de minha ideia de resgatar um pouco do passado de nosso País. Esses fatos me fizeram refletir. Decidi arregaçar as mangas, verifiquei que era viável publicar um livro, estabeleci parcerias e obtive apoio de minha família, amigos e colegas. O trabalho foi entusiasmante!

A pesquisa foi iniciada com a leitura de livros. Num segundo momento, senti necessidade de informações mais específicas. Por isso, busquei fontes nos arquivos históricos, em especial, existentes no Rio Grande do Sul e aqueles disponíveis no Exército e na Marinha. Visitei sítios históricos, igrejas, quartéis, museus, cemitérios e qualquer outro lugar que desse respostas às minhas perguntas.

Procurei escrever um livro fácil de ler. Dentro do possível, mantive-o em ordem cronológica e numa sequência lógica. Evitei comentários de ordem pessoal e não modifiquei os textos transcritos, mas não me furtei de manter o leitor ambientado com o contexto histórico e as peculiaridades da vida castrense. Afinal, sendo o Exército uma instituição nacional, somente se entende os fatos a ele relacionados em Jaguarão verificando-se o que se passava no País.



Jeep do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado (12º RC Mec) no quartel do 18º Regimento de Cavalaria (18º RC, Regimento Osorio). No centro, atrás, está o avô do Sargento Fernando. No verso da foto, está escrito "Porto Alegre, 25 de Maio de 1947. Ofereço como Recordação do meu tempo de prosa Jocely Joaquim da Rosa 3º Esquadrão de Reconhecimento Adido ao 18º R.C.". Foi o ponto de partida deste livro.

O livro aborda os antecedentes que tiveram relação direta ou indireta com a fundação da Guarda do Cerrito e da Lagoa, as lutas de consolidação das fronteiras e, por fim, a vida na caserna uma vez obtida a paz externa e a atual estabilidade política e social.

Aos jaguarenses e seus vizinhos, o livro apresenta uma visão militar do passado. Procurei oferecer um bom ponto de partida para pesquisas de universitários e estudantes dos ensinos médio e fundamental.

O livro JAGUARÃO E OS MILITARES também visa atender aos homens de farda, que certamente se surpreenderão com a rica história militar da cidade. Trata-se de uma provocação para que os amantes de história e estudantes busquem mais respostas no passado, de modo que nós possamos entender melhor o presente, valorizar nossas raízes e encontrar bons exemplos para servirem de inspiração aos nossos jovens.

De público, apresento meu reconhecimento aos civis e militares que nos últimos dois séculos labutaram, lutaram e sangraram na fronteira de Jaguarão, garantindo a soberania brasileira e estabelecendo um clima de amizade e cooperação com nossos irmãos uruguaios. Tenho fé no futuro, de que as gerações vindouras escreverão muitas páginas de glória, harmonia e progresso, tudo em prol de nosso amado Brasil.



# PREFÁCIO

Pela divisão das terras a serem descobertas entre as duas maiores potências do século XVI parte da hoje América do Sul, o oeste, ficou para os espanhóis e parte, o leste, para os portugueses, conforme as disposições do Tratado de Tordesilhas de 1494.

Desde as primeiras presenças de portugueses e espanhóis na região do Prata em 1513 os ibéricos se defrontaram na busca de melhores posições e áreas a ocupar. Em 1680, o luso Dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, fundava a Nova Lusitânia, depois Nova Colônia do Santíssimo Sacramento às margens do Rio da Prata. Este seria o nó da discórdia luso-castelhana.

Na divisão de 1494 os espanhóis aceitaram as imposições de Tordesilhas, mas 256 anos depois não aceitaram passivamente as determinações do Tratado de Madri de 1750 que, embora lhes entregasse a Colônia do Sacramento, tirava-lhe as Missões e com elas o território do Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A linha de contato entre os dois pretendentes sempre esteve à mercê de políticas e rivalidades ibéricas, como uma caixa de ressonância. Portanto oscilante e, por isso mesmo, chamada de “fronteira do vai e vem”.

Dessa forma, as regiões de São Borja-RS, Itaquí-RS, Uruguaiana-RS, Quaraí-RS, Bagé-RS, Jaguarão e Chuí-RS foram, desde sempre, as amortecedoras dos choques entre os colonizadores lusos e os oriundos de Castela (castelhanos), constituindo-se, portanto, como verdadeiras “tapejaras” na vigilância das fronteiras.

Destas, Jaguarão teve um papel destacado na manutenção do nosso “status” fronteiriço, já que sua posição barra uma das vias de acesso sul-norte ao nosso território.

Por via de consequência sempre foi muito forte a ligação da comunidade jaguareense com os militares.

Este é o objetivo desta excepcional obra do Coronel de Cavalaria James Bolfoni da Cunha, da qual tive a súbita honra e o privilégio de, com muita satisfação, elaborar este Prefácio.

Abordando o assunto dentro de uma sequência cronológica e, por isso mesmo, lógica, o autor contextualiza toda a região do Rio da Prata e adjacências no tempo e no espaço, analisando tratados, conflitos e personagens sem descuidar da área da produção primária.

O Brasil não tem problemas de fronteiras com o Uruguai desde a independência deste em 1828, mas esta obra é atual por uma simples razão: as fronteiras são sempre atuais e ‘vivas’. Além disso, contar o passado significa recriá-lo e trazê-lo para o presente.

Uma das primeiras constatações altamente positivas que o leitor percebe no presente trabalho é que este ultrapassa a História de Jaguarão para situar o leitor/pesquisador em uma dimensão bem mais ampla, o que valoriza sobremaneira a obra, posto que as análises estão baseadas nas quatro principais expressões do poder: o político, o econômico, o psicossocial e o militar.

Enfim, uma obra que resgata a História de uma região mas que, pela abrangência que traz consigo, caracteriza-a como uma obra completa que, certamente, será de grande utilidade nas bibliotecas, institutos, universidades, escolas, etc como também de preciosa validade nos debates, palestras e conferências.

Sem dúvida, este livro tem tudo para se tornar uma referência no assunto que, de resto, merece mesmo ser mais analisado. O autor pretende assim preencher uma lacuna importante.

Agradecendo o prestígio, a Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), a Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Rio Grande do Sul (AHIMTB/RS) e o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) manifestam a certeza de que esta obra superará as expectativas.

Quanto à comunidade jaguarense, pode mesmo se orgulhar da sua História, ora resgatada pela perspectiva precisa do Coronel Bolfoni. Parabéns.

***Luiz Ernani Caminha Giorgis***

*Coronel de Infantaria e Estado-Maior*

*Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS*

*Academia General Rinaldo Pereira da Câmara*

*Porto Alegre – RS*

*lecaminha@gmail.com*

# SUMÁRIO

■ <b>CAPÍTULO 1 - ANTECEDENTES</b> .....	19
ECOS DO PASSADO – TORDESILHAS - PORTUGUESES NO BRASIL - OS PRIMITIVOS HABITANTES DE JAGUARÃO - PORTUGUESES NO LITORAL RIO-GRANDENSE - A COLONIZAÇÃO EFETIVA DO BRASIL - UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS - A COMPANHIA DE JESUS - A EXPANSÃO TERRITORIAL - A COLÔNIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO – URUGUAI - O GADO COMO MATRIZ ECONÔMICA DOS PAMPAS - OS LUSOS CONSOLIDAM SUA PRESENÇA NO SUL - OS RIOS DO SUL - OS DRAGÕES E A CAVALARIA GAÚCHA	
■ <b>CAPÍTULO 2 - LUTA NAS FRONTEIRAS DO SUL</b> .....	29
O TRATADO DE MADRI - A GUERRA GUARANÍTICA - PREPARATIVOS PARA A GUERRA DO SUL - GUERRAS DO SUL, O ATAQUE ESPANHOL - TEMPOS DE GUERRILHAS - GUERRAS DO SUL, NOVO ATAQUE ESPANHOL - A RECONQUISTA, A GUERRA DA RESTAURAÇÃO - SANTO ILDEFONSO E SEUS DESDOBRAMENTOS - MOVIMENTO POR LANÇOS - AS CHARQUEADAS - AS GUARDAS ESPANHOLAS	
■ <b>CAPÍTULO 3 – A GUERRA DE 1801</b> .....	39
PREPARANDO-SE PARA MAIS UM CONFLITO - A GUERRA DE 1801 - MANOEL MARQUES DE SOUZA (1º) - REAÇÃO ESPANHOLA - O EXÉRCITO LUSO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX - A GUERRA GAÚCHA - O GAÚCHO - CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DE 1801	
■ <b>CAPÍTULO 4 - ORIGEM DE JAGUARÃO</b> .....	47
ACAMPAMENTO MILITAR EM JAGUARÃO - SURGE O POVOADO - CAPITANIA-GERAL DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO - A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NO BRASIL – RECRUTAMENTO	
■ <b>CAPÍTULO 5 – CAMPANHA PACIFICADORA</b> .....	53
IDEAIS LIBERTÁRIOS CHEGAM À BANDA ORIENTAL - A DIVISÃO DE OBSERVAÇÃO - OPERAÇÕES DO EXÉRCITO PACIFICADOR - ENQUANTO ISSO, EM JAGUARÃO - A FREGUESIA DO ESPÍRITO SANTO DO CERRITO - NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE HERVAL - NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE ARROIO GRANDE - UMA PAZ TENSAREINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVE	
■ <b>CAPÍTULO 6 – GUERRAS CONTRA ARTIGAS</b> .....	61
OS LUSO-BRASILEIROS SE APRONTAM - ARTIGAS INVADE O RIO GRANDE DO SUL - A DIVISÃO DE VOLUNTÁRIOS PASSA POR CERRITO - ENQUANTO ISSO, TROPAS EM CERRITO – 1818, JAGUARÃO AMEAÇADA - 1819-1820, OS COMBATES SE INTENSIFICAM - CONSEQUÊNCIAS PARA A FREGUESIA DO CERRITO - DOM PEDRO DE ALCÂNTARA, PRÍNCIPE REGENTE - CRISE NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO - PROVÍNCIA CISPLATINA	

■	<b>CAPÍTULO 7 - INDEPENDÊNCIA</b> .....	73
	INDEPENDÊNCIA OU MORTE! - O BRASIL APÓS A INDEPENDÊNCIA - O REGIMENTO DE CAVALARIA Nº 4 (RC 4) - A ROTINA MILITAR NAQUELES TEMPOS	
■	<b>CAPÍTULO 8 – A GUERRA DA CISPLATINA</b> .....	77
	“YAGUARÓN”, SARANDI E A INVASÃO PLATINA - RUMO AO PASSO DO ROSÁRIO - ORDEM: MARCHAR PARA CERRITO - UM MERCENÁRIO ALEMÃO EM CERRITO - CORSÁRIOS NA LAGOA MIRIM - JAGUARÃO FOI TOMADA PELOS ARGENTINOS - O “RAID” DE LAVALLEJA - LAS CAÑAS - FINAL DA GUERRA - BALANÇO DA GUERRA CISPLATINA PARA JAGUARÃO - BENTO GONÇALVES DA SILVA	
■	<b>CAPÍTULO 9 - JAGUARÃO É VILA!</b> .....	95
	SETE ANOS DE PAZ E O 4º CORPO DE CAVALARIA - A VILA DE JAGUARÃO - O NOME DA VILA, ORIGEM - A CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL - JAGUARÃO EM JANEIRO DE 1835	
■	<b>CAPÍTULO 10 – REVOLUÇÃO FARROUPILHA</b> .....	99
	O CENÁRIO - INÍCIO DO MOVIMENTO - A EXTINÇÃO DO 4º CORPO - A REAÇÃO DO IMPÉRIO - SEIVAL E A REPÚBLICA RIO-GRANDENSE - O EXÉRCITO REPUBLICANO - A GUERRA MUDA DE RUMO - A REPÚBLICA JULIANA E A GUERRA DE DESGASTE - CAXIAS, O INVICTO - A PACIFICAÇÃO - ENFIM, A PAZ	
■	<b>CAPÍTULO 11 – NORMALIDADE</b> .....	113
	VOLTA À NORMALIDADE - AUMENTA A PRESENÇA DA 1ª LINHA EM JAGUARÃO - O 4º BATALHÃO - O 4º REGIMENTO – OS EFETIVOS E OUTROS DADOS DA 1ª LINHA NA VILA - AS TRINCHEIRAS DE JAGUARÃO	
■	<b>CAPÍTULO 12 – ANTÔNIO DE SAMPAIO</b> .....	131
■	<b>CAPÍTULO 13 – ORIBE E ROSAS</b> .....	135
	GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS – ORIBE, QUEM FOI ELE? – ROSAS, QUEM FOI ELE? - A GUERRA SE AVIZINHA - OS PREPARATIVOS DO EXÉRCITO IMPERIAL - CAXIAS NO COMANDO! - A INVASÃO - MONTE CASEROS E O FIM DO CONFLITO - JAGUARÃO AO FINAL DO CONFLITO	
■	<b>CAPÍTULO 14 – MARECHAL MANOEL LUÍS OSORIO</b> .....	143
■	<b>CAPÍTULO 15 – CARLOS BARBOSA GONÇALVES</b> .....	147
	O HOMEM - A FUNDAÇÃO CARLOS BARBOSA	
■	<b>CAPÍTULO 16 – PERÍODO DE EXPECTATIVAS</b> .....	149
	JAGUARÃO É CIDADE! - O EXÉRCITO ATÉ A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA - DEMARCANDO A FRONTEIRA - A DIVISÃO DE OBSERVAÇÃO DE 1854 - OSORIO EM JAGUARÃO! - A OCUPAÇÃO DE ACEGUÁ	
■	<b>CAPÍTULO 17 – AGUIRRE</b> .....	157
	A CRISE NO URUGUAI - A GUARNIÇÃO JAGUARÃO ANTES DA GUERRA - MAIS UMA VEZ ÀS ARMAS! - EMÍLIO LUIS MALLET – PAYSANDÚ, ASSALTO À BAIONETA	
■	<b>CAPÍTULO 18 – JAGUARÃO, CIDADE HEROICA</b> .....	163
	JANEIRO DE 1865 - O ATAQUE “BLANCO” CONTRA JAGUARÃO - MANOEL PEREIRA VARGAS - CIDADE HEROICA - FATOS SUBSEQUENTES - BARÃO DE JAGUARÃO - CONSEQUENCIAS MILITARES PARA JAGUARÃO	

■	<b>CAPÍTULO 19 – A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA</b> .....	171
	O EXÉRCITO IMPERIAL ANTES DO CONFLITO - VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA E GUARDA NACIONAL - O ESFORÇO DE GUERRA JAGUARENSE - 1ª FASE DA GUERRA: A OFENSIVA PARAGUAIA - JAGUARÃO DURANTE A GUERRA - A INVASÃO DO PARAGUAI E A BATALHA DE TUIUTI - CAXIAS NO COMANDO - O FINAL DA GUERRA - A DIVISÃO DE OCUPAÇÃO - A CAVALARIA DA GUARDA NACIONAL GAÚCHA - BREVE BALANÇO DA GUERRA	
■	<b>CAPÍTULO 20 – O EXÉRCITO ATÉ A REPÚBLICA</b> .....	183
	OS FILHOS DO BRASIL VOLTAM VITORIOSOS - ENQUANTO OS SOLDADOS REGRESSAM, A CIDADE... - AS TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO - A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA	
■	<b>CAPÍTULO 21 - A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA</b> .....	193
	O MOVIMENTO - A REPUBLICANA JAGUARÃO - A REVOLTA FEDERALISTA: JAGUARÃO É AMEAÇADA - REVOLTA DA ARMADA - A BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL - JAGUARÃO EM MEIO AOS COMBATES - COMBATE NO PASSO CENTURIÃO - COMBATES EM JAGUARÃO E A PAZ DE PELOTAS - PRUDENTE DE MORAIS – CANUDOS	
■	<b>CAPÍTULO 22 – A AURORA DO SÉCULO XX</b> .....	207
	PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO - CORDEIRO DE FARIAS, SÍNTESE BIOGRÁFICA	
■	<b>CAPÍTULO 23 – DÉCADA DE MUDANÇAS</b> .....	213
	O 12º REGIMENTO DE CAVALARIA - O 3º BATALHÃO FOI EXTINTO - A CHEGADA DO 57º BC - A COMISSÃO DE LIMITES DE 1909 - O 57º BATALHÃO VAI PARA O CONTESTADO - O 57º BC DEIXOU A CIDADE DEFINITIVAMENTE - A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL - O REGIMENTO DE CAVALERIA Nº 7 - O FIM DA GUARDA NACIONAL – A MARINHA DO BRASIL EM JAGUARÃO	
■	<b>CAPÍTULO 24 – O QUARTEL DA DUQUE DE CAXIAS</b> .....	223
	9º REGIMENTO DE CAVALARIA INDEPENDENTE - O TENENTISMO: INÍCIO DO MOVIMENTO - A REVOLTA DE 1923: O RIO GRANDE EM ARMAS - O QUARTEL DA DUQUE DE CAXIAS - OUTRAS ÁREAS ADJACENTES - O 3º REGIMENTO DE CAVALARIA DIVISIONÁRIO - A REVOLTA DE 1924 - A COLUNA PRESTES	
■	<b>CAPÍTULO 25 – O 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO</b> .....	233
	A PONTE BARÃO DE MAUÁ - OS MILITARES TROUXERAM A FERROVIA	
■	<b>CAPÍTULO 26 – PERÍODO PRÉ-II GM</b> .....	237
	A REVOLUÇÃO DE 1930 - O 3º RCD E O 1º B Fv EM 1930 - SÃO PAULO SE REVOLTA EM 1932 - O REGIMENTO OSORIO - A INTENTONA COMUNISTA DE 1935 - O REGIMENTO OSORIO DEIXA JAGUARÃO - O ESTADO NOVO - A CHEGADA DO 13º REGIMENTO	
■	<b>CAPITULO 27 – A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL</b> .....	245
	2ª GUERRA MUNDIAL E A ORGANIZAÇÃO DA FEB - A 2ª GUERRA MUNDIAL E JAGUARÃO - “DIESEL” PARA JAGUARÃO	
■	<b>CAPÍTULO 28 – NASCE O DOZE</b> .....	249
	O 12º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO - PRIMEIROS PASSOS - 2º R.M.M. - O DOZE FOI GUERRA - CAUSOS DE GUERRA! - RENDIÇÃO DA 148ª DIVISÃO ALEMÃ - MORTOS EM AÇÃO	

■ <b>CAPÍTULO 29 – O DOZE EM PORTO ALEGRE</b> .....	257
QUARTEL DA SERRARIA - O REGIMENTO MARECHAL JOSÉ PESSOA	
■ <b>CAPÍTULO 30 – MARECHAL JOSÉ PESSOA</b> .....	261
A FORMAÇÃO E O OFICIALATO – JOSÉ PESSOA E OS PRIMEIROS BLINDADOS DO BRASIL – A NOVA ACADEMIA MILITAR, UM SONHO – BRASÍLIA - O LEGADO	
■ <b>CAPÍTULO 31 – O 13º REGIMENTO DEPOIS DA GUERRA</b> .....	265
FIM DA II GUERRA MUNDIAL - TRANSFORMAÇÃO DO 13 RCI EM 13 RC - O INCÊNDIO DE 47 - AS DÉCADAS DE 50 E 60 - O QUARTEL NO TEMPO DO 13 - ENFERMARIA MILITAR - GENERAL OSCAR FURTADO DE AZAMBUJA, PREFEITO – PLÍNIO PITALUGA E A LEGALIDADE - REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 - 1964 NO TREZE - O ADEUS DO REGIMENTO OSORIO	
■ <b>CAPÍTULO 32 – 33º BI</b> .....	275
A CRIAÇÃO DO 33º BATALHÃO DE INFANTARIA - 33º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO - TRANSFERÊNCIA DO 33 PARA CASCAVEL	
■ <b>CAPÍTULO 33 – ESQUADRÃO “RAFAEL PINTO BANDEIRA”</b> .....	279
A CRIAÇÃO - O CENTAURO DA FRONTEIRA - O CABO GUILHERME - PIQUETE GENERAL OSORIO - TRANSFERÊNCIA PARA PORTO ALEGRE	
■ <b>CAPÍTULO 34 - O DOZE EM JAGUARÃO</b> .....	283
A CHEGADA - PRIMEIROS ANOS - REGIMIENTO “APARICIO SARAVIA” - JAGUARÃO FOI AO HAITI - O DOZE E JAGUARÃO NO SÉCULO XXI - PALAVRAS FINAIS	
■ <b>CRONOLOGIA MILITAR DE JAGUARÃO</b> .....	301
■ <b>RESUMO HISTÓRICO DO 12º RC Mec</b> .....	304
■ <b>CANÇÃO DO 12º RC Mec</b> .....	306
■ <b>ÁRVORE GENEALÓGICA DO 12º RC Mec</b> .....	307



## CAPÍTULO 1

# ANTECEDENTES

### ECOS DO PASSADO

Jaguarão e os militares ligaram-se por fortes laços desde que a cidade cresceu em torno do acampamento estabelecido por Manoel Marques de Souza (1º)<sup>1</sup> logo após a Guerra de 1801.

É difícil definir um momento exato para começar a contar esta história, podendo-se teorizar muito a respeito do tema. Trata-se de uma tarefa complexa, pois inúmeros foram os eventos que influenciaram, de uma maneira ou de outra, nas origens da fundação da Cidade de Jaguarão.

Optou-se por definir como marco inicial desta narrativa o longínquo ano de 1143, quando Dom Afonso Henriques, do Condado de Portucale, obteve o reconhecimento da independência de Portugal por meio do Tratado de Zamora. Posteriormente, os lusos expulsaram os mouros de seu território em 1253, criando as condições favoráveis para o surgimento do primeiro Estado nacional moderno do Ocidente.

A independência portuguesa dividiu a Península Ibérica, estabelecendo as bases das disputas que atravessariam os séculos. E a fundação de Jaguarão foi uma das consequências dessa rivalidade.

### TORDESILHAS

Uma vez independente, Portugal entrou num rápido período de desenvolvimento em plena Idade Média. Sua vocação marítima logo se fez sentir, fato este caracterizado pela epopeia das Grandes Navegações.

A rivalidade luso-espanhola se agravou porque os portugueses passaram a desempenhar papel cada vez mais importante no conserto das nações, tendo em vista seus feitos no mar. Novas terras passaram a ser, ora descobertas, ora conquistadas pelos europeus, tendo por objetivo a busca incessante de riquezas e do acúmulo de capital. A obsessão portuguesa era a descoberta de um caminho marítimo para as Índias. Dessa forma, poderiam buscar os produtos asiáticos em grande quantidade

---

<sup>1</sup> Seu filho e seu neto também foram militares e tiveram o mesmo nome, por isso é chamado de “Manoel Marques de Souza (1º)” nos meios militares. Seu filho era o (2º) de mesmo nome e seu neto, o Conde de Porto Alegre, “Manoel Marques de Souza (3º)”.



sem a necessidade de negociarem com intermediários, particularmente genoveses e venezianos.

Com a finalidade de evitar enfrentamentos, os reis ibéricos assinaram um “acordo divino”<sup>2</sup> – o Tratado de Tordesilhas – em 7 de junho de 1494, que dividiu o mundo em dois a partir de um meridiano que passava a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. As terras a oriente dessa linha imaginária seriam portuguesas, enquanto as localizadas ao ocidente, da Espanha. Esse meridiano cortava o Brasil numa linha que passa aproximadamente pelas atuais cidades de Belém-PA e de Laguna-SC. Como consequência, todo o Rio Grande do Sul, inclusive a região do Cerrito<sup>3</sup>, pertenceria ao Rei da Espanha. Foi a origem de um longo conflito de interesses na região.



A linha do Tratado de Tordesilhas cortando o Brasil

## PORTUGUESES NO BRASIL

Pedro Álvares Cabral deixou o Rio Tejo, em Lisboa, no comando de uma esquadra de 13 navios a 9 de março de 1500. Seu destino: Calicut, na Índia. Era sua intenção negociar especiarias e instalar uma feitoria em nome do Rei de Portugal.

A esquadra desviou-se de sua rota original e acabou lançando âncoras nas proximidades do monte Pascoal, na Bahia, 44 dias depois, em 22 de abril. Na oportunidade, o lugar recebeu o nome de “Ilha de Vera Cruz”, passando a ser colônia portuguesa.

<sup>2</sup> Com intermediação do Papa.

<sup>3</sup> Durante o período colonial, era a denominação genérica da região onde se localiza hoje Jaguarão. Na grafia antiga, escrevia-se “Serrito”.

## OS PRIMITIVOS HABITANTES DE JAGUARÃO

As fontes existentes divergem quanto aos indígenas que viviam na região hoje ocupada por Jaguarão. Os registros históricos de aventureiros, navegadores e missionários são a base das pesquisas contemporâneas sobre a “Província do Tape”<sup>4</sup>. Em estudos recentes, há indícios da existência de diversos grupos de silvícolas na região, sendo os mais citados, os minuanos/guenoas.

Enquanto os europeus lentamente conquistavam a América, certo é que eram grupos indígenas que habitavam as margens do Rio Jaguarão<sup>5</sup>.

## PORTUGUESES NO LITORAL RIO-GRANDENSE

Após seu descobrimento, o Brasil foi abandonado à própria sorte. Portugal não tinha recursos para dar conta de todas suas conquistas, já que a prioridade foi a manutenção do comércio com as Índias. Apenas iniciativas isoladas procuraram confirmar a posse daquela que seria a mais importante e rica colônia lusitana.

A expedição de cinco embarcações sob o comando do fidalgo Martim Afonso de Souza foi a primeira tentativa de ocupação da “Terra Brasilis”. Ele tinha por missão reconhecer o litoral e estabelecer as primeiras Capitânicas Hereditárias<sup>6</sup> em 1532.

Segundo alguns historiadores, durante a viagem, Martim foi a pique na costa uruguaia sem que os demais navios da expedição notassem, até que seu irmão, Pero (Pedro) Lopes de Souza, regressou em busca de sobreviventes e resgatou os naufragos. Com todos reunidos, a expedição se dirigiu para o norte. Ao chegarem à embocadura que, do Oceano, dá acesso à Lagoa dos Patos, os expedicionários acharam que se tratava da foz de um grande rio. Em provável homenagem ao seu irmão (há outras hipóteses), Martim deu ao local o nome de “Rio Grande de São Pedro”.

## A COLONIZAÇÃO EFETIVA DO BRASIL

O sistema de Capitânicas Hereditárias fracassou. Os portugueses decidiram, então, criar uma estrutura político-administrativa sólida para o Brasil: o Governo-Geral, estabelecido em Salvador em 1549. Tomé de Souza foi nomeado o primeiro Governador-Geral, sendo este o passo decisivo para dar início à colonização. A partir do núcleo demográfico estabelecido no litoral, os lusos avançaram sobre o sertão desconhecido.

Enquanto isso, para servir de polos irradiadores de sua colonização na Bacia do Rio da Prata, os espanhóis fundaram Buenos Aires e Assunção em 1536 e 1537, respectivamente.

Com o surgimento dessas correntes colonizadoras ibéricas, intensificaram-se as disputas luso-espanholas na América do Sul, sendo que esta situação resultou em

---

4 Nome pelo qual era conhecido o território do atual Estado do Rio Grande do Sul durante o século XVII.

5 O Rio Jaguarão nasce entre Bagé-RS e Candiota-RS, segue para o sul e depois toma direção geral leste, balizando a fronteira do Brasil com a República Oriental do Uruguai.

6 Sistema utilizado pelos portugueses, que funcionava por meio de doação de lotes de terras a fidalgos – chamados donatários – com o objetivo de colonizar e explorar as terras recém-descobertas.

violentos choques nos territórios hoje ocupados pela República Oriental do Uruguai (ROU) e pelo Rio Grande do Sul.

### **UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS**

Em 1578, Dom Sebastião I, o Desejado, jovem Rei de Portugal, morreu na batalha de Alcácer-Quibir, Marrocos. Por não ter herdeiros diretos, sucedeu-o o Cardeal Dom Henrique que, já idoso e sem filhos, ao falecer dois anos depois, provocou a vacância do trono. Aproveitando-se da situação, Felipe II, Rei da Espanha, reclamou para si a Coroa Portuguesa. Embora a situação não fosse consensual, Felipe superou a oposição com hábil manobra política e pelo emprego da força. Atingiu seu intento, unindo as Coroas Ibéricas entre 1580 e 1640.

Portugal deixou de ser um país independente nesse período. Um dos reflexos mais importantes desse fato foi que, na visão portuguesa, o Tratado de Tordesilhas se tornara nulo. Assim, na busca de mão-de-obra indígena e de riquezas minerais, os bandeirantes paulistas, agora súditos de Felipe II, avançaram por vastas áreas, ampliando sua influência cultural e econômica, enveredando-se por onde, antes, era a América Espanhola. Seus caminhos rascunharam, grosso modo, as atuais fronteiras do Brasil. Desta forma, as “Bandeiras” chegaram ao atual Rio Grande do Sul.

As águas do Rio Jaguarão permaneciam sob a bandeira espanhola, mas lentamente os portugueses foram se aproximando de suas margens.

### **A COMPANHIA DE JESUS**

Os espanhóis desejavam ocupar, o quanto antes, as terras que, por direito divino, eram de sua posse. Porém, não tinham os recursos necessários para concretizar tão grande tarefa. Neste contexto, o Governador de Assunção, Hernando Arias de Saavedra, solicitou ao Rei da Espanha o apoio de missionários para “suavizar” os indígenas.

No raiar do século XVII, chegaram às terras americanas os missionários da Companhia de Jesus – os Jesuítas. Em 1626, o padre Roque Gonzáles fundou a primeira “redução”<sup>7</sup> no Rio Grande do Sul, onde cerca de duas dezenas de povoados de índios guaranis foram estabelecidos pelos padres nos anos seguintes, dando início ao 1º Ciclo Missioneiro.

Os paulistas<sup>8</sup>, após destruírem as Missões Jesuíticas do Guairá (oeste do Paraná) e Itatim (fronteira do Brasil com o Paraguai), voltaram-se para os índios do Rio Grande do Sul. Por isso, face à constante ameaça bandeirante, os jesuítas migraram as reduções para a margem oeste do Rio Uruguai em 1637, marcando, assim, o fim do 1º Ciclo Missioneiro.

---

7 Redução: deriva da ideia de subjugar pela catequese, reduzir (ou reunir) o indígena aos ensinamentos de Cristo (evangelização), aculturando-o parcialmente, fazendo dele um súdito da Coroa Espanhola, ao mesmo tempo em que o protegia da escravidão.

8 Os bandeirantes procuravam apresar índios para escravizá-los.

Foram os jesuítas espanhóis que introduziram o gado bovino no Pampa Gaúcho, influenciando decisivamente a economia, a política e, principalmente, a cultura do Rio Grande do Sul.

Os jesuítas instalaram estâncias até a região de Bagé, não chegando, entretanto, a Jaguarão. É de se supor que alguma influência tenha ocorrido no contato dos índios missioneiros com as tribos que habitavam as margens da Lagoa Mirim.

A Companhia de Jesus e os índios catequizados voltaram ao Rio Grande do Sul para fundarem os Sete Povos das Missões<sup>9</sup>. O 2º Ciclo Missioneiro durou de 1682 a 1767, mas, novamente, não instalaram qualquer redução ou estância na calha do Rio Jaguarão.

### **A EXPANSÃO TERRITORIAL**

Em 1640, Portugal restabeleceu sua independência num processo político que ficou conhecido como “Restauração”. Seu interesse em relação ao Brasil mudou completamente, porque os lusos tinham perdido significativa porção de suas possessões no Oriente, ao mesmo tempo em que florescera a rentável cultura da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro.

Já no século XVIII, com a descoberta de ricas minas de ouro e de outros metais preciosos nas Minas Gerais, o Brasil se consolidou como a principal colônia portuguesa.

O Tratado de Tordesilhas não era mais respeitado. Ao norte, o avanço português praticamente não encontrou oposição, já que os espanhóis, vindos do Pacífico, detiveram-se nos Andes. Porém, ao sul, as ondas colonizadoras luso-espanholas entraram em choque. A Bacia do Prata passou, cada vez mais, a assumir importância estratégica, pois os rios eram os caminhos naturais para a penetração na América do Sul – as artérias econômicas por onde fluíam as riquezas do Novo Continente e por onde se assegurava a posse do território.

### **A COLÔNIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO**

Era princípio reinante à época que os grandes acidentes geográficos deveriam se constituir nos limites dos descobrimentos. Dessa forma, no caso do Brasil, era natural para o Rei de Portugal que sua colônia deveria se estender até o Rio da Prata, já que, na sua visão, Tordesilhas havia “caducado”. Além do mais, a Bacia do Prata era o caminho natural para o interior, ou seja, para o Mato Grosso.

Laguna era o limite meridional da progressão dos portugueses. Foi então que, em 1680, num golpe de audácia, eles fundaram a Colônia do Sacramento na Banda Oriental<sup>10</sup>, na margem esquerda do Rio da Prata, acintosamente localizada frente a Buenos Aires, buscando, portanto, levar a fronteira entre as duas nações rivais mais para o sul.

Tratava-se de um porto fortificado cuja finalidade era ser um entreposto comercial para a prata de Potosí (Bolívia) e para a produção dos Pampas, que já era subs-

---

<sup>9</sup> As ruínas de São Miguel das Missões, que integravam os Sete Povos das Missões, são Patrimônio Cultural da Humanidade de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU).

<sup>10</sup> A região a leste do Rio Uruguai, onde hoje é o Uruguai, era denominada “Banda Oriental”.

tancial. Essa questão não passou despercebida em Madri. No ano seguinte, Colônia foi atacada e conquistada pelos espanhóis. A cidade trocou de mãos várias vezes ao longo de quase um século, por força das armas ou de tratados, seguindo a lógica da política externa europeia. A Banda Oriental e o Rio Grande do Sul se tornaram o palco principal de acirrada disputa pela definição das fronteiras, inclusive pela posse das margens do Rio Jaguarão.

A rivalidade luso-espanhola, herdada por brasileiros, uruguaios, argentinos e paraguaios, muito contribuiu para as causas de diversos conflitos ocorridos durante o século XIX.

## **URUGUAI**

A Banda Oriental permaneceu esquecida pelos espanhóis, sendo habitada por índios e alguns poucos aventureiros. Apenas em 1624 foi dado início efetivo à colonização espanhola, com a fundação da Colônia de Soriano às margens do Rio Uruguai. Para se contrapor ao crescimento da Colônia do Sacramento, Bruno de Zabala fundou São Felipe de Montevideu em 1724. Em 1776, a Banda Oriental se tornou parte do Vice-Reino do Rio da Prata, que tinha Buenos Aires como sede.

## **O GADO COMO MATRIZ ECONÔMICA DOS PAMPAS**

No final do século XVI, os bandeirantes finalmente encontraram metais preciosos nas Minas Gerais. Foi uma verdadeira corrida do ouro!

Grande foi o afluxo de mão-de-obra formada por escravos africanos para essa região mineradora. Fez-se necessário o fornecimento de alimentação para esse contingente, bem como de couro e de mulas. O gado bravo, que permaneceu solto no Pampa após o ocaso das reduções do 1º Ciclo Missioneiro, era abundante. Essa combinação de fatores concorreu para o início da primeira exploração econômica viável do Rio Grande.

Inicialmente o gado era levado pelo litoral. Depois foram abertos os “Caminhos da Serra”, que passavam por Santo Antônio da Patrulha-RS e Lages-SC, indo até a feira de Sorocaba-SP. Invernadas e currais proliferaram, chegando a São José do Norte-RS no 1º quartil do século XVIII. Foi o passo decisivo para a colonização do Rio Grande do Sul.

## **OS LUSOS CONSOLIDAM SUA PRESENÇA NO SUL**

As disputas se intensificaram no século XVII. Os espanhóis passaram a reagir com intensidade cada vez maior à ousadia lusitana, sendo a Colônia do Sacramento o pivô desse conflito. As tropas castelhanas, volta e meia, atacavam-na, deixando a praça-forte em situação difícil. Assim, Laguna tornara-se ponto-chave no lento avanço português na direção sul, mas estava distante demais da Colônia para lhe servir de apoio militar e logístico. Gomes Freire de Andrade<sup>11</sup> entendeu que era necessária a fundação de uma localidade mais meridional. Para tanto, determinou que o brigadei-

---

<sup>11</sup> Conde de Bobadela, Governador das Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo de 1733 a 1762.

ro<sup>12</sup> (Brig.) José da Silva Paes levantasse o cerco espanhol à Colônia do Sacramento, que ora estava em andamento, conquistasse Montevidéu e fundasse um forte entre Santa Catarina e a Banda Oriental.

Enquanto Silva Paes rumava para a Banda Oriental, o coronel (Cel.) Cristovão Pereira de Abreu<sup>13</sup> recebeu a incumbência de reconhecer um local adequado para a nova praça-forte. Ele escolheu um lugar que já fora cogitado anteriormente pelos portugueses para se estabelecer uma fortaleza: o canal que liga a Lagoa dos Patos ao Oceano.

Em 19 de fevereiro de 1737, o Brig. Paes e o Cel. Cristóvão se encontraram no lugar escolhido pelo último. Foi o início da colonização portuguesa do Rio Grande de São Pedro. O lugar recebeu o nome de Presídio<sup>14</sup> de Jesus-Maria-José, onde hoje se localiza a Cidade de Rio Grande. A seguir, os portugueses estabeleceram postos avançados de vigilância a leste da Lagoa Mirim, chamados “guardas”, no Chuí e no Taim<sup>15</sup>, na região que viria a ser conhecida posteriormente como Campos Neutrais. O povoado estabelecido em torno do presidio se desenvolveu. Em 1751, foi elevado à condição de vila e, em 1809, a cidade.

Foi criada, também, na oportunidade, a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, que teve o próprio Silva Paes como seu primeiro “Capitão General” (Governador e Comandante Militar). Mais tarde, em 1760, as novas terras foram elevadas à Capitania do Rio Grande de São Pedro, subordinada diretamente à Capitania do Rio de Janeiro<sup>16</sup>. A coincidência de titularidade entre os poderes político e militar, até 1820, demonstra o reconhecimento, por parte da Coroa Portuguesa, do caráter especial de que se revestia o Continente de São Pedro<sup>17</sup>.

## OS RIOS DO SUL

As vias navegáveis formadas pelo sistema Lagoa dos Patos-Rio Guaíba-Rio Jacuí, bem como seus tributários, rios Caí, Taquari e dos Sinos, foram fundamentais para a penetração portuguesa no território rio-grandense. Isso fica claro porque, por um longo período, esses cursos d’água marcaram claramente o limite do avanço lusitano, bem como viabilizaram suas primeiras povoações: Rio Grande, Viamão, Porto Alegre e Rio Pardo.

Num segundo momento, no início do século XIX, ganharia importância o sistema navegável do canal São Gonçalo<sup>18</sup> - Lagoa Mirim - Rio Jaguarão. Essa via de transporte foi determinante na fundação da instalação militar que se tornaria a gênese de Jaguarão.

12 Equivalente a general de brigada (Gen. Bda.).

13 Cristóvão Pereira de Abreu (1678-1755) era português, explorador e miliciano.

14 Presídio significava fortaleza.

15 Lagoa de mesmo nome localizada ao norte do Arroio Chuí.

16 O Governo-Geral foi transferido de Salvador para o Rio de Janeiro apenas em 1763.

17 Por estas paragens, toda área que envolvia o presidio Jesus-Maria-José era conhecida como “Continente”, por isso se encontram constantes menções ao Rio Grande do Sul como “Continente de São Pedro”.

18 Canal que liga as Lagoas dos Patos e Mirim.

## OS DRAGÕES E A CAVALARIA GAÚCHA

Com a construção do forte Jesus-Maria-José e o estabelecimento de guardas fixas no Arroio Chuí e Lagoas da Mangueira e do Taim, neles instalaram-se os primeiros 41 Dragões<sup>19</sup> do Rio Grande em 1737<sup>20</sup>. Eram herdeiros dos Dragões Reais de Minas Gerais, primeira unidade<sup>21</sup> da Arma de Cavalaria do Brasil.

Os Dragões do Rio Grande deram origem a diversas unidades de Cavalaria do Exército Brasileiro (EB), inclusive a algumas que, nos séculos seguintes, fixaram suas sedes em Jaguarão. Em 1754, o Regimento foi transferido para Rio Pardo e passou a denominar-se Regimento Dragões de Rio Pardo.

Outras tropas de Cavalaria que atuaram no Rio Grande do Sul durante o século XVIII e que são citadas nas obras de história: os Voluntários do Rio Grande (1770), depois chamados de Cavalaria da Legião de Tropas Ligeiras (1776), e a Cavalaria de Milícias ou do Corpo de Aventureiros.

Em verso, Evilácio Saldanha evoca a Cavalaria dos Pampas.

*Longe, no tempo e no espaço,  
lendários cavalarianos  
cruzaram quatro mil anos  
de lança em riste no braço.  
E de pontaço em pontaço,  
pelas causas defendidas,  
cicatrizaram feridas  
abertas nos entreveros,  
à luz do mesmo candeeiro  
das auroras indormidas!*

*Falange de guerra e paz,  
Centuros de espada em punho!  
E o Brasil dá testemunho,  
com argumento capaz,  
sobre a história que refaz  
a saga dos vencedores.  
lanceiros madrugadores,  
que vêm reprisando auroras  
numa simbiose de esporas  
entre cavalo e motores!*

*(Extraído do poema “Cavalaria”, de Evilácio Saldanha)*

A respeito da Cavalaria Gaúcha, disse Giuseppe Garibaldi:

Eu vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas; mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras aprendi a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das nações (apud GIORGIS, 2003)

19 Os Dragões eram soldados de cavalaria que manobravam também a pé. Cita Estigarribia: “Na batalha de Contrás, meados do século XVI, arcabuzeiros montados nas garupas dos cavalos apeavam no momento oportuno para atirar. O marechal francês De Brissac criou um Corpo para combater a pé ou montado, desembaraçado de armaduras. Pela audácia, mobilidade e ação intimidadora os denominou ‘Dragões’. Essa é a origem do termo que também adotamos” (2004, p. 24).

20 Durante o Brasil-Colônia, as unidades militares não tinham denominação numérica. Recebiam a designação de onde estavam aquartelados; por isso, “Dragões do Rio Grande”.

21 Unidade: organização militar da Força Terrestre de uma Arma (Ex: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações), Serviço (Ex: Intendência e Saúde) ou especialidade (Ex: Batalhão de Forças Especiais).





## CAPÍTULO 2

# LUTA NAS FRONTEIRAS DO SUL

### O TRATADO DE MADRI

Os espanhóis estavam preocupados com o avanço luso. A Colônia do Sacramento, o presídio Jesus-Maria-José, as guardas nos Campos Neutrais e as estâncias de gado eram as maiores ameaças. O Rio Grande ficava, a cada dia, mais densamente povoado. Havia, também, a imprecisão dos mapas da época, fato amplamente utilizado por ambas as Coroas ao defenderem seus interesses.

Fernando VI, Rei da Espanha, era casado com Dona Maria Bárbara de Bragança, filha do Rei de Portugal. Existia, pois, um clima favorável para se por fim às disputas. Aproveitando-se desse contexto, Alexandre de Gusmão<sup>22</sup> obteve grande sucesso para a diplomacia lusitana com o Tratado de Madri em 1750. Nesse documento legal, assinado pelas Coroas Ibéricas, ganhou força o fundamento jurídico do “uti possidetis”, que sobrepôs a “posse pelo uso” em detrimento do “direito divino”. A Espanha reconheceu o avanço português para oeste, anulando-se os efeitos de Tordesilhas. Desta forma, desenharam-se, em linhas gerais, as fronteiras brasileiras que até hoje perduram. As únicas áreas de conflito foram no Rio Grande do Sul e na Banda Oriental, onde as ondas colonizadoras dos dois países se chocavam.

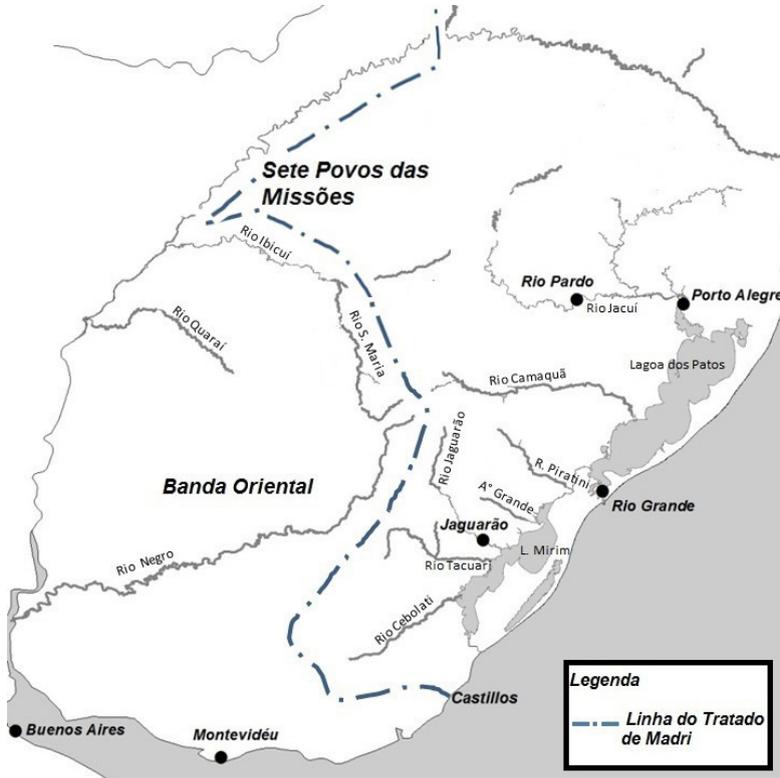
Pelo Tratado de Madri, Portugal perdeu a Colônia do Sacramento, recebendo, em troca, os Sete Povos das Missões. A fronteira no sul era balizada por uma linha que ligava Castillo<sup>23</sup> Grande (34° S), no Uruguai, seguindo o divisor de águas da Lagoa Mirim e do Rio Uruguai (seria posse de Portugal, todo o território que abrangesse, nesta área, os rios que demandavam para a Lagoa Mirim, enquanto seriam espanholas as regiões banhadas pelos rios tributários da Bacia do Uruguai). Das nascentes dos Rios Negro e Jaguarão, ainda pelos divisores de águas, seguia até o Rio Ibicuí, dali para o Rio Uruguai e, na direção norte, até atingir o Rio Peperi-Guaçu.

Foi esse documento legal que colocou, finalmente, Jaguarão dentro dos limites portugueses.

<sup>22</sup> Natural de Santos-SP, membro proeminente do Conselho Ultramarino.

<sup>23</sup> Também se encontra escrito “Castillos”.

Muitos foram os tratados assinados por portugueses e espanhóis sobre as questões de limites que envolveram a região Sul do Brasil. A maioria não é citada pelos historiadores, pois se entende que não marcam, de forma determinante, as fronteiras brasileiras. Não é o caso do Tratado de Madri que, dentre outros aspectos já explorados, tem fundamental importância para se compreender a atual conformação do Rio Grande do Sul, pois foi sobre a base física nele estabelecida que os luso-brasileiros lutaram para consolidar seus territórios meridionais.



Linha do Tratado de Madri passando pelo Rio Grande do Sul e pela Banda Oriental

## A GUERRA GUARANÍTICA

O Tratado de Madri impunha que uma Missão Demarcadora luso-espanhola fosse formada para demarcar claramente a fronteira nos Pampas. Estava previsto, também, que as reduções jesuíticas dos Sete Povos deveriam ser removidas para a margem oeste do Rio Uruguai. Apenas os índios que jurassem fidelidade à Coroa Portuguesa poderiam permanecer no Rio Grande de São Pedro.

Para cumprir a tarefa, o Marquês de Valdelirios e Gomes Freire de Andrade foram nomeados por espanhóis e portugueses, respectivamente. Organizaram um “Exército Demarcador”, que partiu de Castillo Grande em 1752, seguindo a linha

limítrofe definida pelo Tratado de Madri, mas acabaram detidos pelos indígenas liderados por Sepé Tiaraju na região de Bagé. Os índios tinham organizado espontaneamente um “Exército Missioneiro” para garantir seu direito de permanecer nas terras de seus ancestrais. Ele empreendeu eficiente guerra de guerrilhas, obrigando os ibéricos a conduzirem duas campanhas de 1752 a 1754, sendo que nenhuma delas se desenvolveu na área do Rio Jaguarão. Os índios finalmente foram derrotados, terminando, desta forma, o sonho de uma República Guarani. Os espanhóis não entregaram os Sete Povos, ao passo que Freire de Andrade retardou ao máximo a saída dos portugueses da Colônia do Sacramento.

A principal consequência da guerra foi que ela impediu a definição das fronteiras do Sul. A questão ficou em aberto, levando os ibéricos a novos confrontos.

Os portugueses fundaram postos fortificados em Rio Pardo e às margens do Rio Piratini (atual Cidade de Cerrito-RS<sup>24</sup>), estendendo a fronteira de fato para o sul.

O Regimento dos Dragões do Rio Grande foi transferido para Rio Pardo, criando-se a primeira divisão territorial (não oficial) de cunho militar no Sul: um Comando de Fronteira na Vila de Rio Grande (que incluía a área de Jaguarão) e outro, com sede em Rio Pardo. Foi dessa forma que nas campanhas seguintes, os luso-brasileiros combateram.

### PREPARATIVOS PARA A GUERRA DO SUL

Carlos III, logo que assumiu o trono espanhol, anulou o Tratado de Madri, fazendo-o por meio do Tratado de El Pardo (1761), trazendo insegurança jurídica sobre as fronteiras do Continente de São Pedro. E por que Portugal aceitou tão facilmente esse Tratado? A resposta a tal pergunta está no fato de que a conjuntura política mudara completamente na Europa, tornando-se desfavorável a Lisboa. O pequeno e enfraquecido trono português não tinha condições de se opor abertamente ao seu poderoso vizinho ibérico.

Em 1756, Don Pedro Antonio de Ceballos Cortes y Calderón chegou a Buenos Aires com tropas suficientes para impor os desígnios de seu rei. Lançou ultimatos contra Freire de Andrade. O representante espanhol defendia, sem delongas, a validade do Tratado de Tordesilhas. Na prática, todo o Rio Grande do Sul deveria ser “devolvido” ao Rei da Espanha. Dessa forma, a região do Jaguarão, naturalmente, voltaria a pertencer a Castela.

Freire de Andrade, pressentindo que ocorreria um conflito, determinou que Tomás Luiz Osório<sup>25</sup> fundasse um fortim entre Rio Grande e Maldonado, o que foi feito em 10 de setembro de 1762, ao mesmo tempo em que Ceballos cercava a Colônia do Sacramento.

24 Não confundir Cerrito-RS, que fica às margens do Rio Piratini, com a futura Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito, atual Jaguarão.

25 Coronel dos Dragões do Rio Grande, herói da Guerra Guaranítica e proprietário de grande sesmaria onde hoje se localiza a Cidade de Pelotas-RS.

A fortaleza foi chamada de Santa Tereza<sup>26</sup>. Com ela, os luso-brasileiros fecharam o caminho natural, junto ao litoral, que ligava o Continente de São Pedro à Banda Oriental.

Apesar do esforço português, não mais que 400 dragões e umas seis centenas de milicianos defendiam a extensa faixa de fronteira entre Rio Pardo e o forte de Santa Tereza.

### **GUERRAS DO SUL, O ATAQUE ESPANHOL**

Ceballos não perdeu tempo. Com a anuência de Madri, transpôs o rio da Prata e tomou a Colônia do Sacramento em 1762, dando início às chamadas “Guerras do Sul”, que se prolongaram, com variada intensidade, até 1777. Seu objetivo era chegar a Santa Catarina e expulsar os portugueses do Rio Grande do Sul.

Os castelhanos tomaram os fortes de Santa Tereza e São Miguel<sup>27</sup>. Com 3.000 homens, Ceballos prosseguiu seu avanço e, em 24 de abril de 1763, ocupou a Vila de Rio Grande e, a seguir, São José do Norte, forçando o Governo da Capitania a se transferir para Viamão<sup>28</sup>.

Nesse interim, foi estabelecido o Vice-Reino do Rio da Prata com sede em Buenos Aires, que abrangia, aproximadamente, os atuais territórios da República Argentina (RA), Uruguai, Paraguai, partes da Bolívia e do Chile, bem como os Sete Povos das Missões.

Na Europa, foi assinado o Tratado de Paris<sup>29</sup>, determinando o fim das hostilidades. Portugueses e espanhóis concordaram em restituir todos os territórios ocupados. Ceballos devolveu a Colônia do Sacramento, mas, propositalmente, não o fez quanto à Vila Rio Grande. Desejava ele, quando surgisse nova oportunidade, varrer os portugueses da região. O Rio Jaguarão e adjacências terminaram o ano de 1763 sob domínio espanhol.

### **TEMPOS DE GUERRILHAS**

A perda de Rio Grande foi uma humilhação para os luso-brasileiros que viviam no Sul. Esse sentimento marcaria profundamente a alma daquele povo, precursor do gaúcho de hoje.

Sem poder de combate para enfrentar os espanhóis e com um tratado de paz assinado, a decisão foi estabelecer uma guerra de guerrilhas. Com ordens vindas do Rio de Janeiro, as forças de Francisco Pinto Bandeira (pai de Rafael e de Vasco Pinto Bandeira) se internaram onde hoje se localiza Encruzilhada do Sul-RS. Na Serra de Tapes e na região de Canguçu-RS, permaneceram os guerrilheiros

---

26 Encontra-se em excelente estado de conservação, atualmente localizada em território oriental, onde existe um parque administrado pelo Exército Nacional da ROU.

27 Forte fundado pelos espanhóis em 1734, perto da atual cidade uruguaia de Chuy.

28 Em 1773, o Governo foi transferido, desta vez para Porto dos Casais, atual Porto Alegre.

29 Em vigor antes mesmo da invasão do Rio Grande.

do lendário Rafael Pinto Bandeira<sup>30</sup>. Vários fortes foram estabelecidos nos anos posteriores, como o de Tebiquari, atual Cidade de Taquari-RS; o de São Caetano da Barranca do Estreito, pouco acima de São José do Norte; e o de São Gonçalo, em Pelotas.

O Cel. José Custódio de Sá e Faria assumiu a Capitania de São Pedro e deu novo ritmo às operações militares. Tentou, sem autorização de Lisboa, reconquistar Rio Grande em 1767. O ataque falhou, mas os lusitanos conseguiram retomar São José do Norte. Esses ataques repercutiram mal na Europa, gerando uma crise. José Custódio foi destituído, mas o jogo político era complexo. Ele só foi retirado do cargo dois anos mais tarde, assim como não foi dada ordem para se devolver São José do Norte. A guerrilha não cessou. Os luso-brasileiros não pararam de avançar para o sul, infiltrando-se lentamente. Estabeleceram guardas, sesmarias e pequenas povoações, mesmo sob o risco de retaliação castelhana.

É dessa época a organização do Esquadrão<sup>31</sup> de Voluntários do Rio Grande, que foi a institucionalização dos piquetes de colonos que atuavam nos Pampas. Seu surgimento foi importante para a futura Jaguarão, porque, mais de três décadas depois, foi com base nessa tropa (já com a denominação de Cavalaria da Legião de Tropa Ligeira) que se organizou a Guarda do Cerrito e da Lagoa em 1802.

### **GUERRAS DO SUL, NOVO ATAQUE ESPANHOL**

Após o já contumaz jogo de acusações mútuas, a Espanha decidiu agir contra os constantes ataques das guerrilhas portuguesas. O mexicano Don Juan José Vértiz y Salcedo, novo Governador de Buenos Aires, invadiu o Rio Grande em novembro de 1773, aparentemente com intenção de chegar a Rio Pardo, Porto Alegre e Viamão. Depois, prosseguiria na direção sul para conquistar São José do Norte. Finalmente, eliminaria as bases das guerrilhas portuguesas localizadas na Serras de Tapes e Erval.

Embora acossado pelas guerrilhas luso-brasileiras no seu avanço para o norte, Salcedo atingiu Rio Pardo, onde se erguia o forte Jesus-Maria-José<sup>32</sup>. No caminho, construiu os fortes de Santa Tecla (ao norte de Bagé) e São Martinho (ao norte de Santa Maria-RS).

30 Rafael Pinto Bandeira (1740-1795) nasceu em Rio Grande. Foi o primeiro general gaúcho. Destacou-se nas lutas pela definição da fronteira meridional do Brasil. Chegou a ser Governador interino da Capitania de São Pedro. Foi um mestre na arte de guerrilha, atuando principalmente na Serra de Erval.

31 Atualmente os escalões do Exército assim são definidos: UNIDADE, para regimentos de cavalaria, grupos de artilharia e batalhões (demais Armas), com efetivo aproximado de 600 a 800 soldados; cada unidade possui, normalmente, três ou quatro SUBUNIDADES operacionais – esquadrões de cavalaria, baterias de artilharia ou companhias, no caso das demais Armas – acrescidas de elementos de apoio ao combate e logístico, sendo que as subunidades têm entre 150 e 250 militares; a subunidade é formada por três PELOTÕES ou SEÇÕES – podendo variar de acordo com a Arma, Quadro ou Serviço – que são chamados, também, de FRAÇÕES, com cerca de 40 militares. No século XVIII, esta estrutura organizacional era pouco rígida.

32 Mesmo nome do forte estabelecido por Silva Paes em Rio Grande.

Apesar da superioridade militar espanhola, o mexicano não conseguiu conquistar Rio Pardo. O Governador de Buenos Aires desistiu do ataque e se retirou para o sul em 1774.

Salcedo foi o primeiro a utilizar a linha Melo (Uruguai)-Bagé-São Gabriel (RS) como caminho de invasão, abrindo-se a possibilidade para se interiorizar as operações militares nos Pampas.

Como consequência desse período de lutas, o surgimento de vários núcleos de cidades atuais, todas elas em torno de instalações militares (fortes, bases ou guardas), como Santa Maria-RS, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Taquari-RS e Herval-RS.

As operações chegaram à Serra de Eralv. É de se supor que tropas ibéricas passaram a transitar com frequência próximo ao Rio Jaguarão.

### **A RECONQUISTA, A GUERRA DA RESTAURAÇÃO**

A ofensiva de Vértiz y Salcedo deu aos portugueses a desculpa que precisavam para reconquistar as terras perdidas em 1763. As informações eram imprecisas, confusas e tardias, facilitando os ardis diplomáticos. Assim, os lusos enviaram para o Sul o que tinham de melhor em tropas e navios. Entrariam para a história nomes como Bohem<sup>33</sup>, Rafael Pinto Bandeira, Patrício Corrêa da Câmara e Manoel Marques de Souza (1º).

Boehm, comandante das tropas luso-brasileiras, partindo de Rio Pardo, realizou ataques preliminares contra os fortes espanhóis de São Martinho e de Santa Tecla. Contra o primeiro, lançou Pinto Bandeira um audacioso ataque, conquistando-o em 31 de dezembro de 1775. Na sequência, Santa Tecla caiu em 1776, por ação do sargento-mor<sup>34</sup> Patrício Corrêa da Câmara.

O artilheiro oficial alemão atacou a Vila de Rio Grande em 1º de abril, reconquistando-a no dia seguinte. As tropas vencedoras tomaram, na sequência, os Campos Neutrais, completando a “reconquista” dos territórios perdidos 13 anos antes para os espanhóis.

Antes que os castelhanos pudessem se recuperar completamente desse infortúnio, a paz foi selada na Europa.

### **SANTO ILDEFONSO E SEUS DESDOBRAMENTOS**

O Tratado de Santo Ildefonso (1º de outubro de 1777) manteve as linhas gerais do Tratado de Madri, mas previu modificações importantes no Prata.

Ele confirmou a posse espanhola da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos das Missões, enquanto as Vilas de Rio Grande, Porto dos Casais<sup>35</sup> e Rio Pardo ficaram com os portugueses. Foram estabelecidos os chamados “Terrenos

33 João Henrique Bohem, oficial alemão, contratado pelo governo português.

34 Equivalente ao posto de Major.

35 Atual Porto Alegre-RS.

Neutros”<sup>36</sup>, que se caracterizaram por uma faixa de terra que nenhuma das Coroas poderia ocupar, até que fossem demarcadas as fronteiras por comissão binacional. Por isso, o Tratado previa que a linha-limite portuguesa deveria cruzar no banhado do Taim (33° S), passando para a margem leste da Lagoa Mirim, dali para o “primeiro arroio meridional que entra no sangradouro ou desaguadouro dela e corre mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo”<sup>37</sup>, ou seja, o Rio Piratini. Seguiam para as elevações que dividiam as águas da lagoa dos Patos, Coxilha Grande (linha seca que liga Bagé a São Gabriel), até a foz do Peperi-Guaçu no Rio Uruguai. Era justamente o limite do avanço português após a Reconquista. Já a linha-limite espanhola iniciava, a leste, no Chuí, dali para a Lagoa Mirim, nascentes do Rio Negro (a leste de Bagé), e a partir deste ponto coincidia com a linha portuguesa.

As Coroas Ibéricas tentaram dar suas próprias interpretações à delimitação dos Terrenos Neutros. Os lusos, por exemplo, defendiam que o limite norte dessa área deveria passar pelo Arroio Grande (que corta a atual Cidade de Arroio Grande-RS), e não no Rio Piratini<sup>38</sup>.

Seja como for, independente das teses das duas Coroas, Jaguarão estava no interior dos Terrenos Neutros, fora dos limites do domínio português, de acordo com Santo Ildefonso.

### MOVIMENTO POR LANÇOS

A Comissão Demarcadora, sem muita determinação, iniciou seus trabalhos em 1784. Ao que parece, ambas as Coroas não ficaram satisfeitas com Santo Ildefonso e, portanto, não estavam interessadas em definir a fronteira, com o objetivo de manter a questão em aberto. O próprio Tratado, em seu texto, mencionava ser ele um acordo “provisório”.

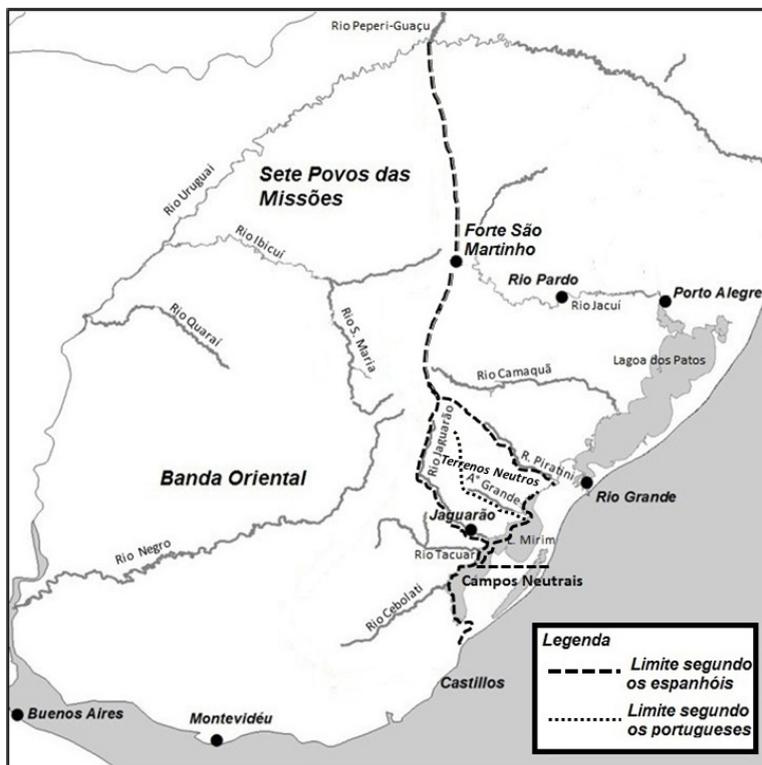
Em maio de 1784, Pinto Bandeira determinou que a Guarda do Piratini (atual Cidade de Cerrito) ocupasse as nascentes do Arroio Grande, na Serra do Erval, onde hoje se localiza Herval. Os espanhóis interromperam os trabalhos da Comissão Demarcadora e, em represália, instalaram uma guarda ao norte do Rio Jaguarão, também nos Terrenos Neutros. A fronteira permaneceu indefinida na área entre os rios Piratini e Jaguarão<sup>39</sup>.

36 Os Terrenos Neutros também são citados como “Campos Neutros”. Eles ficavam, grosso modo, entre o Rio Piratini, ao norte, e o Rio Jaguarão, ao sul. Não confundir com os “Campos Neutrais”, que se localizavam a leste da Lagoa Mirim, entre a Lagoa do Taim e o Arroio Chuí.

37 Artigo 4 do tratado de S. Ildefonso.

38 Os espanhóis fizeram o mesmo na região dos Sete Povos, tentando identificar o Rio Peperi-Guaçu mais a leste, com a finalidade de incluir nas suas posses os ricos campos dos ervais ali localizados.

39 Fato curioso é que os luso-brasileiros do Rio Grande insistiam em chamar a Guarda do Erval (nas nascentes do arroio Grande) de “Guarda do Piratini”.



Tratado de Santo Ildefonso

Não tardou para os lusos distribuírem sesmarias<sup>40</sup> ao sul do Rio Piratini, na região de Herval. Na década de 1790, já estavam próximos do Rio Jaguarão. O movimento se dava aos poucos, por lanços. A estratégia liderada por Rafael Pinto Bandeira era evitar o confronto direto, ao mesmo tempo em que criava fatos consumados.

Investigando os requerimentos de sesmarias e respectivos processos [...] relativos ao período entre 1790 e 1792, pode-se verificar que desde então se fizeram concessões de terras junto à costa do Jaguarão, da Lagoa Mirim e dos seus afluentes, sem maior atenção às regras do Tratado de limites (FRANCO, 1980, p. 11)

Ainda na década de 1790, houve uma revolta dos índios charruas<sup>41</sup> contra os espanhóis. Os portugueses aproveitaram-se deste movimento para apoiar os índios e, também, para fundar pequenas estâncias na região onde se localiza a atual Arroio Grande, a 40 km de Jaguarão.

40 A Lei de Sesmarias foi criada em Portugal em 1375. Foi utilizada no Brasil-Colônia, sendo abolida em 1822.

41 Habitavam basicamente a Banda Oriental.

A localidade de Cerro Largo (Serro Largo, pela grafia antiga), atual Melo, foi fundada apenas em 1795, por ordem do Vice-Rei do Prata Don Pedro de Melo, como forma de se interpor à ousadia cada vez maior dos portugueses.

### **AS CHARQUEADAS**

Em 1777, o Ceará sofreu uma seca histórica. Fugindo dos rigores daquela terra, José Pinto Martins migrou para o sul e fundou a primeira charqueada no Rio Grande do Sul. Esses estabelecimentos proliferaram principalmente na região de Pelotas e influenciariam decisivamente a política e a história econômica da província.

### **AS GUARDAS ESPANHOLAS**

Os espanhóis foram imprevidentes, não fazendo esforço em ocupar o interior da Banda Oriental. Estabeleceram, em torno de 1792, na margem norte do Rio Jaguarão, quatro guardas, assim denominadas: do Cerrito, do Quilombo, de São José e de Santa Rosa. Na verdade, elas não passavam de pequenos postos para vigiar os movimentos lusos ao sul do Arroio Grande. Essa postura facilitou muito a estratégia lusa de estabelecer a fronteira mais a oeste e sul na Capitania do Rio Grande.

A Guarda do Cerrito se localizou na região em que hoje está estabelecida a Cidade de Jaguarão (no chamado “Rincão do Serrito”), muito provavelmente, no Cerro da Pólvora. A Guarda do Quilombo (também chamada de Santo Antônio) ainda empresta seu nome à região de mesmo nome, a noroeste da Cidade de Jaguarão. Já a Guarda de São José se localizava mais a oeste, provavelmente às margens do Arroio do Bote. E a da Santa Rosa, nas nascentes do Rio Jaguarão, próximo à atual Bagé.

Na mesma região, porém ao sul do Rio Jaguarão (nas cercanias da foz do Arroio Telho), foi instalada a guarda denominada de Arredondo<sup>42</sup>, embrião da atual Cidade de Rio Branco (Uruguai).

---

42 Homenagem ao Vice-Rei do Rio da Prata Nicolas Antonio de Arredondo.





## CAPÍTULO 3

# A GUERRA DE 1801

### PREPARANDO-SE PARA MAIS UM CONFLITO

Mais uma vez, os acontecimentos ocorridos na Europa influenciaram o distante Continente de São Pedro. Em 27 de janeiro de 1801, o Rei espanhol Carlos IV, pressionado por Napoleão Bonaparte, declarou guerra a Portugal<sup>43</sup>. O conflito durou pouco e os portugueses foram derrotados, tendo sido firmado um tratado de paz na Cidade de Badajoz, Espanha, em 6 de junho. Mas, devido à dificuldade de comunicação, somente nove dias após o fim das hostilidades a notícia do início da guerra chegou a Rio Grande, em 15 de junho. Este atraso foi fundamental para que fossem redesenhadas as fronteiras meridionais do Brasil.

No Sul, os portugueses contavam com uma elite militar eficiente, liderada pelo Sebastião Xavier Veiga Cabral da Câmara<sup>44</sup>. Endurecidos por anos de guerras e guerrilhas, esses homens conduziam gaúchos, paulistas, mineiros, portugueses e outros imigrantes com eficiência e ousadia. Os soldados das milícias formavam a base de um aparato militar modesto, mas respeitável.

A Cavalaria era formada pelo Regimento de Dragões do Rio Pardo e pelas forças da Legião de Tropa Ligeira, esta com não mais que duas centenas de milicianos. A infantaria dispunha de um Batalhão (Btl), além de três outras companhias. Havia, também, alguma artilharia. Eram 1.200 homens no total – um efetivo pequeno, mas experiente e motivado.

### A GUERRA DE 1801

Grande era o inconformismo dos gaúchos com as perdas territoriais ocorridas na segunda metade do século XVIII. Havia consenso no sentido de que era necessário

---

43 Em 1801 ocorreu um rápido conflito entre Portugal e Espanha denominado “Guerra das Laranjas”. Inseriu-se no contexto das guerras Napoleônicas. A França pressionou a rainha portuguesa, Dona Maria I, “a Louca”, por intermédio da Espanha, para que os lusos rompessem a tradicional aliança que tinham com a Inglaterra. Como as exigências franco-castelhanas não foram atendidas na íntegra, a guerra foi declarada.

44 O tenente-general Sebastião Veiga Cabral da Câmara (1742-1801) nasceu em Santa Maria do Soutello, Portugal. Chegou ao Brasil em 1767. Era o Comandante do Regimento de Bragança quando participou da “Reconquista” do Rio Grande, oportunidade em que foi promovido a brigadeiro. Foi Comandante das Armas da Capitania de São Pedro de 1780 até sua morte.

empurrar a fronteira para o sul, conforme previra o Tratado de Madri. Um movimento espontâneo surgiu. Sem perda de tempo, Veiga Cabral, à revelia do Governo do Rio de Janeiro, deu ordens para o início das operações, tendo o cuidado de utilizar, inicialmente, apenas milicianos, já que a notícia de declaração de guerra não era oficial.

De Rio Pardo, partiu Manuel dos Santos Pedroso para a região de Santa Maria (depois seguiu para as Missões e para o Rio Uruguai), enquanto José Borges do Canto seguiu com um grupo de aventureiros para conquistar a região dos Sete Povos das Missões, sendo que ambos atingiram seus objetivos graças a audaciosas campanhas.

Os Dragões do Rio Pardo, sob o comando de Patrício Correa da Câmara, expulsaram os castelhanos da Coxilha do Batovi (São Gabriel) e do forte Santa Tecla. Já os Campos Neutrais (do Taim ao Chuí) foram tomados pelo capitão (Cap.) de milícias Simão Soares da Silva e pelo tenente (Ten.) José Antunes de Porciúncula (dos Dragões de Rio Pardo), com uma força de aproximadamente uma centena e meia de homens.

Ao sul da Capitania, onde os maiores combates eram esperados, o experimentado Cel. Manoel Marques de Souza (1º) estava no comando da Fronteira de Rio Grande e da Cavalaria da Legião. Notícias sobre a guerra não paravam de chegar. Diante dessa situação, de pronto<sup>45</sup>, determinou o ataque aos postos espanhóis localizados ao norte do Jaguarão (Cerrito, Quilombo, São José e Santa Rosa). O Maj. Vasco Pinto Bandeira foi encarregado desta tarefa, assaltando, de surpresa, a Guarda do Quilombo. A 16 de julho foi registrado:

As continuadas notícias, que tinham vindo da fronteira d'esta villa, de que os Castelhanos tinham desamparado as suas guardas, foram verificadas pelo sargento-mór da cavallaria ligeira Vasco Pinto Bandeira, que chegou a esta, tendo sido para tal diligência encarregado pelo Ill.mo e Ex.mo Sr. tenente-general para atacar a guarda castelhana denominada – Quilombo –, que assim o praticou surpresando toda a guarnição que a deixou em liberdade, por se não achar n'aquella ocasião ainda a guerra declarada n'esta fronteira, botando fogo à dita guarda, e tendo noticia os commandantes das mais guardas do que se havia praticado com aquella as desampararam, fazendo-se todos os fortes no principal acampamento da – Villa do Serro Largo –, e quando as nossas tropas avançaram ás mesmas, já estavam desguarnecidas [...] Estas guardas todas se achavam situadas dentre os limites do rio Jaguarão, ficando a fronteira até as margens do mesmo rio invadida de Castelhanos, e o nosso acampamento de S. João do Erval passou novamente a acampar-se nas margens do mesmo rio, avançando-se sete léguas de um a outro acampamento (NOTÍCIA, 1853, p. 330)

Como se verifica, a Guarda do Cerrito<sup>46</sup>, onde hoje se situa a Cidade de Jaguarão, foi ocupada sem dificuldade. Pelo relato, também se percebe que Marques de Souza

45 Antes da conquista das Missões, do Forte Santa Tecla e dos Campos Neutrais.

46 Há consenso entre os historiadores, que a guarda estabelecida na região que Marques de Souza chamou de “Rincão do Serrito” se localizava, provavelmente, no Cerro da Pólvora, dentro da atual zona urbana de Jaguarão.

(1º) passou a concentrar tropas no acampamento de Nossa Senhora da Conceição<sup>47</sup>, próximo do passo que tinha mesmo nome, a 40 km ao sul da atual Cidade de Herval.

Em 7 de setembro, noticiou-se que um piquete de 21 Dragões do Rio Grande travou combate contra uma força de 30 castelhanos às margens do Rio Jaguarão, resultando na morte de seis espanhóis e na fuga de outros 24. Neste mês ainda, a 27, outro embate ocorreu ao sul do mesmo rio, quando os castelhanos perderam duas centenas de cavalos.

No início de outubro, relatou-se que houve o primeiro combate de vulto entre portugueses e espanhóis próximo ao Passo da Perdiz<sup>48</sup>.

uma grossa partida de oitenta homens da cavallaria miliciana, commandada pelo capitão da mesma cavallaria Antonio Rodrigues Barbosa, avançando a uma partida castelhana de sessenta homens do acampamento da villa do Serro Largo, que lhe mataram sete soldados, e lhe aprisionaram um alferes e onze soldados, e os mais fugiram, e dos nossos morreram três soldados (NOTICIA, 1853, p. 338)

De toda parte chegavam reforços portugueses, ao passo que os cidadãos, espontaneamente, levantavam fundos para dar prosseguimento à guerra.

Mais uma vitória luso-brasileira ocorreu no Passo da Perdiz em 17 de outubro, quando milicianos a comando de Antônio Rodrigues Barbosa, Antônio Xavier d'Azambuja (possuía sesmaria em Herval) e o Ten. dos Dragões Hipólito Couto<sup>49</sup> bateram um piquete espanhol. Em 18, assim foi relatado o embate a Veiga Cabral:

rigoroso ataque, que tiveram do outro lado do rio uma partida nossa de duzentos homens do regimento de cavallaria miliciana dividida em dous esquadrões, o primeiro commandado pelo capitão de milicias Antônio Rodrigues Barboza, o segundo pelo capitão Antonio Xavier d'Azambuja, entrando no numero d'esta tropa dez soldados de cavallaria ligeira, e outros dez da cavallaria de dragões, e o alferes de cavallaria ligeira Hypolito do Coutro, com outra igual partida de duzentos castelhanos, sendo destes o maior numero dragões; e logo que esta avistou a nossa, fez alto, e pondo-se em figura de combate, formou o seu flanco, pondo soldados do centro pé em terra, servindo-lhe de trincheira os cavallos, que manejaram, e nos angulos quarenta dragões a cavallo: e chegando a nossa partida à sua frente, deram as primeiras descargas de parte a parte, e não lhe dando a nossa tropa tempo para tornarem a carregar, avançaram todos com as espadas na mão, atropelando a todos, com os cavallos que se achavam desmontados, com tanta violencia que romperam a linha de batalha, e miseravelmente foram quasi todos passados a espada com horrendos golpes, matando em um pequeno momento cinquenta e dous. Aprisionaram noventa e dous, a maior parte dragões (NOTÍCIA, 1853, p. 339-340)

47 Ficava próximo ao passo de mesmo nome, localizado no Rio Jaguarão, ao sul de Herval. Chama-se atualmente Passo Centurião ("paso Centurión" para os uruguaios).

48 Sua localização exata é incerta. Sabe-se que fica no Uruguai, próximo ao Passo Centurião.

49 Esse riopardense foi Comandante da Guarda do Cerrito e da Lagoa e estancieiro perto do Arroio do Telho.

Enquanto novas tropas luso-brasileiras se concentravam no acampamento de Nossa Senhora da Conceição, forças espanholas saíram de Melo em socorro aos Sete Povos das Missões<sup>50</sup>. Veiga Cabral determinou, então, que se prosseguisse para conquistar a enfraquecida Melo. Marques de Souza (1º) reuniu cerca de 1.200 soldados dos Dragões, da Cavalaria Ligeira e milicianos, divididos em 12 esquadrões, acompanhados de infantaria e por quatro peças de artilharia, partindo entre 26 e 27 de outubro. Utilizou o eixo de progressão balizado pela Guarda do Herval-Passo Nossa Senhora da Conceição-Melo, que cruzava um terreno acidentado, desde a Serra do Erval (cerca de 400m acima do nível do mar), atravessando o Passo Centurião (apenas 120m de altitude), para depois subir a “Coxilla del Sarandí” no Uruguai (400m de altitude). Foi a primeira vez que esse caminho foi utilizado como rota para uma invasão. Ele tem uma grande vantagem: segue uma “linha seca”, que tem apenas uma pequena interrupção no Rio Jaguarão.

Marques de Souza cercou Melo em 30 de outubro e intimou o comandante da praça, Joseph Bolanos, que dispunha entre 600 e 800 soldados, a se render. Este, inicialmente se recusou. Os luso-brasileiros abriram fogo, tendo sido o suficiente para os defensores deporem suas armas. A tropa espanhola foi libertada com o compromisso de que não levantariam mais suas armas contra os portugueses naquele conflito.

Os luso-brasileiros destruíram o forte espanhol, deixaram uma pequena guarnição em Melo e retraíram para a margem norte do Rio Jaguarão. Assim, completou-se a vitoriosa ofensiva de Marques de Souza, que conquistou as áreas dos atuais municípios de Santa Vitória do Palmar-RS, Chuí, Arroio Grande, Pedro Osório-RS, Herval, Pinheiro Machado-RS e Jaguarão.

### **MANOEL MARQUES DE SOUZA (1º)**

Manoel Marques de Souza nasceu em 27 de fevereiro de 1743 (data provável), na recém-fundada Rio Grande. Seguiu a carreira das armas, lutando nas Guerras do Sul, quando se destacou na reconquista da Vila de Rio Grande. Como coronel, em 1801, comandou as tropas que levaram as fronteiras do Brasil até o Rio Jaguarão. Na Campanha de 1811-12, liderou a vanguarda do Exército Pacificador e, depois, lutou na Guerra contra Artigas. Foi o primeiro gaúcho a atingir o posto de tenente-general<sup>51</sup> e a assumir (interinamente) a Presidência da Província do Rio Grande. Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1820.

### **REAÇÃO ESPANHOLA**

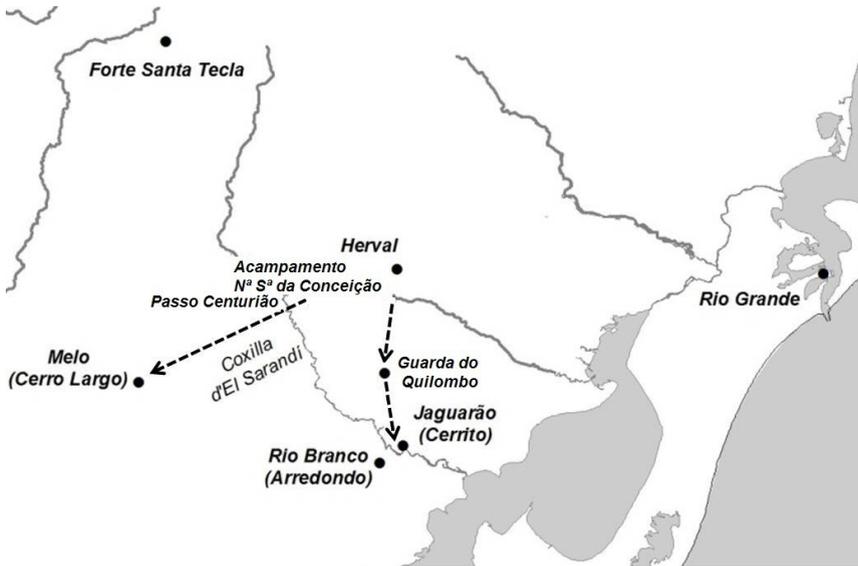
Veiga Cabral faleceu em 5 de novembro de 1801, sendo substituído pelo Brig. Francisco João Roscio<sup>52</sup>. Este reajustou seu dispositivo militar para garantir as con-

50 O Marquês de Sobremonte lançou, a partir de Melo, 700 homens na direção das Missões. Esta força foi derrotada pelos Dragões do Rio Pardo e, na sequência, obrigada a retrair.

51 Equivalente ao posto de General de Exército (Gen. Ex.).

52 Governou a Capitania de Rio Grande de São Pedro de 1801 a 1803.

quistas. Chegaram tropas de todos os lados para reforçar Marques de Souza no Passo Centurião, inclusive os Dragões do Rio Pardo.



Mapa da vitoriosa Campanha luso-brasileira de 1801 na área de Jaguarão

O Marquês de Sobremonete<sup>53</sup> reagiu à agressão luso-brasileira aproximando um exército de Melo em 17 de novembro<sup>54</sup>, obrigando o piquete, que lá fora deixado por Marques de Souza, a retrair. Enquanto isso, o mar era dominado completamente pelos espanhóis, o que acabou isolando as forças de terra rio-grandenses.

Sobremonete tomou posição a pouco mais de 20 km do Centurião, na “Coxilla d’El Sarandí”. Dessa forma, os dois exércitos ficaram frente a frente, tendo o Rio Jaguarão como linha de contato. Eram 3.000 castelhanos contra aproximadamente 2.000 luso-brasileiros. Os espanhóis deram um “ultimatum” aos rio-grandenses em 5 de dezembro, exigindo que eles deixassem as terras conquistadas, mas o comandante brasileiro não se intimidou<sup>55</sup>.

A notícia de que a paz fora selada chegou a 17 de dezembro de 1801. Os espanhóis recuaram, findando-se as hostilidades. A Espanha não entregou a Cidade de Olivença, conquistada na mesma guerra na Europa, mas também não exigiu imediata devolução das Missões e dos Terrenos Neutros.

A demora da notícia do fim da guerra na Europa permitiu que as fronteiras meridionais do Brasil fossem delineadas para uma conformação muito próxima ao previsto pelo Tratado de Madri. Fora uma guerra conduzida por uma elite militar, colono e aventureiros com pouca – ou nenhuma – participação do Governo Português.

53 Foi o Vice-Rei do Rio da Prata entre 1804 e 1810.

54 Sobremonete sabia do fim do conflito na Europa, mas ignorou o fato.

55 Marques de Souza respondeu que “nem em vinte e quatro mil annos entrariam si tal intentassem, e que os esperava pela certeza, que lhe dava” (NOTICIA, 1894, p. 349).

## O EXÉRCITO LUSO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

O Exército Português no Brasil-Colônia seguia a mesma organização da metrópole, com as adaptações necessárias à realidade sul-americana. As tropas terrestres estavam organizadas em três linhas, ou níveis:

- 1ª linha: regulares (profissionais);
- 2ª linha: auxiliares (chamadas de Milícias a partir de 1796) do exército regular; e
- 3ª linha: Ordenanças, sendo forças de defesa local.

As tropas de 1ª linha não tinham, na verdade, essa denominação. Eram simplesmente chamadas de “Exército”, sendo pagas e permanentes. Destinavam-se à defesa da Pátria, mas também tinham atribuições na segurança pública, como até hoje acontece, mesmo após a Independência do Brasil.

As Ordenanças foram criadas em 1570 por Dom Sebastião I. No Brasil, tinham obrigações de defesa territorial, porém, no Rio Grande do Sul, face às peculiaridades das guerras nos Pampas, cumpriram diversas funções, inclusive, em conflitos externos.

As Tropas Auxiliares ou Milícias foram criadas em 1643 por Dom João IV logo após a Restauração. Assim como as Ordenanças, estavam organizadas com base nos municípios e de forma similar às tropas regulares (mas sem a mesma rigidez, especialmente no Brasil). Eram mobilizadas para defender as fronteiras. Quando em serviço, tinham os mesmos direitos dos soldados profissionais. Deram origem às tropas de 2ª linha, depois chamadas de Guarda Nacional (GN).

## A GUERRA GAÚCHA

Muitos autores fazem referência à “Guerra Gaúcha” (ou “Guerra à Gaúcha”) quando abordam os combates típicos dos Pampas, ocorridos no Prata entre a segunda metade do século XVII e os movimentos armados do Brasil da década de 1920.

Ela pode ser sintetizada como uma guerra de movimento, com características de uma guerrilha e ênfase no emprego da cavalaria. Sempre que possível, evitava-se manter o terreno ou realizar combates decisivos. Esperava-se o momento certo para atacar e surpreender o inimigo, quando havia a certeza da vitória. Normalmente, mantinha bases fixas em vilas ou fortes, fora do alcance das forças adversárias.

Grande era a preocupação com as consequências de uma batalha campal. Por isso, esse tipo de encontro foi raro na história do Sul.

Os gaúchos não priorizavam a infantaria, o que se tornou uma grande limitação quando foi necessário um ataque contra tropas entrincheiradas ou a manutenção de forças militares numa posição defensiva. A artilharia era rara, mas quando disponível, foi utilizada em praças-fortes ou para acompanhar a cavalaria.

Os piquetes – tropas de cavalaria de efetivo variável – constituíam o elemento de emprego usual. Nos Exércitos Português e Brasileiro, um esquadrão de cavalaria tinha aproximadamente 50 homens, o que acabou por influenciar os piquetes de civis armados característicos da Guerra Gaúcha. Era comum as tropas guerrilheiras, quando em inferioridade e sob pressão, refugiarem-se além-fronteiras. No caso dos rio-grandenses, o mais comum era se homizarem na Banda Oriental.

A logística era simples, baseada na máxima utilização de recursos locais, não raro, por meio de confiscos e saques. A grande preocupação era com a cavalaria. As invernadas<sup>56</sup> eram essenciais para a criação de equinos.

Os comandantes eram estancieiros que, normalmente, recrutavam seus piquetes entre a gauchada em torno de si. Portanto, pode-se dizer que a Guerra Gaúcha requeria uma “sociedade em armas”. As tropas mobilizadas, quando possível, eram liberadas para visitarem suas famílias, cuidarem de seus negócios, plantarem, criarem gado etc.

A Guerra Gaúcha não foi monopólio rio-grandense. Na Argentina e no Uruguai, com pequenas variações, atuava-se de igual forma.

### O GAÚCHO

O gaúcho se tornou figura emblemática no Brasil. É comum se dizer que o povo do Rio Grande do Sul se distingue dos demais brasileiros por uma série de características que lhe são intrínsecas. Trata-se de um povo com elevada autoestima, militarizado, patriota, politizado, culto, rico, que valoriza seu passado e tradições e recebeu grande influência dos espanhóis e dos imigrantes, particularmente alemães e italianos.

A origem dessas características se encontra em sua história, em que os primeiros portugueses e brasileiros se aventuraram no Continente de São Pedro, sem se preocuparem com o Tratado de Tordesilhas. Com cavalos e lanças, estenderam as fronteiras para o sul, conquistando mais de 50% do atual território do Rio Grande do Sul pela força das armas.

No século XVIII, os militares e colonos que se estabeleceram no Rio Grande mesclaram os poderes militar, político e econômico, originando, assim, uma sociedade “sui generis”.

### CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DE 1801

Após o conflito, a preocupação dos Comandantes das Armas do Rio Grande foi reforçar as defesas da Capitania, pois era dada como certa a tentativa espanhola de reconquistar os territórios perdidos.

Foi estabelecida uma linha de postos fortificados que era balizada por Chuí-margem ocidental da Lagoa Mirim-Rio Jaguarão-nascentes do Rio Santa Maria-Coxilha de Santana do Livramento e Rio Quaraí, ou seja, muito próximo do que é a atual fronteira entre o Brasil e o Uruguai. A margem norte do Rio Jaguarão estava, portanto, dentro do território português.

Nos anos seguintes, a situação política na Europa e no Prata mudou substancialmente<sup>57</sup>, afastando o perigo de uma guerra de reconquista por parte do Vice-Reino do Prata.

<sup>56</sup> Região destinada à engorda de cavalos e do gado.

<sup>57</sup> Dentre outros acontecimentos, destaca-se: após a batalha de Trafalgar, a Inglaterra (aliada dos portugueses) se tornou dona dos mares; os ingleses invadiram Buenos Aires e Montevidéu em 1806-7; a família real portuguesa migrou para o Brasil; e iniciaram os movimentos em prol da independência da América Latina.

Os espanhóis (e depois os portugueses) não aceitaram as consequências da Guerra de 1801, defendendo a ideia de que os territórios conquistados deveriam voltar à situação de antes do conflito.

Do Tratado de Zamora à Guerra de 1801, a evolução histórica da rivalidade luso-espanhola acabou por levar esse conflito até a região sul do Brasil. Desta forma, a Cidade de Jaguarão foi fundada como consequência natural dessas disputas, sendo que sua origem atendeu a fins militares, como será visto a seguir.



## CAPÍTULO 4

# ORIGEM DE JAGUARÃO

### ACAMPAMENTO MILITAR EM JAGUARÃO

Terminada a Guerra de 1801, as tropas regressaram às suas sedes e as milícias foram desmobilizadas. Marques de Souza (1º) achou por bem deixar uma pequena guarnição com cerca de 200 homens na região do Rio Jaguarão. Para tanto, procurou um local que permitisse a navegação o ano todo, o que facilitaria as comunicações e a logística. Após deixarem a Serra do Erval, as tropas se deslocaram para leste, na direção da Lagoa Mirim.

Escolheu o rincão denominado “do Serrito, na Costa da Lagoa”, a seis léguas da foz do Rio Jaguarão, terreno favorável à defesa e vigilância, graças à existência de dois cerros, atualmente denominados da Pólvora e das Irmandades.

Entre 4 e 10 de fevereiro de 1802, foi estabelecida a “Guarda do Cerrito e da Lagoa” a oeste da então sanga dos Pessegueiros<sup>58</sup>, onde hoje está o Largo das Bandeiras, na Praça Alcides Marques, em Jaguarão. O Cel. Marques de Souza (1º) permaneceu até maio no local. Ao retirar-se, deixou o Maj. Vasco Pinto Bandeira em seu lugar, primeiro comandante da Guarda, organizada com cerca de 160 milicianos da Cavalaria da Legião de Tropa Ligeira e 100 Dragões de Rio Pardo. Postos de vigilância foram colocados no Passo Sarandi, onde permaneceu um sargento (Sgt.), e em outros pontos ao longo do Rio Jaguarão.

Nessa época, o quartel foi estabelecido junto ao rio, numa linha balizada pelas ruas 27 de janeiro (a oeste), General Marques (norte), General Deodoro (leste) e o Rio Jaguarão (sul). Ou seja, não existiam os quarteirões localizados atrás da atual Igreja Matriz. A maioria dos quartéis na fronteira na primeira metade do século XIX era formada de instalações precárias, construídas com madeira e palha. Por isso não há vestígio da existência dessas instalações.

Nos primeiros anos do povoado, a guarnição militar permaneceu inalterada. Na oportunidade, Marques de Souza informou ao Brig. Roscio, que havia quatro esquadrões da Cavalaria da Legião com 160 soldados, mais 100 Dragões sob o comando

---

58 Escrevia-se “Pecegueiros”. A sanga foi canalizada, mas é possível verificar onde ela desagua no Rio Jaguarão, entre as atuais ruas Mal. Deodoro e dos Andradas.

do Cap. Pedro Nolasco. Seriam, portanto, 260 homens. Um efetivo considerável que se explica pelo temor de um contra-ataque espanhol.

Em 1806-7, entretanto, os ingleses ocuparam Buenos Aires, levando o governo espanhol a ter outras preocupações. Tudo indica que, então, o efetivo da Guarda do Cerrito e da Lagoa tenha decrescido lentamente nos anos seguintes.

Um indício dessa afirmação é que a Guarda do Cerrito era formada, em 1809, por um tenente-coronel (Ten. Cel.), um ajudante de cirurgião, um tenente, dois alferes<sup>59</sup>, um sargento, oito cabos e 49 soldados, num total de 63 militares, o que é compatível, dentro da organização militar portuguesa da época, com uma tropa valor “esquadrão de cavalaria” (reduzido). Já em 1810, havia um capitão, um tenente, um alferes, um sargento, dois furriéis, quatro cabos e 42 soldados, ou seja, 52 militares. Esse efetivo era regular, não estando inclusas as milícias e ordenanças.

Em 1807, havia também, destacados dos Dragões do Rio Pardo, 34 homens no Passo Centurião e 3 na Guarda do Herval. Provavelmente esses postos de vigilância estivessem subordinados ao comandante da Guarda do Cerrito.

Os efetivos variavam bastante, tendo em vista a dificuldade de recrutamento, as baixas por doenças, movimentações para outras unidades militares, dentre outros motivos. Essas tropas eram subordinadas ao Comando de Fronteira de Rio Grande.

Grande foi a rotatividade no comando da Guarda do Cerrito durante este período inicial. Sabe-se que o acampamento esteve sob o comando dos seguintes militares: major (Maj.) Vasco Pinto Bandeira (até 1803); Antônio Pinto da Costa<sup>60</sup>; Cap. Hipólito do Couto Brandão; Ten. Silvestre Teixeira Pinto; Ten. (depois capitão) Antônio Pereira Marques (era o comandante em 1813) e alferes Domingos Crescêncio de Carvalho<sup>61</sup>.

A atual Rua General Marques foi chamada, por muito tempo, de “Rua da Residência”, ou de Casa da Residência, porque nela residia o Comandante da Guarda do Cerrito.

## **SURGE O POVOADO**

Como era praxe naquele tempo, surgiu uma povoação em torno da Guarda do Cerrito e da Lagoa. Os sesmeiros deram o primeiro impulso à economia do povoado. Dentre aqueles que receberam sesmarias e terrenos ao longo da primeira década do século XIX, havia grande número de militares e milicianos que combateram na Guerra de 1801, inclusive o próprio Maj. Pinto Bandeira.

<sup>59</sup> Equivalente a aspirante a oficial.

<sup>60</sup> Nasceu em 1756. Sentou praça na Legião de Cavalaria da Tropa Ligeira em 1780. Chegou a brigadeiro em 1818. Combateu nas guerras de 1801 e 1811-12.

<sup>61</sup> Sentou praça ainda no século XVIII, ascendendo de soldado a capitão da 1ª Linha. Lutou nas Guerras de 1801, Campanha Pacificadora de 1811-12, na Guerra contra Artigas e na Cisplatina. No comando do 4º Corpo de Cavalaria, aderiu à causa farroupilha, tornando-se Comandante da 4ª Brigada, depois transformada em Divisão Esquerda do Exército Republicano. Atuou principalmente entre os rios Jaguarão e Camaquã. Morreu em 1840.

Foi construída uma pequena capela em homenagem à Nossa Senhora Virgem da Conceição e, a partir de fevereiro de 1803, nela já se realizavam batizados.

Digno de nota é que, em 2 de setembro de 1810, nasceu Joaquim Caetano da Silva, homem de reconhecida cultura, que atuou com destaque na diplomacia.

A Real Estância do Cerrito (é referida também como Cavalhada ou Rincão Nacional) foi criada com base em terras arrematadas por José Pereira Fonseca em 1803. Seus limites gerais eram: a oeste, o Arroio dos Lagoões. A leste, Arroio Quartel Mestre. Ao sul, o Rio Jaguarão, no limite determinado pelos dois arroios. Ao norte, uma linha seca (reta) ligando o Arroio Lagoões no ponto coincidente com a meia légua medida a partir de sua foz, até o Arroio Quartel Mestre no ponto coincidente com a meia légua a partir de sua foz. Em 1811, elas foram doadas por Dom João VI à Baronesa de Magé<sup>62</sup> desde que pudesse ser utilizada a pastagem de 800 cavalos, provavelmente da Guarda. Mais tarde, a nobre abriu mão da estância, tendo em vista a dificuldade que teve em ocupá-la.

Na região, surgiram algumas estâncias fortificadas, como a do Juncal, próxima à Lagoa Mirim e do arroio de mesmo nome, e São João do Juncal, que fica nas nascentes do Arroio Juncal e pode ser vista a partir da BR-116. Trata-se de construções muito interessantes, pois harmonizam as necessidades de defesa, como a existência de torres, seteiras e paredes reforçadas, com a função de servirem de moradias.

Enquanto o povoado português prosperava, figurava um grande vazio demográfico do lado espanhol, apenas com Melo e a Guarda do Arredondo.

### **CAPITANIA-GERAL DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO**

O Rio Grande de São Pedro foi elevado a Capitania-Geral em 19 de setembro de 1807, permanecendo ligada ao Vice-Reino do Brasil, no Rio de Janeiro. Seus limites eram pouco precisos, genericamente incluindo a atual região Sul e terras em disputa com os espanhóis. Toda a área já era ocupada, de fato, por militares e colonos portugueses. Eis o extrato da Carta Régia:

Dom João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, daquém e de além-mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber aos que esta minha Carta-Patente virem que atendendo a que a grande distância em que fica do Rio de Janeiro a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, e o aumento que tem tido há anos em população, cultura e comércio, exigem pela sua importância quem possa vigiar de perto sobre os interesses de seus habitantes e da Minha Real Fazenda, Sou servido desanexar este Governo da Capitania do Rio de Janeiro a que até agora era sujeito e erigi-lo em Capitania Geral com a denominação de Capitania de São Pedro, a qual compreenderá todo o Continente ao sul da Capitania de São Paulo, e as ilhas adjacentes, e lhe ficará subordinado o Governo da Ilha de Santa Catarina. E atendendo, outrossim, as luzes, zelo e fidelidade com que o Conselheiro Dom Diogo de Souza se empregou nos dois Governos de Moçambique e Maranhão, Sou servido nomeá-lo Governador e Capitão-General

---

62 Maria Ignácia da Gama Freitas Berquó (mais tarde, Viscondessa), faleceu em 1814. Foi a primeira esposa de Matias Antônio de Souza Lobato.

da sobredita Capitania [...] com subordinação somente ao meu Vice-Rei (1807, apud SILVA, 1968, p. 243-244)

Verifica-se que juntamente com a Capitania, foi criado o Comando Militar, gênese da atual 3ª Região Militar<sup>63</sup>. Nessa época, o dispositivo militar português dispunha de pouco mais de mil homens do Exército regular, distribuídos em todos os seus rincões. Dom Diogo de Souza<sup>64</sup>, Conde de Rio Pardo, ocupou o cargo de Capitão General de 1809 a 1814.

Havia quatro vilas<sup>65</sup> na nova Capitania: Porto Alegre, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande. Já existiam várias freguesias<sup>66</sup> e povoados, dentre os quais, sob a administração de Rio Grande, encontravam-se os povoados de Herval e Jaguarão.

As forças militares no Rio Grande aumentaram em junho de 1809, aprovando-se um efetivo de 1.566 soldados para emprego em combate. Em Porto Alegre, ficou aquartelado um Batalhão de Caçadores (BC) com 610 militares. Os Dragões de Rio Pardo passaram a ter 956 soldados, devendo articular quatro de seus esquadrões, sendo que o 3º teve parada em Jaguarão e arredores. Na prática, a Guarda do Cerrito não recebeu acréscimo de efetivo.

Durante todo o século XIX, as unidades não se fixavam por longo tempo, deslocando-se de acordo com as necessidades operacionais. Por vezes, saíam numa campanha para, ao final dela, fixarem-se noutra lugar, sendo tarefa difícil acompanhar seus movimentos na época.

## A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NO BRASIL

O Período Napoleônico teve grande influência no mundo do século XIX, como na evolução da arte da guerra, no desenho das fronteiras da Europa, na disseminação dos ideais da Revolução Francesa e no enfraquecimento do Absolutismo.

Esse predomínio fez com que a França exercesse pressão política sobre diversos países. Como Dom João VI não deixou de manter relações comerciais com a Inglaterra, Napoleão determinou a invasão de Portugal. A Família Real se pôs em fuga, chegando ao Rio de Janeiro em 1808, fato que trouxe profundas mudanças para o Brasil.

No campo político, o Príncipe<sup>67</sup> Dom João instaurou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815, equiparando o “status quo” das terras brasileiras às da antiga metrópole. Na prática, terminara o regime colonial no Brasil.

A fundação do Banco do Brasil, a Abertura dos Portos às nações amigas e a criação de escolas e fábricas deram enorme impulso à economia; no campo psicossocial,

63 Grande Comando que possui atualmente encargos territoriais e logísticos no Rio Grande do Sul. Até meados do século XX, acumulou o comando do emprego operacional das unidades de combate.

64 Dom Diogo de Souza (1755-1829) nasceu e faleceu em Lisboa. Governou Moçambique, Maranhão e a Capitania do Rio Grande de São Pedro. Comandou as tropas luso-brasileiras durante a Campanha de Pacificação em 1811-12. Depois, serviu na Índia e voltou a Portugal, onde foi preso durante a Revolução do Porto. Assumiu, dentre outros cargos, o de Presidente do Conselho Ultramarino e de Ministro da Guerra. É considerado o fundador de Bagé e Rio Pardo, de onde advém seu título nobiliárquico.

65 As vilas tinham câmara municipal e autonomia administrativa, algo similar aos atuais municípios.

66 Localidades com autonomia religiosa.

67 Dom João se tornou Rei de Portugal em 1816.

a soma das diversas medidas tomadas pelo Príncipe em benefício da ex-colônia deu orgulho aos brasileiros, ao mesmo tempo em que arrefeceu seus ideais libertários.

No campo militar, Dom João criou o Arquivo Militar, a Academia da Marinha (atual Escola Naval, no Rio de Janeiro); pólvora e armamentos passaram a ser aqui fabricados; e foi fundada a Real Academia Militar, atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)<sup>68</sup>. Essas medidas deram maior consistência às forças coloniais. Durante o Período Joanino, houve proeminência do Exército Regular em relação às Milícias e Ordenanças.

A consequência mais importante para Jaguarão foi na política para o Prata. Com a presença do Príncipe próximo à área de conflito, enquanto a Espanha se encontrava tutelada por Napoleão, Portugal virou o jogo político-militar a seu favor.

### RECRUTAMENTO

A respeito do serviço militar em vigor durante o Brasil-colônia, à época do nascimento de Jaguarão, Donato transcreve uma narrativa de Machado D'Oliveira:

Começou o recrutamento em massa na capital em 1808 e no dia em que a Igreja consagra festejos ao Corpo de Deus, festividade essa em que como se sabe, há sempre grande concorrência de povo. Houve formatura de tropa na praça do Palácio, para onde afluiu quase inteira a população da cidade, ao terminar-se a solenidade do dia, correram subitamente de vários pontos do exterior da praça corpos da tropa armada tomando logo as bocas das ruas que vão ter à praça, e postas sentinelas nas entradas das casas do seu recinto para que nenhuma evasão houvesse, foi apreendido indistintamente o povo que era ali assistente, e levado tumultuariamente ao quartel dentro de um grande círculo de soldados; e ali passou o dia e pernoitou amontoado [...] No dia seguinte, e com exclusão dos que por sua idade, estado ou profissão não deviam comportar o serviço militar, o povo tomado na praça do palácio foi inscrito no alistamento dos recrutas da legião e posto imediatamente em uniforme e na aprendizagem das armas (1986, p. 496)

O recrutamento forçado era comum no mundo até o século XIX. Somente depois da Revolução Francesa que surgiram os “Exércitos Nacionais”<sup>69</sup>, porque os novos estados-nação<sup>70</sup> passaram a encarar o serviço militar como um dever de todo o cidadão.

O Brasil adotou o serviço militar por sorteio em 1874, mas os resultados iniciais não foram os esperados. Depois foi ratificado pela primeira Constituição da República, mas somente com a Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, após grande campanha cívica ocorrida na sociedade, ele vingou. Apenas em 1916, a lei foi final-

68 Estabelecimento de ensino responsável pela formação dos oficiais das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações; do Serviço de Intendência; e do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro.

69 O ideário iluminista teve forte impacto na organização dos exércitos, que passaram a ter efetivos cada vez maiores. Era o povo em armas.

70 O estado-nação é união de um território bem definido e habitado por um povo de traços étnicos e culturais semelhantes. A fidelidade do povo deixou de ser para os reis e passou a ser para com o seu País.

mente aplicada.

O recrutamento militar permitiu ao Brasil democratizar a servidão à Pátria, bem como deu condições para que o País passasse a contar com efetivo compatível com sua estatura política no conserto das nações, além de manter uma reserva adequada para o caso de conflito. A respeito do Serviço Militar, disse Olavo Bilac:

O Serviço Militar não faz exceção de pessoa quanto a seu poder, situação, raça, prestígio social, profissão ou riqueza – todos os brasileiros são igualmente obrigados ao Serviço Militar, sendo isentos apenas os enquadrados nos casos previstos em Lei (BILAC apud COMANDO, 2009)

O que é o Serviço Militar Obrigatório? É o triunfo da Democracia! É o nivelamento das classes sociais. É a escola da Ordem, da Disciplina, da Coesão. É o laboratório da dignidade e do patriotismo. É a instrução primária, a educação física e a higiene obrigatória. A caserna é um filtro admirável onde os homens se depuram e se apuram (BILAC apud COMANDO, 2009)

Diante de palavras tão sábias desse destacado poeta, não há necessidade de comentários.



## CAPÍTULO 5

# CAMPANHA PACIFICADORA

### IDEAIS LIBERTÁRIOS CHEGAM À BANDA ORIENTAL

Na Espanha, Carlos IV abdicou em favor do filho Fernando VII. Este, por sua vez, foi destituído do poder por Napoleão em 1808, que colocou seu irmão, José Bonaparte, no trono. Essa situação criou um vácuo de poder e um clima de desordem na América Espanhola, facilitando o surgimento de movimentos de emancipação política.

Em Buenos Aires eclodiu, em 1810, no coração do Vice-Reino do Prata, a “Revolución de Mayo”, a 25 do citado mês, que não reconheceu a autoridade espanhola instituída por Napoleão, implantando uma Junta de Governo fiel a Fernando VII. O Governador de Montevidéu, Don Francisco Javier de Élio, não aderiu a esse movimento, estabelecendo um governo autônomo na Banda Oriental em relação ao Vice-Reino.

Surgiu a figura do caudilho José Gervasio Artigas<sup>71</sup>, que aglutinou os “orientales”<sup>72</sup> adeptos da independência. Ele venceu os espanhóis na batalha de Las Piedras em 18 de maio de 1811<sup>73</sup>, levando os “criollos”<sup>74</sup> a sitiarem Montevidéu, com apoio de tropas enviadas pela Junta de Governo de Buenos Aires. Seguiu-se o “Grito de Asencio”, oportunidade na qual os orientais declararam-se independentes da Espanha.

Élio, com poucas opções, solicitou ajuda militar a Dom João VI, que prontamente atendeu ao pedido. Motivos não faltavam aos portugueses: o seu histórico interesse de levar as fronteiras do Brasil até o Rio da Prata; a possibilidade dos lusos retaliarem os franceses e seus aliados espanhóis por causa da invasão do seu

---

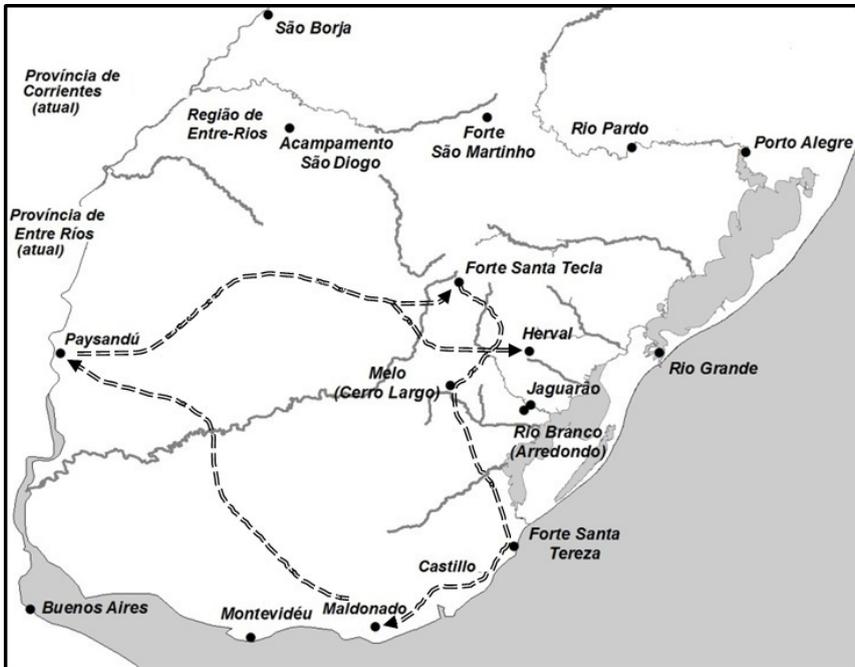
71 Nasceu em Montevidéu em 1764. Ingressou no “Cuerpo Veterano de Blandengues de la Frontera de la Montevideo”, gênese do tradicional “Regimiento ‘Blandengues de Artigas’ de Caballería Nº 1,” do Exército Nacional da ROU. Combateu contra as invasões inglesas no Prata em 1806-7 e, depois, contra espanhóis, portugueses, argentinos e brasileiros nas suas tentativas de subjugar a Banda Oriental. Foi conhecido como “Protector de los Pueblos Libres”. A base do seu ideário era: república, federalismo e independência. Uma vez derrotado, exilou-se no Paraguai em 1820, onde faleceu em 1850. É considerado o “Prócer” da independência da ROU.

72 Orientais ou “orientales” são os nativos da Banda Oriental.

73 Esta batalha marca o nascimento do Exército Nacional da ROU.

74 Descendentes de espanhóis nascidos na América.

território em 1807; o conhecimento das reais intenções de Artigas, que considerava a Banda Oriental herdeira das regiões dos Sete Povos das Missões e a área chamada de Entre-Rios<sup>75</sup>; e combater ideias iluministas. Os Estados Unidos da América (EUA) e o Haiti já tinham obtido suas independências. Os ânimos nas colônias estavam exaltados. Qualquer precedente poderia facilitar o surgimento de sentimentos libertários num “efeito dominó”. Esse receio mostrou-se fundamentado, pois, em vinte anos, todas as colônias luso-espanholas da América do Sul se tornaram independentes.



Mapa da Campanha de 1811-1812

### A DIVISÃO<sup>76</sup> DE OBSERVAÇÃO

Em maio de 1811, cumprindo ordens do Rio de Janeiro, Dom Diogo de Souza estabeleceu uma Divisão de Observação com o seguinte dispositivo: Comando de Fronteira de Rio Grande, com Manuel Marques de Souza (1º) concentrado em Bagé e com forças menores espalhadas em diversos pontos, inclusive o povoado de Cerrito, que, na época, tinha uma guarnição de aproximadamente um Esquadrão de Cavalaria da Legião de Tropa Ligeira; e Comando de Fronteira de Rio Pardo, com o

<sup>75</sup> Região localizada a leste do Rio Uruguai, ao sul do Ibicuí, oeste do Rio Santa Maria e norte do Quarai. Não confundir com a Província de Entre Ríos, na Argentina.

<sup>76</sup> Divisão: Grande Comando Operacional de um Exército constituído por número variável de brigadas, tropas divisionárias e de apoio logístico. No caso da “Divisão de Observação”, tratou-se de nomenclatura utilizada diversas vezes para o grupamento de tropas destinado a vigiar as fronteiras meridionais.

marechal de campo<sup>77</sup> (Mal.) Joaquim Xavier Curado – Conde de São João das Duas Barras, com a maioria de meios em Alegrete-RS, um grupamento em São Borja-RS e forças espalhadas, adotando um dispositivo de vigilância.

Cerrito testemunhou o aumento da presença de tropas. Há registro do reforço de uma Companhia de Caçadores do Regimento da Ilha (de Santa Catarina), que chegara, em 1º de junho de 1811, transportada por duas embarcações. Outras forças passaram pelo povoado naqueles tempos de guerra, havendo, inclusive, a mobilização de milicianos locais.

### **OPERAÇÕES DO EXÉRCITO PACIFICADOR**

Com o propósito de invadirem o Uruguai, as forças luso-brasileiras receberam a denominação de “Exército Pacificador da Banda Oriental” (também conhecido como “Divisão Pacificadora”), que, por sua vez, estava dividida em duas colunas. Uma delas, comandada por Marques de Souza (1º), reuniu-se em Bagé e era composta por infantaria, dois Esquadrões de Cavalaria Ligeira, quatro Esquadrões de Cavalaria da Legião de São Paulo<sup>78</sup> e um Esquadrão de Milícias do Rio Grande, este último recrutado em Pelotas, Canguçu, Piratini, Rio Grande e outras localidades. A outra coluna ficou a comando do Mal. Curado, que estacionou às margens do Rio Ibirapuitã, no chamado acampamento de São Diogo (atual Alegrete).

Dom Diogo passou em revista à tropa no forte Santa Tecla na manhã de 17 de junho de 1811. De lá partiram com a missão de, pela presença ou pela força, desestimular os sitiados de Montevideu. O caminho que cruza o Passo Centurião foi utilizado pela segunda vez como via de acesso para a invasão da Banda Oriental, verificando-se a tendência de interiorização das operações militares, em detrimento do caminho que passava pelos Campos Neutrais. Essa questão é relevante, pois influenciou a vida econômica, política e social de Jaguarão ao longo do século XIX.

A vanguarda, comandada por Marques de Souza, tomou Melo em 23 de julho e, em setembro, o forte Santa Tereza e, a seguir, Castillo. Seguiu junto ao litoral, atingindo Maldonado em outubro. Os anos de combate fizeram deste chefe gaúcho um militar notável. No seu melhor estilo, em um mês e meio, avançou com rapidez e ousadia, vencendo as guerrilhas orientais.

Em 14 de outubro, Francisco de Élio solicitou que os portugueses detivessem seu avanço, pois um acordo entre os espanhóis e a Junta de Governo de Buenos Aires fora selado. Dom Diogo, desconfiando da situação, retardou o quanto pode sua saída do Uruguai.

Como Artigas não concordou com o armistício, os portugueses trataram de prisioná-lo até que ele deixasse a Banda Oriental.

Enquanto a Divisão avançava para o sul, dentre os entreveros ocorridos, o charqueador José Pereira, um dos pioneiros de Cerrito, ocupou a Guarda do Arredondo, na margem sul do Rio Jaguarão por mais de um ano. Também houve um

<sup>77</sup> Equivalente ao posto de General de Divisão (Gen. Div.).

<sup>78</sup> Tropa organizada em São Paulo e que se envolveu ativamente nas lutas no Sul do Brasil.

embate em Melo, próximo a Jaguarão, quando milicianos brasileiros venceram o piquete do Cel. Vila de Mouros, deixando um saldo de 37 mortos e 56 prisioneiros castelhanos.

Passou por Cerrito em agosto de 1812, o Ten. Cel. Félix José de Matos Pereira de Castro, com 204 homens de infantaria, para, em outubro, seguir em 15 embarcações para o forte Santa Tereza, com objetivo de reforçá-lo. Por ordem de Marques de Souza, permaneceram na Freguesia um alferes e vinte praças<sup>79</sup> desta unidade, que se juntaram a oito soldados de Cavalaria e 22 milicianos.

Em junho de 1812, o Exército Pacificador recebeu ordens para retornar ao Brasil. Mas, somente em outubro, ele se pôs em marcha de regresso, fazendo-o em duas colunas, sendo que uma delas pelo Passo Centurião. Ao chegarem aos seus destinos, as tropas foram desmobilizadas.

Enquanto retornava ao Brasil, Dom Diogo distribuiu sesmarias na região de Entre-Rios, onde hoje se situam as cidades de Quaraí, Santana do Livramento-RS, Uruguaiana, Alegrete, Rosário do Sul-RS e Dom Pedrito-RS. Com isso, promoveu a ocupação de fato dessa área, garantindo as condições para que, em conflitos futuros, essas terras permanecessem brasileiras.

Outro legado dessa intervenção foi a consolidação de seis pontos de contato na linha de fronteira entre o Brasil e Uruguai. Foram eles: Chuí/Chuy; Cerrito (Jaguarão)/Guarda Arredondo (Rio Branco); Aceguá/Aceguá; Santana do Livramento/Rivera; Quaraí/Artigas; e Quaraí/Bella Unión.

Pelo protocolo de paz, os espanhóis permaneceram em Montevidéu, enquanto a Junta de Buenos Aires se comprometeu a retirar suas forças da Banda Oriental. Ambos se comprometeram a respeitar os territórios portugueses, deixando eventuais questões de limites para serem tratados por Dom João VI e a Espanha. Mas os castelhanos<sup>80</sup> não cumpriram nem uma coisa, nem outra.

Não houve consequências maiores para Cerrito. Afora a tomada da Guarda do Arredondo e de escaramuças em Melo, as operações militares ocorreram longe do povoado. Algumas tropas reforçaram a localidade, outras apenas por ali transitaram, beneficiando o comércio local. A maioria de meios de Dom Diogo, partindo de Bagé, atravessou o Passo Centurião, a fim de invadir a Banda Oriental, repetindo o movimento de Marques de Souza em 1801.

## ENQUANTO ISSO, EM JAGUARÃO

Enquanto o Brasil experimentava uma verdadeira revolução com a chegada de Dom João VI, o povoado de Cerrito prosperava. Sesmarias já estavam sendo distribuídas desde o final do século anterior. Com a consolidação das conquistas da Guerra de 1801, intensificou-se a distribuição de propriedades, inclusive terrenos

<sup>79</sup> Militares que não são oficiais.

<sup>80</sup> Os castelhanos eram os súditos do Reino de Castela, mas no sul do Brasil, o termo se generalizou para se referir aos espanhóis, uruguaios e argentinos.

localizados em torno do quartel da Guarda, onde hoje é o centro de Jaguarão. Essas concessões caracterizaram uma expansão demográfica natural, independente da vontade dos governantes. Agricultores, criadores de gado, comerciantes e soldados foram, lentamente, dando forma ao povoado.

No mesmo dia em que Dom Diogo iniciou sua invasão da Banda Oriental (17 de junho de 1811), o bispo do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinho, que tinha jurisdição eclesiástica até o extremo meridional da colônia, propôs que fosse erguida uma capela na Guarda da Lagoa e se criasse três novas freguesias no Rio Grande do Sul: Pelotas, Canguçu e Jaguarão. O bispo sugeriu que esta última compreendesse a área entre o Arroio Grande, ao norte; Lagoa Mirim, a leste; Rio Jaguarão, ao sul; e os limites com a Freguesia da Conceição do Piratini (atual Piratini) a oeste. Essa área incluía, portanto, os atuais municípios de Herval e parte de Arroio Grande. Ele supunha que a população abrangida pela freguesia seria de três ou quatro mil pessoas.

Dom José esteve em Jaguarão no final de 1815, quando descreveu a cidade. Em seu diário de viagem, cita que, ao chegar, em 2 de dezembro, foi recebido por soldados da Legião de Voluntários do Rio Grande e da artilharia da Corte. Sobre o moral da tropa, afirmou que ela lhe pareceu em muito bom estado. Visitou o comandante da Guarda – um coronel, porém não cita o nome em seus apontamentos. Provavelmente era Antônio Pinto da Costa.

Ainda em seu relato, Dom José verificou que toda a freguesia devia ter aproximadamente três mil habitantes, sendo, sem contar os soldados, uns 500 moradores no povoado. Sua observação confere com outro registro, de 1811, que contabilizava 32 casas em Cerrito e o mesmo número de habitantes.

Em 1811, esteve na região José Antônio da Silveira Casado, procurador da Viscondessa de Magé, a fim de fazer o levantamento da Estância Real do Cerrito. Ele relatou que não havia como tomar posse das terras, porque elas já tinham sido invadidas por moradores locais, demonstrando a rapidez com que o território vinha sendo ocupado.

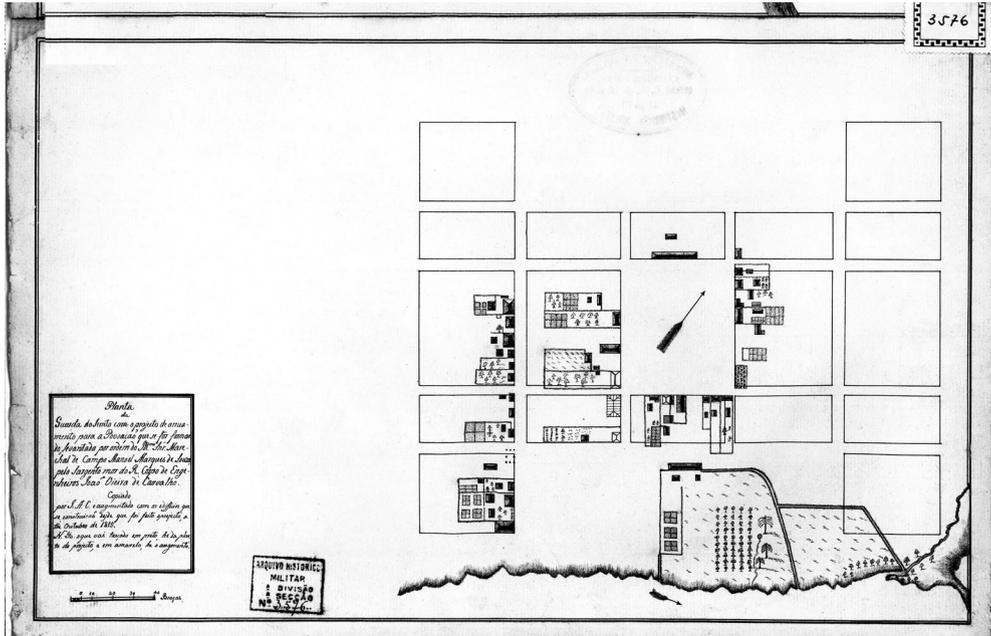
Uma consequência importante do conflito de 1811-12 é que muitos espanhóis fiéis à Metrópole migraram para Cerrito, fugindo de perseguições e das guerrilhas artiguistas. Essa gente se fixou no lugar, mesclando-se aos luso-brasileiros no cadinho étnico brasileiro.

### **A FREGUESIA DO ESPÍRITO SANTO DO CERRITO**

O Príncipe-Regente criou a Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito por meio da Resolução Régia de 31 de janeiro de 1812. Tendo autonomia eclesiástica, foi seu primeiro pároco, o padre Joaquim Cardoso Brum.

Franco diz que “além da criação e instalação da freguesia também foi decisiva para a definitiva estruturação do povoado a Resolução Régia de 24 de março de 1813, que mandou separar território destinado especificamente à povoação da

Guarda do Serrito” (1980, p. 47). A seguir, o Maj. João Vieira de Carvalho<sup>81</sup>, do Corpo Real de Engenheiros, confeccionou a primeira planta conhecida da povoação.



Planta baixa do Divino Espírito Santo do Serrito, 1815. Fonte: Arquivo Histórico Militar, Lisboa

### NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE HERVAL

O povoado nasceu do acampamento estabelecido por Rafael Pinto Bandeira em 1784, para servir como base das guerrilhas na Serra de Herval.

Inicialmente, pertenceu à jurisdição da Vila de Rio Grande e, posteriormente, à de Jaguarão, quando foi elevada à Freguesia de Nossa Senhora das Graças de Herval em 18 de janeiro de 1825. A localidade foi elevada a vila em 20 de maio de 1881 (emancipando-se de Jaguarão) e, em 1938, a cidade. Em 1982, lei municipal mudou seu nome, reincluindo o “h”, conforme a grafia antiga: Herval.

### NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE ARROIO GRANDE

A área urbana do atual município de Arroio Grande não estava incluída dentro da área de jurisdição da Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito em 1812. Porém, a porção sul de sua zona rural, que atinge o Arroio Bretanhas, estava.

81 João Vieira de Carvalho (1781-1847), Marquês de Lages, nasceu em Olivença, Portugal. Combateu na Guerra Peninsular, na Campanha Pacificadora de 1811-12 e na Guerra contra Artigas. Foi promovido a brigadeiro em 1824 e eleito Senador pelo Ceará, tendo ocupado o Ministério da Guerra em cinco oportunidades. Foi sob seus auspícios, que o Exército foi organizado após a Independência em 1824.



Jaguarão, em frente à foz do Arroio do Telho, 10 km oeste da Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito. O local foi chamado de “campamento Borbón” e se destinava a resistir às forças simpáticas a Artigas. Registraram-se combates nesse fortim em maio de 1813, sendo que os espanhóis resistiram a quatro centenas de soldados chefiados pelo Cel. Domingos French. Logo depois, ainda em maio, o acampamento foi levantado e os espanhóis deixaram a região. Cerrito os apoiou veladamente. Os comandantes da Guarda Antônio Pereira Marques e Silvestre Teixeira Pinto, bem como comerciantes locais, forneceram-lhes suprimentos, até onde se sabe.

Outro evento ocorreu em 13 de junho de 1814. Três dezenas de soldados leais à Espanha invadiram a Banda Oriental a partir de Jaguarão (a reunião da tropa se deu no Arroio Chasqueiro, no atual município de Arroio Grande), a comando do Cap. Manuel de Bustamente, para conquistar a Guarda do Arredondo. O então comandante da Guarda do Cerrito e da Lagoa, alferes Domingos Crescêncio de Carvalho, recebeu ordens superiores para não interferir na ação. Após o vitorioso ataque, esse piquete estabeleceu um acampamento, chamado Fernando VII, na margem sul do rio, em frente ao Arroio dos Lagoões, que só foi abandonado quando os espanhóis foram expulsos do Uruguai.

### **REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVE**

Fato importante para a história do Brasil foi a elevação da colônia do Brasil ao “status” de Reino Unido, juntamente com Portugal e Algarves, a 16 de dezembro de 1815. Na prática, foi o fim do regime colonial imposto ao Brasil por 315 anos.

Independente dos objetivos políticos de Dom João, essa medida serviu para “anestesiá” as tendências separatistas que desde o século XVIII eram difundidas no Brasil.

Foi nessa época que começaram a ser erguidos os primeiros casarões que enfeitam a atual Jaguarão. Construções em estilo neoclássico passaram a circundar a Praça Alcides Marques. Dentre eles, destaca-se a atual Casa de Cultura Pompílio Neves de Freitas, de 1815, na Rua General Osório.



## CAPÍTULO 6

# GUERRAS CONTRA ARTIGAS

### OS LUSO-BRASILEIROS SE APRONTAM

Os espanhóis foram expulsos da Banda Oriental. Montevideú caiu nas mãos dos argentinos, os quais, por seu lado, estavam lutando por sua própria independência<sup>83</sup>, além de estarem auxiliando os movimentos libertários do Peru e do Chile. Enquanto isso, aproveitando-se do vácuo de poder na região, Artigas se tornou “Senhor dos Pampas”.

Realizou-se um Congresso em Concepción (Uruguai), oportunidade em que as Províncias (argentinas) de Entre Ríos, Corrientes, Córdoba, Santa Fé e a Banda Oriental declararam Artigas o “Jefe de los Orientales e Protector de los Pueblos Libres”, ao mesmo tempo em que formaram a “Liga Federal”, que se opunha à centralização política buenairense. Os portugueses acompanhavam atentamente a crise na Banda Oriental, pois Artigas defendia abertamente a reconquista da região dos Sete Povos das Missões.

O Governo de Buenos Aires enviou tropas para submeter Artigas, mas essas foram derrotadas. Assim, ficou aberto o caminho para o caudilho se voltar contra o Brasil.

Havia uma situação difícil de conciliar. Dom João almejava levar seus domínios até o Rio da Prata<sup>84</sup>. Por sua vez, as Províncias Unidas queriam obter sua independência e restabelecer o antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Já os artiguistas desejavam um Uruguai independente, ao mesmo tempo em que sonhavam em criar uma grande Federação.

*El izamiento de las diferentes banderas artiguistas [...] el primero de los cuales se produjo el 13 de enero de 1815 en el Cuartel General de Arerunguá, muestra el auge del liderazgo del Caudillo Oriental en un espacio de gran coherencia estructurado en torno a la hidrovía Paraná-Uruguay, que abarcaba, además de la Provincia Oriental,*

83 No Congresso de Tucumán, a Argentina declarou-se independente em 9 de julho de 1816.

84 Dom João desejava buscar uma fronteira natural (o Rio da Prata) para o sul do Brasil e manter a integridade dos seus domínios. Mas sua esposa, Carlota Joaquina (irmã de Fernando VII, Rei da Espanha deposto por Napoleão), invocava seu direito de sangue, com a finalidade de ocupar o vácuo político criado com a saída de Fernando VII do trono espanhol.

*a Córdoba, Santa Fe, Entre Ríos, Corrientes y Misiones. Este espacio, la Liga Federal, era considerado por Artigas, Protector de Los Pueblos Libres, solo como una etapa de una gran Federación de Provincias, que incluía por supuesto al Paraguay (COMANDO, 2007, p. 14)*

O Brasil reforçou as fronteiras meridionais. A 18 de fevereiro de 1815, o Cel. Antônio Pinto da Costa assumiu o Comando da Guarda do Cerrito e da Lagoa, onde, a cada dia, chegavam mais tropas. Em agosto do mesmo ano, embarcações vieram de Santa Catarina transportando 55 soldados de infantaria. Há registros, também, de que a freguesia dispunha de artilharia.

Dom João decidiu tomar a iniciativa. Foram recrutados cerca de 4.800 soldados em Portugal – a Divisão de Voluntários Reais<sup>85</sup>, sob comando do Brig. Carlos Frederico Lecór<sup>86</sup>, com a finalidade de se invadir novamente a Banda Oriental.

Também foi organizada a “Divisão Auxiliadora”, formada pelos Dragões do Rio Pardo, tropas catarinenses e milícias gaúchas comandadas pelo marechal de campo Luís Teles da Silva Caminha e Menezes – Marquês de Alegrete, que, desde 1814, era o Comandante das Armas da Capitania do Rio Grande de São Pedro.

Independente dos preparativos portugueses, em meados de 1816, Artigas reuniu considerável efetivo no Rio Quaraí e em Corrientes (RA), preparando-se para conquistar os Sete Povos das Missões. Planejava inicialmente atuar a oeste do Rio Grande para depois dar combate aos luso-brasileiros que se encontravam junto ao litoral: “La táctica artiguista fue mantenerse siempre a la ofensiva y esperar al mismo tiempo que cambios políticos en Brasil o el desgaste enemigo” (COMANDO, 2007, p. 15). Com esse fim, posicionou suas forças: no litoral, José Fructuoso Rivera; ao centro, Fernando Otorgués, com o Regimento “Dragones de La Libertad” e milicianos; e a oeste, permaneceu ele mesmo com a maioria de meios.

De sua parte, para invadir o Uruguai, Lecór elaborou um plano em que, numa primeira fase, seguiria com os Voluntários Reais junto ao litoral, enquanto a Divisão Auxiliadora manteria a integridade territorial brasileira a oeste. Numa fase seguinte, realizaria uma ofensiva contra os artiguistas, atacando-os pelo sul e pelo norte simultaneamente.

Lecór zarpou do Rio em junho de 1816 na direção da Vila de Desterro. Dentre outras medidas preliminares, ele pré-posicionou em Cerrito uma Companhia de Artilharia, organizada no Rio de Janeiro:

oito peças de campanha, bem como os arreios da Cavalaria, seguiram para a Vila do Rio Grande em sumacas, de maneira que pudessem, depois, descer pela Lagoa Mirim, caso não chegassem a tempo a Cavalaria do país e a Artilharia Montada, mandada do Rio de Janeiro, que se achava no Cerrito, e que poderiam suprir aquela falta ao que, assim, a

85 Após a morte da rainha Maria I em março de 1816, passou a se denominar Divisão de Voluntários Reais d’El Rei.

86 Barão de Laguna, militar português que veio para o Brasil com Dom João VI em 1808. Teve intensa participação na Guerra Peninsular, na Europa.

marcha da Divisão do Rio São Luís até Maldonado não teria interrupção alguma (DUARTE, 1984, v.1, p. 196)

Na área do Rio Jaguarão, como ação preliminar, o Marquês de Alegrete determinou que uma tropa de 600 soldados (um batalhão de infantaria e artilharia da Legião do Rio Grande, a Companhia de Artilharia Montada da Corte, quatro companhias de milicianos do Cap. Manoel Joaquim de Carvalho), comandada pelo Cel. Félix José de Matos, tomasse Melo partindo de Cerrito. A Guarda do Arredondo, guarnecida por 40 homens, caiu facilmente. O tempo ruim dificultou a marcha. Mesmo assim, segundo Lemos (2009, p. 326), a vila foi tomada em 13 de agosto de 1816.

Quando a vanguarda de Lecór chegou próxima ao fortim de São Miguel, reuniu-se a Manoel Marques de Souza (1º), Comandante da Fronteira do Jaguarão e Chuí, que estava à frente de uma força de Cavalaria. As peças do xadrez estavam posicionadas!

### **ARTIGAS INVADE O RIO GRANDE DO SUL**

Antes que as tropas portuguesas concluíssem sua concentração, forças artiguistas invadiram os Sete Povos em setembro de 1816. São Borja foi cercada, mas os orientais não lograram tomá-la, graças à sua tenaz defesa. O sítio foi levantado por uma coluna comandada pelo Ten. Cel. José de Abreu, o “Anjo da Vitória”<sup>87</sup>. Depois, os riograndeses eliminaram as bases de guerrilha orientais existentes em Corrientes.

Com a vitória gaúcha a oeste, as atenções se voltaram para Artigas, que se encontrava próximo a Livramento. Após uma série de derrotas, o chefe oriental foi obrigado a refugiar-se mais para o interior. As tropas luso-brasileiras retomaram, portanto, a iniciativa.

Durante essas operações, os argentinos não se opuseram às ações portuguesas, porque a eles também interessava ver Artigas derrotado.

### **A DIVISÃO DE VOLUNTÁRIOS PASSA POR CERRITO**

Para invadir a Banda Oriental, além de avançar com a maioria de meios da Divisão de Voluntários junto ao litoral, era intenção de Lecór organizar uma coluna, a comando do Brig. Bernardo da Silveira Pinto – Visconde da Várzea, composta por milícias gaúchas (de Manoel Joaquim e Antônio dos Santos) e cerca de 800 portugueses da Divisão de Voluntários. Ela partiria de Cerrito, seguindo para sudoeste. Margearia as nascentes do Rio Negro até se ligar à Divisão Auxiliadora em Paysandú (Uruguai). Enquanto isso, outra coluna, a comando do Brig. Oliveira Álvares seguiria diretamente para Salto (Uruguai).

---

<sup>87</sup> Nasceu em Povo Novo, distrito de Rio Grande, em 1770 ou 71. Foi Comandante das Armas do Rio Grande de Sul de 1822 a 1825. Chegou ao posto de marechal de campo. Recebeu o epíteto de “Anjo da Vitória” graças ao seu desempenho militar nas campanhas contra Artigas. Tombou combatendo na batalha do Passo do Rosário em 20 de fevereiro de 1827.

Havia um acerto para que a Capitania do Rio Grande providenciasse a cavalaria necessária para as tropas portuguesas, mas isso não aconteceu.

no dia 30 de setembro, soube o General Lecor que ainda não estavam prontos os cavalos para a Cavalaria da sua Divisão que ele esperava achar remontada, e que ainda em data de 10 de outubro fora informado pelo Coronel Aparício não terem chegado até aquela época ao **Cerrito**, local designado para a remonta dos quatro Esquadrões, setenta e três cavalos; e que, ao Pontal de S. Miguel não tinham, também, chegado o número de cavalos e carretas que se pedira e, além disso, era ele igualmente informado que todos os cavalos que iam marchar para aquele ponto haviam chegado no mais deplorável estado e incapazes por muito tempo de todo o serviço (DUARTE, 1984, v.1, p. 223-224, grifo do autor)

Sem a cavalaria bem montada, a coluna de Bernardo da Silveira ficaria muito enfraquecida. Esse contratempo, o conhecimento do dispositivo adotado por Artigas (com Otorgués atuando na região de Melo), a situação política e um melhor estudo do terreno fizeram com que Lecór modificasse seu planejamento. Determinou que a coluna do Brig. Silveira realizasse seu avanço de forma totalmente autônoma, na direção geral sul, a uns 150 km do litoral, passando por Cerrito, onde incorporaria a artilharia a cavalo ali estacionada. Dali, seguiria para Melo, transporia os rios Yi e Santa Luzia, seguiria para Minas (Uruguai) para, enfim, reunir-se ao restante da Divisão em Pan de Azúcar (Uruguai). Caberia a ele a missão de cobrir<sup>88</sup> o flanco dos Voluntários e, também, impedir que Otorgués se reunisse a Rivera no litoral.

A coluna de Silveira foi reorganizada. Passou a ter um destacamento de quatro companhias de infantaria dos Voluntários Reais, Cavalaria portuguesa<sup>89</sup> e tropas gaúchas: um batalhão de infantaria da milícia rio-grandense, uma bateria de Artilharia Montada do Rio de Janeiro e cerca de 400 outros cavalarianos. Não era forte, mas estava bem dimensionada para enfrentar os pouco mais de mil homens de Otorgués.

A respeito da passagem da coluna de Bernardo da Silveira por Jaguarão, Saint-Hilaire ouviu o seguinte relato anos depois:

Logo que as tropas de Portugal, componentes atuais da divisão de Lecor, atravessaram a Capitania trataram seus habitantes com desdém e rudeza, de que ainda hoje se queixam com amargor. Mas, cedo foram vingados por uma humilhação sofrida pela cavalaria portuguesa em **Serrito**. Foi aí que lhes deram as montarias e, como todos os animais desta região, meio selvagens, não estavam acostumados à equipagem das cavalarias europeias nem às suas manobras, espantaram-se, atirando ao solo os cavaleiros, debandaram pelos campos e, apesar das inúmeras pesquisas feitas pelos paisanos houve grande perda de selas... Os soldados portugueses acostumados a comer pão não podiam viver unicamente de carne. Quando entraram em campanha foi necessário fazer acompanhar

88 Cobertura é um tipo de operação que busca proporcionar segurança a uma força militar de vulto, conduzida por uma tropa taticamente autônoma.

89 O problema dos cavalos foi solucionado, pois os animais foram adquiridos junto aos estancieiros de Jaguarão.

a tropa quase duzentas carretas de víveres e bagagens. Em uma região descoberta, onde não existe nenhum lugar fortificado, o exército não podia forçar ao combate um inimigo cujo interesse era evitá-lo, e que tinha o dom de se transportar, com a rapidez de um relâmpago, de um ponto para outro (1999, p. 37, grifo do autor)

A coluna partiu de Cerrito no início de outubro e se encontrou com o Cel. Félix José de Matos em Melo. No caminho, encontrou fraca oposição de guerrilhas. A vanguarda da coluna, ao comando do Cap. Manoel Joaquim de Carvalho, estabeleceu contato com um piquete artiguista próximo ao Arroio Zapallar (Uruguai), onde ocorreu um combate de resultado inconcluso.

Em 23 de novembro, saindo de Melo, a coluna prosseguiu seu avanço na Banda Oriental, logrando fixar<sup>90</sup> as forças de Otorgués, não permitindo que elas se reunissem a Rivera num primeiro momento.

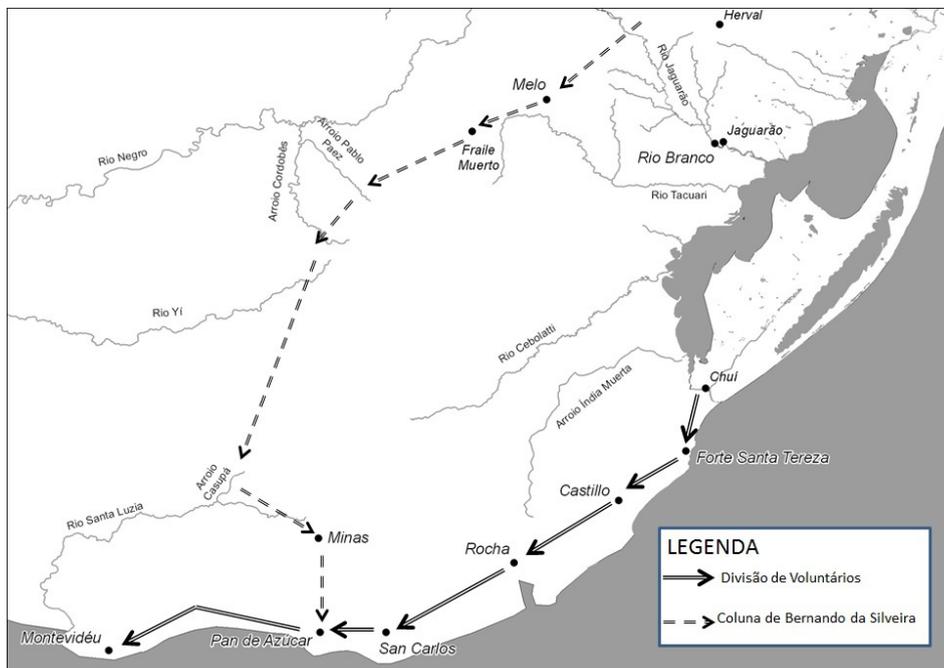
O Brigadeiro Bernardo da Silveira, procurando o Arroio Cordobês, seguiu pelos altos da Cochilha Grande; na altura de Fraile Muerto, destacou uma forte partida, sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Antônio Peçanha, com cerca de 200 homens, pela reunião de dois esquadrões da Divisão de Voluntários, meio esquadrão de Milicianos do Rio Grande, e as guerrilhas do Capitão Carvalho, a fim de explorar o flanco direito da Coluna; esta força, ao chegar ao Arroio Pablo Paéz, afluente do Arroio Cordobês, teve um encontro com as forças do Coronel Fernando Otorgués, a 4 de dezembro, acarretando-lhe 25 mortos e 19 feridos. Depois desta ação, a Coluna avançou, atravessou o Cordobês na picada da Perdiz sempre acoçada pelo inimigo, seguiu pelas nascentes do Las Cañas até o Rio Yi, que foi transposto no passo d'El-Rei, onde hoje existe o Povo de Sarandi. Nas imediações do Torneiro, arroio que flui para o Santa Luzia Chico, Fructuoso Rivera juntou suas forças, de 1.200 homens, às do Coronel Otorgués. Essa ocorrência tornaria crítica a situação do Brigadeiro Silveira, mas os caudilhos orientais não se acertaram e separaram-se, afastando-se Rivera da zona de ação do Coronel Otorgués (DUARTE, 1984, v.1, p. 242)

Sempre fustigado pelos orientais, Bernardo atingiu a barra do Arroio Casupá em 21 de dezembro, onde foi atacado por guerrilheiros. Após estacionar na região por 10 dias, seguiu sua marcha. Desbaratou um piquete de 700 milicianos no Passo do Real (Arroio Santa Luzia) em 3 de janeiro de 1817, abrindo caminho para Montevidéu. Atingiu Pan de Azúcar em 13 do mesmo mês, dois dias antes de Lecór com o restante da Divisão.

A seguir, os portugueses entraram em Montevidéu em 20 de janeiro de 1817, para, logo depois, conquistarem a Colônia do Sacramento, ao passo que a Divisão Auxiliadora cumpriu sua missão de atuar a oeste e nas Missões.

---

90 Ação tática adotada por uma tropa, normalmente em operações ofensivas, que tem por objetivo impedir que o inimigo que está em contato, suas reservas imediatas e elementos de apoio desengajem e, assim, possam ser empregados em outro local.



Invasão luso-brasileira em 1816

Em janeiro de 1817, as forças do Marquês de Alegrete atacaram Artigas ao sul do Rio Quaraí, obrigando o caudilho a se refugiar na margem direita do Rio Uruguai. Porém, os orientais se reorganizaram e iniciaram intensa luta de guerrilhas.

Graças ao fato da Divisão de Voluntários Reais passar por Jaguarão, Debret<sup>91</sup> fez a primeira imagem conhecida da freguesia em 1818: a aquarela “Vila D’Espírito Santo del Serrito”<sup>92</sup>. Analisando-a, ela foi pintada, provavelmente, a partir da coxilha onde hoje se situam a Santa Casa de Jaguarão e o quartel do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado (12º RC Mec).

### ENQUANTO ISSO, TROPAS EM CERRITO

Os Voluntários Reais ocupavam as principais praças do Uruguai, enquanto a Divisão Auxiliadora mantinha a integridade da fronteira rio-grandense. Esse dispositivo militar era completado por milícias.

Como o saque era o “modus operandi” das forças guerrilheiras, Cerrito permaneceu reforçada. Em 1817, por exemplo, a freguesia dispunha de 350 soldados em armas, efetivo quase seis vezes maior do que o normal da Guarda do Cerrito e da Lagoa.

91 Jean-Baptiste Debret permaneceu no Brasil de 1816 a 1831, deixando valioso acervo visual da época. Veio como integrante da Missão Artística Francesa para estabelecer o ensino de Belas Artes no País.

92 Dados catalográficos: Ville d’Espiritu Santo del Serrito (Vila do Espírito Santo del Serrito), J.B.DEBRET, 1818, Aquarela, 8,7x24, MEA 0105. Fonte: Denise Taveira Couto, da equipe de acervos do Museu do Açude, Rio de Janeiro.

Marques de Souza (1º) comandava as tropas responsáveis pela faixa de fronteira que ia do forte Santa Tereza até quase Bagé. Cerrito era ponto de passagem para as tropas que iam ou vinham da Banda Oriental. Ali permaneciam para se suprirem, descansarem ou para reforçarem a praça contra alguma ameaça temporária.

Não houve ameaças sérias ao povoado nesse período. Tropas orientais vagavam pelas proximidades, mas mantinham distância. Houve apenas um entrevero entre Bento Gonçalves com um piquete artiguista que estava saqueando Herval em fevereiro de 1817 e a emboscada do Cap. Hipólito do Couto Brandão contra uma partida uruguaia no Passo Centurião em 14 de março do mesmo ano.

Em 1817, tropas foram recrutadas no Rio Grande do Sul, inclusive Jaguarão, para participarem de uma incursão contra a província de Entre Ríos (RA). Para tanto, foi trazido do Rio de Janeiro um batalhão de infantaria de negros libertos. Em torno dessa unidade, formaram piquetes de Cavalaria. Mas a incursão falhou.

No corte do Rio Celobatti (Uruguai), Rivera, à frente de dois mil homens, deteve a coluna, que precisou de auxílio vindo de Montevideú. O frio dizimou as tropas cariocas. Convencidos do fracasso da operação, a coluna luso-brasileira se refugiou na capital da Banda Oriental, onde chegou em abril do ano seguinte.

### **1818, JAGUARÃO AMEAÇADA**

Algumas províncias argentinas apoiavam Artigas. Mesmo assim, a situação era francamente favorável aos portugueses em 1817.

Nessa época, Buenos Aires estava assustada com a notícia de que a Espanha pretendia enviar uma poderosa expedição militar para restabelecer seus domínios na América do Sul. Por isso, os platinos entraram em acordo com o Brasil, abandonando Artigas à própria sorte. Mas o caudilho não desanimou. Venceu as expedições militares enviadas pelos portenhos para sufocar as províncias federalistas e acabou fortalecido politicamente. A balança virou novamente. A guerra recrudesceu!

No primeiro semestre de 1818, os combates ficaram mais intensos a oeste. Rivera comandava, de fato, a resistência nessa época. Foi então que, buscando aproveitar que o Comando de Fronteira de Rio Grande estava enfraquecido, forças artiguistas realizaram uma ofensiva em junho. A notícia desse ataque chegou ao Brasil antecipadamente, mas não houve tempo para uma preparação adequada. Fernando Otorgués conquistou Melo, enquanto outras tropas orientais tomaram o forte Santa Tereza.

De pronto, o tenente-general Marques de Souza (1º) reuniu suas forças e contra-atacou com vigor, logrando reconquistar todos os sítios. Dentre os diversos combates que tiveram lugar neste período, o de maior vulto ocorreu em 10 de junho, quando o Maj. Antero José Ferreira de Brito<sup>93</sup> venceu os orientais estabelecidos numa

93 Barão de Tramandaí, 1787-1856. Porto-alegrense, veterano das Campanhas de 1811-12 e contra Artigas, da Guerra da Independência na Bahia e da Confederação do Equador. Dentre outros cargos, foi Presidente das Províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

casa na região de Castillo Grande. Outro entrevero foi informado ao Ministro da Guerra pelo Marquês de Alegrete em 8 de agosto:

Na fronteira do Rio Grande, pelo lado de **Jaguarão**, foram destroçadas completamente duas partidas inimigas, comandadas uma por Francisco Antônio Delgado, outra por Tomás de Latorre; a perda do inimigo consistiu em doze mortos, vinte e três prisioneiros e uma considerável quantidade de armamento e cavalos [...] Dos outros pontos da fronteira não me participaram novidade alguma (1818 apud DUARTE, 1984, p. 323, v. 1, grifo do autor)

O primeiro combate descrito por Alegrete ocorreu no Passo da Armada, em Jaguarão, envolvendo Delgado contra os milicianos de Bento Gonçalves da Silva e Hipólito do Couto Brandão. O segundo foi próximo ao Arroio Las Cañas (Uruguai), entre Bento e Tomás Latorre.

A fronteira de Jaguarão permaneceu reforçada. No Passo do Sarandi, estacionou um Batalhão de Infantaria de Rio Grande, a comando do Brig. Félix José de Matos. Em outubro de 1818, essa unidade dispunha de 206 soldados, apoiados por duas peças de artilharia. Já no Passo da Cruz, a Cavalaria da Legião de Tropas Ligeiras, ao mando do Cel. Manoel Xavier de Paiva, mantinha a vigilância com 135 homens.

### **1819-1820, OS COMBATES SE INTENSIFICAM**

Após a frustrada tentativa de ameaçar a fronteira próxima à Lagoa Mirim, as forças artiguistas não mais atormentaram Cerrito em 1818. Deu-se, então, nova invasão oriental nos Sete Povos em abril do ano seguinte, mas os orientais foram mais uma vez derrotados.

O novo Comandante do Rio Grande, Mal. José Castelo Branco Correia e Cunha e Vasconcelos – Conde de Figueira, reajustou o dispositivo militar à sua disposição. Manteve a posse do forte Santa Tereza e posicionou um efetivo considerável próximo ao Arroio Las Cañas, entre Cerrito e Melo, controlando todos os passos sobre o Rio Jaguarão. Reuniu a maioria de seus meios entre o Arapé e Livramento, deixando sua reserva em Porto Alegre.

Atuando na região da calha do Rio Negro, entre Bagé e Melo, Bento Gonçalves venceu o piquete de Fernando Otorgués, vindo a aprisionar o caudilho oriental em 6 de maio de 1819.

Em 29 de junho, Bento mais uma vez saiu vitorioso de um embate contra Don José Lopez. O piquete oriental sofreu significativa derrota, deixando 88 baixas no campo de batalha.

Enquanto o Conde de Figueira perseguia Artigas perto de Livramento, novas ações se desenrolaram em Jaguarão:

Artigas havia despachado o entrerriano don Gregório Aguiar, para hostilizar o dispositivo português naquela fronteira. Don Gregório chegou a vadear o rio Jaguarão e tomar a direção da vila do Cerrito (atual cidade de Jaguarão); mas logo teve acesso de

bom senso e desistiu dessa aventura. E, sob a pressão das volantes dos capitães Bento Gonçalves da Silva e Diogo Felix Feijó, repassou o rio, indo acampar no Passo do Pereira, nas cabeceiras do arroio Olimar. Ali, no dia 6 de janeiro de 1820, foi atacado pelos portugueses [...] Foi o triste fim da tal “Divisão Aguiar” (LEMOS, 2009, p. 387)

Após vários combates na fronteira, o Conde de Figueira, em 22 de janeiro de 1820, derrotou definitivamente Artigas na batalha de Tacuarembó-Chico. Enfraquecido militar e politicamente, saiu de cena um dos mais notáveis caudilhos uruguaios, defensor incontestado da independência dos “orientales”. Exilou-se no Paraguai, onde faleceu em 1850, sem nunca mais ter pisado em sua terra natal.

Em 30 de janeiro de 1819 foi assinada a “Convenção entre o Cabildo de Montevideu e Dom João VI”. Esse documento definia como limites entre a Banda Oriental e a Província do Grande uma linha que partia do mar, passava ao sul do forte Santa Tereza, tomando a direção nordeste, seguindo uma linha reta até a foz do Arroio São Luiz na Lagoa Mirim, dali pela margem ocidental desta, até a foz do rio Jaguarão, seguindo este curso d’água até suas nascentes, daí numa linha que o ligava à coxilha de Santana (Livramento), tomando direção sudoeste pela coxilha do Haedo e, dali, finalmente, seguindo o Rio Arapeí, até sua foz no Uruguai<sup>94</sup>. A importância desse documento legal foi que o Brasil reconheceu, pela primeira vez, a Banda Oriental como unidade política separada das Províncias Unidas, estabelecendo a posição brasileira a respeito do assunto.



Fronteira com a Cisplatina, de acordo com o Ato de Incorporação de 1819

94 Este documento dava ao Brasil o domínio exclusivo das águas da lagoa Mirim.

### **CONSEQUÊNCIAS PARA A FREGUESIA DO CERRITO**

A população de Cerrito cresceu rapidamente durante o período de 1811 a 1820. Parte do crédito desse desenvolvimento se deveu ao incremento do comércio local durante as Guerras contra Artigas. Com o término do conflito armado, desapareceram os bons negócios, o que não impediu que a povoação se progredisse. O porto, como porta de entrada e saída de mercadorias da região, era a pérola da economia local.

A sociedade jaguareense era fortemente militarizada, sendo que os homens de farda tinham proeminência sobre os demais segmentos sociais. Cerrito se firmou como uma das bases de operações para o Exército Português e, depois, o Brasileiro.

Durante esse período, foi utilizado o Passo Centurião para a invasão da Banda Oriental (pelas forças de Bernardo da Silveira), assim como ocorrera em 1801 e 1811. Estava, então, consolidada a vocação militar da futura Cidade de Jaguarão.

### **DOM PEDRO DE ALCÂNTARA, PRÍNCIPE REGENTE**

Como consequência da Revolução Liberal de 1820, em Portugal, D. João foi obrigado a voltar para a Europa. Antes, porém, teve o cuidado de deixar o Príncipe Dom Pedro de Alcântara no Rio de Janeiro. Caso os ventos soprassem na direção da independência do Brasil, ele, que era o sucessor do trono português, deveria assumir o governo da nova nação.

### **CRISE NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO**

Em 7 de janeiro de 1821, Dom Pedro de Alcântara recusou-se a cumprir as determinações da Corte Portuguesa para que ele voltasse à sua terra natal. Foi o “Dia do Fico”, sendo que o Rio Grande do Sul se solidarizou com o Príncipe.

Em 28 de fevereiro de 1821, a Capitania de Rio Grande de São Pedro passou a se denominar Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Logo depois, foi nomeado seu Presidente e Comandante o Brig. João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, que viera para o Brasil com a Divisão de Voluntários.

Inicialmente, esse oficial apoiou a causa brasileira de manter sua autonomia, desde que permanecesse ligado a Portugal. Quando Dom Pedro convocou a Assembleia Constituinte em junho, o oficial português discordou, solicitando sua demissão do cargo. Formou-se uma crise, pois Daun era o Comandante das Armas da Província, o que podia levar a sérias consequências. Apenas com seu regresso a Portugal, a situação foi contornada.

### **PROVÍNCIA CISPLATINA**

Antes de voltar para Portugal, Dom João reconheceu as independências das Províncias Unidas e da Banda Oriental. Lecór, entretanto, manobrou habilmente e anexou o Uruguai por meio do “Ato de Incorporação da Província Oriental ao Reino Unido de Portugal e Brasil”, de 31 de julho de 1821, dando-lhe o nome de Estado

Cisplatino Oriental. Esta decisão, que desrespeitou o desejo do Rei, colocou a diplomacia portuguesa em má situação na Europa. Mas diante da crise iniciada com a Revolução Liberal do Porto, esse problema ficou em segundo plano.

O Ato entregou os fortes de Santa Tereza e São Miguel aos uruguaios, bem como a região entre os rios Quaraí e Arapeí. O limite entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental representavam muito bem o “uti possidetis”, assumindo uma conformação bem próxima da atual fronteira sul do Brasil. Entretanto, foi imposta aos orientais uma “fronteira seca”, ou seja, a navegação nas águas do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim passou a ser exclusivamente brasileira, uma injustiça que só foi corrigida em 1909.

Regulamentou-se de forma restritiva o comércio entre o Rio Grande e o Uruguai, bem como o trânsito de pessoas. Essas medidas causaram mal-estar no povo da fronteira, acostumado a comercializar “sem controle”. Os enriquecidos estancieiros passaram a tomar posse ou comprar terras no outro lado da fronteira, com a finalidade de facilitar a passagem de produtos (especialmente gado) pelo Rio Jaguarão (o mesmo aconteceu a oeste, em Bagé, Santana e Quaraí). Essa “invasão branca” brasileira acabou motivando guerras, crises diplomáticas e intenso comércio irregular entre os dois países nas décadas seguintes.





## CAPÍTULO 7

# INDEPENDÊNCIA

### **INDEPENDÊNCIA OU MORTE!**

A partir de 1821, os portugueses passaram a fazer pressão para que o Brasil voltasse à condição de colônia. As relações entre Brasil e Portugal deterioraram-se rapidamente. O impulsivo Pedro de Alcântara, às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo-SP, deu início ao processo de separação política do Brasil em relação à sua antiga metrópole, com o célebre brado de “Independência ou Morte” em 7 de setembro de 1822. Estabeleceu-se o “Império do Brasil”, tendo como seu primeiro mandatário justamente seu Príncipe-Regente, com o título de Dom Pedro I. Jaguarão não era mais portuguesa. Passou a ser “brasileira”!

### **O BRASIL APÓS A INDEPENDÊNCIA**

Com a proclamação da independência, o Brasil viu-se obrigado a consolidá-la. Tratava-se de um País enorme, com população predominantemente escrava, baixa densidade demográfica, saído de um período de três séculos de regime colonial e dispondo de infraestrutura insuficiente para vencer seus desafios. D. João deixou os cofres brasileiros em situação financeira precária. A maior parte dos quadros administrativos era portuguesa e, com o regresso do Rei à Europa, partiu com ele, criando desorganização generalizada.

Insurreições de tropas leais a Portugal irromperam em diversas províncias. As principais foram na Bahia, no Pará e na Cisplatina. Vencendo as dificuldades, esses levantes foram sufocados até 1824. A mais perigosa delas foi a resistência da Divisão de Voluntários Reais, a comando do Brig. Álvaro da Costa de Souza Macedo, quando houve escaramuças entre brasileiros e portugueses nos arredores de Montevidéu, sendo que os lusos permaneceram cercados na cidade até fevereiro de 1824. Não foram encontrados registros de que tropas do Divino Espírito Santo do Cerrito tenham participado dessas operações.

Portugal, que estava em dificuldades financeiras e sob forte pressão inglesa, acabou reconhecendo a independência brasileira em 1825.

**O REGIMENTO DE CAVALARIA Nº 4 (RC 4)**

Enquanto o Brasil lutava para se organizar como País, o Império estruturou suas Forças Armadas. Sob a direção do tenente-general português João Vieira de Carvalho, o Exército foi reorganizado por meio do Decreto Imperial de 1º de dezembro de 1824.

Essa tarefa, porém, não se mostrou simples. A maioria das tropas (especialmente os oficiais) portuguesas retornou à Europa, gerando séria perda qualitativa. O Brasil procurou compensar tal situação com a contratação de mercenários estrangeiros e com a transformação de antigas unidades de 2ª Linha em tropas regulares. Para armar, fardar e equipar esse contingente, o País dependia, basicamente, da Inglaterra.

O Decreto se baseou na estrutura portuguesa. Havia o Exército Regular (ou 1ª Linha) e as tropas de 2ª Linha, similar ao modelo colonial (as Ordenanças foram omitidas do texto). 1ª e 2ª Linhas deveriam chegar a 100.000 homens, um número mais teórico do que factível.

O Exército Imperial foi dividido em três Armas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Disponha do famoso “Batalhão do Imperador”; três Batalhões de Granadeiros; 27 Batalhões de Caçadores (BC); sete Regimentos de Cavalaria (RC); e 17 Corpos de Artilharia. A 2ª Linha, constituída das forças destinadas a serem mobilizadas em caso de necessidade, tinha 89 Batalhões de Infantaria e 38 Regimentos de Cavalaria.

A divisão da Força Terrestre em 1ª e 2ª Linhas atendia à situação política e militar do Brasil da época. Em caso de emergência, cada um desses segmentos não guardava rigorosamente sua função, sendo empregados conforme as necessidades. Tratando-se, pois, de uma tradição vinda do Período Colonial.

O Decreto previa uma evolução na antiga organização da Cavalaria. Os “esquadrões independentes” deveriam ser transformados em regimentos. O Rio Grande do Sul foi aquinhoado com grande número de unidades de 1ª Linha, dentre elas, três Regimentos. Assim, o Esquadrão de Voluntários da Província de São Pedro formou o Regimento de Cavalaria nº 4, ou Regimento de Cavalaria de 1ª Linha nº 4<sup>95</sup>, cuja parada<sup>96</sup> era a povoação do Cerrito.

Sua estrutura contava com um Estado-Maior e oito Companhias. Comandaram este Regimento até 1824:

- Cap. Rafael Pinto Bandeira, de 27/8/1769 a 31/6/1776 (como Esquadrão de Voluntários do Rio Grande), e a partir de então, no Comando da Legião de Cavalaria de Tropa Ligeira até data indefinida;

- Cel. Manoel Marques de Souza (1º), de 1º/6/1796 até data indefinida;

- Cel. Manoel Marques de Souza (2º)<sup>97</sup>, de 1816 até data indefinida.

95 Há documentos posteriores que se referem ao 4º RCL como “Esquadrão de Voluntários da Província de São Pedro 4º”.

96 “Parada” era o termo utilizado para definir em que cidade ou região uma unidade permanecia por certo tempo. Podia ser por anos ou apenas alguns dias.

97 Filho de Manoel Marques de Souza (1º) e pai do Conde de Porto Alegre.

- Os Comandantes do RC 4, após o Decreto de 1º de dezembro de 1824, foram:
- Cel. Miguel Pereira de Araújo Barreto, de 1825 até data indefinida;
  - Ten. Cel. Manuel Barreto Pereira Pinto, de 1827 até data indefinida;
  - Maj. Manoel Marques de Souza (3º), de 1829 até data indefinida.

### A ROTINA MILITAR NAQUELES TEMPOS

A rotina nos quartéis começava ao raiar do Sol. A tropa dispunha apenas de esteiras para dormir, facilitando a arrumação dos alojamentos. Os soldados que tinham família moravam nos arredores da unidade.

O almoço era servido em torno das 10 horas da manhã, enquanto o jantar era às quatro. Ao meio-dia, havia a troca do serviço de guarda. Ali pelas 20 horas, todos deveriam se dirigir para os alojamentos, logo após a “revista do recolher”.

Os jovens podiam ingressar no Exército com 15 anos de idade como voluntários (os cadetes, com apenas 14). Poucos eram alfabetizados. Sendo o catolicismo a religião oficial, havia horários pré-determinados para as orações e missas aos domingos e dias santos. Mas há registros de forte sincretismo religioso entre os soldados já naquela época.

O armamento era a espingarda de pederneira, antecarga (carregado pelo cano), alma lisa, modelo 1822, que atingia entre 150 a 200 passos de distância.

A vida diária, a disciplina e o treinamento da tropa estavam previstos no Regulamento do Conde de Lippe<sup>98</sup>, de 1764, que, sobre a preparação de Cavalaria, previa que as tropas de “Cavalaria devem aprender a pensar os Cavalos, a marchar a passo, trote e galope, a escaramuçar, fazer uso das suas armas de fogo e brancas, tanto a pé firme como na carreira; a consertar os arreios; forragear; levantar barracas” (LIPPE 1763 apud LEMOS, 1996, p. 173)

Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês, viajou pelo Brasil entre 1816 a 1822. Escreveu uma obra monumental, com nove volumes, descrevendo detalhes da vida dos brasileiros naqueles tempos. No volume 9 – *Viagem ao Rio Grande do Sul* – ele fala dos gaúchos. Eis um trecho, em que ele trata da situação militar nos Pampas e menciona, de passagem, a Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito:

Porto Alegre, 27 de junho [...] As tropas estacionadas da Capitania são em número de 3.000 homens, composta de milicianos da região e de uma legião de paulistas. O soldo desses homens está atrasado há vinte e sete meses, e há três anos que eles vivem unicamente de carne assada, sem pão, sem farinha e sem sal. A ração de cada homem é de quatro libras de carne por dia, e somente constituída pelas partes mais gordas e mais carnudas dos animais. Os oficiais comem fígado com a carne, à guisa de pão. Os soldados substituem esse alimento fazendo torrar uma parte de suas rações, comem com o resto, que é assado de modo costumeiro. Os milicianos da região estão facilmente acostumados a esse regime que pouco difere de seu modo normal de viver. Não obstante apareceram moléstias devido ao excesso de alimentação carnívora, principalmente

98 Friedrich Wilhelm Ernst Graf zu Schaumburg-Lippe-Bückeberg foi um oficial alemão (nasceu em Londres, porém) contratado para comandar e reorganizar o Exército português no século XVIII.

desinterias, sobre tudo entre os paulistas, mais habituados ao uso do feijão e da farinha que ao da carne. Porto Alegre, 28 de junho. – As rendas dessa capitania compõem-se dos direitos alfandegários, dos de Santa Vitória, do quinto dos couros exportados, dos dízimos, dos pedágios e travessias de rios. O quinto dos couros é contratual e foi estabelecido no Rio de Janeiro [...] Depois da batalha de Taquarembó, Fructuoso Rivera, o mais hábil de seus lugares-tenentes, entregou-se ao General Lecor, com seus comandados, os quais eram considerados os mais disciplinados de quantos haviam sustentado Artigas. Tais resultados, magníficos, foram fruto da ação conjunta de apenas oitocentos portugueses-brasileiros, homens da região, possuidores dos mesmos hábitos dos inimigos e que combatiam com armas iguais, porém com superiores de coragem e de inteligência [...] Porto Alegre, 10 de julho. – Como esta Capitania foi durante muito tempo teatro de uma guerra, o governo militar empregou aqui mais violência que em outras províncias. Os habitantes acham-se acostumados a tais irregularidades e cada uma usa por sua vez injustiça e vexames próprios do ambiente, suportando-os com menor sofrimento quando atingidos [...] Aqui só se consideram os homens pelas suas categorias militares, e os funcionários civis e juizes não gozam da mínima consideração. Desdenham as formalidades da justiça e é perante o General que se resolvem todas as contendas [...] Um padre espanhol, amigo da verdade, que foi obrigado a deixar Entre-Rios, refugiando-se em Porto Alegre, devido às suas idéias fiéis ao Rei, assegurou-me que antes mesmo das primeiras hostilidades os estancieiros portugueses lançaram-se sobre terras dos espanhóis, daí levando grande número de bovinos. Quanto às selvagerias que certos portugueses atribuem ao pessoal de Artigas, parece, pelo testemunho de oficiais probos, terem sido absolutamente recíprocas (1999, p. 33-39)



## CAPÍTULO 8

# A GUERRA DA CISPLATINA

### “YAGUARÓN”, SARANDI E A INVASÃO PLATINA

No seu extremo sul, o antigo Estado Cisplatino Oriental, anexado ao reino português, manteve-se ligado ao Império com o nome de Província Cisplatina. O Presidente das Províncias Unidas – Don Juan Gregório de Las Hera – enviou uma missão diplomática ao Brasil, com o objetivo de buscar uma solução pacífica para a questão. Entendia que o Uruguai deveria se integrar à República estabelecida em Buenos Aires. Dom Pedro sequer respondeu à tentativa de negociação. Assim, o caminho ficou livre para um grupo de patriotas uruguaios, exilados em Buenos Aires, iniciar um novo movimento de emancipação em relação ao Império do Brasil<sup>99</sup>.

Em 19 de abril de 1825, o Cel. oriental Don Juan Antônio Lavalleja, no comando de um grupo que se immortalizou como os “Treinta y Tres Orientales”, desembarcou na praia de Agraciada (departamento de Soriano-Uruguai) e iniciou o movimento<sup>100</sup> que levaria o Uruguai a se tornar uma nação independente, tanto do Brasil quanto da Argentina.

O grupo partiu em marcha para sitiá-lo e Colônia. No caminho, obteve adesão em massa de seus patrícios. Era o início da Guerra Cisplatina!<sup>101</sup>

No plano político, foi estabelecida como capital provisória a Cidade de La Florida (Uruguai). A chamada “Declaração de Florida” manifestava claramente o desejo da Banda Oriental em pertencer às Províncias Unidas. O governo portenho, entretanto, evitou dar apoio explícito aos uruguaios, temendo um confronto direto com o Brasil.

Os brasileiros contavam com superioridade numérica em relação aos uruguaios. Dominavam Montevidéu e Colônia, ambas sob o comando de Lecór, bem como os fortes de Santa Tereza e São Miguel.

No Rio Jaguarão, Bento Gonçalves dispunha de 350 milicianos. Face a ele, os orientais mantiveram os milicianos do “Cuerpo no Paso Del Rey”, a comando de Ignacio Oribe, que contava com mais de 300 homens.

99 Para os argentinos, chamou-se “Guerra Del Brasil”, “Guerra Argentino-Brasileña” ou “Guerra Contra El Imperio del Brasil”.

100 “Cruzada Libertadora”, segundo alguns autores uruguaios.

101 Este novo conflito nada mais foi do que a continuação das lutas levadas a efeito por Artigas de 1811 a 1820.

Tão logo soube do movimento revolucionário, o Comandante das Armas da Província de São Pedro, Mal. José de Abreu, marchou na direção de Mercedes, na Cisplatina. Juntamente com ele, estava o RC 4, na época comandado pelo Cel. Miguel Pereira de Araújo Barreto.

Pouco antes, o RC 4 passara a se denominar apenas “Regimento de Cavalaria nº 4” em 5 de maio de 1825, como consequência da Decisão nº 57 do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

José de Abreu lançou uma coluna a partir de Mercedes, sob a liderança de Bento Manoel, composta por 600 homens, reforçados por um esquadrão (formado por duas companhias) do RC 4. Essa tropa bateu-se com os orientais no Arroio Águila em 4 de setembro, resultando em 31 baixas do lado uruguaio. Foi o batismo de fogo do 4º Regimento.

Bento Manoel marchou para Montevidéu, já contando com o restante do RC 4. Lá, após receber reforços, partiu em busca do contato com Lavalleja. Em Minas, reuniu-se às tropas de Bento Gonçalves, que vinham dos arredores do Rio Jaguarão.

Com a freguesia desguarnecida, foi necessário convocar a 2ª Linha para garantir sua segurança.

Contando com cerca de 1.500 soldados de 1ª Linha e milicianos, todos de Cavalaria, Bento Manoel encontrou-se com os cerca de 2.000 orientais de Lavalleja, a 12 de outubro de 1825, em Sarandí, às margens do arroio de mesmo nome, a sudeste de Durazno (Uruguai).

Os 3º, 4º e 5º RC combateram no centro do dispositivo (soldados de 1ª Linha) sob o comando do Ten. Cel. Alencastre, enquanto o próprio Bento Manoel posicionou-se à esquerda.

Os milicianos de Bento Gonçalves<sup>102</sup>, por sua vez, posicionaram-se no flanco direito. Durante a batalha, essa força combateu ao lado de Milicianos de Rio Pardo e do 39º RC de 2ª Linha (Cel. Pedro Pinto), num total de 345 homens.

Bento Gonçalves enfrentou Fructuoso Rivera, que tinha a seu comando parte dos “Dragones de la Unión” (Andrés Latorre) e das Milícias de Soriano (Miguel Planes) e de Yi e Rio Negro (Julian Laguna).

*Rivera que fue el primero en formar sus divisiones, fue el primero en adelantarse al galope sobre Bento Gonzalves, quien resistió el choque, pero no pudo impedir que un escuadrón que tenía la misión de flanquear la izquierda oriental, fuera arrollado y dispersado por las milicias de Soriano, al tiempo que cargaba Laguna con las milicias de entre Yí y Río Negro y acuchillando a las milicias de Yaguarón las empujaba contra el centro, iniciándose en ese momento el movimiento desbordante que obligaría a la completa dispersión de los brasileños [...] Los Jefes brasileños ya perdida toda esperanza de rehacerse, sólo piensan en la retirada [...] Bento Manuel y Bento Gonzalves han conseguido tomar el camino a Polanco (VICO, 1975, p. 108)*

102 As menções às “Milícias de Jaguarão” antes da Revolução Farroupilha são genéricas. Relacionam-se à região onde corre o rio de mesmo nome. Ou seja, essas milícias, que estavam em Sarandí, foram recrutadas não só na Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito, mas também em Arroio Grande, Herval e no lado uruguaio.

Os brasileiros foram fragorosamente derrotados. Em meio à batalha, as milícias de Jaguarão foram salvas pela brava atuação da Cavalaria do Ten. Cel. Alencastre<sup>103</sup>:

A ação do centro, conduzida por Alencastre, custou caro. Quase toda a sua força foi batida, tombando ou sendo aprisionada, inclusive significativo efetivo do RC 4.

Como consequência de Sarandi, os brasileiros foram obrigados a deixar a Banda Oriental. O Império adotou uma atitude defensiva na fronteira do Rio Grande do Sul, mas manteve o controle de Montevideu e Colônia e dos fortes de Santa Tereza e São Miguel.

Após Sarandi, o governo argentino, sob pressão popular, decidiu participar ativamente do conflito. Tomou várias medidas diplomáticas que acabaram por fazer com que o Império do Brasil lhes declarasse guerra em 10 de dezembro de 1825. Buenos Aires enviou tropas e coube ao Gen. argentino Carlos María Alvear assumir o comando de seus patrícios e dos uruguaios, formando o chamado “Exército Republicano”.

D. Pedro substituiu José de Abreu pelo Brig. Francisco de Paula Massena Rosado como Comandante das Operações. Este estabeleceu um dispositivo defensivo, concentrando a maioria de seus meios ao centro, no Acampamento da Imperial Carolina, em Santana do Livramento<sup>104</sup>, inclusive os remanescentes do RC 4, que ali permaneceram por longo período. Organizou duas Brigadas<sup>105</sup> de Cavalaria Ligeira: Bento Manoel, com a 1ª, permaneceu no corte do Rio Arapeí, a oeste; e a 2ª Brigada, sob as ordens de Bento Gonçalves<sup>106</sup>, no corte do Rio Jaguarão, centrado na Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito. Este dispositivo permaneceu inalterado até o final de 1826.

Apenas pequenos encontros passaram a acontecer na fronteira, como o que ocorreu em 7 de dezembro de 1825, o Ten. Cel. Bonifácio Isás Calderón<sup>107</sup>, que integrava a Brigada de Bento Gonçalves, bateu um piquete do Cel. Ignácio Oribe próximo a Melo, no Arroio dos Conventos, afluente do Rio Tacuari. Deste combate resultaram 10 mortos e 34 prisioneiros orientais.

Até meados de 1826, Cerrito permaneceu como uma frente secundária, apesar dos passos existentes no Rio Jaguarão serem atrativos militares importantes, pois davam acesso às ricas charqueadas de Pelotas e ao porto de Rio Grande.

103 Graças à atuação do Ten. Cel. Joaquim Antônio Alencastre, no centro do dispositivo brasileiro, que a Cavalaria milicianiana conseguiu escapar. Sua tropa, porém, foi destruída.

104 O Acampamento da Imperial Carolina estava centrado no Cerro do Depósito, onde hoje está estabelecido o 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Local insalubre e difícil de ser suprido, o Exército acabou padecendo pela falta de víveres, uniformes, munições e toda a espécie de suprimentos. Os números são contraditórios, porém, relata-se que os brasileiros enterraram entre 600 a 800 soldados nesse lugar.

105 Brigada: para o Exército Brasileiro, atualmente, trata-se de uma grande unidade (GU) básica para condução de operações, que combina diversas unidades de combate, apoio ao combate e apoio logístico, sendo capaz de atuar de forma autônoma. Porém, ao longo da história, a Brigada teve diversas organizações. No caso da Brigada Ligeira de Bento, não havia essa combinação equilibrada. Ela era formada por regimentos de Cavalaria.

106 A Brigada tinha cerca de 600 soldados, composta pelos 21º RC de 2ª Linha (Vila de Rio Grande), do Maj. Manoel Soares da Silva, e 39º Regimento de Cavalaria de 2ª Linha (Cerro Largo), do Ten. Cel. Bonifácio Isás Calderón.

107 Caudilho uruguaio que prestou serviços ao Império durante as Guerras Cisplatina e dos Farrapos. Chegou ao posto de brigadeiro.

Nesta época, a ação de Bento Gonçalves junto à fronteira era extremamente agressiva, atacando a população civil e capturando gado e cavalos orientais em grande quantidade. Algo similar ao que Rivera fazia sem parar havia anos, particularmente no corte do Rio Quaraí. Essa situação levou os orientais a retaliar.

O Cap. Cláudio Berdun, comandante da vanguarda do Cel. Ignácio Oribe, atacou um piquete destacado por Bento nas pontas do Hospital<sup>108</sup> em 13 de julho de 1826, resultando em pesadas baixas para os brasileiros: 14 mortos, seis feridos e 22 prisioneiros.

Diante do êxito atingido nas pontas do Hospital, no dia 27, o “Regimiento de Caballería nº 2”, de Durazno, a comando do Cel. argentino José María Paz y Hae-do<sup>109</sup>, e tropas orientais, de Ignácio Oribe, reuniram-se no Arroio Cordobés. Seguiram para o Rincão de Francisquinho<sup>110</sup>, onde Bento Gonçalves estava acampado com sua brigada: 800 milicianos.

Ao tomar conhecimento disso, o Brig. Rosado reforçou Bento com a 3ª Brigada de Cavalaria, do Cel. Olivério José Ortiz, que, após uma aproximação sorrateira, lançou o Maj. Antônio de Medeiros Costa contra a vanguarda adversária, comandada por Berdun, em 6 de agosto, nas nascentes do Rio Caraguatá<sup>111</sup>, destruindo-os. 148 soldados orientais foram feridos ou mortos (inclusive Berdun, que tombou neste combate), caindo prisioneiros outros 24. Apenas três dezenas conseguiram se salvar. Depois desta derrota, os platinos e orientais abandonaram a região. Bento Gonçalves ficou vigiando o corte do Rio Jaguarão, enquanto o Cel. Ortiz permaneceu nas nascentes do Rio Negro.

## RUMO AO PASSO DO ROSÁRIO

Por decreto de 12 de setembro de 1826, foi dado o nome de “Exército do Sul” às tropas que operavam no Rio Grande. Para comandá-las, foi designado o tenente-general Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta – Marquês de Barbacena<sup>112</sup>. Ele foi indicado por ser brasileiro, já que o xenofobismo em relação aos portugueses era crescente. Mesmo assim, foi mal recebido no Sul. Os oficiais portugueses não gostaram da saída de Lecór e os gaúchos não viam com bons olhos um comandante sem experiência de guerra, além de não terem aceitado o afastamento de José de Abreu.

Segundo estimativas (otimistas!), o Exército do Sul tinha 15.000 homens. O comandante em chefe adotou, então, o seguinte dispositivo: 200 em Cerrito (Jaguarão);

108 Localiza-se a sudoeste de Vichadero (Uruguai), longe de Jaguarão.

109 José M. Paz (1791-1854) participou das guerras de independência das Províncias Unidas contra os espanhóis, depois na Guerra da Cisplatina e das disputas internas do Uruguai. Em janeiro de 1828, tomou a Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito, atual Cidade de Jaguarão. Chegou a “Brigadier” logo após a batalha do Passo do Rosário. Célebre unitarista, foi adversário de Rosas, chegando a ser exilado no Rio de Janeiro. É conhecido na Argentina como “El Manco Paz”. Infelizmente, na sua extensa autobiografia, relatou pouco da Guerra Cisplatina, não mencionando sua passagem por Jaguarão.

110 Localiza-se ao norte do Jaguarão e a oeste do Arroio do Bote.

111 Localiza-se ao norte de Vichadero, longe de Jaguarão.

112 Era Visconde, passando a Marquês em 4 de novembro de 1826.

2.500 na fronteira do Rio Grande; 3.700 em Montevidéu; 1.100 em Colônia; e 7.500 no Exército em formação.

O Mal. Gustavo Henrique Brown<sup>113</sup>, Chefe do Estado-Maior de Barbacena, recebeu ordens para organizar as forças estacionadas em torno da Vila de Rio Grande, inclusive as do Cerrito, e se deslocar para se reunir à maioria de meios do Exército do Sul que se encontravam em Livramento.

Mas antes que isso ocorresse, Alvear iniciou seu movimento no final de dezembro de 1826. O Exército Republicano dispunha de cerca de 12.700 homens, sendo 9.000 argentinos e 3.700 uruguaios. Neste efetivo estavam inclusas as tropas que cercavam Montevidéu e Colônia, bem como de forças de cobertura lançadas na Lagoa Mirim e nas Missões. Assim, essa força expedicionária tinha, ao cruzar a fronteira, pouco mais de 6.300 soldados, sendo 2.500 orientais.

De Durazno, Alvear seguiu balizado pelo Rio Negro na direção de Bagé. Pretendia bater as tropas brasileiras localizadas em Livramento e Rio Grande-Pelotas-Cerrito separadamente. Primeiro atacaria Brown e conquistaria o porto de Rio Grande. Depois se voltaria contra Barbacena.

Surpreso com a invasão, Barbacena decidiu concentrar seu exército. Deslocou suas forças de Santana do Livramento na direção leste, enquanto suas tropas de Pelotas, Rio Grande e Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito partiram para oeste. O objetivo era que elas se reunissem na região de Bagé.

A tropas de Brown, chamada “Divisão Esquerda”, dispunha de aproximadamente 1.600 soldados distribuídos pela 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira, de Bento Gonçalves, 4º, 5º e 6º RC, Companhia Provisória de Rio Grande (milicianos), 18º e 27º Batalhão de Caçadores (27º BC) e Esquadrão de Lanceiros, estas duas últimas unidades, formadas por mercenários alemães<sup>114</sup>.

Exceto a Brigada Ligeira, as demais unidades estavam em Pelotas e em seus arredores. Elas interromperam seu programa de instrução e seguiram para Bagé em 17 de janeiro. A maior parte dela foi por via terrestre, diretamente para o Rio Jaguarão-Chico. A outra, realizando a cobertura do flanco sul<sup>115</sup>, formada pelos Lanceiros Alemães e 27º BC, foram via Lagoa Mirim até Cerrito.

113 Natural de Arnemburg, Alemanha. Servira sob a bandeira inglesa na Legião Anglo-Alemã. Foi contratado para servir o Exército Imperial como marechal de campo de 1826 a 1831.

114 Para suprir a deficiência qualitativa de pessoal na Marinha e no Exército, Dom Pedro contratou mercenários, particularmente alemães e irlandeses. No caso do Exército, foram quase 3.000 homens. O 27º BC foi organizado em 12 de outubro de 1825, ficou inicialmente aquartelado no Rio, tendo sido o único batalhão de mercenários a lutar numa guerra externa. Esta unidade combateu na batalha do Passo do Rosário. O Esquadrão de Lanceiros Alemães foi recrutado no Rio de Janeiro e veio para o Sul via marítima para Cerrito. Tinha efetivo inicial de 88 praças. Marcharam juntamente com o RC 4 para o Passo do Rosário, já que “desconheciam o trato dos animais e o manejo das cordas, laços e boleadeiras, não podiam executar os serviços de guarda e remonta da cavalaria” (LEMOS, 1996, p. 226).

115 A 2ª Brigada Ligeira, de Bento Gonçalves, por ordem de Barbacena, deixou o rio Jaguarão e foi ao encontro do Exército de Alvear. Dia 22 de janeiro, ao sul de Bagé, Bento estabeleceu contato com os republicanos. Passou, então, a cobrir a marcha do Exército do Sul.

o 27º batalhão de Caçadores com os Lanceiros foram embarcados no Sangradouro, atravessaram a Lagoa Mirim e desembarcaram sobre o Jaguarão, em Serrito, para prosseguirem a pé no dia imediato Jaguarão acima, e se reunirem às outras tropas no Jaguarão-Chico, onde já chegara antes o 4º Regimento de Cavalaria. Dhaí marchou a Divisão rumo norte, para a capella de S. Rosa, transpоз ahi a crista mais baixa da cordilheira dos Tapes e reuniu-se a 5 de fevereiro ao grosso do marquês de Barbacena, no acampamento das Palmas (SEIDLER, 1941 apud LEMOS, 1996, p. 226-227)

Os alemães não estacionaram em Cerrito. Logo tomaram rumo oeste, seguindo “a costa”<sup>116</sup> do Rio Jaguarão. Desta forma, a vila permaneceu com uma pequena guarnição de 200 milicianos.

As colunas brasileiras tiveram sucesso e se reuniram nas nascentes do Rio Camaquã. Dispondo naquele momento de 6.600 homens, Barbacena ficou aliviado. Ele sempre soube que a intenção de Alvear era bater o Exército Imperial por partes.

O general argentino, face à junção das forças de Barbacena, prosseguiu na direção de São Gabriel e, dali, para oeste, com os brasileiros no seu encaço. Os dois se encontraram em 27 de fevereiro de 1827, na batalha do Passo do Rosário<sup>117</sup>.

Alvear levou a melhor, porém permitiu que as forças brasileiras retraíssem em ordem e se posicionassem defensivamente no Passo de São Lourenço, no Rio Jacuí, localizado próximo à Cachoeira do Sul-RS.

Logo após a batalha, a Cavalaria foi novamente enviada para vigiar a fronteira. Alvear não teve condições de perseguir os brasileiros, porque seu Exército estava esgotado. Acabou regressando para o Uruguai, onde foi substituído por Lavalleja mais tarde.

As tropas que atuavam ou passaram por Jaguarão no início de 1827 e lutaram na batalha foram: a 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Bento Gonçalves), composta pelos 21º e 39º RC de 2ª Linha (Maj. Soares da Silva e Ten. Cel. Calderón, respectivamente); integrando a 2ª Divisão de Infantaria (Brig. Sebastião Barreto), o 27º BC (Ten. Cel. William Woods Yeats), na 1ª Brigada de Infantaria (Cel. Antonio Leitão Bandeira); o RC 4 (Ten. Cel. Manuel Barreto Pereira Pinto<sup>118</sup>), na 1ª Brigada de Cavalaria (Cel. João Egydio Calmon); e os Lanceiros Alemães, na 2ª Brigada de Cavalaria (Cel. Miguel Pereira de Araújo Barreto).

Cabe, aqui, uma pausa para explicar o fato de que, nas fontes consultadas, a sede do RC 4 consta como sendo a Vila de Rio Grande, e não de Jaguarão, conforme previa o Decreto Imperial de 1º de dezembro de 1824. Pouco mais de quatro meses separam essa publicação do início das hostilidades na Cisplatina. Ao que parece, não houve tempo para transformar o esquadrão de menos de uma centena de homens da Cavalaria da Legião de Tropa Ligeira, existente em Cerrito, num Regimento comple-

116 Os jaguarenses se referem à margem norte do rio Jaguarão como “costas do Jaguarão”. A atual estrada que segue paralela ao corte deste rio é conhecida como “Estrada da Costa”.

117 Nas historiografias platina e oriental, chama-se batalha de “Ituzaingó”.

118 Esse experiente militar ocupou o cargo de Comandante das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em três oportunidades, inclusive durante a Guerra dos Farrapos.

to. Sabe-se, também, que seus integrantes, que participaram da batalha de Sarandí, foram destroçados. Por isso, é presumível que a premência de tempo levou o Regimento a recrutar homens de outras localidades, particularmente de Rio Grande.

Cabe ressaltar que, da região de Cerrito, partiram tropas de milicianos que combateram nas principais batalhas desse conflito.

### **ORDEM: MARCHAR PARA CERRITO**

Após a batalha do Passo do Rosário, o Exército Republicano voltou ao Uruguai. Em abril de 1827, Alvear invadiu o Rio Grande do Sul pela segunda vez, ocupando Bagé. A cavalaria brasileira o acossou permanentemente, porém, não houve combates de vulto.

As tropas republicanas se encontravam com uma crônica falta de cavalos. Dentre outras medidas que adotou para resolver o problema, Alvear enviou o “Cuerpo de Dragones Libertadores del Uruguay”, do Cel. Ignazio Oribe, para Melo, com a finalidade de que ele lhe trouxesse mais animais.

A brigada de Bento Gonçalves voltara à fronteira de Jaguarão após a batalha do Passo do Rosário. Com ela, estava o 39º Regimento de 2ª Linha, comandado por Bonifácio Isás Calderón. Este tomou conhecimento do movimento do Cel. Oribe e avançou rapidamente até Melo. Em 10 de maio, surpreendeu e cercou os “Dragones Orientales”, que se refugiaram no quartel, porém, os brasileiros atearam fogo no local, obrigando os sitiados a se renderem. Morreram 41 uruguaios e outros 111 caíram prisioneiros (inclusive Oribe).

A 16 de maio, Alvear destacou a Divisão de Cavalaria de Andrés Lavalle, formada por cerca de 900 homens dos RC nº 4 e 16, para oeste. Este ocupou Herval a 21. Uma coluna a comando do Cel. Videla seguiu para as margens do Jaguarão, com uma missão típica da “Guerra Gaúcha” (roubar cavalos), porém, acabou surpreendida no Passo São Diogo (a oeste do Passo Centurião), no Rio Jaguarão, em 21 de maio pelo Cel. Bento Gonçalves, que, à frente de 220 milicianos, obrigou-a a retrair em debandada.

Não tendo obtido o sucesso na captura de cavalos, Lavalle decidiu retirar-se na direção de Bagé. Mas antes que fizesse isso, encontrou-se com o 39º Regimento de 2ª Linha em Pedras Altas. Em 25 de maio, a retaguarda oriental foi atacada e debandou pela ação agressiva de Juca Teodoro, que comandava a vanguarda de Calderón. O tiroteio foi intenso, porém, os orientais conseguiram retrair em ordem. Este foi o Combate do Herval (“Combate del Yerbal”, para os uruguaios), que deixou o próprio Lavalle ferido, além de dois oficiais, um Sgt. e quatro soldados. Não houve baixas entre os brasileiros.

As tropas de Alvear, que estavam em território brasileiro, voltaram para passar o inverno em Melo após a derrota de Lavalle. O combate do Herval foi apenas um grande entrevero. Porém, sua importância reside no fato de ter convencido o argentino de que seu plano de tomar Rio Grande estava além da capacidade do seu Exército.

Brown assumiu o comando do Exército, substituindo Barbacena<sup>119</sup> no Passo São Lourenço em julho. Decidiu, então, concentrá-lo na região da freguesia do Cerrito, para se contrapor à ameaça de Alvear, que se encontrava em Melo com seu Exército. Era intenção do marechal alemão derrotar os republicanos definitivamente.

O Exército do Sul reuniu-se lentamente. O RC 4, acompanhado dos Lanceiros e da Artilharia embarcou e navegou pelas águas do Jacuí, passando pelas Lagoas dos Patos e Mirim, até chegarem ao seu destino em Cerrito. Em outubro de 1827, a maioria do Exército estava em seu destino. No dia 12, houve uma solenidade militar em homenagem ao aniversário do Imperador, oportunidade em que o Mal. Brown passou em revista às tropas ali reunidas, algo em torno de 6.000 soldados.

Desde 9 de setembro, o Brig. Crisóstomo Calado havia assumido o comando da Divisão de Infantaria que estacionou em Jaguarão e arredores, enquanto Sebastião Barreto permaneceu com uma Divisão de Cavalaria próximo a Bagé.

### UM MERCENÁRIO ALEMÃO EM CERRITO

Durante a Guerra Cisplatina, os alemães do 27° BC passaram por Cerrito em duas oportunidades: a primeira, quando, juntamente com o Corpo de Lanceiros Alemães, desembarcaram no porto em janeiro de 1827, para logo tomarem rumo ao Passo do Rosário. Na segunda vez, em 1827, viajaram de barco de Porto Alegre ao Cerrito, onde permaneceram por quase 3 meses, sendo, parte desse tempo, próximo ao Arroio do Bote.

Dentre os integrantes do batalhão, estava o alferes suíço-alemão Carl Friedrich Gustav Seidler. Ao descrever sua estada na freguesia, ele reclamou da precariedade dos alojamentos disponíveis para a tropa:

nenhum cidadão brasileiro tem o dever de alojar um militar por mais de três dias, e absolutamente não é obrigado a alimentar seu hóspede, o que fica à mercê de sua boa vontade [...] para glória dos moradores da província de S. Pedro do Sul, posso consignar que raramente faziam uso desses direitos e em regra davam espontaneamente de tudo quanto sua cozinha e despensa possuísem (SEIDLER, 1941, p. 141)

Os relatos de Seidler são uma preciosa fonte de consulta para se entender a realidade da sociedade brasileira da época. Ele era, porém, muito crítico em relação ao Brasil. Disse ele que “Serrito é mal construída, suas ruas são tortas e estreitas, as casas são baixas, em parte cobertas de macega, e só apresenta uma única praça pública bonita” (SEIDLER, 1941, p. 142).

Foi testemunha da revista da tropa que Brown realizou em dia 12 de outubro de 1827, tendo sido ele quem avaliara que havia 6.000 homens em armas naquele dia, acrescentando que ainda chegaria mais cavalaria miliciana posteriormente. Tratava-

119 Barbacena deixou o Teatro de Operações para resolver problemas no Rio. Houve um vácuo inicial no comando do Exército do Sul. O Imperador acabou nomeando Lecór para o cargo, mas este não assumiu de pronto suas funções, mantendo a situação indefinida. Esse fato acabou tendo efeitos desastrosos mais tarde.

-se de um efetivo superior ao dos habitantes de Cerrito (segundo censo realizado cinco anos depois, a Vila de Jaguarão tinha 5.457 habitantes). Para se ter ideia do problema, é como se a cidade, em 2010, recebesse 30 mil soldados.

Ele relata que existia um clima de apreensão entre todos, devido à proximidade dos piquetes inimigos, que atravessavam o rio, resultando em constantes ataques às sentinelas isoladas, em especial, no Passo das Pedras, localizado no Arroio do Telho.

Narrou, também, que no Natal de 1827, ao toque do clarim para que a tropa assistisse à missa, o 27º não compareceu. O motivo seria o atraso sistemático do pagamento dos soldados. O próprio Lecór teve de comparecer ao local para contornar a crise. No dia 26, entretanto, a tropa formou disciplinadamente, como se nada tivesse acontecido na véspera.

O Exército do Sul padecia de diversos problemas logísticos. Havia atraso dos soldados, a entrega de suprimentos era irregular e não havia os Serviços de Saúde e de Intendência. O fato é que os brasileiros não estavam acostumados a trabalhar com grandes efetivos.

### **CORSÁRIOS NA LAGOA MIRIM**

Corsários argentinos<sup>120</sup> conduziram intensa campanha de saques na Lagoa Mirim. No início de 1827, César Fournier atacou alguns pequenos barcos de comércio. Porém, quando o corsário se ausentou, seus marujos desertaram e, “sob comando do ‘tenente’ Charles Lidell, apresentaram-se ao comando brasileiro em Jaguarão com as duas lanchas, os seis barquinhos aprisionados, um canhão de vários petrechos de guerra” (LEMOS, 2009, p. 752). Todos foram incorporados à Marinha Imperial.

Em abril de 1827, os orientais elaboraram um plano audacioso para conquistar Rio Grande.

O coronel Leonardo Oliveira, saído do Chuí, avançaria pelo litoral; o general José Maria Paz, saído de Cerro Largo, seguiria pelas margens do Cebolati e cruzaria embarcado a lagoa Mirim; e, juntos, convergiriam sobre a vila do Rio Grande, cobiçado objetivo final [...] O Coronel Leonardo Oliveira, muito experiente e conhecedor da região, avançou até o Taim, obrigando a força imperial ali destacada [...] a recuar cinco léguas [...] O general Lecór imediatamente enviou para lá os valorosos 13º BC e 18º BC [...] Com isso, a nossa tropa que havia evacuado o Taim contra-atacou o Coronel Oliveira que, sem notícia do general Paz, decidiu retirar-se para Cerro Largo (LEMOS, 2009, p. 752-753)

A flotilha de José María Paz teve pouca sorte. Ela estava no Rio Celobatti, quando, sequencialmente, o lanchão “Convención Argentina” afundou e a baleeira “Ituzaingó” desertou, unindo-se ao Império. Diante da situação, o argentino regressou para Melo.

120 As Províncias Unidas não dispunham de Marinha digna deste título. Por isso, empregaram corsários argentinos e estrangeiros, que passaram a apresar navios mercantes brasileiros. O francês César Fournier chegou a transportar barcos de Maldonado até o Rio Cebolatti, para operar na Lagoa Mirim, via terrestre, bem antes de Giuseppe Garibaldi realizar feito similar durante a Guerra dos Farrapos.

Houve os seguintes combates na Lagoa Mirim em janeiro de 1828: o iate “19 de Outubro” foi abordado por lanchões sob o comando de Gerônimo Soriano (guerrilheiro Chantopé) no dia 4; o mesmo Gerônimo atacou a canhoneira “Catalão”, que escoltava diversos iates que transportavam cargas, no dia 5, logrando saqueá-los; e, no dia 20, Chantopé tentou tomar o “Catalão” que, vendo-se em situação difícil, foi incendiado por sua própria tripulação. O iate “19 de Outubro” foi retomado meses depois pelos brasileiros.

Em abril do mesmo ano, houve o maior encontro naval na região, perto dos pontais de São Tiago e São Miguel, ao sul da Lagoa (perto do Chuí). Os barcos republicanos que não fugiram, foram destruídos.

### JAGUARÃO FOI TOMADA PELOS ARGENTINOS

Ao raiar de 1828, cumprindo ordens de Lecór, Brown deslocou o Exército do Sul de Cerrito para as nascentes do Arroio Grande, buscando um melhor posicionamento em relação ao adversário. Deixou a freguesia fracamente defendida. O Exército do Sul realizou os seguintes movimentos: a 7 de janeiro de 1828, marchou cerca de 16 km, até o Arroio Telho; a 8, atingiu o Arroio Quilombo; a 9, encontrou a estância do Padre Felisberto de Faria saqueada pelas guerrilhas orientais<sup>121</sup>; a 10, estacionou nas nascentes do Arroio Grande; a 11, na Tapera do Madruga<sup>122</sup>, onde realizou a junção com a 1ª Divisão de Cavalaria de Sebastião Barreto<sup>123</sup>. Depois, deslocou-se para o Arroio do Meio em 29 de janeiro, distante aproximadamente 13 km, ali permanecendo até 13 de fevereiro. Voltou para a Estância do Padre Felisberto no dia 14. No trajeto, piquetes orientais inquietaram as patrulhas brasileiras (sem maiores baixas) e reportaram a marcha do Exército do Sul a Lavalleja. O Exército Republicano deixou Melo e atravessou o Passo Sarandí. Os argentinos, a comando do “Brigadier” José María Paz y Haedo (“El Manco Paz”), não perderam tempo e tomaram Cerrito. Descreve Duarte:

No dia 15 de janeiro, Lavalleja decidiu invadir a Província do Rio Grande, dando início ao que chamava a 3ª Campanha. Partiu do Cerro Largo para Cerrito (Jaguarão), levando 3.700 homens de cavalaria e 4 peças calibre 4. Na jornada de 16, Andrés Latorre, com uma vanguarda de 1.000 homens, atravessou o rio Jaguarão no passo do Sarandí, e acampou na margem esquerda. Na jornada seguinte, todo o Exército transpôs o rio e acampou [...]. O General Paz, com 800 homens, seguiu para o Cerrito e no sábado, 19, entrou na povoação, que foi entregue ao saque (1985, v.3, p. 819)

121 A Estância do Padre Felisberto não existe mais. Em pesquisa conduzida pelo Ten.Cel. Marcelo Martino Fonseca, 1º Sgt. Luciano Nolasco Rodrigues e 3º Sgt. Lauro Ernesto Paulsen, com apoio de Cláudio dos Santos Faria, levantou-se que se localizava nas nascentes do Arroio do Telho, próximo à divisa entre Jaguarão, Arroio Grande e Herval. Para quem mora na região, a melhor indicação seria: perto do “Cerrito”, no corredor do Apertado, tendo como referência o Cemitério e a Capela do Cerrito, coordenadas (32° 13' 24" Sul 53° 19' 20" Oeste).

122 Localiza-se a leste de Herval, entre 4 e 5 km da cidade.

123 O 4º RCL (Jaguarão), o 39º de 2ª Linha (Melo) e os Lanceiros Alemães estavam enquadrados pela 1ª Brigada de Cavalaria, do Cel. Miguel Pereira de Araújo Barreto.

Os mesmos fatos são narrados de forma similar por Beverina:

*De las milicias orientales reunidas por el general Lavalleja, la división Latorre (800 hombres) pasó el Yaguarón, siguiendo hacia Yermal para observar al enemigo. La división Laguna (700 hombres) fué destacada a Potrero (o Rincón) de Francisquito (margen norte del Yaguarón), mientras que la división Olivera (milicias de Maldonado) había anteriormente recibido la misión de operar sobre Santa Teresa, para aislar la guarnición enemiga que ocupaba el pequeño fuerte. Desde Paso Sarandí fué destacado el general Paz sobre Cerrito con los regimientos de caballería número 2 y Colorados, a fin de impedir que los habitantes abandonasen sus hogares y de procurarse algunos artículos de que carecían las tropas (1928, p. 150-151)*

Foi um desastre para a freguesia! Não há registros de maus tratos à população. Paz lançou mão das requisições forçadas, tomando para si gado e cavalos.

Diante deste fato, Brown decidiu agir imediatamente, determinando, que o Exército do Sul, ainda no 18 de janeiro, reassumisse Cerrito por meio de um ataque: “o 27º BC, alemão, e mais dois batalhões de caçadores brasileiros, bem como alguns regimentos de cavalaria, receberam ordens para partir imediatamente, em completo silêncio, sem mochila e de equipamento aliviado, abundantemente municiados” (SEIDLER, 1941, p. 150). Foi então que ocorreu um lamentável episódio nesta Campanha, ainda pouco explorado. Os generais brasileiros se insubordinaram, negando-se a cumprirem as ordens de Brown. Justificaram tal atitude afirmando que o Comandante do Exército do Sul era Lecór e que somente ele poderia tomar tal decisão.

Diante da situação, foi dada ordem para as tropas, já em marcha, regressarem à Tapera do Madrugá. Brown decidiu entregar o comando, mas foi convencido a esperar e passar pessoalmente o cargo a Lecór. Este chegou ao acampamento em 22 de janeiro e logo reorganizou o Exército da seguinte forma:

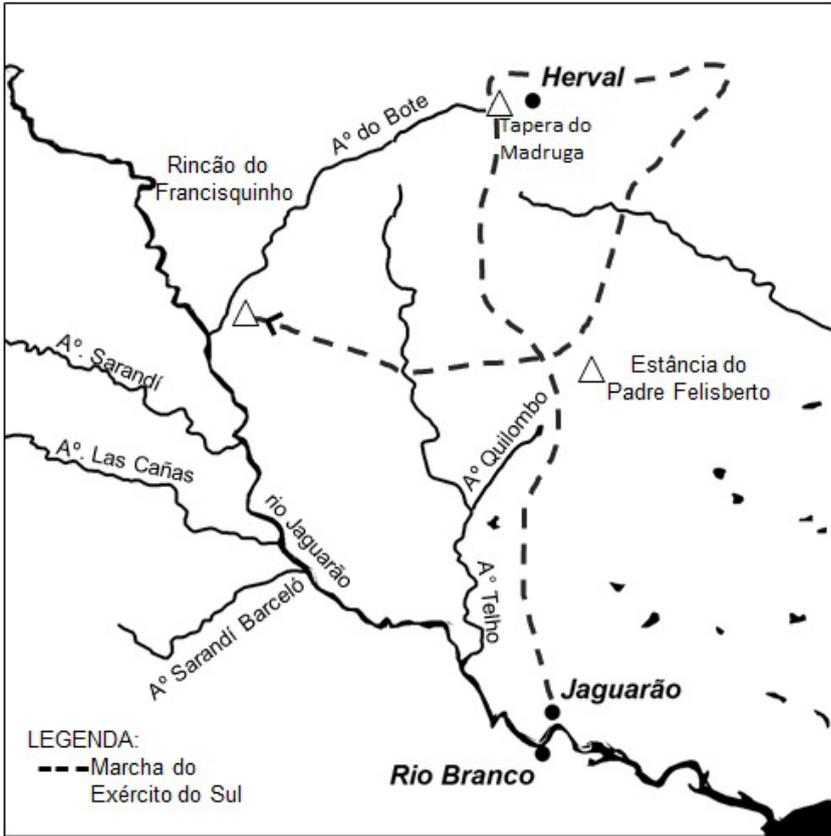
- Divisão de Cavalaria, do Mal. Sebastião Pereira Pinto, constituída das 1ª Brigada (do Cel. Miguel Pereira de Araújo Barreto), que tinha em sua composição, dentre outras unidades, o RC 4 (Jaguarão) e o 39º de 2ª linha (Melo); 2ª Brigada (Cel. Joaquim Cláudio Barbosa Pinto); 3ª Brigada (Cel. Tomás José da Silva);

- 1ª Brigada de Infantaria, do Ten. Cel. José Leite Pacheco, que enquadrava o 27º BC; e

- 2ª Brigada de Infantaria, do Cel. Bento José Lamenha.

Brown aceitou voltar à função de Chefe de Estado-Maior, apesar da crise ocorrida dias antes. Coisas da guerra!

Por esta época, os brasileiros contavam com cerca de 6.350 homens (2.960 de Cavalaria, 2.550 de Infantaria e 240 de Artilharia; mais um reforço e guerrilhas de cerca de 600 homens), contra 6.800 orientais e platinos. Havia equilíbrio de forças, porém as tropas imperiais se encontravam em melhores condições do que o adversário.



Deslocamentos do Exército do Sul no início de 1828

### O “RAID” DE LAVALLEJA

Imperou o imobilismo no Exército do Sul após a chegada de Lecór. Ao que parece, ele cumpriu à risca as ordens da Corte, de evitar enfrentamentos com o adversário, tendo em vista que estavam adiantadas as negociações de paz.

No dia 22 de fevereiro, Lavalleja conduziu uma operação de vulto para capturar a cavallhada do Exército Imperial, que estava acampado próximo à estância do Padre Felisberto. Assim narrou o Cap. Manoel Luís de Lima e Silva (chegou a ser marechal) o combate:

vindo imediatamente parte do oficial superior de dia que se avistava a alguma distância uma grande força de cavalaria inimiga e que suas avançadas tiroteavam com os nossos postos avançados em todas as direções do campo. Imediatamente todos os Corpos se puseram em armas, fazendo-se recolher a cavallhada e boiadas. O Marechal Brown pôs-se à testa de alguns batalhões de Caçadores, fazendo conduzir duas bocas-de-fogo encobertas entre as colunas dos batalhões e esta força subiu às alturas a observar a direção do inimigo. Foi então vista uma grande força inimiga,

que se regulou por 3.000 homens de cavalaria e soube-se depois por prisioneiros que era comandada pelo próprio Lavalleja, general em chefe, que vinha fazer um reconhecimento sobre o nosso campo e, com efeito, essa força marchou para a frente até uma altura de que se avistava o nosso acampamento, mas fora do alcance da fuzilaria. Alguns batalhões estenderam linha de atiradores e principiaram a tirotear, a nossa Artilharia se descobriu e começou a dirigir alguns tiros, porém logo que Lavalleja avistou alguns Corpos de Cavalaria preparando os cavalos deu um flanco às nossas forças e, em colunas de meios esquadrões, começou a retirar-se pelo seguimento da coxilha em direção ao Norte. No entretanto que se conseguiu a aprontar uma força igual de Cavalaria já foi muito tarde, porque perdeu de vista essa força inimiga e constou que repassou o Jaguarão sem se saber o seu destino (apud DUARTE, 1985, v.3, p. 835-836)

Ao nascer do sol ouvimos um prolongado e violento tiroteio, pelo que o batalhão de caçadores alemães recebeu ordens de avançar a tóda pressa; e não tardou que vissemos a nossa ponta repelida enêrgicamente por numerosos forrageadores. Mas também mal galgamos uma elevação, os republicanos instantâneamente retiraram, visivelmente amedrontados (SEIDLER, 1941, p. 152)

Lavalleja retraiu duas léguas (13 km) para o sul, acampando no Arroio do Telho. Mas logo o Exército Imperial seguiu para lá também, obrigando-o a atravessar o Rio Jaguarão pelo Passo Sarandi. Ainda houve um entrevero entre os brasileiros e a cavalaria oriental, sem maiores consequências. Em 23, os brasileiros acamparam às margens do Telho e, depois, na estância do Marques<sup>124</sup>, próximo ao Passo Sarandi. Foi nessa oportunidade que o Gen. Paz deixou a Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito, após mais de um mês de ocupação.

Enquanto isso, o Exército do Sul mudou seu acampamento para a “Estância da Leiva”, cerca de 6 km do Passo Sarandi.

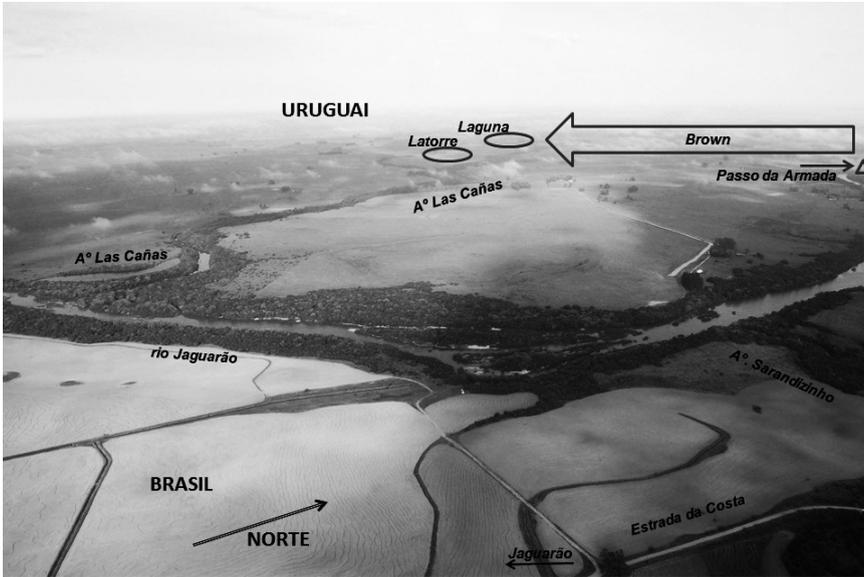
### LAS CAÑAS

As partidas orientais continuaram se aproveitando da inércia brasileira. Voltaram a atravessar o Rio Jaguarão, com intuito de saquear cavalos e gado. Desde janeiro, a população rural de Jaguarão abandonou suas terras, face à ameaça, indo se refugiar mais ao norte, principalmente em Pelotas.

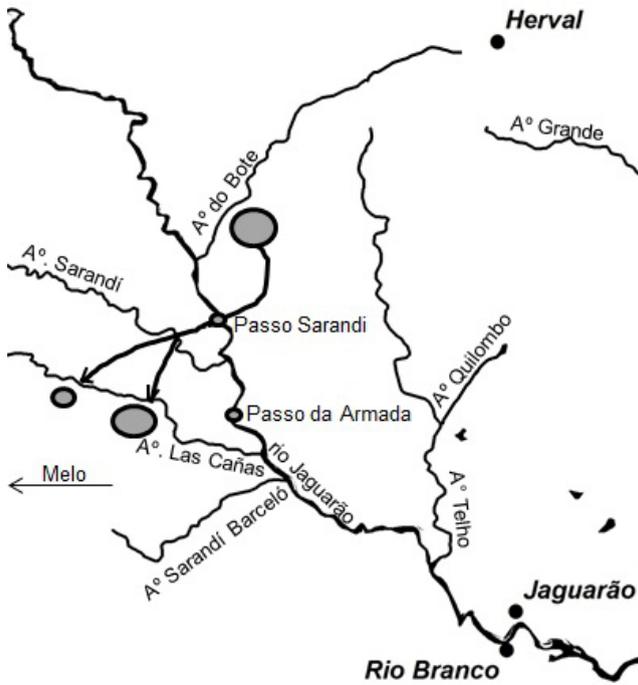
Em 29 de março, após intermediação inglesa, acertou-se uma conversa entre Lecór e um coronel oriental no Passo Sarandi. Desse encontro, os brasileiros entenderam que houvera uma suspensão temporária das hostilidades. Mas os republicanos tiveram outro entendimento.

---

<sup>124</sup> Localiza-se a uns 10 km do Passo Sarandi, às margens do Arroio do Bote.



Local do combate de Las Cañas – Foto: Antônio Fernando da Silva



O combate de Las Cañas, segundo DUARTE (1985, v. 3, p.848)

Passados poucos dias do regresso do Secretário inglês ao acampamento inimigo, para de lá seguir para Buenos Aires, e que o Tenente-Coronel Ponçadilha se retirara para o Rio de Janeiro, recebeu-se no acampamento participação de que partidas inimigas haviam passado o Jaguarão, nos passos próximos ao Cerrito. E supondo os moradores daquelas imediações da existência de um acordo, pois aquele tenente-coronel, na sua passagem para o Rio Grande, os persuadira que viessem a tomar conta de suas casas abandonadas, porque tinham cessado as hostilidades, em virtude do armistício, foram mortos ou aprisionados aqueles que não puderam escapar (DUARTE, 1985, v. 3, p. 844)

Lavallega aproveitou-se da situação e arrebanhou milhares de reses na região do Telho e de Cerrito. Lecór duvidou que o comandante oriental tivesse participação, mas concordou em enviar um piquete de 20 homens para encontrar e advertir os saqueadores de que estariam violando o armistício. Mas os brasileiros foram aprisionados. Finalmente o Visconde de Laguna perdeu a paciência e autorizou Brown a atacar os orientais. Como as ordens do Comandante em Chefe foram genéricas, o inglês não pensou duas vezes: resolveu investir dentro da Banda Oriental.

Em 15 de abril, ocorreu o último grande combate da Guerra Cisplatina. Partindo da estância do Marques na noite anterior, o Mal. Brown atravessou o Rio Jaguarão entre os Arroios do Bote e Telho, e atacou os dois acampamentos localizados próximo do Arroio Las Cañas, no interior do Uruguai – um com 400 homens, do Cel. Andrés Latorre, e outro com 1.300 soldados de infantaria, do Gen. Julian Laguna, reforçados por quatro canhões.

Brown contava com a 1ª Brigada de Cavalaria (Cel. Miguel Pereira) e três batalhões de Caçadores: o 27º (alemães), 14º (baianos) e 18º (pernambucanos). Foi dada ordem para que também o 40º Regimento de Cavalaria, que se encontrava próximo ao Passo Sarandi, se reunisse a Brown para participar do ataque, mas o mensageiro enviado pelo inglês não encontrou o acampamento da unidade à noite.

Uma forte cerração ocultou os movimentos dos brasileiros, que lograram atravessar o Passo Sarandi sem despertar as vigias orientais. A surpresa foi completa!

Brown empregou dois batalhões à frente, mantendo outro em segundo escalão, com a finalidade de “carregar” contra os acampamentos uruguaios e proteger a retirada da Cavalaria, se necessário.

O 22º Regimento (Bento Manoel) atacou Latorre, enquanto o restante da Cavalaria foi lançado contra o Cel. Laguna. Muitos orientais foram capturados, porém, a maioria conseguiu fugir salvando parte da cavalhada. Acabaram sendo perseguidos por mais de dez quilômetros, até o entardecer, pelos brasileiros.

As baixas foram de cinco orientais mortos, um oficial e 21 praças prisioneiros, além de um botim representado por bagagens, couros, gado e dois mil cavalos, enquanto os brasileiros tiveram dois feridos. Seidler, testemunha ocular dessa ação, assim a narra:

Uma manhã descomunalmente enevoada favoreceu o corajoso plano de marechal. Antes do nascer do dia tínhamos atravessado o rio e em silêncio nos aproximávamos do acampamento inimigo [...] O momento parecia favorecer-nos; enquanto a infantaria avançava despercebida, graças à cerração espessa, a nossa cavalaria tocava para o Brasil grande parte da cavallhada e da boiada que pastava naqueles campos gordos. Pelas 8 horas atingimos a primeira casa, uma grande casa branca, onde topamos soldados inimigos. Tão pouco haviam pressentido a nossa aproximação, que foram todos aprisionados, sem que disparasse um tiro; e dos prisioneiros soubemos que o acampamento, em que estariam uns três mil homens, todos de cavalaria, poderia estar a meia hora da distância [...] Regressamos no dia seguinte [...] ao Jaguarão, onde encontramos general visconde da Laguna com todo o exército. Informado pelo marechal Barreto, inimigo jurado de Braun, da nossa ousada expedição, êle se movera rapidamente com tôdas as forças, na intenção de eventualmente nos acudir [...] Quando, porém, o visconde nos viu regressar na melhor ordem e trazendo rica prêsa de gado, a expressão de aborrecimento pareceu desfazer-se seu rosto macilento, vincado, e ele saudou com todas as mostras de calorosa amizade e gratidão ao marechal que garbosamente cavalgava ao seu encontro (1941, p. 157-159)

O Combate de Las Cañas foi mais um dentre tantos ocorridos próximo a Jaguarão, sem dúvida foi um dos maiores, envolvendo mais de 3.000 soldados dos dois lados.

### FINAL DA GUERRA

Em 19 de abril, o Exército do Sul deixou a estância do Marques e foi acampar no Rincão do Bote. No dia 27 de junho, Bento Gonçalves patrulhava o Rio Jaguarão, quando encontrou e bateu um piquete uruguaio, vindo a capturar um capitão e 16 praças.

No dia seguinte, 50 homens do 25º Regimento, a comando do tenente Joaquim Teixeira Nunes<sup>125</sup>, destróçou outro piquete uruguaio, capturando 300 cabeças de gado, 206 cavalos, 3 escravos e um civil brasileiro que estava sendo levado como prisioneiro.

Apenas a 28 de julho, o Exército do Sul deixou os arredores de Jaguarão com destino a Piratini. Sob forte pressão da França, dos Estados Unidos e, principalmente, da Inglaterra, brasileiros, uruguaios e argentinos, já muito desgastados pelo longo conflito, sentaram-se à mesa para solucionar a questão. Enquanto avançavam essas negociações, Frutuoso Rivera realizou uma incursão vitoriosa contra a região dos Sete Povos das Missões. Não foi uma campanha, pois praticamente não encontrou oposição. Essa posição criou uma situação difícil porque o Brasil teria de revidar. Mas o caudilho uruguaio acabou se retirando da área, levando consigo os índios missioneiros<sup>126</sup>.

A forma como se deu a anexação da Província Cisplatina ao Brasil em 1821 foi artificial, ignorando-se que se tratava de um povo de origem diferente, que

125 Este bravo soldado, que lutou por sua Pátria nas Guerras Contra Artigas e Cisplatina, foi morto em combate ao norte de Arroio Grande em 1844.

126 Os últimos índios missioneiros tiveram triste fim, perecendo no interior do Uruguai nos anos seguintes.

tinha desenvolvido um forte sentimento nacional sob a liderança de Artigas. O Brasil reconheceu isso em 27 de agosto de 1828, ao assinar a Convenção Preliminar de Paz com as Províncias Unidas. Foi o fim da Guerra Cisplatina, que, em última análise, fora a continuação de quase duas décadas de conflito na região. A Banda Oriental obteve sua independência, adotando o nome de República Oriental do Uruguai. Foi o fim das pretensões brasileiras de levar seu território até a foz do Prata.

O Tratado provisório de 1828 não firmou claramente a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Somente após a Guerra contra Oribe e Rosas, os dois países chegariam a um acordo. Porém, quanto a Cerrito, não restavam dúvidas: estava em território brasileiro!

### **BALANÇO DA GUERRA CISPLATINA PARA JAGUARÃO**

A partir do segundo semestre de 1827, Jaguarão se constituiu na frente principal das operações do Exército Imperial, fato este que não ocorria desde a Guerra de 1801. O efetivo de soldados que permaneceu na região era superior ao número de habitantes. Foi neste período em que ocorreram os combates com maior efetivo militar na região.

Durante este conflito, despontou o nome de Bento Gonçalves da Silva como líder e chefe militar, aumentando sua influência política na província, especialmente em Jaguarão.

Até 1827, o conflito fez bem aos negócios dos jaguarenses. Mas este quadro mudou em 1828. Os saques frequentes nos territórios onde estão os atuais municípios de Jaguarão, Herval e Arroio Grande causaram, não só grandes prejuízos, mas também o êxodo dos povoados e da população rural.

### **BENTO GONÇALVES DA SILVA**

Bento Gonçalves da Silva nasceu em Bom Jesus do Triunfo<sup>127</sup> em 1788, filho de rico estaciereiro de Camaquã. Desde cedo, demonstrou vocação para a carreira das armas. Sentou praça como furriel<sup>128</sup> em tempo de participar da Campanha de Pacificação da Banda Oriental em 1811-12. Terminada esta, permaneceu na freguesia do Espírito Santo do Cerrito, ligando diretamente seu nome à futura Cidade de Jaguarão.

Migrou para Melo, onde acabou desmobilizado. Ali se estabeleceu temporariamente como comerciante. Foi neste meio tempo que se casou com a Sra. Caetana Garcia, uruguaia, com quem teve oito filhos.

Em 1817, foi promovido a capitão de milícias, assumindo o comando de uma companhia de guerrilhas, distinguindo-se durante a Guerra contra Artigas (1816-1820). Foi promovido a tenente-coronel em 1824 e nomeado Comandante do 39º

---

127 Atual Triunfo-RS.

128 Furriel equivale a 3º sargento.

Regimento de 2ª Linha (Milícias), na Cidade de Melo, tropa esta que mobilizou e organizou. Lutou na batalha de Sarandi em 1825, oportunidade em que foi promovido ao posto de coronel. À frente da 2ª Brigada de Cavalaria, atuou no flanco norte das tropas brasileiras na batalha do Passo do Rosário.

Foi designado comandante do 4º Corpo de Cavalaria e da Fronteira de Jaguarão em 1831. A seguir, em 32, foi nomeado para o Comando da Guarda Nacional da Província do Rio Grande de São Pedro.

Bento era liberal, estancieiro e maçom. Defendia ideias excessivamente revolucionárias para o Brasil da época, como a descentralização política e o regime republicano. Além disso, tinha históricas ligações com os caudilhos orientais. Acabou, por isso, envolvendo-se em diversas polêmicas políticas.

Com o Rio Grande em efervescência, foi eleito deputado provincial em 1834 e aclamado o primeiro Presidente da República Rio-grandense. Após anos de lutas fratricidas, desiludido e enfraquecido politicamente, afastou-se da liderança dos farroupilhas, recolhendo-se à sua vida privada. Faleceu em Guaíba em 18 de julho de 1847. Seu corpo jaz em monumento de destaque na Cidade de Rio Grande.



## CAPÍTULO 9

# JAGUARÃO É VILA!

### SETE ANOS DE PAZ E O 4º CORPO DE CAVALARIA

Terminada a Guerra Cisplatina, o Rio Grande do Sul experimentou menos de uma década de paz. A Freguesia do Cerrito lentamente reencontrou o caminho do desenvolvimento. Entretanto, as disputas entre Lavalleja e Rivera, que se seguiram à independência do Uruguai, mantiveram a fronteira em prontidão.

Após o conflito, o RC 4 recolheu-se a Cerrito, permanecendo sob o comando do Maj. Manoel Marques de Souza (3º).

Preocupado com as suas finanças, o Império reduziu os efetivos das tropas de 1ª Linha por meio do Decreto Regencial de 4 de maio de 1831. O Exército passou a ter apenas 14.342 homens, mantendo-se a estrutura básica adotada em 1824. A 1ª Linha passou a contar com 16 Batalhões de Caçadores, quatro Corpos de Cavalaria, cinco Corpos de Artilharia de Posição e um Corpo de Artilharia a Cavalos. Bem mais numerosa era a 2ª Linha, que passou a ter quatro Regimentos de Infantaria, 39 Corpos de Cavalaria e 89 Batalhões de Caçadores.

O Decreto era genérico quanto às paradas dos Regimentos de Cavalaria. Como o RC 4 já estava estacionado em Cerrito, esta unidade foi ali mantida, agora com a designação de 4º Corpo de Cavalaria. No seu quadro de efetivos, estavam previstos 397 oficiais e praças, assim distribuídos: um coronel ou tenente-coronel (comandante), um major, um ajudante, um quartel-mestre, um secretário, um capelão, um cirurgião-mor, um ajudante, um sargento-ajudante, um auxiliar do quartel-mestre, oito ferradores, um clarim-mor, oito clarins, oito capitães, oito tenentes, dez 2º tenentes ou alferes, oito 1º sargentos, oito 2º sargentos, oito furriéis, 32 cabos, 32 asperanças<sup>129</sup> e 256 soldados. Ou seja, em que pese ter havido uma redução no efetivo do Exército, no caso de Jaguarão houve um acréscimo considerável.

Comandaram o 4º Corpo de Cavalaria até 1835:

- Cel. Bento Gonçalves da Silva, de 8/6/1831 a 13/2/1835;
- Cap. Sebastião Rodrigues Dias, de 13/2/1835 até data indefinida;

<sup>129</sup> Graduação já extinta, que se posicionava entre soldado e cabo.

- Cap. Domingos Crescêncio de Carvalho, estava comandando a tropa quando eclodiu a Revolução Farroupilha.

### A VILA DE JAGUARÃO

O dia 7 de abril de 1831 marcou a abdicação ao trono de Dom Pedro I, findando assim o 1º Império, o que deixou o Brasil em ebulição. No vácuo de poder, assumiu a Regência Trina Provisória.

Cumprindo a Constituição, em junho de 1831, foi eleita a Regência Trina Permanente, formada por José da Costa Carvalho, João Bráulio Muniz e o Brig. Francisco de Lima e Silva<sup>130</sup>. Foi este triunvirato que elevou a localidade do Divino Espírito Santo do Cerrito de freguesia à condição de vila, dando-lhe o nome de Jaguarão, separando-a da Cidade de Rio Grande<sup>131</sup>. Eis o Decreto do dia 6 de julho de 1832:

A Regência, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, Ha por bem Sancionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Art. 1º. – O lugar do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul he elevado à Vila. Art. 2º. – O seo Termo comprehende os districtos de S. João do Erval, e Arroio Grande da Lagôa Merim, confinando pelo Norte com o Rio Piratinim; pelo Sul com a Lagôa Merim; pelo Leste com o Rio S. Gonçalo até a Barra do Piratinim; e pelo Oeste com o Rio Jaguarão até a foz do Candiota, subindo por este até as pedras altas, e pontas do Piratinim. Art. 3º. – Haverá na Villa do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão Juizes Ordinários, Juiz de Órfãos, Tabelião do Judicial e Notas, assim como o Inquiridor, e Contador, que servirão em ambos os Juizos. José Lino Coutinho, do Conselho do Mesmo Imperador, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em seis de Julho de mil oitocentos e trinta e dous, Undecimo da Independência, e do Imperio. Francisco de Lima e Silva José da Costa Carvalho João Braulio Moniz José Lino Coutinho (1832 apud FRANCO, 1980, p. 91-92)

O Decreto delimitou os limites da nova vila abrangendo os atuais municípios de Herval (freguesia desde 1825) e Arroio Grande (à época, ainda povoado). Em 1812, quando foi elevada a freguesia, Jaguarão não incluía toda esta região. Houve, portanto, um aumento de sua superfície.

Inicialmente, a vila foi dividida em duas jurisdições, sendo o Primeiro Distrito nucleado pela povoação propriamente dita, compreendendo a área a oeste da Lagoa Mirim; ao sul do Arroio Bretanhas; a leste dos Arroios Telho e Quilombo; e ao norte do Rio Jaguarão. O Segundo Distrito, a Noroeste, incluía área entre os Arroios Quilombo, Telho e Rio Jaguarão, até o Arroio do Bote, abrangendo Herval. Assim, Arroio Grande e Herval ficaram ligadas a Jaguarão.

130 Pai de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

131 A condição de vila, à época, significava a emancipação política, algo similar ao que são os municípios de hoje em dia. A localidade passava a ter autonomia administrativa, podendo, inclusive, recolher impostos.

Os tempos de paz trouxeram tranquilidade para a vila, mas os negócios não foram beneficiados. O lugar pouco se expandiu. A população contava com 5.457 almas (sendo 1.403 homens brancos), segundo recenseamento realizado em 1833. Havia, ainda, 93 estrangeiros, o que indica que não houve, após a Guerra Cisplatina, imigração significativa para a vila, como ocorrera durante a Campanha Pacificadora de 1811-12 e a Guerra contra Artigas.

Chama a atenção o número escravos: 2.531, totalizando quase 50% da população. Havia, ainda, outros 70 negros alforros. A escravidão era mais forte, no Rio Grande do Sul do século XIX, nas regiões onde havia maior concentração de charqueadas, o que indica o papel dessa indústria nesse período da história de Jaguarão.

A população compunha-se, basicamente, de descendentes de colonos fugidos da Colônia do Sacramento, Maldonado e São Carlos, espanhóis, aventureiros, soldados e africanos.

Do ponto de vista militar, a importância dos dados estatísticos da população é que a Guarda Nacional estava limitada aos 1.403 homens brancos (mas, certamente, parte desse contingente era de integrantes do 4º Corpo de Cavalaria), o que era insuficiente para qualquer mobilização de vulto. E a Revolução Farroupilha estava prestes a estourar!

A Câmara Municipal iniciou seus trabalhos em 22 de maio de 1833, sendo constituída dos seguintes vereadores: Padre Thomaz de Souza Siqueira e Silva (Presidente), José Maria Rodrigues, Manoel Gonçalves de Silva (irmão de Comandante da Guarnição Militar, Bento Gonçalves), Joaquim Cardoso Brum (o 1º pároco), Domingos Moreira, Francisco das Chagas Junior, Libório Teixeira de Gouvêa e Severino Antônio de Medeiros. Esse grupo se firmou como um forte núcleo liberal e federativo, apoiado pelas famílias tradicionais da comunidade que viriam a influenciar Jaguarão por mais de um século.

### **O NOME DA VILA, ORIGEM**

Existem diversas explicações para a origem do nome da cidade, não havendo consenso entre os pesquisadores. A mais citada<sup>132</sup> vem de uma lenda que conta a existência de um monstro devorador que vivia às margens de um rio chamado JAQUA-RU, que na língua indígena significa jaguar (ou onça) grande.

### **A CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL**

Uma decisão da Regência que teve profunda influência para o País até os dias atuais foi a criação da Guarda Nacional em 1831, por evolução das tropas de 2ª Linha, que passaram à subordinação do Ministério da Justiça, não ficando mais sujeita à Pasta da Guerra.

Pode-se afirmar que a Guarda Nacional era uma milícia armada pela elite agrária com a finalidade de defender a constituição. Nasceu, assim, o fenômeno político-social conhecido como “Coronelismo”.

---

132 Está representada no brasão da cidade.

O motivo declarado foi a necessidade de controlar a grave crise institucional gerada pela abdicação de D. Pedro I. Com a criação da Guarda, foram extintas as Milícias, bem como as Ordenanças. Bento sintetiza:

A 2ª linha foi constituída pelos Auxiliares até 1796. De 1796 a 1831, elas chamaram-se Milícias; e, a partir de 1831-1918, de Guarda Nacional. A 3ª linha foi constituída pela tropa de Ordenanças até 1796, quando foi extinta e passou a integrar as Milícias, e tendo suas funções em 1831 sido absorvidas pela Guarda Nacional [...] A partir de 1831 lutaram [...] interna e externamente, forças policiais chamadas Permanentes, Guarda Municipal [...] A Guarda Nacional, de 1840 a 1918, teve relevante atuação [...] Assim sendo, participou do combate à Revolução Farroupilha 1840-45, da Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-52 e da Guerra do Paraguai, 1865-70 (1994, v. 1, p. 61-62)

Na prática, a Regência quis fortalecer as elites políticas, pois era evidente a desconfiança delas em relação à fidelidade do Exército, já que nesta Instituição, à época, os oficiais podiam se filiar aos partidos, bem como ocuparem cargos políticos. Também era notório o posicionamento dos militares em relação às discriminações de ordem racial e social.

Para enfraquecer mais o Exército, seu efetivo foi reduzido drasticamente, sendo tal lacuna preenchida pela Guarda Nacional. Os soldados eram diferenciados, resultando na queda da qualidade das tropas de 1ª Linha. Esse desprestígio teve nefastas consequências nas campanhas militares contra as revoltas internas do período regencial e nas guerras externas.

Só podiam ingressar na Guarda Nacional homens livres que tivessem uma renda mínima que variava de região para região, havendo clara preferência por brancos. Além disso, a partir da década de 1840, as nomeações dos comandantes das tropas da Guarda Nacional passaram a ter um cunho cada vez mais político. Ficou evidente, portanto, o caráter de “milícia armada paralela” ao Estado.

Há de se salientar que, independente de seus efeitos colaterais, a Guarda Nacional (em especial, a gaúcha) contribuiu significativamente para a unidade e a soberania nacionais nos seus mais de 90 anos de existência, particularmente nas campanhas contra Oribe e Rosas e na Guerra da Tríplice Aliança.

### **JAGUARÃO EM JANEIRO DE 1835**

O início do ano de 1835 encontrou o Cel. Bento Gonçalves recém demitido do Comando da Fronteira de Jaguarão e do 4º Corpo de Cavalaria. Suas críticas aos Governos Imperial e da Província ficaram cada vez mais contundentes. A Câmara Municipal tornara-se um reduto de contestadores do regime, muitos deles claramente republicanos.

A população da vila não tinha condições de fornecer um efetivo considerável para um esforço importante ou prolongado em caso de conflito armado. Mesmo assim, Jaguarão estava prestes a participar ativamente da Guerra dos Farrapos desde seus primeiros movimentos.



## CAPÍTULO 10

# REVOLUÇÃO FARROUPILHA

### O CENÁRIO

A Regência perdurou de 1831 a 1840 e se constituiu no período político mais conturbado da história do Brasil, quando afloraram disputas, ressentimentos e divergências adormecidos. Houve real ameaça à integridade nacional, com o surgimento do fantasma do separatismo. Eclodiram revoltas nas diversas províncias, sendo a mais grave, custosa e longa delas a Revolução Farroupilha<sup>133</sup> ou Guerra dos Farrapos.

Os gaúchos estavam descontentes com tratamento que lhes era dispensado pela Regência. Acusava-se o Governo do Rio de Janeiro de excessiva centralização política e da falta de habilidade no trato das peculiaridades regionais. A derrota na Guerra Cisplatina era considerada uma vergonha para os rio-grandenses, que atribuíram grande parte da culpa à inépcia do Império.

Havia divergências dentro da própria província, entre as oligarquias rural e urbana, além do crescimento do xenofobismo em relação aos portugueses. Parte dos líderes rio-grandenses era considerada, à época, radical, pois pregava o federalismo<sup>134</sup>, a abolição da escravatura e a forma republicana de governo.

A fluidez das fronteiras do Sul facilitava as intervenções platinas de Juan Manuel Rosas (Presidente das Províncias Unidas) e Manoel Oribe (Presidente da ROU), interferências estas que sempre assustaram o Império do Brasil.

Bento Gonçalves assumiu o Comando da Guarda Nacional da Fronteira de Jaguarão e do 4º Corpo de Cavalaria, por ato da Regência de 8 de julho de 1831. Ele já era um dos caudilhos regionais mais influentes na época. Sua indisciplina em relação às ordens superiores, porém, ficava cada vez mais notória.

Antônio Rodrigues Fernandes Braga, nomeado Presidente da Província no início de 1834, logo que chegou ao Rio Grande, tentou conter o clima de rebeldia. No

133 Outras revoltas importantes do período: Cabanagem (1835-40), no Pará; Ceará (1831-32); Pernambuco (1832-35); Levante dos Malês (1835) e Sabinada (1837-38), na Bahia; Balaiada (1838-41), no Maranhão; Revolta Liberal (1842), em São Paulo e Minas Gerais.

134 O espírito federalista dos farrapos não era muito claro, havendo os mais diversos entendimentos a respeito do tema. Na verdade, os farroupilhas formavam uma massa heterogênea em que se mesclavam conservadores, monarquistas, liberais, republicanos e abolicionistas, o que, mais tarde, viria a enfraquecer o movimento.

campo militar, ele reduziu os efetivos das unidades de 1ª Linha<sup>135</sup> que eram, em sua opinião, simpáticas a Bento Gonçalves. O 4º Corpo, por exemplo, do efetivo previsto de 397 militares, tinha apenas 20 oficiais e 30 praças em meados de 35. No Manifesto Farroupilha de 25 de setembro, há uma indicação do que aconteceu à unidade.

removeu-se da vila do Jaguarão para Bagé a companhia de cavalaria que ali se achava por ordem da Regência, duplicando, sem necessidade, nem motivo plausível, as despesas, pelo custoso transporte de víveres, munições e bagagens a pontos tão distantes (1835 apud FRAGOSO, 1938, p. 32)

Bento foi substituído do Comando e Fronteira de Jaguarão em fevereiro de 1835 pelo Ten. Cel. João da Silva Tavares, homem de confiança de Fernandes Braga.

Enquanto Tavares não assumiu pessoalmente o comando em Jaguarão, permaneceu interino no cargo o Cap. Sebastião Rodrigues Dias. Mais tarde, entretanto, o Comando do 4º Corpo passaria para o Cap. Domingos Crescêncio de Carvalho, que era simpático ao ideário farroupilha. “Mala suerte”, diriam os uruguaios. Essa unidade pagaria caro por isso.

### INÍCIO DO MOVIMENTO

As causas imediatas da revolta foram os altos impostos que pesavam sobre os produtores rurais do Sul e a administração impopular do Presidente Fernandes Braga. O charque era parte importante da matriz econômica da província<sup>136</sup>. Este foi, sem dúvida, o principal fator para a eclosão do movimento armado no Rio Grande, unindo radicais e moderados, charqueadores, estancieiros e peões, todos sob a mesma bandeira. O clima de revolta não foi, porém, repentino. Ele surgiu lentamente e foi mal gerenciado pelo Governo.

Bento Gonçalves ocupava uma cadeira na Assembleia Provincial e era o Comandante da Guarda Nacional da Província. Braga, por causa da oposição ferrenha ao seu governo e devido ao apoio velado dado a caudilhos uruguaios, exonerou-o desse cargo militar. Estavam criadas as condições para a eclosão de um movimento armado.

Neste contexto, José Gomes de Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silveira Canto conduziram duas centenas de cavaleiros para as proximidades de Porto Alegre, onde, na noite de 19 de setembro de 1835, houve o célebre “entrevero” da ponte da Azenha<sup>137</sup> de um piquete legalista de 20 homens e um punhado de revoltosos. Apesar do encontro não ter passado de uma pequena escaramuça, as tropas legais debandaram e a cidade foi tomada pelo pânico.

No dia seguinte, 20, os farroupilhas entraram em Porto Alegre e não encontraram oposição. Fernandes Braga fugiu para Rio Grande. A Câmara Municipal, convocada por

135 Os Presidentes de Província tinham ingerência nas unidades de 1ª Linha na época.

136 Enquanto cobrava altos impostos do charque gaúcho, o Império facilitava a entrada de produtos estrangeiros.

137 A Avenida Azenha é uma das principais vias da Cidade de Porto Alegre. No local onde ela cruza o Arroio Dilúvio, que baliza a Avenida Ipiranga, havia uma ponte em 1835.

Bento Gonçalves, em 21, escolheu o Dr. Marciano Pereira Ribeiro para assumir o Governo e, para Comandante das Armas, foi nomeado o Brig. Bento Manoel Ribeiro<sup>138</sup>.

Bento Gonçalves deixou claro que o objetivo da revolta era afastar o Presidente da Província, o que agradou os moderados que haviam aderido ao movimento, ao mesmo tempo em que abrandou a reação da Regência.

Braga passou a organizar a resistência, auxiliado pelo Mal. Sebastião Barreto Pereira Pinto. Ocorreram adesões espontâneas a favor dos revoltosos em toda a província. A primeira delas saiu da Câmara Municipal de Jaguarão, inclusive com apoio do 4º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha.

O combate inicial da Revolução se deu próximo à capela da Freguesia do Herval, às margens das nascentes do Telho, a noroeste de Jaguarão, em 22 de setembro, quando as tropas do Ten. Cel. legalista João da Silva Tavares<sup>139</sup> foram atacadas pelo Cel. oriental Rafael Gervásio Verdun, que comandava um piquete majoritariamente formado por uruguaios. Houve treze revoltosos mortos contra um imperial<sup>140</sup>, sendo que os rebeldes foram obrigados a fugir para o sul.

À frente de 180 homens, Silva Tavares desbaratou um piquete farroupilha em 27 de setembro, este sob o comando do Cap. Domingos Crescêncio próximo a Jaguarão. É de se supor que a base da tropa rebelde deveria ser formada pelos integrantes do 4º Corpo de Cavalaria. Os farroupilhas foram obrigados a se retirarem para o teatro de Jaguarão, onde acabaram cercados. Um acordo permitiu que os revoltosos saíssem da vila. Antes, porém, tiveram de entregar seu armamento e equipamento, sendo restabelecida a legalidade no local.

De Jaguarão, Silva Tavares rumou para o norte, uniu-se ao Maj. Manoel Marques de Souza (3º) e, dispondo de mais de 360 homens, venceu o Cap. Manuel Antunes de Porciúncula às margens do Arroio Grande, em 13 de outubro, causando mais de 30 baixas entre os revoltosos.

A sorte de Silva Tavares mudou quando Domingos Crescêncio e o Cel. Antônio de Souza Netto, à frente de cinco centenas de milicianos, reunidos em Jaguarão e arredores, bateram os legalistas no Passo do Retiro, próximo a Pelotas, em 16 de outubro.

### A EXTINÇÃO DO 4º CORPO

Após os eventos ocorridos em Porto Alegre e os sucessos de Crescêncio e Netto, Bento Gonçalves seguiu para a Vila de Rio Grande. A seguir, em novembro, o líder farroupilha e parte de suas tropas aquartelaram-se em Jaguarão. Na Câmara Municipal, Manoel Gonçalves, Presidente da Casa, articulava o apoio político e militar em favor dos revoltosos.

---

138 O sorocabano Bento Manoel era um moderado. Desejava a redução dos impostos e maior autonomia provincial, sem, contudo, almejar uma federação. Também não era separatista, republicano ou abolicionista.

139 João da Silva Tavares – Barão de Cerro Alegre (1792-1872). Nasceu em Herval. Combateu nas Guerras contra Artigas, Cisplatina, dos Farrapos e contra Oribe e Rosas. Estava na ativa durante a Guerra da Tríplice Aliança, mas não seguiu para o Paraguai.

140 As divergências entre as baixas na Guerra dos Farrapos foram constantes.

Na vila, Bento reencontrou seus ex-subordinados do 4º Corpo de Cavalaria, naquele momento sob o comando de Domingos Crescêncio. Por ter aderido ao movimento rebelde, esta unidade viria a ser extinta em 21 de maio de 1836, por meio do Decreto Imperial nº 80. Eis um extrato desse documento:

Havendo grande parte da officialidade do segundo, terceiro e quarto Corpos de Cavallaria, do primeiro de Artilharia a Cavallo e do Oitavo Batalhão de Caçadores, todos de Primeira Linha, tomando parte activa na sedição occorrida na Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul: o Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II ha por bem mandar dissolver os ditos segundo, terceiro e quarto Corpos Cavallaria, Primeiro de Artilharia a Cavallo e Oitavo Batalhão de Caçadores, todos de Primeira Linha (1836 apud FARIAS, 2006, p. 103)

Porém, a Regência voltou atrás, dando poderes ao Presidente da Província para executar extinção dessas unidades.

Em 10 de junho de 1836 [...] Em additamento ao meu officio de hontem, cumpre-me significar a V. Ex., de ordem do Regente em Nome do Imperador, que, posto esteja V. Ex. Autorisado pelo Decreto de 21 de Maio deste anno a dissolver os Corpos de 1ª linha dessa Provincia, inclusive o 8º Batalhão de Caçadores, por haverem tomado parte na sedição de 20 de Setembro do anno proximo passado, e isto como medida geral para não continuarem no quadro do Exercito Corpos, cuja conducta se tornára anarchica, todavia occorrendo agora que o mesmo 8º Batalhão mostrou querer apagar a nodoa do seu primeiro comportamento, voltando-se para a causa da legalidade, deixa o Regente ao prudente arbitrio de V. Ex. O sobrestar na execução daquella medida geral segundo as circumstancias e os interesses dessa Provincia o exigirem. (1836 apud FARIAS, 2006, p. 103-104)

O Império deu mais uma oportunidade às unidades de 1ª Linha a voltarem à legalidade, medida esta que acabou surtindo efeito. Quase todas abandonaram os revoltosos, mas o 4º Corpo de Cavalaria não seguiu este caminho. Por isso, o Decreto nº 31, de 28 de fevereiro de 1839<sup>141</sup>, consumou sua extinção, situação que perduraria até 1846.

Determinando a numeração que devem ter os corpos de linha que formão o Quadro do Exército [...] O Regente, em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, ha por bem determinar que a numeração dos Batalhões de Caçadores, Regimentos de Cavalaria [...] pertencentes à linha do Exército, e que constão do quadro approved por Decreto de 22 do corrente mez nº 30. [...] Numeração dos três Regimentos de Cavalaria Ligeira Estes regimentos conservão a numeração dos actuaes 1º, 2º e 3º Corpos de Cavallaria, **sendo o 4º dissolvido** (1839 apud FARIAS, 2006, p. 105, grifo do autor).

A 1ª fase da Revolução consistiu basicamente na tomada de Porto Alegre por parte dos rebeldes e o estabelecimento de um governo provisório. As operações mi-

141 Esses Decretos causam confusão. Por isso, em algumas fontes consta a extinção do 4º Corpo de Cavalaria em 1836, noutras, em 1839.

litares foram de pequena monta e o sucesso inicial dos farroupilhas se deveu ao elemento surpresa e à adesão de estancieiros e de tropas de 1ª Linha, destacando-se o Comando de Fronteira de Jaguarão.

### A REAÇÃO DO IMPÉRIO

O Regente Diogo Antônio Feijó reagiu moderadamente aos eventos ocorridos no Sul, nomeando José de Araújo Ribeiro para a Presidência da Província<sup>142</sup>. Este, ao chegar ao Rio Grande, tentou parlamentar com Bento Gonçalves, que se encontrava em Jaguarão: mas o líder rebelde recusou-se a negociar. Esta atitude não foi bem recebida pelos moderados que o apoiavam, pois estes não desejavam um conflito com o Império. Dentre eles, estava o Comandante das Armas dos farrapos, Bento Manoel, que abandonou a causa.

Então, os revoltos nomearam Américo Cabral de Melo para a Presidência da Província e o Maj. João Manuel de Lima e Silva para o cargo de Comandante das Armas da Revolução. Criou-se, assim, um impasse político com a Regência.

Os revoltosos foram, lentamente, batidos por partes. Ao sul da província, após ter dissolvido, em Herval, um grupo de revoltosos sob o comando de Camilo dos Santos Campelo, o Cel. Silva Tavares seguiu para leste, a frente de 180 homens, acompanhado pelo Maj. Davi Francisco Pereira e o Ten. Pedro José Nunes. No dia 28 de janeiro de 1836, chegou a Jaguarão e intimou Crescêncio a render-se. Este, sitiado no quartel, capitulou, sendo-lhe permitido se retirar para o Uruguai com os oficiais que o quisessem acompanhar.

Bento Manoel, agora legalista, operava na região do Rio Jacuí, afastando-se, portanto, de Jaguarão. Porto Alegre caiu nas mãos das tropas imperiais graças a uma ousada ação militar em 15 de junho de 1836. A capital da Província foi um baluarte legalista até o final do conflito.

Ao sul, na Lagoa Mirim, o iate “Oceano” pôs a pique o cúter (pequena embarcação à vela) farroupilha Minuano, em fevereiro de 1836, vindo a morrer seu comandante e mais 18 marinheiros, sendo outros 24 aprisionados.

Durante a Guerra dos Farrapos, a Marinha comprou o iate “Três Irmãos”, de João R. L. da Silva em 23 de agosto de 1838. Ele foi incorporado à Armada no mesmo dia, com o nome de “Canhoneira Jaguarão n° 2”, em homenagem à vila e ao rio de mesmo nome. Ela atuou no Rio Jaguarão, Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos, dando baixa do serviço em 1850.

O barco recebeu duas colubrinas<sup>143</sup> de calibre 12 polegadas, tinha 21,94 metros de comprimento, 4,57 metros de boca (largura) e uma tripulação de 30 homens. Seu primeiro comandante foi o Ten. José Pereira Pinto.

Capítulo controverso, que merece destaque, ocorreu após a derrota do “colorado” Fructuoso Rivera pelo “blanco” Manuel Oribe, no Uruguai. Rivera se refugiou

142 Barão e Visconde de Rio Grande, advogado, gaúcho de Barra do Ribeiro. Ocupou diversos cargos diplomáticos, tendo passagens pela Itália, França e Estados Unidos. Também ocupou cargos políticos importantes, como a Presidência da Província de Minas Gerais. Era primo do Cel. Bento Manoel Ribeiro.

143 Canhão de cano longo e maior alcance, carregado pela boca – antecarga.

no Rio Grande. Reorganizou-se com apoio dos rio-grandenses e voltou ao Uruguai, reconquistando o poder. Por isso, agradecido, o partido “Colorado” passou a apoiar os farroupilhas. Essa questão repercutiu mal, quando veio a público mais tarde, tanto no Rio de Janeiro, como entre os farrapos.

### SEIVAL E A REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

O Cel. Netto se encontrava acampado com os 430 homens da “Brigada Liberal” próximo ao Rio Jaguarão. Ao tomar conhecimento da presença, na região, das forças de Silva Tavares (com 560 soldados), atacou-as às margens do Arroio Seival, próximo à Cidade de Candiota<sup>144</sup>. Um combate à moda gaúcha! Teria dito Netto para seus comandados, naquele dia: “Camaradas! Não quero ouvir um tiro! Seja a carga à espada e à lança” (FRAGOSO, 1938, p. 76).

Os farroupilhas venceram. No dia seguinte, ocorreu um dos fatos mais graves da história do Brasil. Em meio ao entusiasmo geral da tropa, Netto proclamou a independência do Rio Grande do Sul e, concomitantemente, a República Rio-grandense. Jaguarão, por meio de sua Câmara Municipal, assim como ocorreu no movimento de 20 de setembro do ano anterior, foi a primeira vila a aderir à proclamação de Netto.

Os demais líderes farroupilhas não tiveram condições de discutir a conveniência de assumirem as consequências desse ato político. A proclamação de Netto foi intempestiva e precipitada. Desconsiderou a vontade do povo, acabando por dividir os rio-grandenses. A província decretara sua separação do Brasil, atentando contra a integridade nacional, algo que os brasileiros não admitiam (e não admitem em nenhuma hipótese). O conflito, claro, recrudescceu!

Tropas legais formadas por Infantaria, Cavalaria e Artilharia, a comando de Bento Manoel Ribeiro, em ação combinada com uma flotilha a comando do almirante (Alm.) Grenfell<sup>145</sup>, venceram Bento Gonçalves na ilha de Fanfa em 4 de outubro de 1836. Havia 400 soldados com Domingos Crescêncio na margem sul do Rio Jacuí, aguardando uma junção com Bento Gonçalves. Provavelmente, havia jaguarenses dentre estes, haja vista que o seu líder, antes de se rebelar, era o Comandante do extinto 4º Corpo de Cavalaria. Bento Manoel Ribeiro enviou mensagem a Gonçalves, impondo as condições para a capitulação dos farroupilhas, o que acabou ocorrendo<sup>146</sup>. Nela, ele menciona a Vila de Jaguarão:

Recebo como irmão e afaço serem livres de perseguições conforme ordens do Governo do **Brasil** todos os indivíduos que se apresentem e reconheçam o Governo Legal [...] os que se achão nesta ilha hoje mesmo [...] e os de **Jaguarão** e **Pelotas** no prazo de 15 dias (RIBEIRO, 2009, v. 18, p. 20)

144 Existe um monumento no km 145 da BR 293, próximo à ponte que cruza o Arroio Seival, em que se leem duas placas, com os seguintes dizeres: “Neste local em setembro de 1836 travou-se a batalha do Seival e foi proclamada a República Piratini – setembro 1980 Rotary Clube Candiota” e “Obra realizada pela Prefeitura Municipal de Candiota ‘Projeto Nossa História’ – Pamela Cecília Conrad 1ª Prenda Juvenil CTG Candeeiro do Pago Gestão 1995/97”.

145 John Pascoe Grenfell: oficial inglês que prestou três décadas de serviços à Marinha do Brasil.

146 Bento Gonçalves e vários líderes foram aprisionados.

Em novembro, na Câmara Municipal de Piratini<sup>147</sup>, procedeu-se a eleição do primeiro escalão do Governo. Para a presidência, Bento Gonçalves da Silva. Como estava preso, José Gomes Jardim foi empossado interinamente.

João da Silva Tavares veio a Jaguarão para arregimentar combatentes, quando foi atacado de surpresa, batido e capturado por David Canabarro em 17 de dezembro. Há registro de que houve 83 baixas entre os legalistas.

Netto substituiu João Manuel de Lima e Silva no Comando das Armas dos farroupilhas. Em janeiro de 1837, o novo Comandante se encontrava em Jaguarão. Porém, Bento Manoel não lhe deu quartel, obrigando-o a se refugiar no Uruguai. Depois desta vitória, o Comandante legalista permaneceu na região, perseguindo republicanos.

O ano de 1836 foi de idas e vindas, com derrotas e vitórias para os dois lados. Numa avaliação isenta, pode-se afirmar que a Regência retomara a iniciativa das ações. Além disso, o abandono da causa rebelde por Bento Manoel, líder experimentado e capaz, foi um duro golpe para os farroupilhas. Mas a proclamação da República Piratini ofuscou a situação militar.

## O EXÉRCITO REPUBLICANO

O Exército Rio-grandense se espelhou na organização Exército Imperial, com algumas diferenças, que se justificam pela experiência militar dos gaúchos e pelos meios existentes. Inicialmente não passou de um ajuntamento de milicianos, mas foi gradativamente se estruturando até se tornar numa eficiente máquina de guerra, sendo um dos motivos da longa duração do conflito.

A República Piratini dividiu seu Exército em 1ª Linha e Guarda Nacional. As tropas regulares não passavam de mil homens, mas, somadas à Guarda Nacional, chegaram a reunir quatro mil em certas ocasiões. Sua artilharia era quase toda tomada das forças legais, chegando a uns 20 canhões, enquanto a Infantaria tinha poder de combate irrisório. Havia, portanto, evidente proeminência da Cavalaria.

Antonio Garibaldi, em 1860, em suas memórias, descreve a cavalaria gaúcha como “a melhor do mundo”. As tropas, acostumadas a cavalgar desde crianças e muitas vezes nas milícias da Guarda Nacional, promoviam cargas de cavalaria, utilizando lanças e sabres como armas principais. Eram confiáveis desde que servissem na cavalaria – e não na infantaria ou artilharia (ONÇA, 2006, p. 42)

Era, pois, um Exército que retratava bem um povo que lutava montado sobre as patas dos cavalos. Mas tinha sérios problemas estruturais, que mais tarde, Caxias haveria de explorar com sapiência.

Os farroupilhas dividiam a província em áreas de responsabilidade. Assim, ao sul do Rio Camaquã, até o Jaguarão, atuou a “Divisão Esquerda”, que foi comandada por Domingos Crescêncio até 1840.

147 Primeira capital da República. Seguiram-se: Caçapava do Sul, São Gabriel e Alegrete.

## A GUERRA MUDA DE RUMO

O ano de 1837 encontrou os farrapos na defensiva. Um ano antes, apenas Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e Rio Pardo estavam sob controle imperial. Agora, só a região de Piratini estava em mãos republicanas.

Araújo Ribeiro foi substituído pelo Mal. Antero José Ferreira de Brito, que assumiu o cargo de Comandante das Armas em 5 de janeiro, mas ele e Bento Manoel se desentenderam. Antero Brito acabou preso pelo sorocabano em março de 1837. Foi uma reviravolta na situação. Com Bento novamente do lado dos farroupilhas, a balança voltou a pender a favor dos revoltosos.

Após a prisão do Brig. Brito, assumiu, interinamente, o Cel. João Crisóstomo da Silva, até que o tenente-general Francisco das Chagas Santos fosse nomeado. Os farrapos voltaram do Uruguai, restabeleceram suas bases na Serra de Tapes, conquistaram Caçapava do Sul-RS e Triunfo e sitiaram Porto Alegre. Os combates se localizaram, portanto, longe de Jaguarão.

A Guerra dos Farrapos foi pontuada de histórias de heroísmo e audácia de ambos os lados. Uma delas ocorreu em Salvador, na Bahia, quando Bento Gonçalves, com apoio de adeptos de Antônio Sabino<sup>148</sup>, conseguiu fugir de maneira espetacular do forte do Mar em 10 de setembro de 1837. Isso elevou o moral dos farroupilhas.

Em 1838, o Exército Republicano tinha em torno de 3.000 homens e estava desdobrado da seguinte maneira: Bento Gonçalves cercava Porto Alegre (cerca de 1.500 farroupilhas); Netto controlava a região de Bagé (400 homens); Domingos Crescêncio (600 soldados) em Piratini; Bento Manoel e David Canabarro para os lados da região da Campanha (500 soldados); e outras forças de valor variável em outras regiões do interior. A situação estagnara.

O Maj. Constantino de Oliveira deu combate, sem sucesso, a Domingos Crescêncio, então Comandante da tropa farroupilha que atuava numa ampla área que incluía a margem oeste da Lagoa Mirim, entre os rios Camaquã e Jaguarão.

Jaguarão, aliás, voltara ao controle farroupilha. Na Guerra Gaúcha, a manutenção do terreno não era fundamental. Como o porto da vila não podia ser utilizado devido ao absoluto controle imperial da navegação na Lagoa Mirim, a localidade não se constituiu em importante objetivo militar.

As forças legais mantinham Porto Alegre, Rio Grande, São José do Norte, Rio Pardo e a região serrana. Comandava o Exército Imperial o Mal. Antônio Elzeário de Miranda e Brito desde janeiro de 1838. Ele procurou envolver as forças de Bento Gonçalves, que evitou o combate. Em compensação, o cerco a Porto Alegre foi levantado.

Fugindo ao seu “modus operandi”, os revoltosos realizam um maciço ataque a Rio Pardo em 30 de abril, logrando grande vitória.

No campo político, um Conselho de Procuradores Gerais foi convocado em setembro. Apenas seis municípios enviaram seus representantes, sendo um deles,

<sup>148</sup> Médico e jornalista. Foi um dos líderes da Sabinada, na Bahia.

Manoel Gonçalves da Silva, representante de Jaguarão. Salienta-se que, durante a efêmera existência da República Rio-grandense, o legislativo, devidamente eleito, não funcionou, sendo este um dos motivos de muitos acusarem Bento Gonçalves de ditador.

### A REPÚBLICA JULIANA E A GUERRA DE DESGASTE

O ano de 1839 encontrou a situação militar indefinida. Os farrapos tinham dificuldade de manter o esforço de guerra, porque o Império dominava o mar e as vias interiores (inclusive o Rio Jaguarão), fundamentais para o abastecimento logístico e para o comércio entre os centros urbanos. Nem mesmo a adesão do italiano Giuseppe Garibaldi, como corsário, e o estabelecimento de um pequeno estaleiro no Rio Camaquã mudaram de maneira significativa essa situação. Foi então que os farroupilhas planejaram ousada operação militar para a tomada do porto de Laguna, em Santa Catarina.

Laguna foi conquistada em 21 de julho de 1839 por uma operação conjunta: por terra, Canabarro atacou a vila, enquanto Garibaldi o fez por mar. Em seguida, os farroupilhas ocuparam, também, outras localidades. A população aderiu ao movimento republicano e comemorou a proclamação da República Juliana em 24 de julho, ocupando sua presidência o Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro. Neste meio tempo, assumiu o Comando das Armas do Rio Grande, o Mal. Manoel Jorge Rodrigues, em julho de 1839.

Com a tomada de parte de Santa Catarina, a Regência enviou o Mal. Francisco José de Souza Soares de Andréa<sup>149</sup> – Barão de Caçapava – para controlar a situação. Esse militar experiente realizou operação combinada de forças navais e terrestres, reconquistando Laguna em 15 de novembro. Daí em diante, as forças legais perseguiram os farroupilhas, que, apesar de vitórias sem maior importância, foram obrigados a voltar para o Rio Grande do Sul.

Os farroupilhas transferiram sua capital para Caçapava, mais para oeste (longe de Jaguarão), com a finalidade de dar-lhe maior segurança.

Até meados de 1839, atuou nas cercanias de Jaguarão a 4ª Brigada dos farroupilhas, a comando de Domingos Crescêncio. Com a reestruturação do Exército Republicano, foi organizado o Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Jaguarão, com 207 homens, sendo 11 oficiais.

Porto Alegre foi novamente sitiada pelos farroupilhas. Travou-se a inconclusa batalha de Taquari, a 3 de maio de 1840, e os rebeldes realizaram um sangrento ataque ao porto de São José do Norte em 16 de julho, não obtendo sucesso. Jaguarão, portanto, ficou afastada dos principais episódios do ano.

149 O Barão de Caçapava (1781-1858) nasceu em Lisboa. Pertencendo ao Corpo de Engenheiros do Exército Português, realizou diversos levantamentos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Aderiu à causa de Independência do Brasil. Lutou em Pernambuco em 1817 e na Guerra Cisplatina. Comandou as Armas das Províncias do Pará (também foi seu Presidente), Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi Presidente das Províncias de Minas Gerais e da Bahia. Conduziu os trabalhos iniciais de demarcação da fronteira do Brasil com o Uruguai.

Em 13 de abril de 1840, ocorreu um entrevero em Herval entre um piquete de 300 homens, a comando de Silva Tavares, contra o farrapo Felix Vieira, que levou a pior e deixou 22 mortos no terreno, contra nenhum legalista.

O Brig. João Paulo dos Santos Barreto assumiu o comando das forças legais em operações no Sul em novembro de 1840. Ele tentou atrair os farroupilhas para uma grande e decisiva batalha campal, entretanto, mais uma vez, Bento Gonçalves a evitou.

A revolta se transformou numa guerra de desgaste. As tropas legais, desacostumadas com o ambiente operacional do Sul, não tinham bom desempenho contra os aguerridos e fugidios piquetes farrapos, apesar de terem obrigado os republicanos a cada vez mais se interiorizarem. Quanto mais a guerra ia para oeste, mais se afastava de Jaguarão.

Os legalistas levantaram o sítio a Porto Alegre e obrigaram os farroupilhas a se movimentarem para a região norte do Estado (na Serra). Acabaram perseguidos pelas forças imperiais, que cobraram elevado preço dos farrapos. Esse amplo movimento, com o objetivo de chegar ao Pampa, foi mais um capítulo épico da Revolução.

Nesta época, os vereadores jaguarenses estavam instalados na Freguesia de Herval, já que a Vila de Jaguarão passou mais tempo em poder legalista do que dos revoltosos. A Câmara também se reuniu em outros locais, como residência de particulares e na zona rural. Em 8 de março de 1840, ela elegeu novos membros para o Legislativo de Jaguarão, em cumprimento à resolução do Governo da República Rio-grandense do dia 10 do mês anterior.

Grande perda histórica foram os livros um e dois da Câmara Municipal de Jaguarão, que abrangiam o período de 1833 ao início de 1845. Tendo sido esta vila a primeira a aderir ao movimento de 20 de setembro e, depois, à República, certamente estes documentos teriam muito a esclarecer da Epopeia Farroupilha.

A região dos Campos de Cima da Serra caiu nas mãos imperiais e houve defecções importantes nas fileiras rebeldes: Bento Manoel as deixou mais uma vez e, em 1841, foi a vez de Garibaldi. As revoltas no Pará, Maranhão, Bahia, São Paulo e Minas Gerais foram controladas. Apenas o Rio Grande permaneceu em conflito. O Império ficou livre para vencer os rebeldes.

A sorte dos farrapos foi selada em 28 de setembro de 1842, quando o Imperador nomeou o Barão de Caxias para Presidente e Comandante das Armas da Província de São Pedro.

### **CAXIAS, O INVICTO**

Luís Alves de Lima e Silva nasceu no Rio de Janeiro em 25 de agosto de 1803. Foi o único brasileiro a receber o título de Duque durante o Império, sendo que seu nome é um dos que compõem o Livro de Aço do Panteão da Pátria e da Liberdade, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Era filho de família com forte tradição militar. Seu pai foi o Brig. Francisco de Lima e Silva, que integrou as Regências Trina Provisória e Permanente.

Sentou praça muito jovem e teve seu batismo de fogo na Bahia, nas lutas pela Independência. Combateu nas Guerras Cisplatina, contra Oribe e Rosas e da Tríplice Aliança. Recebeu o epíteto de “O Pacificador”, por ter debelado a Balaiada, a Revolta Liberal de São Paulo e Minas e a Revolução Farroupilha.

Seu patriotismo e seu respeito à legalidade foi tal que seu nome se tornou sinônimo de retidão de caráter e de atitudes. Foi escolhido para ser o Patrono do EB e, a data do seu nascimento, o Dia do Soldado.

### A PACIFICAÇÃO

Ao chegar ao Rio Grande em outubro de 1842, Caxias tratou de criar as condições para a vitória: normalizou o comércio, bloqueou a fronteira para a entrada de armas e equipamentos para os rebeldes, reorganizou a logística, adquiriu cavalos, atraiu Bento Manoel para a legalidade e reuniu seus meios, que se encontravam dispersos pela província.

Seu planejamento primou pela simplicidade e objetividade. Com suas forças reunidas, Caxias iniciou sua manobra em fevereiro de 1843. Os farroupilhas foram surpreendidos, pois eles não esperavam que o barão ousasse marchar para o interior, passando a travar uma guerra de movimento. Os contendores mudavam de posição de acordo com a situação, sendo que em abril de 1843 e maio de 1844, Caxias passou com suas forças ao sul do Rio Piratini. Os embates se deram principalmente na região entre Bagé e Alegrete. São deste período os combates de Ponche Verde, Piratini, Encruzilhada, dentre outros. Ou seja, os entreveros voltaram à região sul da Província.

Há registro de que o 3º Batalhão de Fuzileiros esteve estacionado em Jaguarão por um breve período. Esta unidade voltaria para uma rápida parada à vila depois da Guerra contra Oribe e Rosas para, finalmente, após a Guerra da Tríplice Aliança, permanecer na localidade por décadas.

Foi então que, com a finalidade de cobrar impostos, Teixeira Nunes seguiu para Jaguarão, onde lhe deu combate o legalista Vasco Pinto Bandeira no dia 19 de dezembro de 1843. Após recolher polpudos “impostos e doações”, Teixeira se reuniu a Netto em Herval. Assim o chefe farrapo relatou o combate:

A 19 e 20 de Dezembro de 1843, o Coronel **Joaquim Teixeira Nunes**, à frente de duzentos Republicanos, entrou debaixo de fogo na **Vila de Jaguarão** guarnecida por um contingente imperial de infantaria, uma Polícia de 25 a 30 homens de cavalaria, quatro canhoneiras e uma barca a vapor. A Polícia [...] foi em uma repente corrida e debandada, e igual sorte teve a infantaria que [...] desembarcando ufana, veio ocupar a praça em ordem de combate, mas logo desistiu dessa impostura ao momento que avistou nosso contingente da mesma arma, e retirando-se [...] vergonhosamente ao trote apressado e acoçados já por nossos bravos, tiveram de lançar-se às ondas do **Jaguarão**, onde alguns se afogaram porque a esse tempo já a barca e Canhoneiras estavam sobre o lado do rio, posição que havia então tomado para dela vomitarem sucessivo fogo de sua grossa artilharia e depois da fuzilaria, assim a 19 das quatro horas da tarde em diante como

em todo o dia seguinte de manhã até a noite, do que resultou a ruína total de muitíssimos edifícios e de outros interesses, a morte de inocentes criaturas, [...] até escravos, e ferimentos de mulheres e de inermes cidadãos dali mesmo habitantes. Da parte dos inimigos da Pátria que comandava o lusitano **Pinto**, alguns mortos e prisioneiros houveram. Os Republicanos foram possuidores de 300 e tantos bons cavalos que naquele ponto se achavam invernados por seus inimigos, duas carretas carregadas de fazendas ali compradas, trouxeram para fardamento de vosso Exército e só tivemos de prejuízo um soldado de cavalaria ferido de metralha, e um infante que de igual ferimento morreu daí a uns dias (NUNES, 2005, v. 14, p. 43)

Diante da difícil situação logística vivida pelos farrapos, o Comandante Republicano, David Canabarro, determinou que o Cel. Antônio Manuel do Amaral<sup>150</sup> atacasse Jaguarão, com a finalidade de obter suprimentos. Assim, um piquete de quase 280 farroupilhas<sup>151</sup> cercou as forças imperiais na vila em 21 de junho de 1844. Do lado legalista, havia forças policiais, um piquete da Guarda Nacional, comandado pelo Cap. Balbino Francisco de Souza, a escuna “Ibicuí”, liderada pelo Ten. Antônio Afonso de Lima, e dois lanchões: o “Torres” e o “Gaivotas”. Francisco Pedro Buarque de Abreu<sup>152</sup> tomou conhecimento do fato e solicitou um reforço de 50 soldados de infantaria.

Os farrapos atacaram e obtiveram os suprimentos dos quais necessitavam, deixando Jaguarão logo depois. Porém, antes que a retirada se consumasse, na Praça Alcides Marques, um legalista, de tocaia numa residência, feriu mortalmente o líder dos atacantes.

Coronel **Antônio Manuel do Amaral** foi à vila de **Jaguarão** saquear [...] e foi rechaçado pela polícia de **Jaguarão**, coadjuvado pela infantaria e marinha, ficando morto o mesmo **Amaral** e um tenente e 5 ou 6 soldados e feridos um tenente e 6 soldados, e de nossa parte tivemos a lastimar um sargento (ABREU, v. 2, 1978, p. 74)

Além do Cel. Amaral, outros 13 farroupilhas perderam a vida, enquanto as forças legais tiveram apenas um morto. Em uma de suas cartas, Bernardo Pirez transcreveu um poema feito por um soldado farroupilha, em homenagem ao Cel. Amaral.

Em quanto do **Jaguarão** na campanha escura;  
Jazem os restos do exemplar soldado,  
Que a prol da Pátria, Justo e denodado,  
Seus foros defendia com bravura [...]  
Sim, exímio **Amaral**, tua memória  
Será sempre querida entre os vindouros  
Terá sempre por si a honra história (PIREZ, v. 17, 2008, p. 72)

150 Nasceu em Rio Pardo em 1810. Combateu na Guerra Cisplatina como integrante da 1ª Linha do Exército. Aderiu à causa farroupilha, quando se destacou por sua bravura.

151 Certas fontes afirmam que eram apenas 150 farroupilhas.

152 Barão de Jacuí, conhecido como “Moringue”.

Ainda no mesmo ano, Canabarro venceu um piquete de 17 legalistas, do Barão de Jacuí, próximo ao Rio Jaguarão.

Caxias não logrou seu intento de atrair os farroupilhas para uma grande batalha campal, mas os desgastou seriamente, reduzindo seu espaço de manobra, além de isolá-los de seu apoio externo. Os sucessivos reveses levaram as forças farroupilhas ao desânimo e disputas internas.

Mesmo antes da nomeação de Caxias, tinham se iniciado as negociações para a paz. Não havia consenso entre os líderes farroupilhas. Buscava-se uma “paz honrosa”. Diante da pressão exercida pelas forças legais a partir de 1843, essas negociações avançaram. Mas muito sangue ainda seria derramado.

No segundo semestre de 44, Francisco Pedro passou a patrulhar as margens do Jaguarão. Foi então que ele e Teixeira Nunes se encontram no combate de Arroio Grande, próximo ao Arroio Chasqueiro, em 26 de novembro. Os imperiais venceram, apesar de terem perdido 10 homens. Entre os quatro mortos farroupilhas, estava o próprio Teixeira Nunes.



Combates ocorridos nos arredores de Jaguarão durante a Guerra dos Farrapos

## ENFIM, A PAZ

Estabelecidas as condições para a paz, Canabarro, em nome dos farroupilhas, assinou o Tratado de Ponche Verde em 25 de fevereiro de 1845. Em todas as oportunidades, Caxias se caracterizou pela ponderação e equilíbrio, não perdendo de vista que estava combatendo brasileiros. Assim, não lhe cabia realizar retaliações e devassas. Sabia, também, que a situação política no Prata exigiria novos esforços do Império e a ajuda das experientes forças gaúchas seria providencial. Por isso, Luís

Alves acatou todos os termos dos gaúchos, com a finalidade de criar um ambiente harmonioso para a manutenção da paz na região.

A Revolução ceifou mais de três mil vidas brasileiras, numa luta fratricida que durara quase uma década e marcaria definitivamente a alma rio-grandense.

Fato interessante e pouco explorado pela historiografia é que o Império se valeu dos gaúchos leais para derrotarem os farroupilhas. Observando-se atentamente os combates ocorridos nas fases mais avançadas da guerra, percebe-se que os comandantes das vitoriosas tropas imperiais foram personagens como Barão de Jacuí, Conde de Porto Alegre, Bento Ribeiro, Manoel Pereira Vargas, dentre muitos outros heróis das guerras seguintes no Prata.



## CAPÍTULO 11

# NORMALIDADE

### VOLTA À NORMALIDADE

A Guerra dos Farrapos deixou fortes marcas nos rio-grandenses. Hoje o chamado “orgulho gaúcho” é muito festejado no dia 20 de setembro, mas em 1846, após o longo conflito fratricida que manchou de sangue os Pampas, a província se encontrava desorganizada política e economicamente. Procurou, portanto, voltar à normalidade. E Jaguarão reencontrou o caminho do progresso.

Nas décadas seguintes, até o raiar do século XX, a vila seria elevada à cidade; construções de toda ordem seriam erguidas; os limites físicos da área urbana se expandiriam; a vida social cresceria exponencialmente; Herval e Arroio Grande se emancipariam; e a economia daria claros sinais de crescimento.

Companhias e grupos artísticos enchiam o teatro. Em 1847, foi iniciada a construção da Matriz do Divino Espírito Santo, substituindo a acanhada igreja existente. O prédio, em estilo barroco, que hoje enfeita a Praça Alcides Marques, recebeu altares esculpidos à mão e vitrais belíssimos. A obra foi totalmente concluída em 1875.

O pároco da cidade era Themudo Cabral Diniz, quando foi criada, em 1846, a Vara<sup>153</sup> de Jaguarão por Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, bispo do Rio de Janeiro.

A zona urbana da vila tinha seu limite meridional no Rio Jaguarão, e setentrional na atual Rua Odilo Marques Gonçalves. Após a Guerra dos Farrapos, porém, casas começaram a ser construídas mais para o norte, surgindo a chamada Cidade Nova.

A 24 de março de 1846, o tenente engenheiro João Pedro de Gusmão Vasconcelos entregou à administração uma planta atualizada da vila. Em consequência, foram dados novos nomes às ruas. Uma delas (atual Odilo Marques Gonçalves) recebeu o nome de Rua das Trincheiras, devido ao fato de ali, anteriormente, terem sido construídos abrigos com a finalidade de defender a comunidade.

Às margens do Rio Jaguarão, quase na foz do Arroio Quartel-Mestre, foi construído o belo sobrado na charqueada que se localizava em frente à ilha Santa Rita. De sua sacada, hoje em ruínas, tem-se uma das mais belas vistas da região.

---

<sup>153</sup> Organização da Igreja Católica com atribuições disciplinares.

Na Câmara Municipal tomou posse, em 7 de janeiro de 1849, a segunda legislatura de vereadores eleitos.<sup>154</sup> Eram eles: José Luís Corrêa da Câmara, Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, João Inácio Goulart e João Antônio de Oliveira. Na mesma oportunidade, foram escolhidos juizes de paz, os senhores José Corrêa da Câmara, Angelino Dutra da Silveira, Hildebrando Soares de Lima e José Simeão de Aguiar Cardoso.

Imagina-se que não deviam ser poucos os animais abandonados na vila, tornando-se, além de um transtorno, um problema de saúde pública. Logo os vereadores determinaram que os “cães vadios e suínos soltos pelas ruas” fossem “mortos por ordem das autoridades policiais” (1849 apud COSTA, 1998, p. 16). Uma medida pouco simpática para os dias de hoje, porém, é bom lembrar, não se falava em proteção dos animais em 1849.

A Câmara também disciplinou que os comerciantes de hortaliças, legumes, frutas e peixes estivessem prontos em seus pontos de venda às nove horas da manhã nas Praças da Matriz e da Marinha. A seguir, foi regulado o comércio na vila mais uma vez pelo legislativo municipal em setembro de 49, quando se decidiu pela construção de seis cômodos junto ao rio para servirem de Mercado Público.

Como saber, porém, o horário naquela época? A Guarda Municipal foi encarregada de dobrar os sinos da igreja às nove e 21 horas, enquanto os sacristãos foram incumbidos da mesma tarefa nos horários do meio-dia e das 18 horas. Para resolver totalmente o problema, decidiu-se construir, mais tarde, um “relógio solar” na Praça da Matriz.

Neste profícuo ano de 1849, foi instalada a Loja Maçônica “Luz Transatlântica”, que existe até hoje na Rua General Osorio.

Por essa ocasião, a população de Jaguarão deveria girar em torno de 5.000 almas no município; e cerca de 2.000 na vila. Já era importante entreposto comercial da fronteira, fazendo triangulação com Pelotas e Rio Grande. Em seu porto fluvial, afluíam grande número de iates e um barco a vapor, notadamente, com mercadorias vindas do Rio Grande, muitas das quais importadas da Europa. De Jaguarão eram elas distribuídas a todas as vilas da província, por meio de carretas, cujas rodas alcançavam Bagé e municípios circunvizinhos. No retorno, dos barcos, Jaguarão exportava para o Rio Grande e daí para o Centro e Norte do Império produtos da pecuária como graxas, couros, charque, peles animais etc. A vila mantinha comunicação com Montevidéu por meio de um serviço de diligências que partiam duas vezes por semana da vila fronteira de Artigas, no Estado Oriental do Uruguai (DUARTE, 2010, p. 160)

### **AUMENTA A PRESENÇA DA 1ª LINHA EM JAGUARÃO**

O fim da guerra deu estabilidade à Vila de Jaguarão, permitindo-lhe retornar a uma vida tranquila e progressista. Porém, a situação política na Bacia do Prata era preocupante. Novo conflito se aproximava e o Brasil se preparava para ele. O Comandante da Fronteira de Jaguarão era, na oportunidade, o Barão de Jacuí, mas ele logo foi substituído.

O Exército Imperial chegou a ter 12 mil soldados no Sul durante a Guerra dos Farrapos. No “Mapa da Força”<sup>155</sup> de março de 1846, consta que a província dispunha de 9.254 soldados, sendo que 2.125 estavam mobilizados pela Guarda Nacional.

154 A primeira foi em 1833, como foi citado.

155 Documento militar onde constam dados sobre os efetivos de uma tropa.

Em 1847, o efetivo militar da província caiu para 8.780 homens, sendo 7.128 de 1ª Linha. Estava organizado em quatro brigadas e duas guarnições. Mesmo com esse decréscimo, metade do Exército Imperial se encontrava no Rio Grande do Sul. Esse dispositivo funcionava como “força de ocupação”, a fim de garantir a paz interna, ao mesmo tempo em que atendia às possíveis demandas da defesa externa.

A 2ª Brigada Imperial ficou aquartelada em Jaguarão, sendo que, em 1846, era comandada pelo Brig. Manoel Marques de Souza (3º), e, no ano seguinte, pelo Cel. Vicente de Paula Oliveira Vilas Boas. Ela enquadrava o 5º Batalhão de Caçadores, em Pelotas; o 4º Batalhão de Fuzileiros (4º Btl Fuz), com 786 homens<sup>156</sup>; uma Bateria de Artilharia a Cavalos, ambos com sede na vila; e os 1º e 2º Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional no Arroio do Telho, com 320 e 249 soldados, respectivamente. Adido à 2ª Brigada estava o 2º Batalhão de Fuzileiros, para o qual estava sendo construído um quartel na vila. Seu comandante era o Ten. Cel. José Fernandes dos Santos Pereira<sup>157</sup>.

As Divisões e Brigadas raramente permaneciam organizadas em tempo de paz naquela época, mas como a situação do Rio Grande do Sul inspirava cuidados, manteve-se por algum tempo as Brigadas.

Foi o regresso das tropas de 1ª Linha à vila! A partir daí, Jaguarão não mais deixou de contar com efetivos regulares do Exército. Os tempos pós-guerra trouxeram mais soldados nos anos seguintes, graças a três fatores: a importância crescente da economia local, sua localização favorável para o apoio logístico (aquavia Lagoa Mirim-Rio Jaguarão) e a tendência de interiorização das operações, que vinha se manifestando desde a Guerra de 1801.

Em 3 de agosto de 1848, foi nomeado para comandar a 2ª Brigada, o Brig. João Feliciano da Costa Ferreira, tendo como Subcomandante, o Ten. Cel. Antônio Fernandes Padilha. Ela sofreu diversas mudanças de comando e de organização nos anos seguintes, até deixar a vila, pouco antes da Guerra contra Oribe e Rosas.

Entre 1849 e 1850, esteve no Comando de Fronteira de Jaguarão e Bagé, o Brig. João Propício Menna Barreto, futuro Barão de São Gabriel, militar de excepcional ficha militar, que, dentre outros feitos, viria a ser o Comandante em Chefe do Exército do Sul durante as operações contra Aguirre em 1864-65.

## O 4º BATALHÃO

Vindo de Caçapava do Sul, o 4º Btl Fuz<sup>158</sup> chegou à vila em abril de 1845. Esta Organização Militar (OM) fora constituída no Nordeste e se deslocou para o Sul

156 De acordo com o Decreto nº 529, de 23 de agosto de 1847.

157 José Fernandes dos Santos Pereira nasceu em Portugal em 1793. Sentou praça, em 1808, no Exército Português. Lutou nas Guerras Napoleônicas e, depois, na Banda Oriental, integrando a Divisão de Voluntários Reais D'El-Rei. Em 1822, servia em Montevidéu quando aderiu à causa da Independência do Brasil. Participou das Guerras Cisplatina e contra Oribe e Rosas. Foi Comandante da Guarnição e Fronteira do Rio Grande. Comandou as Armas da Província de Pernambuco, passando à reserva como marechal de campo. Foi reconvoado durante a Tríplice Aliança, quando comandou a guarnição de cidade do Rio Grande. Faleceu em 1874.

158 Essa tradicional unidade participou de diversos conflitos ao longo de sua existência. Na Guerra do Paraguai, lutou nas batalhas de Tuiuti, Sauce-Boqueirão, Humaitá, Lomas Valentinas, Peribeubí e Campo Grande.

com a finalidade de participar da Guerra dos Farrapos, permanecendo em Jaguarão, provavelmente, até a Guerra contra Oribe e Rosas. Há um discreto monumento na esquina das ruas 24 de Maio e Sátiro Agenor Garcia, onde se lê:

NESTE LOCAL ESTEVE AQUARTELADO O 4º BATALHÃO DE FUZILEIROS, UNIDADE ONDE SERVIU O CAPITÃO ANTONIO DE SAMPAIO HOJE PATRONO DA INFANTARIA BRASILEIRA HOMENAGEM DO 9º BI MTZ BATALHÃO TUIUTI HERDEIRO DAS TRADIÇÕES DAQUELA GLORIOSA UNIDADE JAGUARÃO 15 OUT 80

Há controvérsias, entretanto, quanto à localização do 4º Btl Fuz. Havia, sim, um quartel na Rua 24 de Maio, limitado pelas ruas 27 de Janeiro e dos Andradas, mas ele foi ocupado pela Cavalaria mais tarde.

No projeto para construção de uma fortificação na vila feito pelo Maj. José de Victória Soares d'Andrea em 1848, consta a localização do 4º de Fuzileiros. Ficava a oeste do terreno de uma senhora chamada "Preta Joanna". Analisando-se outros dados disponíveis, este quartel deveria ficar no atual Bairro Vencato, na região entre as ruas Fernandes Vieira e a Ciro Oliveira Nunes, ao sul do cemitério das Irmandades e do Cerro da Pólvora.

### O 4º REGIMENTO

O Decreto de 25 de julho de 1846 reorganizou o 4º Corpo de Cavalaria com a nova denominação de 4º Regimento de Cavalaria Ligeira (4º RCL), unidade esta que fora extinta em 1839. Ficou diretamente subordinado ao Comandante das Armas da Província e foi estruturado com um Estado-Maior, um Estado-Menor<sup>159</sup> e quatro Esquadrões. Seus comandantes, a partir de 1851, foram:

- Cel. Francisco de Paula Macedo Rangel, de 1851 até data indefinida;
- Cel. João Propício Menna Barreto, de data indefinida até 17/4/1855;
- Cel. Augusto Frederico Pacheco, de 1855 a 1863;
- Cel. Cândido José Sanches da Silva Brandão, de 1863 até pouco antes da invasão do Uruguai em 1864; e
- Maj. João Sabino de Sampaio Menna Barreto, de 12/1864 a 3/1865.

Os Decretos de números 529, 182 e 10.074, de 1847, 1851 e 1852, respectivamente, confirmaram a parada dessa unidade no Rio Grande do Sul, não definindo exatamente em qual cidade. Em minucioso trabalho versando sobre a história do atual 1º RC Mec, herdeiro das tradições do 4º RCL, apurou-se que ele permaneceu muito tempo em Jaguarão, mas, devido às constantes crises, atuou em vários outros lugares, como: no Uruguai e Argentina em 1851-52; em Montevidéu e Bella Unión, de 1854 a 1856; na fronteira com o Uruguai em 1858; também é certo que permaneceu algum tempo em São Gabriel.

À época, eram raros os quartéis do Exército que tinham a infraestrutura de hoje. Normalmente ocupavam construções provisórias, confeccionadas pela própria tropa.

<sup>159</sup> Era constituído das praças (graduados) que cuidavam de assuntos de rotina.

Por vezes, algum casarão ou prédio era alugado ou cedido para acolher temporariamente os soldados. Eram constantes as mudanças de sedes das OM. Por vezes, um regimento ou batalhão seguia para uma determinada missão ou campanha militar e acabava aquartelado na localidade onde se encontrava ao final das operações. Ou seja, não era incomum que uma unidade não voltasse para sua cidade de origem. Trata-se de uma tarefa difícil, portanto, acompanhar esses movimentos durante o século XIX.

Então, onde ficou aquartelado o 4º RCL? Sabe-se que o RC 4 ocupou o quartel da Guarda do Cerrito e da Lagoa em 1824, mas não se pode afirmar que tenha permanecido nesse terreno até sua transformação em 4º Corpo de Cavalaria em 1831.

Em 13 de agosto de 1847, uma sociedade constituída por pessoas da Vila pretendia construir um teatro, na Praça da Matriz [...] **Suponha-se que o terreno, que anteriormente havia servido para aquartelamento do 4º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha**, estava devoluto, daí a licença para a edificação do teatro. Sabendo que se estava construindo um teatro no dito local, o tenente General Andréa mandou que o prédio fosse apeado. Quem prestou essa informação foi o Presidente da Câmara Municipal, em 11 de abril de 1851. **O terreno a que estamos fazendo alusão media 60 palmos de frente, ao Nordeste, na 3ª quadra da rua da Palma, atual General Osório.** Do quartel não existiam vestígios em 1847 (PIÚMA, 2006, p. 27, grifo do autor)

Piúma concluiu que a cavalaria ocupou outro quartel antes da Guerra dos Farrapos. Ele o localizou na Rua Joaquim Caetano, provavelmente, entre as atuais ruas dos Andradas e Mal. Deodoro. Mas essas instalações foram abandonadas antes de 1840. Afirma, também, que havia um paiol na Praça Alcides Marques nesta mesma época.



Manoel Marques de Souza (1º) – Acervo: 3ª Região Militar (3ª RM)



Manoel Luís Osorio, Marquês do Eralv. Acervo: 3ª RM



Antônio de Sampaio. Acervo: 3ª RM



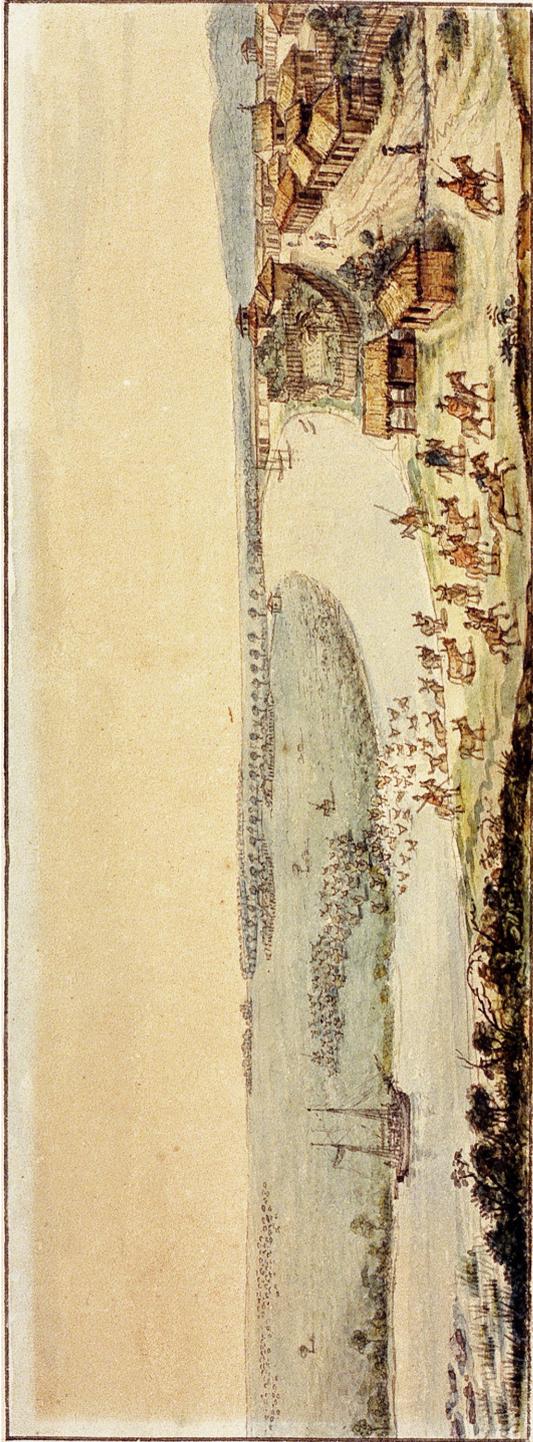
José Auto da Silva Guimarães,  
Barão de Jaguarão. Acervo: 3ª RM



Manoel Marques de Souza (3º), Conde de  
Porto Alegre. Acervo: 3ª RM



João da Silva Tavares. Acervo: Sra. Maria  
Valesca da Silva Tavares, por meio de sua  
filha, Sra. Ana Laura Tavares Mazzina



Aquarela “Vila D’Espírito Santo del Serrito” (1818), de Jean-Baptiste Debret. Trata-se da primeira imagem conhecida do povoado. É possível observar a Rua da Residência (atual General Marques), a pequena igreja do Divino Espírito Santo e a cerca marca o poteiro da Guarda – Acervo: Museu do Açude, Rio de Janeiro.



A área esverdeada em destaque atrás da igreja Matriz é a projeção do antigo quartel da Guarda do Cerrito e da Lagoa – Foto: Antônio F. da Silva, editada por Daniela Dornelles



Soldados do 12º RC Mec treinam para cerimônia em frente à igreja do Divino Espírito Santo (Matriz), na Praça Alcides Marques em 2009 – Foto: Antônio F. da Silva



10 de maio de 2010 (Dia da Cavalaria) na Praça Alcides Marques – Foto: Antônio F. da Silva



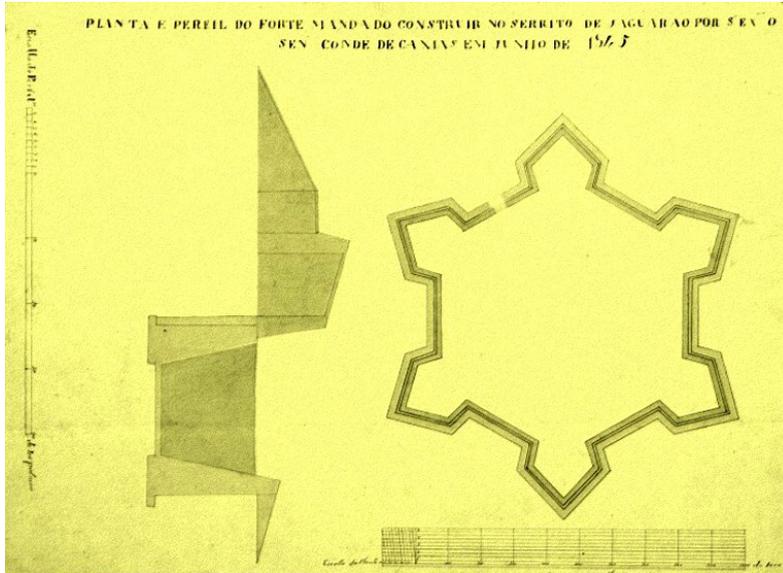
A área do antigo quartel da Cavalaria (área esverdeada) na Rua 24 de Maio, em frente à Praça Comendador Azevedo (área avermelhada), ex-Praça do Doze e do Nono – Foto: Antônio F. da Silva, editada por Daniela Dornelles



Blindado CASCAVEL e o Arco do Triunfo construído em homenagem a Manoel Pereira Vargas – Praça Comendador Azevedo, Jaguarão – Foto do autor



Formatura comemorativa do Bicentenário do Brig. Sampaio, (com participação da Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais) na Praça Comendador Azevedo. Observa-se a Escola Joaquim Caetano (prédio verde) e as casas que se localizam ao fundo, onde outrora esteve localizado o quartel da Cavalaria na Rua 24 de Maio – Foto: Antônio F. da Silva



Planta e perfil de forte mandado construir em Jaguarão pelo então Conde de Caxias em 1845 –  
Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE)



Busto do Duque de Caxias da Praça Alcides Marques (Largo das Bandeiras), em Jaguarão, postada em frente ao monumento à Proclamação da República – Foto: do autor, editada por Antônio F. da Silva



As ruínas da Enfermaria Militar (2010) – Foto: Fernando Telles Ferreira Bandeira



Comboio do 12º RC Mec na Av. Uruguai, subindo o Cerro da Pólvora – Foto: do autor



12° RC Mec – herdeiro da Guarda do Cerrito e da Lagoa – e a ponte Mauá (2010) –  
Foto: Antônio F. da Silva



Viaturas do Doze na Rua 27 de Janeiro. O prédio verde (Escola Joaquim Caetano) foi construído no mesmo local do antigo quartel da Cavalaria – Foto: do autor

O 4º Corpo de Cavalaria fora extinto em 1839, como foi visto, ficando a vila sob a responsabilidade da Guarda Nacional até 1845. Que local foi ocupado pela tropa? Ainda não se chegou a um consenso a esse respeito. Como a situação era de conflito, é provável que várias instalações tenham sido utilizadas.

Quanto à questão de onde se aquartelou o 4º RCL logo após a Guerra dos Farrapos, provavelmente foi em instalações improvisadas fora dos limites da zona urbana da vila. Bento deu uma luz a essa questão em seu livro *A História da 3ª Região Militar*, onde, ao descrever os quartéis de Jaguarão em 1893, fez menção às suas localizações.

Quartel da Enfermaria e Farmácia Militar na entrada da cidade do Cerro da Pólvora. Quase no cimo do cerro. “O edifício está sempre úmido e é prejudicial a saúde dos que o procuraram em busca de cura.” – **Quartel do 3º BI na praça Comendador Azevedo, final da rua Gen. Osorio. “Construído pelo barão de Caçapava em 1857 e somente em 1859 recebeu cobertura de telhas.”** – **Quartel do 2º RC na rua 27 de Janeiro com invernada alugada próximo a cidade.** – Depósito de Pólvora na ilha do Gonçalves, dispondo de extenso e bem construído trapiche com casa quartel do destacamento, ao lado. O paiol escapa das cheias devido ao seu alto embasamento. – 2 terrenos adquiridos em 28 Jul. 1849 para construção de fortificação com fundos para o rio Jaguarão. – Edifício no Alto dos Dois Cerritos usado como paiol de Pólvora (1996, v. 2, p. 75, grifo do autor)

Verifica-se, portanto, que os quarteirões localizados a oeste da Praça Comendador Azevedo foram ocupados antes de 1860. Em sua visita à cidade, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, então Presidente da Província, fez menção a seus quartéis.

visitei a Enfermaria Militar, casa particular para esse fim gratuitamente ministrada [...] Em seguida examinei a cadeia e o quartel da força destacada na fronteira: é um edifício acanhado, situado à praça de D. Afonso (N.O: atual Praça Comendador Azevedo), e foi construído pelo general Andréa. As chamadas trincheiras de Jaguarão, ora desguarnecidas, nem merecem menção (1868 apud FRANCO, SOARES, 2010, p. 38)

Pode-se concluir que a cavalaria ocupou o quartel da Guarda do Cerrito e da Lagoa inicialmente. Em algum momento antes da Guerra dos Farrapos, mudou-se para a Rua Joaquim Caetano, ali permanecendo até pouco antes de 1840. Com a pacificação da província em 1845, o 4º RCL ocupou instalações provisórias até mudar-se para o novo quartel construído em 1857.

Militares de destaque serviram no 4º Regimento naqueles tempos, dentre eles, João Manoel Menna Barreto, futuro brigadeiro, que teria a honra de comandar o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria mais tarde.

## OS EFETIVOS E OUTROS DADOS DA 1ª LINHA NA VILA

Para o leitor melhor compreender a dimensão das tropas existentes na vila de Jaguarão, na organização da época, preconizada pelo Decreto nº 529, de 23 de agosto

de 1847, os Batalhões de Fuzileiros e de Caçadores tinham, ambos, oito companhias, com 786 e 558 homens, respectivamente. Já um Regimento de Cavalaria tinha 618 soldados distribuídos também em oito companhias.

Esses efetivos variavam em função de dois fatores. O primeiro é que, durante o século XIX, raramente uma unidade do Exército dispunha do todo o pessoal previsto, devido à contenção de despesas, dificuldade de recrutamento, doenças, dentre outros motivos. O segundo, é que foram constantes as mudanças nos quadros de organização das unidades naquela época. Essas modificações faziam parte de uma busca empírica para se obter a melhor estrutura para os batalhões e regimentos.

Em 1847, por exemplo, o 4º Btl Fuz era comandado por um major (o previsto era um tenente-coronel) e dispunha de apenas 529 soldados, bem aquém, portanto, do que estava previsto.

Verifica-se que, apesar de existirem o 4º RCL e o 4º Btl Fuz na cidade, o total de soldados não devia passar de mil homens. Corroboram com esta conclusão os mapas de efetivos da época, bem como dados sobre a alimentação da tropa e da cavalaria existentes nos arquivos da 3ª Região Militar.

Conclui-se, pois, que depois de pacificada a Província do Rio Grande, o Exército tratou de ajustar sua articulação, com vistas às ameaças externas que se avizinhavam. Antes de 1835, Jaguarão dispunha apenas de um Regimento de Cavalaria. Nos anos posteriores à paz de Ponche Verde, passou a vila a contar com duas unidades fixas: uma de Cavalaria e outra de Infantaria, ou seja, um significativo aumento de efetivo militar.

### AS TRINCHEIRAS DE JAGUARÃO

Caxias manifestou sua preocupação quanto a uma possível guerra na Bacia do Prata quando findou a Revolução Farroupilha<sup>160</sup>. Como medida defensiva, Francisco José de Souza de Andréa, Presidente da Província, decidiu preparar defesas fixas em várias guarnições fronteiriças. Foram escolhidas Caçapava do Sul (forte Dom Pedro II), Chuí (forte Conde d'Eu) e Jaguarão (forte Duque de Saxe).

Não foram encontrados vestígios do forte Duque de Saxe, porém, em pesquisa documental<sup>161</sup>, descobriu-se que este forte começou a ser construído, conforme se verifica na correspondência do major de engenheiros Alexandre Manoel Albino de Carvalho, Deputado do Quartel e Mestre General, ao Conde de Caxias, em 11 de julho de 1845.

no dia 2 do mês findo, cheguei a Jaguarão a 4 à noite, e no dia imediato dei princípio aos meus trabalhos. Depois de reconhecer a Fortificação ali, o terreno adjacente à Vila levantei a planta de reconhecimento [...] a configuração do Rio, sua largura (93 braças em frente à Vila), situação da Vila, e dos dois Cerritos, e a distância daquela ao mais

160 Consta no Arquivo do Exército a planta baixa (de junho de 1845) de um forte mandado construir pelo então Conde em Jaguarão.

161 Como a atividade preliminar para a construção de um Museu nas ruínas da Enfermaria Militar localizada do Cerro da Pólvora, em projeto a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (2010-2011), os pesquisadores Luciana Peixoto, Fábio Cerqueira, Jorge Viana e Mariciana Zorzi realizaram intensa pesquisa documental e arqueológica neste sítio.

importante destes (600 braças). Efetuado o reconhecimento, projetei e demarqueei na chapa do indicado Cerrito a Fortificação [...] constante de planta e perfil: sua figura é de um polígono hexagonal regular abaluartado, capaz de ter por guarnição um Batalhão de Fuzileiros e uma Companhia de Artilharia que sirva a 6 canhões de calibre 18. Para execução do Projeto dei ao 1º Tenente João Pedro de Gusmão e Vasconcellos Mariz, as instruções convenientes [...] julguei preferível dentre os dois Cerritos aquele que escolhi para assento da fortificação, por ser o mais dominante e próximo da Vila, das estradas que dela partem, do Rio, e conseqüentemente da sua margem oposta; além disto tem a seu favor não pequeno comandamento sobre o outro. O Cerrito que chamarei – do Forte – está desembaraçado de obras ou propriedades particulares em toda a sua extensão [...] Também é meu parecer que o Cerrito inferior seja coroado de uma obra ligeira e subordinada ao Forte, para evitar ocupação estranha ou inimiga que porventura seja tentada em qualquer tempo. Atendendo à restrita economia que VOSSA EXCELÊNCIA me recomendou, ordenei ao tenente [...] Mariz que construísse as muralhas do revestimento do fosso de pedra d’alvenaria em razão de haver ali no próprio Cerrito uma quantidade prodigiosa desta espécie, e que empregasse barro para a confecção d’argamassa de toda a obra [...] Terminei estes trabalhos a 16 e parti de Jaguarão embarcado, no dia 17 do mês findo (1845 apud NEVES, 2009, p. 5-7)

Como se comprova, o forte começou a ser construído no Cerro da Pólvora e, para melhor aproveitar o terreno, no Cerro das Irmandades, da mesma forma, foram estabelecidas posições defensivas sumárias.

O Ten. Mariz iniciou os trabalhos em meados de 1845, sendo auxiliado até o final do ano seguinte pelos alferes Iguazu Clemente de Bittencourt Tourinho e, posteriormente, pelo d’Antero José Calisto, do 4º de Fuzileiros. Mariz empregou um mestre de obras, o qual foi auxiliado por soldados do 2º, 4º e 5º batalhões de infantaria e de um destacamento de Artilharia. O material necessário era obtido na vila ou vinha em barcos, dentre os quais, a canhoneira “Capivari”, cujo piloto era Sezefredo José de Oliveira Salgado.

Durante a construção, os moradores de Jaguarão contribuíram voluntariamente com material, particularmente tijolos e madeira, assim como carretas para transporte.

Foi preparada uma linha de trincheiras em torno da cidade. O mesmo Alexandre Albino de Carvalho assim determinou aos engenheiros militares:

Simultaneamente com a construção do Forte, mandará V. S. abrir a nova circunvalação da Vila, com o argumento e modificações que lhe indiquei no terreno; isto é: começará partindo da margem esquerda do rio obra de uma quadra abaixo da Vila, por fora da sanga que ali deságua; aproveitará todo o valo de oeste do quintal da Preta Joana, da extremidade oeste, cortando a estrada, seguirá ao valo de leste do quintal da viúva do Major Felipe; do fim do qual passará ao valo que envolve a casa de Catharina Maria de Jesus; desta continuará para o lado da campanha direito à casa da Preta Angélica, e seguindo os respectivos cercados e valos exteriores a encontrar com o da viúva Constansa, contará com a porção deste que envolve a casa até o saliente de N\_\_N\_\_O.; dali tomará direito ao saliente mais avançado do muro de pedra do porteiro dos herdeiros do finado Miguel Machado da Costa; continuará pelo muro exterior e unirá sua extremidade com o valo de Delfina Roshana; fechará a passagem ora existente entre este último valo e a olaria de Liodorio Machado Marques [...]; e finalmente daqui, aproveitando o antigo valo que lhe fica próximo, cortará direito ao rio em rumo aproximadamente paralelo ao das ruas que

desembocam no mesmo rio. Nos mais extensos ramais formará V. S. alguns engenhos que produzirão cruzamento de fogos (1845 apud NEVES, 2009, p. 8-9)

Havia uma linha de valas circundando a vila durante a Revolução Farroupilha. Todavia, esses abrigos deviam ser improvisados, a julgar pela facilidade com que Teixeira Nunes e o Cel. Amaral entraram na localidade em 1843 e 44, respectivamente.

Coube, então, ao Ten. Mariz construir “nova circunvalação” de trincheiras. Eram balizadas, grosso modo, numa linha que passava a oeste da Av. Uruguai, ao norte da Rua Odilo Marques Gonçalves (“Rua das Trincheiras”) e, a leste, provavelmente seguindo uma linha entre as ruas dos Andradas e General Câmara. Esse sistema defensivo respeitava o que se pode chamar de “Cidade Velha”. Aparentemente, elas foram terminadas antes do final da década de 1850, sendo removidas em 1856, mas isso precisa ser confirmado.

Verifica-se que a oeste e a leste, a trincheira aproveitava muito bem a topografia, dando vantagem aos defensores, que teriam superioridade de posição caso fossem atacados, pois a força invasora deveria partir de um terreno mais baixo para tentar a conquista da cidade. Ao norte, entretanto, isso não foi possível, já que se estende uma longa e plana coxilha na direção por onde chega hoje a rodovia BR 116. De qualquer forma, os defensores tinham amplos campos de tiro e observação, facilitando a defesa.





## CAPÍTULO 12

# ANTÔNIO DE SAMPAIO

Antônio de Sampaio nasceu em 24 de maio de 1810, na fazenda Victor, em Tamboril-CE, distante cerca de 300 km de Fortaleza-CE. Era filho de Antônio Ferreira de Sampaio e Antônia Xavier de Araújo, casal humilde, que não lhe pode dar educação formal.

Sentou praça no 22º Batalhão de Caçadores de Linha (22º BC), em 17 de julho de 1830, então localizado em Fortaleza. Por conta dos movimentos armados ocorridos em decorrência da abdicação de Dom Pedro I, teve seu batismo de fogo em Icó-CE em 1832. No ano seguinte, o furriel Antônio de Sampaio pegou em armas, desta vez aderindo ao motim militar cujo objetivo era derrubar o Presidente da Província do Ceará. Foi preso e julgado, sendo posteriormente inocentado das acusações.

Voltando ao “22 de Caçadores”, partiu para lutar na Cabanagem, no Pará, em 1835. Neste interregno, recebeu os galões de alferes, fruto de seu valor pessoal. A seguir, combateu na Balaiada, no Maranhão, de 1838 até 1841. Foi transferido para o 7º Batalhão de Fuzileiros, unidade onde foi promovido a tenente em 3 de dezembro de 1839.

Em 1843, prestou seus valiosos serviços no 5º Batalhão de Fuzileiros. Após sua promoção ao posto de capitão, a 6 de novembro de 1844, foi classificado no 4º Batalhão de Fuzileiros, unidade com a qual associaria eternamente seu nome a Jaguarão.

Por um tempo, permaneceu como ajudante de ordens do Presidente da Província do Maranhão, mas logo voltou ao 4º Batalhão. Essa unidade se encontrava no Rio Grande do Sul, onde foi participar da Guerra dos Farrapos.

Chegou à Província de São Pedro em novembro de 44 nos estágios finais do conflito e, por isso, não participou de nenhum combate. Ficou destacado por curto período em Canguçu, mas, em abril de 45, foi para Caçapava do Sul, onde estava sediada sua unidade. Ainda no mesmo ano, aconteceu o fato que ligaria a história desse brilhante militar ao extremo sul do Brasil. O Cap. Sampaio foi servir, como integrante do 4º, em Jaguarão.

Sampaio chegou a comandar essa unidade interinamente em algumas ocasiões. Em Jaguarão, consta que residiu na esquina das ruas Marechal Deodoro com Rondon, onde existe uma pedra de mármore, em cujo texto, lê-se:

NESTE LOCAL RESIDIU O BRIGADEIRO ANTONIO DE SAMPAIO PATRONO DA ARMA DE INFANTARIA HOMENAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL<sup>162</sup>

Há controvérsia quanto ao fato de Sampaio ter realmente vivido neste endereço. Na planta urbana da vila, confeccionada em 1854, disponível no Arquivo Histórico do Exército, não havia nenhuma casa nesta esquina. Essa questão permanece em aberto, portanto.

Neste ínterim, Sampaio desposou a Sra. Júlia de Miranda Santos, natural de Porto Alegre, que seria sua companheira das alegrias e vicissitudes. Casaram-se na Matriz do Divino Espírito Santo em 30 de abril de 1849. Assim foi registrado o matrimônio na Câmara Eclesiástica do Bispado de Pelotas:

Certifico que revendo os Livros 1 de assentamento de casamento da Paróquia Divino Espírito Santo de Jaguarão à folha 83 acha-se o seguinte registro: A trinta de abril de mil oitocentos e quarenta e nove, nesta freguesia, Matriz Divino Espírito Santo da Vila de Jaguarão, preenchido as três canônicas admoestações e as diligências prescritas pelo Santo Concílio Tridentino, e a Constituição do Bispado, em casa de João Vicente dos Santos, com licença do Reverendo Juiz da Cúria, com minha presença e das testemunhas, Tenente-Coronel Carlos Augusto de Oliveira, e o Tenente da Marinha Vitório José Barbosa, por palavras de presentes receberam-se em matrimônio o Capitão Antônio de Sampaio, solteiro, natural do Ceará, filho legítimo de Antônio Ferreira de Sampaio e Dona Antônia de Araújo de Sampaio, com Dona Júlia dos Santos Miranda, solteira, filha legítima de João Vicente dos Santos e Bernardina Joaquina dos Santos. Logo lhes conferi as bênçãos nupciais na forma do Ritual Romano. E para constar fiz este assento que assinei. Pároco encomendador João Themudo Cabral Diniz (DUARTE, 2010, p. 163)

Dos quatro filhos do casal:

Leonor e América da Conceição sobreviveram. O filho de nome Antonio de Miranda Sampaio faleceu em 08 de julho de 1857 com 03 meses de idade ainda inocente, sendo sepultado no cemitério da Vila de Jaguarão. Dos quatro foram achados os assentamentos de batismo de Leonor, realizado em 02 de outubro de 1850, nascida em 20 de março do mesmo ano e efetuado pelo Vigário João Thomas Cabral Diniz conforme (Livro 03 Fl. 27 de Jaguarão), e de América da Conceição, lavrado a 10 de março de 1855, pelo mesmo Vigário, tendo ela nascido em 18 de novembro de 1854 [...] conforme (Livro 03 Fl. 153 v de Jaguarão), houve ainda uma filha de nome Júlia que ainda não foi possível encontrar o registro (NASCIMENTO, 2009)

Sua esposa passou a assinar como Julia Miranda de Sampaio e permaneceu morando em Jaguarão até depois da Guerra contra Oribe e Rosas. Ela faleceu jovem, em 18 de janeiro de 1862, oportunidade na qual suas filhas, Leonor e América, foram morar em Bagé e, depois, em Pelotas, na casa de Manoel Luís Osorio<sup>163</sup>.

---

162 O mármore erodiu com a ação do tempo, não sendo possível ler o restante do texto.

163 Hoje apenas a fachada da casa está preservada na Praça Pedro Osorio.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, as moças órfãs residiram em Porto Alegre com a avó.

Voltando um pouco no tempo: no final de 1849, Sampaio deixou o 4º, sendo transferido para o 2º Batalhão de Infantaria, mas acabou ficando adido ao 5º de Fuzileiros durante a Praieira. Retornou para o Rio Grande do Sul, de onde partiu para a ROU e Argentina a fim de participar da Guerra contra Oribe e Rosas, tomando parte da batalha de Monte Caseros. Foi promovido a major em 29 de julho de 52 e, novamente no Brasil, voltou para o 4º Btl Fuz em Caçapava do Sul.

Participou das operações da Divisão Auxiliadora na ROU em 1854-55, chegando até Montevidéu. Ao voltar ao Brasil, foi promovido a tenente-coronel, a seguir, nomeado comandante do 6º Batalhão de Infantaria em Bagé em 1856.

Foi escolhido pelo Imperador Dom Pedro II para comandar o Corpo de Polícia da Corte em 1859. Voltou mais uma vez ao Sul, reassumiu o 6º de Fuzileiros e, depois, interinamente, ocupou o cargo de comandante da 2ª Brigada e da Guarnição e Fronteira de Bagé em 1861, sendo promovido a coronel em 2 de dezembro do mesmo ano.

Na Campanha contra Aguirre, em 1864, seguiu para o Uruguai no comando da 1ª Brigada de Infantaria da 1ª Divisão. Destacou-se na batalha pela tomada de Paysandú, onde sua tropa carregou com baionetas e em *marche-marche*<sup>164</sup> contra a praça-forte. Por meio do Decreto de 18 de fevereiro de 1865, ascendeu ao posto de brigadeiro, assumindo a 3ª Divisão do Exército Imperial, a “Divisão Encouraçada”<sup>165</sup>, seguindo para a Guerra da Tríplice Aliança. Com esta Divisão, Sampaio realizou a transposição do Rio Paraná, entrou no território paraguaio e combateu na batalha de Estero Bellaco.

Em Tuiuti, em 24 de maio de 1866, sua divisão sustentou o centro do dispositivo aliado contra o ataque principal de Francisco Solano Lopes, mantendo-se firme contra as sucessivas cargas da cavalaria paraguaia<sup>166</sup>. Sampaio foi, ironicamente, ferido três vezes no dia de seu aniversário. Acabou evacuado, vindo a falecer em 6 de julho a caminho de Buenos Aires a bordo do navio “Eponina”. Foi sepultado no Cemitério da “Recoleta”, mas depois, teve seu corpo trasladado para o Brasil, passando por diversos lugares, até que, desde 24 de maio de 1996, Sampaio passou a repousar no Panteão construído especialmente em sua homenagem, em frente ao Quartel-General (QG) do Comando da 10ª Região Militar, em Fortaleza.

Sampaio foi escolhido Patrono da Arma de Infantaria por meio do Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962, do então Primeiro-Ministro Tancredo de Almeida Neves. Em 2010, nas comemorações de seus 200 anos de nascimento, o lema CORAGEM E DETERMINAÇÃO deram vida ao espírito desse guerreiro, para que sirva de exemplo às novas gerações de infantes do Exército Brasileiro.

164 Passo acelerado.

165 Atualmente, a 3ª Divisão de Exército tem a honra de ostentar essa denominação histórica.

166 O 4º Btl Fuz pertencia à 3ª Divisão, que estivera em Jaguarão de 1845 a 49.





## CAPÍTULO 13

# ORIBE E ROSAS

### GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS

As origens da chamada Guerra contra Oribe e Rosas podem ser melhor entendidas pelo estudo da biografia desses dois caudilhos, já que o conflito foi consequência natural de um longo período de disputas na Bacia do Prata.

### ORIBE, QUEM FOI ELE?

Manuel Oribe nasceu em Montevideu em 1792. Participou das lutas artiguistas, mas abandonou a causa por questões de ordem política, radicando-se em Buenos Aires em 1817. Posteriormente, passou a conspirar pela causa da independência da Banda Oriental.

A disputa pessoal que teve com Rivera trouxe consequências para o Brasil e, também, para Jaguarão. Em Montevideu, aliou-se aos portugueses que reagiram à proclamação de Independência do Brasil, enquanto Rivera permaneceu ao lado de Dom Pedro I. Com o triunfo brasileiro em 1824, Oribe voltou a Buenos Aires, onde se tornou protegido de Juan Manuel de Rosas. Nasceu, assim, o vínculo que os ligaria pelas décadas seguintes.

Manuel Oribe integrou o célebre grupo chamado “Treinta y Tres Orientales”, participando das batalhas de Sarandi e do Passo do Rosário. Após a independência uruguaia, quando Rivera foi eleito o primeiro Presidente da ROU, Oribe foi escolhido por este para ser o Ministro de Guerra e da Marinha.

Mais tarde, Rivera o apoiou a candidatura de Oribe à Presidência. Ele venceu o pleito e assumiu o cargo em 1º de março de 1835. Os “blancos”<sup>167</sup>, do partido de Oribe, passaram a hostilizar a administração de Rivera, o que desgostou aos “colorados”<sup>168</sup>. Estes, então, tentaram tomar o poder, dando início a uma guerra civil. Derrotado em 1836, Rivera se refugiou no Brasil, onde se vinculou à República Piratini. Com apoio dos rio-grandenses, venceu e depôs Oribe em 1838. Este, mais uma vez, exilou-se em Buenos Aires.

---

167 Organizam-se no Partido Nacional, também conhecido como Partido “Blanco”. Representam as classes mais conservadoras, defendem a propriedade privada e tem fortes laços com a elite rural.

168 Organizam-se no Partido “Colorado”. Representam a social-democracia, o estado de bem-estar social e tem fortes laços com as classes urbanas. Tradicionalmente manteve uma política de entendimento com o Brasil.

Na Argentina, Oribe se destacou nas lutas internas daquele país, ao lado dos federalistas de Rosas, ganhando fama de cruel e sanguinário. Voltou ao Uruguai e cercou Montevideu em 1843, vindo a participar da chamada Guerra Grande, entre “blancos” e “colorados”.

Oribe foi derrotado em 1851, falecendo em 1857. Sua fama de cruel acabou por impedir que parte dos historiadores uruguaios reconhecesse seu papel nas lutas pela Independência e pela consolidação do seu País.

### **ROSAS, QUEM FOI ELE?**

O buenairense Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rozas y López de Osorno<sup>169</sup> (1793-1877) foi um destacado político e militar argentino. Participou na guerra contra a invasão inglesa de 1806-1807. Tornou-se grande estancieiro e federalista ferrenho, inimigo mortal dos unitaristas, grupo que desejava implantar um sistema político-administrativo centralizador no país.

Liderou um movimento que levou os “federales” ao poder em 1828. Assumiu o Governo de Buenos Aires de 1829 a 1832<sup>170</sup>. A atual Argentina teve de lutar muito para evitar sua desagregação, sendo que, do território que integrava o Vice-Reino do Rio da Prata, Bolívia, Paraguai e Uruguai tinham se tornando independentes, parte do Rio Grande do Sul foi conquistado pelos portugueses e os ingleses ocuparam as ilhas Malvinas. Várias províncias se rebelaram contra Buenos Aires, sendo que o papel de Rosas na manutenção da unidade argentina foi fundamental.

Rosas voltou ao governo de Buenos Aires em 1835, mas, na prática, tinha “status” de Presidente das Províncias Unidas. No poder, conduziu uma política externa de forma agressiva, entrou em conflitos diplomáticos com Brasil, Inglaterra e França, envolveu-se nas questões internas do Uruguai, desejava anexar o Paraguai e enfrentou séria crise contra a Confederação Peruano-Boliviana. Por outro lado, apoiou o Império na luta contra os farroupilhas, cortando-lhes o apoio externo, da mesma forma como Oribe também o fez.

No final de seu mandato, com objetivo de se perpetuar no cargo, realizou um plebiscito, ganhando o poder absoluto que há muito desejava. Foi implacável contra seus opositores, por isso ficou com fama de sanguinário. Porém, seu governo obteve relativa estabilidade política, manteve a integridade nacional e vivenciou significativo desenvolvimento econômico.

Acabou deposto numa aliança entre brasileiros, entrerrianos e uruguaios. Exilou-se na Grã-Bretanha, onde faleceu.

### **A GUERRA SE AVIZINHA**

A guerra civil no Uruguai<sup>171</sup> fez com que os “colorados” solicitassem sistematicamente apoio brasileiro com a finalidade de depor Oribe. Dom Pedro II não quis

169 Posteriormente adotou o nome de Juan Manuel de Rosas.

170 Renunciou porque não lhe deram os poderes absolutos que desejava, mantendo-se no comando do Exército.

171 Chamada “Guerra Grande”. Durou de 1839 a 1851.

intervir, apesar de ter interesse na estabilidade do Prata. A verdade é que as relações entre Brasil, Argentina e Uruguai andavam tensas há muito tempo.

O Duque de Caxias já vinha alertando o Governo Brasileiro da perigosa política externa de Oribe e Rosas no Prata. As constantes violações dos orientais contra estancieiros rio-grandenses acirravam os ânimos. O Barão do Jacuí, liderando fazendeiros brasileiros, invadiu o Uruguai em 1849, como represália às ações orientais, em ações denominadas “Califórnia de Chico Pedro”. Rosas exigiu satisfações, fato que terminou com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina. Ao mesmo tempo, forças enviadas por Oribe acabaram invadindo o Rio Grande do Sul, aumentando a tensão.

Salienta-se que, enquanto a historiografia brasileira denuncia as constantes violações de propriedades nacionais por parte dos uruguaios, os historiadores orientais afirmam o mesmo em relação aos brasileiros. Aparentemente, ambos tem razão. Após um ataque, logo havia uma retaliação e assim por diante. Fato é que gaúchos e orientais haviam herdado as rivalidades entre portugueses e espanhóis, o que significa que os dois lados, de uma forma ou de outra, estavam em conflito há mais de cento e cinquenta anos.

A Corte dava tratamento especial a qualquer crise na Província de São Pedro, porque considerava que os gaúchos eram separatistas. Além disso, uruguaios e argentinos sonhavam em reconquistar os Sete Povos das Missões. Não se pode ignorar que os orientais tinham apoiado os farroupilhas por muito tempo em armas, munições, mantimentos e proteção, além de viabilizarem o comércio externo da República Piratini. A região era um barril de pólvora!

Não bastasse a situação na região platina já ser deveras preocupante, o Paraguai reclamava que deveria ser ouvido na questão. Rosas havia fechado a navegação no Rio da Prata em 1842, o que prejudicava a economia paraguaia<sup>172</sup>.

Enquanto essas disputas se processavam, Justo José de Urquiza, Governador de Entre Ríos e ex-aliado de Buenos Aires, lançou em abril de 1851, manifesto exigindo a renúncia de Rosas<sup>173</sup>, como “conditio sine qua non” para a manutenção do equilíbrio político no Prata. Era a guerra! O Brasil deixou sua neutralidade, alegando: violação do território brasileiro por parte dos orientais; defesa da manutenção da independência do Uruguai e do Paraguai; restabelecimento da livre navegação no Rio da Prata; e proteção das propriedades rio-grandenses na fronteira sul, bem como dos fazendeiros brasileiros perseguidos pelos “blancos” no Uruguai. Todos esses motivos podem ser sintetizados nos pilares básicos da política externa brasileira para o Prata: interessava ao Brasil a manutenção do “status quo”.

Foi costurada uma aliança entre uruguaios do partido “Colorado”, brasileiros e entrerrianos em 29 de abril de 1851, com o objetivo de depor Rosas e Oribe. O Con-

172 Para boa parcela dos argentinos, o Paraguai não passava de uma “província rebelada”.

173 Também defendia a saída de Oribe do governo uruguaio.

de de Caxias foi o escolhido para comandar as forças brasileiras, tendo emitido sua Ordem do Dia nº 1 no dia 30 de junho de 1851.

### **OS PREPARATIVOS DO EXÉRCITO IMPERIAL**

À medida que a crise tomava dimensão, as cidades próximas à fronteira foram reforçadas, o que foi facilitado porque boa parte do Exército já se encontrava no Sul desde o fim da Guerra dos Farrapos. Pode-se afirmar que se processou uma lenta, mas contínua concentração de forças militares. Por isso, Jaguarão passou a receber cada dia mais tropas. Neste contexto, o Cel. Manoel Pereira Vargas substituiu o Cel. Francisco Antônio da Silva Bittencourt no comando da Guarda Nacional nessa vila em 20 de março de 1851.

Tendo em vista a necessidade de se patrulhar as fronteiras, os deslocamentos das unidades eram constantes. O 4º RCL, por exemplo, de Jaguarão, estava em novembro de 1850 em Quaraí. Em março do ano seguinte, ele passou a integrar a 5ª Brigada, juntamente com os 2º e 3º RCL. No mês seguinte, estava em São Gabriel, enquanto a segurança dos jaguarenses ficara ao encargo da Guarda Nacional<sup>174</sup>.

Desde o início de 1851, as tropas que estavam desdobradas nas fronteiras passaram a ser organizadas em divisões e brigadas, até que alcançaram um formato final com a chegada de Caxias.

Em 6 de maio do mesmo ano, de acordo com o Decreto Imperial nº 785, houve uma importante reorganização territorial dos meios militares no Brasil. A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul passou a se constituir no 1º Distrito Militar, divisão esta que se manteve até a Proclamação da República.

### **CAXIAS NO COMANDO!**

Enquanto a Esquadra seguia para o Prata, a fim de controlar as vias navegáveis, apoiar Urquiza e impedir o apoio mútuo entra Oribe e Rosas, o Brasil reuniu um Exército de aproximadamente 16.000 soldados: 6.500 de infantaria, 9.000 de cavalaria e 800 de artilharia. Para suprir as necessidades em pessoal, o Governo mobilizou tropas, principalmente da Guarda Nacional.

O então Conde de Caxias assumiu o comando do Exército em 30 de junho de 1851. Depois das providências iniciais, ele deixou Pelotas. Em 19 de julho, passou por Orqueta (rincão entre Pelotas e Arroio Grande); a 26, acampou nas nascentes do Arroio Grande, perto de Herval; e no dia 1º de agosto, já estava no Arroio Seival. Estruturou o Exército para a guerra<sup>175</sup> de acordo com sua OD nº 10, de 26 de julho, emitida em Arroio Grande. Para tanto, distribuiu suas tropas em brigadas, que foram enquadradas por quatro divisões. Também estruturou seu QG da forma idêntica ao Ministério da Guerra: Repartição do Ajudante-General (operações e disciplina);

174 Nas Ordens do Dia da época, há menção à Guarda Nacional como “Legião de Jaguarão”.

175 Mais tarde, a estrutura de comando criada por Caxias foi adotada pelo Exército.

Quartel-Mestre General (logística – estacionamento e aprovisionamento); e a Repartição do Secretário Militar (ligações com o Ministro e com outros órgãos não pertencentes ao Exército).

Caxias reestruturou seu Exército (que efetivamente iria invadir o Uruguai) em 28 de agosto, quando ele passou a contar com um total de 12.000 soldados, organizados nas 1ª e 2ª Divisões, que estavam a comando de Manuel Marques de Souza (3º) e João Frederico Caldwell, respectivamente. Ambas se reuniram em Santana do Livramento sob as ordens do próprio Caxias. A 4ª (chamada “Divisão da Direita”), do Cel. David Canabarro, concentrou em Quaraí, sendo que caberia a ela cobrir o flanco oeste do Exército.

O Brig. José Fernandes dos Santos Pereira assumiu o comando da 3ª Divisão (chamada “Divisão da Esquerda”) em 26 de julho de 1851, concentrando sua tropa em Jaguarão. Essa força recebeu a missão de cobrir o flanco leste de Caxias. Ela era composta pelas 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Brigadas. A 8ª estava a comando do Cel. GN Francisco Pedro – Barão de Jacuí – e recebeu a seguinte composição de meios: “Cuerpo de Voluntarios Orientales”, mais os Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional organizados em Piratini, Pelotas e Jaguarão. A composição das demais brigadas da Divisão Esquerda era a seguinte: 9ª Brigada, do Cel. Vicente Paulo d’Oliveira Vilas-Boas, com o 1º Batalhão de Artilharia a Pé (como tropa de infantaria), 15º Batalhão de Infantaria, Guarda Nacional de Rio Grande (Infantaria) e dos Corpos de Cavalaria de São José do Norte e de Rio Grande; 10ª Brigada, do Cel. Severo Luiz da Costa Labareda Prates, com os 3º e 4º Btl Fuzileiros; e 11ª Brigada, do Cel. Luiz Manoel de Lima e Silva, com o 14º Btl Fuz e os Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional de Taquari e Dores (atual Sentinela do Sul-RS).

A 5ª Brigada, da 1ª Divisão (Bento Manoel), concentrou suas forças ao sul de Santana do Livramento e estava composta pelo Corpo de Cavalaria da GN de São Borja e pelo 4º RCL, este último, com parada em Jaguarão. Um fato que chama a atenção neste Exército é a participação de grande número de ex-chefes farroupilhas em função de comando.

## A INVASÃO

Em início de setembro, o grosso do Exército encontrava-se estacionado nas nascentes do Arroio Taquarembó, principal afluente da margem setentrional do Rio Negro. Tudo pronto! As tropas brasileiras invadiram a ROU no dia 4 do mesmo mês. Caxias emitiu na oportunidade a sua Ordem do Dia nº 18:

Soldados! Ides combater á par de bravos amestrados nos combates; esses bravos são nossos amigos, são nossos irmãos d’armas [...] Não tendes no Estado Oriental outros inimigos, senão os soldados do General D. Manoel Oribe; e esses mesmos emquanto illudidos, empregam armas contra os interesses de sua Patria, desarmados ou vencidos, são Americanos, são vossos irmãos, e como taes os deveis tratar. A verdadeira bravura do soldado é nobre, gênerosa, e respeitadora dos principios da humanidade. A propriedade de quem quer que seja, Nacional, estrangeiro, amigo ou inimigo, é sagrada e inviolável, e deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do Exercito Imperial como

a sua própria honra. O que por desgraça o violar, será considerado indigno de pertencer às fileiras do Exército, assassino da honra e reputação nacional e, como tal, severa e inexoravelmente punido (1851)

A 3ª Divisão marchou isoladamente desde Jaguarão, enfrentando forças dispersas ao longo de seu caminho. Ocorreu um entrevero em Melo em 11 de setembro, com o envolvimento das tropas que partiram de Jaguarão. Francisco Pedro desbaratou, sem dificuldade, as forças do Cel. Dionísio nos arredores da vila. Seguiram para o sul, cruzando o Rio Yi no Passo del Rey, para, finalmente, reunirem-se a Caxias no Passo do Coelho, no Rio Santa Luzia, perto de San Fructuoso, em 24 de outubro. Em 30, Caxias passou em revista à 3ª Divisão, quando pode verificar a boa situação da tropa. Assim, em 1º de novembro, o Exército levantou acampamento e marchou para o sul.

Urquiza transpôs 15.000 soldados para o Uruguai e se dirigiu diretamente para Montevidéu, não esperando a chegada dos brasileiros, contrariando o que fora acordado e, por isso, causando mal-estar entre ele e Caxias. Porém, essas diferenças foram posteriormente equacionadas em prol do objetivo maior, que era depor Rosas. Dispondo Oribe de menos de 9.000 soldados, isolado graças ao bloqueio naval da esquadra, a comando de Grenfell, acabou se rendendo a Urquiza em 19 de outubro.

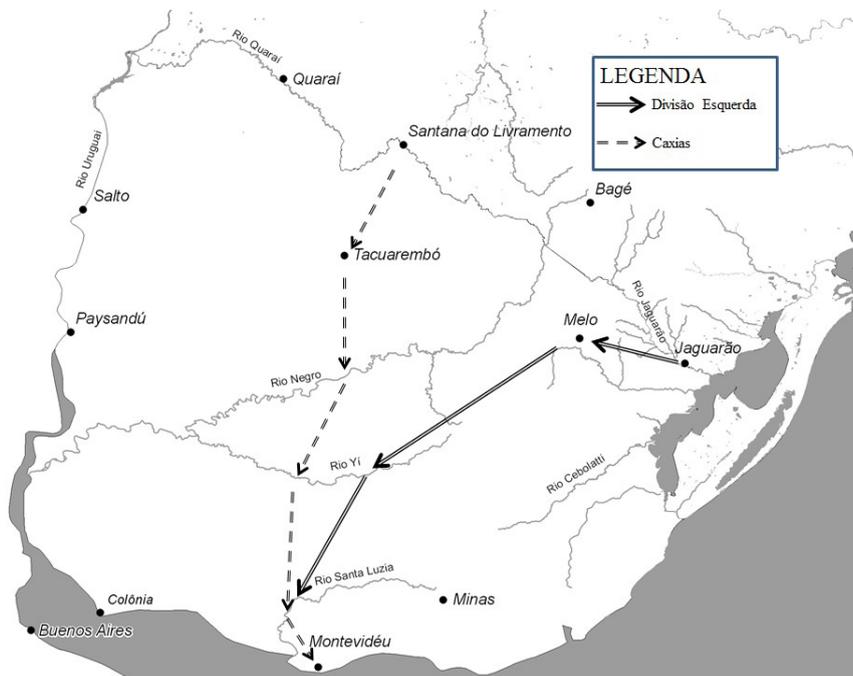
Em dezembro, Oribe renunciou. Após diversos acertos políticos, Fructuoso Rivera assumiu o governo oriental. O próximo passo seria levar as forças aliadas a operarem na Argentina, para depor Rosas.

### **MONTE CASEROS E O FIM DO CONFLITO**

Os brasileiros contribuíram com a 1ª Divisão, a comando do Conde de Porto Alegre, para compor as forças que, sob a liderança de Urquiza, invadiriam a Argentina. Para isso, Caxias reorganizou o Exército. Neste contexto, a 3ª Divisão, que partira de Jaguarão, foi dissolvida e suas unidades redistribuídas.

A Marinha do Brasil forçou a entrada no Rio Paraná, no Passo do Tonelero (Argentina), vencendo a poderosa fortificação ali existente. Assim, criou todas as condições para o desembarque das forças aliadas no Rio Paraná, no interior da Argentina. Partiram, então, na direção da capital portenha. Nas cercanias de Buenos Aires, em Caseros, próximo ao Arroio Morón, os 25.700 soldados argentinos, uruguaios e brasileiros do “Ejército Grande Libertador Aliado”, ou “Ejército Grande”, a comando de Urquiza, venceram os 26.000 homens de Rosas em três de fevereiro de 1852. Rosas fugiu do campo de batalha e pediu asilo à Inglaterra.

Dentre as consequências dessa guerra, foi assinado tratado de limites entre o Brasil e o Uruguai; confirmaram-se as independências de Uruguai e do Paraguai; preservaram-se os direitos do Brasil à livre navegação no rio da Prata; e foram resarcidos os brasileiros que tiveram seus patrimônios saqueados.



Mapa da Campanha contra Oribe

A vitória na primeira guerra externa depois da pacificação interna do País fortaleceu a Monarquia e acelerou as mudanças na Força Terrestre brasileira. O Exército iniciaria um processo de maturidade organizacional, sob a liderança segura de uma elite militar bem preparada e experiente, o que seria de extrema utilidade na década seguinte.

“Colorados” e “blancos” prosseguiram as disputas internas na ROU, enquanto nas Províncias Unidas, federalistas e unitaristas travaram lutas fratricidas, que chegaram a ameaçar sua integridade territorial. Por outro lado, interessado na livre navegação do Prata, o Paraguai foi lentamente abandonando o isolacionismo que adotara desde sua independência.

É usual encontrar nas fontes de consulta uruguaias que o Brasil teria trocado os Sete Povos das Missões pelo apoio militar contra Oribe em 1851. Trata-se de um ponto de vista interessante, pois há poucos registros na historiografia brasileira sobre essa interpretação oriental. Estes, em suas argumentações, desconsideram alguns fatos inegáveis: os últimos indígenas que deixaram a região dos Sete Povos o fizeram duas décadas antes da Guerra contra Oribe e Rosas, juntamente com Rivera; os luso-brasileiros conquistaram essa região 50 anos antes; os Sete Povos eram tão uruguaios, como paraguaios (pois estava incluída nos territórios administrados por Assunção durante o período colonial) ou argentinos (herdeira histórica do Vice-Reino do Prata); e o Tratado de Santo Ildelfonso foi um documento “provisório”, que

nunca foi confirmado. Aparentemente, os orientais se baseiam no ideário artiguista, que incluía os Sete Povos como seu território.

É difícil analisar o processo de formação das fronteiras dos países sul-americanos sem uma ampla análise histórica que envolva o contexto da época e a formação de todos os países envolvidos.

### **JAGUARÃO AO FINAL DO CONFLITO**

O Exército regressou balizando-se pelo litoral, adentrando no Brasil por Jaguarão. Que grande espetáculo não deve ter sido ver aqueles milhares de soldados voltando vitoriosos para casa! Dentre eles, Sampaio, Osorio, Porto Alegre e tantos outros vultos de nossa história, além dos heróis anônimos que lutaram para garantir às gerações atuais a paz e tranquilidade reinantes nas fronteiras do Prata. Também regressaram os guardas nacionais que partiram de Jaguarão juntamente com a Brigada do Barão de Jacuí. Caxias expediu a Ordem do Dia nº 61 na oportunidade em que estabeleceu seu Quartel General em Jaguarão em 4 de junho de 1852.

O Tenente General Conde de Caxias, Comandante em Chefe faltaria a um dever de justiça e gratidão, si, de volta ao solo querido da Patria, cujo território hoje piza o bravo Exercito de Operações, que se ufana de Comandar, lhe não desse um publico testemunho de reconhecimento e consideração pela brilhante conducta, digna dos maiores elogios, que desenvolverão seus distintos Chefes, Officiais, Officiais Inferiores e Soldados, nas Campanhas Oriental e Argentina. Faz hoje nove mezes que pizastes o territorio oriental; neste curto periodo percorrestes mais de 300 légoas; conseguistes uma gloria immortal; desagravastes a honra da nossa Patria (1852)

Dia 6, foram dissolvidas as 7ª e 10ª brigadas, estando esta última a comando do Cel. Manoel Pereira Vargas. Logo depois, a 26, as Divisões e demais Brigadas do Exército foram desmobilizadas.

No comando da Guarnição e da Fronteira de Jaguarão permaneceu o Brig. Sebastião Félix da Fonseca Pereira Pinto.



## CAPÍTULO 14

# MARECHAL MANOEL LUÍS OSORIO

Saindo de Porto Alegre pela rodovia “Free Way” – BR 290, segue-se na direção de Tramandaí. Cruza-se por baixo do viaduto que dá acesso à “Estrada do Mar” e, logo à direita, vê-se, imponente, a entrada do Parque Histórico Marechal Manoel Luís Osorio. O lugar chama a atenção. Era ali a Fazenda Nossa Senhora da Conceição do Arroio, onde nasceu e hoje jaz Manoel Luís!

Aos 10 dias do mês de maio de 1808, na então Vila da Conceição do Arroio (atual Cidade de Osório-RS), nasceu aquele que viria a receber o epíteto de “o Legendário”. Manoel Luís Osorio era filho do Ten. Cel. Manoel Luis Silva Borges e de Dona Ana Joaquina Osorio.

Gaúcho típico, foi criado sobre o dorso dos cavalos, a ponto de ser difícil afastar sua pessoa, hoje, da figura do “nobre amigo”.

No belicoso Rio Grande do Sul do século XIX, o jovem Manoel não tinha muitas opções profissionais. Na infância, aprendeu a ler e escrever, conhecimento raro na época e que aprimorou ao longo da vida. Poucos dias antes de completar 15 anos de idade, sentou praça como cadete de 1ª classe, voluntário, no Regimento de Cavalaria da Legião de São Paulo, em 1º de maio de 1823, durante a Guerra da Independência do Brasil. Seguiu para a província Cisplatina. Lá, foi promovido a cadete em 1º de outubro de 1824 e, em 1º de dezembro, ascendeu ao posto de alferes. Depois deixou a Legião para se integrar no 3º Regimento de Cavalaria de Linha.

Participou da Guerra Cisplatina, lutando nas batalhas de Sarandi e do Passo do Rosário, sendo promovido a tenente em 12 de outubro de 1827. Na Guerra dos Farrapos, combateu juntamente com o 2º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha (Bagé). Iniciou o conflito no lado dos farroupilhas, porém após a declaração da República Rio-grandense, retornou à legalidade. Foi promovido ao posto de capitão a contar de 20 de agosto de 1838; a major a 27 de maio de 1842 (a contar de 18 de junho de 1841); e a tenente-coronel em 23 de julho de 1844. Neste meio tempo, casou-se com Dona Francisca Fagundes de Oliveira em 15 de novembro de 1835.

Na Guerra contra Oribe e Rosas, comandou o lendário 2º Regimento de Cavalaria (2º RC)<sup>176</sup>, à época aquartelado em Bagé. Na Argentina, participou com sua unidade da batalha de Monte Caseros, tendo recebido diversas menções honrosas de todos que testemunharam aquele dia. Foi promovido a coronel em 3 de março de 1852, ainda em campanha.

O 2º RC permaneceria sediado em Jaguarão entre 1878 a 1970, com pequena interrupção, recebendo diversas denominações: 3º Regimento de Cavalaria Divisório (3º RCD), 13º Regimento de Cavalaria e 18º Regimento de Cavalaria. Atualmente, o 3º Regimento de Cavalaria de Guarda (3º RCG) ostenta a denominação histórica de “Regimento Osorio”.

Foi promovido a brigadeiro graduado em 2 de dezembro de 1856 e confirmado neste posto em 15 de junho de 1859. Neste meio tempo, assumiu o Comando da Fronteira de Jaguarão em 1858, ali permanecendo até 1864 de maneira descontínua.

Na Guerra da Tríplice Aliança, iniciou comandando o 1º Corpo do Exército Imperial, sendo promovido ao posto de marechal de campo em 8 de julho de 1865. Cobriu-se de glórias, lutando em inúmeras batalhas. Foi o primeiro a pisar em território paraguaio, tendo sob seu comando todas as tropas brasileiras. Foi nessa oportunidade, em sua ordem do dia, em que imortalizou a frase: “é fácil a missão de comandar homens livres; basta mostrar-lhes o caminho do dever”.

Digno de nota é citar que estava no comando das tropas aliadas (brasileiros, uruguaios e argentinos) quando lutou e venceu em Tuiuti, em 24 de maio de 1866, a maior batalha campal da América do Sul, que envolveu mais de 50 mil homens dos dois lados.

Enfermo, retirou-se em 1866, tendo sido promovido em 1º de junho do ano seguinte a tenente-general. No Rio Grande do Sul, organizou, a mando de Caxias, o 3º Corpo do Exército Imperial. Logo que voltou ao teatro de operações, teve participação destacada na chamada “marcha de flanco” empreendida pelos aliados para conquistar a fortaleza de Humaitá. Com o 3º Corpo, participou da ousada manobra de envolvimento empreendida por Caxias, utilizando a “Estrada do Chaco”. Durante a “Dezembrada”<sup>177</sup>, foi ferido gravemente no maxilar na Batalha de Avaí, sendo obrigado a regressar ao Brasil para convalescer. Retornou ao Paraguai, convocado pelo Conde d’Eu, para participar da Campanha da Cordilheira. Finda a guerra foi promovido ao posto de marechal em 2 de junho de 1877.

Na vida política, foi Deputado Provincial, Senador pelo Rio Grande do Sul e Ministro da Guerra do Império. Recebeu sucessivamente os seguintes títulos nobiliárquicos: Barão (1º de maio de 1866); Visconde (11 de abril de 1868); e Marquês do Erval (29 de dezembro de 1869). Apesar de republicano em sua juventude, acabou por se converter ao monarquismo, regime que defendeu ferreamente ao longo da vida.

176 Osorio assumiu o Comando do 2º RC em 23 de julho de 1844, deixando-o em 1854.

177 Série de batalhas travadas em dezembro de 1868: Itororó, a 6; Avaí, a 11; e Lomas Valentinas, de 21 a 27.

Longa é a lista de honrarias e medalhas às quais Osorio fez jus. Destaca-se sua escolha para Patrono da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro, de acordo com o Decreto nº 51.549, de 13 de março de 1962, assinado por Tancredo de Almeida Neves, então 1º Ministro. Faleceu em 4 de outubro de 1879, na cidade do Rio de Janeiro.

De 1822 a 1870, o Brasil participou de quatro guerras externas e enfrentou inúmeras rebeliões internas. Nesses 48 anos, Osorio esteve envolvido em mais de 24 em conflitos. Fez parte de uma competente geração de militares que consolidaram a independência, salvaram a integridade territorial e garantiram a sobrevivência do Império.

Osorio foi um homem do seu tempo! E soube vencer os desafios que se apresentaram. Sua aura de comandante e líder cristalizou-se no seu nome. Sorte do Brasil, que teve a ventura de contar com seus predicados. Nada mau para um jovem que ingressou na carreira das armas com pouco estudo. Ele elevou o nome do Rio Grande do Sul e do Exército Brasileiro à respeitabilidade nacional e internacional.

Por que não se buscar as opiniões sobre Osorio, de personagens históricas que dispensam apresentações? Eis algumas delas:

No grande soldado General Osório não aplaudimos senão o grande cidadão. Sua farda é cívica. Sua farda não o discrimina do povo: confunde-o com ele, e de onde se tem constelado de glórias e onde os seus triunfos representam a espontaneidade íntima da Nação, que estremece por ele (RUI BARBOSA, 1877 apud BENTO, 2008, p. 135-136)

- Bartolomé Mitre Martinez, Presidente da República Argentina, em editorial do jornal *La Nación*, Buenos Aires: “El General Osório há demonstrado que es un patriota y un soldado, y nosotros os sentimos orgullosos de haber combatido ao lado de un heróe como él” (1866 apud BENTO, 2008, p. 128);

- Olavo Bilac, poeta: “Dizem que em combate, a sua face era como a de um deus, irradiando valor e fé. A sua presença galvanizava, excitava, alucinava os soldados, impelindo-os a delírios de temeridades e arrojo (BILAC apud OSORIO, OSORIO – filho, 2008, v. 2, p. 1051)





## CAPÍTULO 15

# CARLOS BARBOSA GONÇALVES

### O HOMEM

Carlos Barbosa Gonçalves nasceu em Pelotas em 8 de abril de 1851. Seus pais, Antônio Gonçalves da Silva e Maria da Conceição Rodrigues Barbosa Gonçalves, integravam tradicional família de Jaguarão, sua cidade de coração. Era sobrinho-neto de Bento Gonçalves da Silva.

Após viver a infância e a adolescência em Jaguarão, foi para o Rio de Janeiro estudar no tradicional Colégio Dom Pedro II. A seguir, em 1870, ingressou na Faculdade de Medicina da capital do Império, onde se fez médico.

Foi morar em Paris, onde permaneceu três anos, especializando-se em cirurgia geral, oftalmologia, medicina interna e obstetrícia. Na “Cidade Luz”, prestou serviços nos hospitais Wecker e Val de Grace, tendo atingido elevado prestígio na comunidade médica local. Voltou a Jaguarão, onde, a 6 de setembro de 1879, desposou a Sra. Carolina Cardoso de Brum, com quem viria ter duas filhas: Eudóxia e Branca.

Acabou se enveredando pelos caminhos da política. A influência de sua família certamente pesou nessa decisão. Assim, Carlos Barbosa integrou o grupo que fundou o Partido Republicano Rio-grandense em Jaguarão (também conhecido como “Club Republicano”) em 30 de julho de 1882, vindo a ser o seu primeiro presidente. Também esteve presente na fundação do jornal de mesmo matiz, *A Ordem*, cujo primeiro exemplar é de 1884, que se caracterizou por fazer oposição ao Governo Imperial. Neste mesmo período, passou a compor o quadro médico da Santa Casa de Misericórdia de Jaguarão a partir de 25 de março 1883.

Carlos Barbosa passou a ser a referência no que tange às ideias republicanas na região Sul, vindo a ser eleito para a Câmara de Vereadores em 1884. Com o advento da Proclamação da República, foi eleito deputado para o Congresso do Estado em 1891. Foi escolhido, pelos seus companheiros da Casa Legislativa, por esmagadora maioria de votos, para ser o Presidente da Constituinte Estadual. Nesta função, foi de fundamental importância para a promulgação da Constituição Estadual em 14 de julho de 1891. E em 25 de julho de 1893, Castilhos o nomeou para a Vice-presidência do Estado (não era cargo eletivo naquela época),

função esta que ocupou até 1908, cumulativamente com a Presidência do Congresso Estadual<sup>178</sup>.

Teve importante atuação política durante a Revolução Federalista. Depois, juntamente com personalidades como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Góes Monteiro, fundou o “Bloco Acadêmico”, que foi responsável por manifesto político fundamental para a compreensão da mentalidade republicana da época.

Após acirrada campanha política, foi eleito Governador do Estado. Venceu Fernando Abbott, dissidente do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), com quase 80% dos votos válidos. Seu mandato iniciou em 25 de janeiro de 1908. Enquanto esteve à frente dos gaúchos, governou com grande preocupação em relação às finanças, as quais passou quatro anos depois para Antônio Augusto Borges de Medeiros em boa situação.

Preocupado com a saúde, sua área de graduação, implementou o Instituto Pasteur, o prédio da Faculdade de Medicina e a revitalização do hospital da Brigada Militar. Iniciou as obras de construção do Palácio Piratini<sup>179</sup> e modernizou os portos de Porto Alegre e de Rio Grande. Também atuou com destaque em questões complexas, como as obras da barra e porto do Rio Grande, bem como dos impostos interestaduais.

Concluído seu mandato em 25 de janeiro de 1913, Carlos Barbosa recolheu-se à sua terra, Jaguarão. Não abandonou de todo a vida pública. Em 1920, assumiu uma cadeira no Senado da República, eleito pelo partido republicano. Reelegeu-se em 1927, porém, por motivo de saúde, renunciou ao cargo dois anos mais tarde.

Regressou a sua Cidade de coração, onde faleceu em 23 de setembro de 1933. Encontra-se enterrado no jazigo de sua família no cemitério das Irmandades, em Jaguarão.

Recebeu inúmeras homenagens por sua trajetória pessoal e política. Destacam-se a atual Cidade de Carlos Barbosa e, em Jaguarão, a rua em que se localiza a Igreja Matriz e conduz, tomando-se a direção leste, até o portão do quartel do 12º RC Mec.

## **A FUNDAÇÃO CARLOS BARBOSA**

As filhas de Carlos Barbosa não deixaram descendentes diretos. Decidiram, pois, ainda em vida, preservar a casa da família. Trata-se de uma construção em estilo neoclássico, onde muitas decisões políticas importantes para o Brasil e o Estado do Rio Grande foram tomadas.

Com o falecimento de Eudóxia e Branca, fundou-se o museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves em 1977, atualmente administrado pela fundação que leva o mesmo nome. Seu acervo é riquíssimo, pois a habitação foi preservada tal qual fora utilizada no início do século XX. Dentre outras curiosidades, esta casa foi a primeira a receber energia elétrica e telefone na cidade.

178 Foi reeleito para Deputado em 1901.

179 Atual sede do Governo Gaúcho.



## CAPÍTULO 16

# PERÍODO DE EXPECTATIVAS

### JAGUARÃO É CIDADE!

O Brasil atingiu a paz interna na segunda metade do século XIX. No Rio de Janeiro, os partidos Conservador e Liberal estabeleceram a “Política de Conciliação”, pela qual passaram a se revesar no poder. No campo externo, chegou-se ao consenso sobre a importância da manutenção do “status quo” no Prata.

A exportação de café equilibrou a economia, enquanto o charque e outros derivados do gado garantiam os rendimentos da elite gaúcha. Para se ter uma ideia, Jaguarão tinha nove charqueadas em 1854, que abateram mais de 40.000 reses; no ano seguinte, mesmo com duas charqueadas a menos, foram 76.860 abates.

A vila, preocupada com sua qualidade de vida, desde 1846 abria poços artesanais para suprir a população de água. Mesmo assim, em 1855, uma epidemia de cólera trazida por via fluvial ceifou 200 vidas. Dois terços da população se refugiou no interior.

Neste mesmo ano, Pedro Bernardino de Moura & Cia fundou o primeiro periódico da cidade: *O Jaguareense*, ao qual se seguiram outros. Era o progresso!

Em relatório, a Câmara Municipal apresentou seus argumentos para que Jaguarão fosse elevada à categoria de cidade.

o elevado número da população, a grandeza e giro do comércio, quer em grande ou pequena escala, as vias de comunicação e o progresso de sua civilização são por sem dúvida a esta vila o incontestável direito de pedirdes que a eleveis à categoria de cidade (1855 apud SILVEIRA, 1990, p. 18)

Os estudos nesse sentido avançaram até que, finalmente, por meio da Lei Provincial nº 322, de 23 de novembro de 1855, data esta que marca seu aniversário, Jaguarão foi elevada à condição de cidade.

A assembléia legislativa provincial decreta: Art. 1º - a atual vila de Jaguarão fica elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação, e com os mesmos foros e prerrogativas das outras cidades (1855 apud SILVEIRA, 1990, p. 19)

A autonomia alcançada quando foi elevada a vila aumentou, passando a nova cidade a ter permissão, dentre outros poderes, de conceder e expedir títulos de aforamento de terrenos de seu patrimônio.

### O EXÉRCITO ATÉ A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Após 1845, houve incessante busca de um modelo organizacional para o Exército. A Instituição estava desprestigiada. Os soldos eram baixos, a qualidade dos soldados não era das melhores e os quartéis eram precários, dentre outros problemas.

Caxias assumiu o Ministério da Guerra em 1855 e pôs em prática toda sua experiência. Dentre outras modificações, ele deu novo rumo doutrinário ao Exército, adotando as Ordenanças<sup>180</sup> de Carl Beresford<sup>181</sup> para a Cavalaria, do Cel. Bernardo Antônio Zagalo para a Infantaria e de João Pardal para a Artilharia. Nesse formato que o Brasil lutaria a Guerra da Tríplice Aliança.



Planta de Jaguarão assinada pelo Ten. Cel. do Exército Manoel Francisco Coelho de Oliveira Soares, integrante da Comissão de Limites do Barão de Caçapava – Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHE)

180 As Ordenanças eram equivalentes aos regulamentos e manuais de hoje.

181 General inglês que lutou nas guerras Peninsulares (ocorridas na Península Ibérica entre 1807 e 1814) e que muito influenciou o Exército Português.

A 2ª Brigada, estacionada na cidade desde o fim da Guerra dos Farrapos, deixou-a antes da Guerra contra Oribe e Rosas.

O 6º Btl Fuz esteve temporariamente em Jaguarão em meados da década de 1850, não sendo possível precisar o período exato.

Após o conflito no Prata, o 4º RCL voltou para a cidade, o que não aconteceu com o 4º Btl Fuz. O 4º Regimento era a unidade herdeira dos esquadrões da Legião da Cavalaria de Tropa Ligeira. Tinha um currículo invejável em nome da defesa da Pátria: participara da Campanha Pacificadora de 1811-12, da Guerra contra Artigas (1816-20), da Guerra Cisplatina (1825-28) e da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52). Um integrante do 4º de Cavalaria podia ser facilmente identificado, bastando observar seu uniforme.

A partir de 1852 e durante a Guerra do Paraguai, cada regimento de cavalaria possuía suas próprias cores para o punho das túnicas (chamado de canhão), para a carcela (tira de pano vertical, com botões, no punho) e para a gola: [...] 4º Regimento, punho azul, sem carcela. Toda a cavalaria com vivos brancos e golas vermelhas, calças com duas listas vermelhas [...] O 4º Regimento de Cavalaria usava gorro vermelho, redondo, sem pala, com pano redondo caído à esquerda [...] De 1815 a 1865, dispensou-se a Cavalaria de usar botas (ESTIGARRÍBIA, 2008, p. 45-46)

## DEMARCANDO A FRONTEIRA

Finalmente, a fronteira entre o Brasil e o Uruguai foi demarcada com base no Tratado de Limites entre o Brasil e o Uruguai de 1851. No seu artigo IV, dizia “que o Brasil está na posse exclusiva da navegação da Lagoa Mirim e [do] rio Jaguarão, e que deve permanecer nela, segundo a base adotada do “*uti possidetis*” (GOLIN, 2004, v. 2, p. 34). Uma injustiça que somente em 1909, após novas negociações, foi corrigida.

Do lado brasileiro, o primeiro Comissário para as questões da fronteira meridional foi o Mal. Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava. A Comissão Binacional trabalhou por 10 anos, a partir de 1852, e estava basicamente constituída por militares, tendo em vista ser a única Instituição capaz de assumir tal missão. Dentre os integrantes iniciais estavam o coronel-engenheiro José de Victória Soares d’Andréa (filho do Barão), o Maj. José Manoel da Silva; o padre capelão José de S. Luiz Bimbert; os Cap. João Viriato Ernesto de Medeiros, Cândido Januário Passos e Antônio Dias da Costa; o capitão-tenente (da Marinha) José da Costa Azevedo (posteriormente Barão de Ladário); os Ten. Ignácio da Cunha Galvão, José Carlos de Carvalho, Maurício Lischk, José Maria de Azevedo (cirurgião) e Antônio Joaquim Cruvello d’Ávila, este último, também da Marinha. Além desses oficiais, havia um piquete do Exército para prover segurança e apoio logístico.

A Comissão foi modificada com o passar do tempo, mas não perdeu seu caráter militar. Assim, também colaboraram com os trabalhos os Maj. Antônio dos Santos Cruz; Cap. Paulo José Pereira; Ten. Rufino Enéas Gustavo Galvão, Theodoro da Roza Gama, Sebastião de Souza Mello e, da Marinha, o Ten. João Soares Pinto, dentre outros.

Os trabalhos começaram próximo ao Chuí, chegando a Jaguarão no início de 1853. Dentre os 11 observatórios estabelecidos durante os trabalhos de demarcação, estavam a própria Vila de Jaguarão e a foz do rio que a banha.

Andréa foi assíduo frequentador de Jaguarão naqueles tempos. Há, por exemplo, registro de que ele esteve em março de 1856 na cidade, onde seu filho conduzia os trabalhos da Comissão na região. Do relatório do Barão de Caçapava, extrai-se o seguinte trecho:

Depois que a Comissão Brasileira levantou a planta de toda a Fronteira do Chuí, passou a configurar a margem ocidental da lagoa Mirim, desde a foz do São Miguel até a do Jaguarão [...] Depois que o serviço do Chuí e lagoa Mirim ficou concluído, seguiu a Comissão às margens do Jaguarão, e nesse caso levantou a planta da cidade e terreno concedido para seu logradouro (GOLIN, 2004, v. 2, p. 136)

O Barão de Caçapava, com seu olho de militar, aproveitou a oportunidade para sugerir uma divisão territorial para fins policiais e controle de fronteira, sendo que caberia à Fronteira de Jaguarão todo corte do rio, da sua foz até o Arroio Guabijú.

Andréa faleceu em 1857, sendo substituído pelo Brig. Pedro de Alcântara Bellegarde.

#### **A DIVISÃO DE OBSERVAÇÃO DE 1854**

O Uruguai não alcançou sua paz interna após a Guerra contra Oribe e Rosas. Montevideu ameaçou anular o tratado de limites de 1851; e prosseguiram os atos de bandoleiros e dissidentes orientais contra as propriedades dos brasileiros. Em 1853, a fronteira estava em alerta. Desde 1802, Jaguarão estivera em estado de guerra por mais de 20 anos.

Houve nova rebelião do partido “Colorado” contra o governo “blanco”, sendo que o presidente Juan Francisco Giró foi deposto. Diante da crise, o governo uruguaio solicitou apoio militar ao Brasil, com base no Tratado de 1851. Neste contexto foi organizada a “Divisão Imperial d’Observação” em 17 de janeiro de 1854, sob comando do Brig. Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto<sup>182</sup>. Essa tropa tinha 4.029 homens de 1ª Linha e de 1.116 de guardas nacionais. Compreendia uma bateria de Artilharia e duas brigadas, uma sob o comando do Cel. João Propício Menna Barreto, que enquadrou, dentre outras unidades, o 4º RCL<sup>183</sup>; e outra, do Cel. Manoel Luís Osorio.

O Mal. Caldwell, Comandante do 1º Distrito à época, nomeou o Cel. Manoel Pereira Vargas para o Comando da Guarnição e Fronteira de Jaguarão em 23 de março de 1854. Na mesma oportunidade, mobilizou o Cap. João Farias Santos, o Ten. Adeodato José de Farias e os alferes Theodolindo Francisco de Sousa, Francisco Joaquim Soares e Simão Brum da Silveira, além de 200 praças da Guarda Nacional. Para Quartel-Mestre, foi designado Casemiro Pereira das Neves. Segundo a OD nº 100, de Caldwell, Jaguarão dispunha do 1º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional em meados de 1854.

182 Assumiu o Comando das Armas do Rio Grande do Sul em 26 de julho de 1852.

183 O 4º RCL se encontrava em São Gabriel nessa oportunidade.

Inicialmente, a Divisão apenas realizou patrulhas junto ao Uruguai. Porém, acabou recebendo ordens para transpor a fronteira. Neste momento, passou a se denominar Divisão Auxiliadora. Partiu em 28 de março, chegando a Montevidéu em maio de 1854. Após entendimentos com o governo local, aquartelou-se próximo à capital oriental, em “Villa Unión”, até regressar ao Brasil em 19 de dezembro de 1855, sendo desmobilizada no ano seguinte.

Neste período, a Divisão não travou combates. Apenas ficou em condições de apoiar o governo oriental, garantindo a paz interna da ROU. Além do 4º RCL, compuseram as tropas do Brig. Pereira Pinto, os 3º e 4º Btl Fuz, unidades de Infantaria que também ligaram suas histórias a Jaguarão.

Em 1855, o Brig. Pereira Pinto esteve de passagem em Jaguarão, no mesmo ano em que o 5º RCL estacionou na cidade durante alguns meses. Foi nesta época que a trincheira que cercava a cidade deixou de existir.

### **OSORIO EM JAGUARÃO!**

Em 1858, Jaguarão contava com 12.999 habitantes, o que revela um grande aumento populacional. Destes, havia 5.056 negros, uma quantidade considerável, que reforça a ideia de que as charqueadas funcionavam a pleno vapor.

Em 20 de março de 1858, Dom Pedro II decidiu criar uma nova Divisão de Observação<sup>184</sup> por meio da OD nº 53, do QG do Exército na Corte. Além da rotineira preocupação com a situação política interna uruguaia e suas consequências na fronteira, havia, agora, a intromissão cada vez maior do Paraguai nos assuntos do Prata.

O comando da Divisão recaiu mais uma vez sobre Pereira Pinto. Ele teria sob suas ordens três brigadas, tendo como sedes Piraí Grande (a sudoeste de Bagé), Alegrete e São Gabriel. E, claro, o 4º RCL. Na mesma OD, o Imperador nomeou os “Comandantes Militares” nas fronteiras onde não havia brigadas estacionadas: São Borja, Quaraí e Jaguarão. Esta última recebeu, nesta oportunidade, um morador lustre: Manoel Luís Osorio.

O “Legendário” já tinha estado outras vezes em Jaguarão, sendo que uma dessas oportunidades ocorreu no retorno do Exército de Caxias após a Guerra contra Oribe e Rosas.

Recém-promovido a brigadeiro graduado, Osorio chegou em 28 de maio à cidade para assumir sua nova comissão. Como o 4º RCL acabou empregado na Divisão de Observação, ele ficou no comando de um Corpo da Guarda Nacional e de uma Companhia de Infantaria.

Alguns historiadores acusam seus opositores políticos de terem tramado contra ele, não lhe dando o comando de uma brigada da Divisão. A ideia seria impedir que ele tivesse um cargo de relevância militar, já que a fronteira de Jaguarão não se constituía numa grande preocupação naqueles tempos.

A desconfiança de que o Presidente da Província estava tratando dos assuntos de Estado com parcialidade, levou a uma séria crise política, a ponto do Conde de Porto

<sup>184</sup> Já existia um “Corpo de Observação”, que foi reorganizado nessa oportunidade.

Alegre tentar reunir assinaturas para um manifesto em apoio ao governo. E Osorio, em Jaguarão, recusou-se a fazê-lo. As intrigas se intensificaram.

A cidade recebeu muito bem aquele experiente soldado, onde ele fazia amizades que perduraram o resto de sua vida. Logo que chegou, emitiu uma circular a todas as autoridades, já que havia uma divisão clara entre liberais e conservadores. Nesse documento, Osorio comunicou sua presença, conforme praxe, e convocou todos à união.

A circular foi muito bem recebida, sendo que a Câmara Municipal festejou sua nomeação para o cargo de Comandante da Fronteira de Jaguarão.

Dentre outras atividades em Jaguarão, Osorio se dedicou ao recrutamento de novos soldados para as fileiras do Exército, juntamente com o Cel. Manoel Pereira Vargas. Cabia no ano de 1858 a seguinte cota de recrutas para a região: Jaguarão – 9; Freguesia de Herval – 5; e Freguesia de Arroio Grande – 5.

Era fundamental buscar a renovação dos quadros do Exército no Sul, pois o número de soldados que “desincorporavam” por término de tempo de serviço e por motivo de saúde era muito elevado. Assolavam a tropa doenças corriqueiras como bronquite, reumatismo, gastrite e hérnia. Mas eram muito comuns, também, a sífilis e os problemas traumatológicos incapacitantes. Além do mais, as deserções eram numerosas.

Em 20 de outubro, foi dissolvida a Divisão de Observação, após quase cinco meses de atuação e, em dezembro, José Maria da Silva Paranhos, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, assumiu, cumulativamente, os Negócios da Guerra. Osorio foi transferido e seguiu para o Rio de Janeiro, onde foi designado Inspetor de Cavalaria do Norte.

Em Jaguarão, muitas foram as demonstrações de apreço da comunidade apresentadas durante suas despedidas, especialmente dos representantes do executivo, legislativo e judiciário locais, independente de seus matizes políticos, demonstrando que era um homem capaz de granjear o respeito e o reconhecimento de todos.

Depois de efetivo como brigadeiro em 18 de junho de 1859, Osorio voltou a Jaguarão, onde se sentiu extremamente à vontade com as amizades que fizera no ano anterior. No ensejo da sua chegada à cidade, os jaguarenses lhe ofereceram uma representação teatral e um baile.

Sua participação política neste período se intensificou, com a aproximação das eleições para deputados e o fortalecimento do partido Liberal Rio-grandense.

Em 21 de fevereiro de 1860, Osorio assumiu nova função no Comando da Fronteira de Bagé. Mas voltou em 1862 a Jaguarão, oportunidade em que teve fundamental importância na eleição para a Câmara dos Deputados. Ele já era bem conhecido na região, incluindo as freguesias de Arroio Grande e Herval.

A influência do partido Liberal era limitada no extremo sul. Por isso, Osorio passou a desenvolver intensa campanha em seu favor, enviando cartas e se reunindo com lideranças locais. O resultado surpreendeu a todos: “venceu a eleição. Venceu-a em Jaguarão, Erval e Arroio Grande. Em todo o Município, enfim, por grande maioria de votos [...] Tratava-se, por enquanto, de eleições primárias, isto é, de eleger os eleitores que deviam escolher os Deputados” (OSORIO, 2008, p. 585).

Por causa de disputas políticas posteriores, a chapa liberal acabou derrotada, ofuscando a vitória conquistada por Osorio em Jaguarão.

Neste contexto, o jornal *O Progresso* foi adquirido para ser o porta-voz do partido Liberal, tendo Osorio apoiado a iniciativa.

Assim, pôs-se em combinação com os seus distintos amigos João Simplício Ferreira, José Maria da Cunha Silveira e Faustino João Corrêa e, no dia 3 de abril de 1864, com eles assinou uma circular dirigida ao partido, pedindo-lhe coadjuvação [...] Em consequência, o jornal ficou fundado, feita aquisição do Progresso de Tomás de Mello Guimarães (OSORIO, 2008, p. 595)

O Cel. José Luís Menna Barreto, presidente do diretório governista em Jaguarão, buscava um motivo para exonerar Osorio do cargo que exercia em Jaguarão. Este acabou acusado de ter permitido que o Cel. oriental Moyano entrasse em território nacional com um piquete armado em busca de desertores uruguaios. Foi uma história inventada, que mais tarde foi esclarecida, mas bem mostra como funcionava a política naqueles tempos.

Dia 21 de abril, as intrigas políticas levaram à exoneração de Osorio do Comando de Jaguarão, por meio de Aviso Ministerial. A cidade recebeu com tristeza sua saída, sendo muitas as manifestações emitidas em seu apoio, inclusive da tropa ali estacionada<sup>185</sup>.

Os abaixo-assinados, orgulhosos de servirem sob as sábias ordens de um General bravo, ilustrado e honrado, não podiam por certo ficar silenciosos no momento solene de se separarem de V. Exa. [...] O nome respeitável de V. Exa é, para nós, uma relíquia em defesa da qual estaremos sempre prontos a fazer, se for preciso, sacrifícios, Esse nome que, para nós, simboliza honra, dignidade e o valor (OSORIO, 2008, p. 596)

Osorio apresentou-se ao Imperador, que aceitou suas explicações e atendeu seu pedido de voltar ao Sul. Em conversa com o Ministro da Guerra, após se inteirar da situação militar na fronteira, este perguntou ao velho gaúcho se desejava voltar para Jaguarão. Osorio, como cabe a um militar responder, afirmou que iria para onde o governo lhe desse uma missão.

Em agosto, recebeu autorização para regressar ao Rio Grande do Sul, tendo sido convidado por muitos jaguarenses para que voltasse à cidade. No dia 28 do mesmo mês, chegou Osorio a Jaguarão, sendo recebido festivamente. No dia 31, foi-lhe oferecido um banquete na chácara Dona Eulália. Então, no dia 7 de setembro, houve eleições municipais, que foram vencidas pelos liberais. Osorio relata o clima político antes do pleito:

Jaguarão, 11 de Setembro de 1864. Os baronistas [...] desenvolveram neste Município a mais escandalosa pressão nas eleições. Dias antes, forças desprendidas do Corpo de Guardas Nacionais destacados na Divisão e do Comando do Tenente-Coronel Astrogildo, percorreram o distrito prendendo alguns guardas nacionais e assustando outros;

185 Cartas escritas em apoio a Osorio constam em sua biografia escrita por Fernando Osorio.

e o Comandante da Fronteira, Brigadeiro José Luís Menna Barreto, mandou prender a um antigo votante fulano Farias, pretextando que era desertor, e que, apesar de mostrar a sua baixa da Marinha e requerer soltura, nada obteve. No Erval, o primeiro votante que apareceu para entrar na Igreja [...] sobrinho de Camillo Santos, foi preso! À vista disso, o Partido Liberal, vendo 50 homens postados à porta da Igreja e armados, retirou-se e não votou! No Arroio Grande, a eleição correu mais ou menos do mesmo modo [...] Nessa Cidade, teve ela lugar e, apesar de toda pressão, perderam os baronistas por mais de 100 votos! O Comandante da Fronteira parece estar possesso [...] É admirável a pressão da força na eleição, e por tropas que guarneciam a fronteira e pela Guarda Nacional (2008, p. 605)

Osorio se retirou da cidade no dia seguinte, tomando o caminho de Bagé. Lá se apresentou ao Mal. João Propício Menna Barreto<sup>186</sup>, que estava reunindo tropas em Pirai Grande para fazer frente à crise gerada por Aguirre.

### A OCUPAÇÃO DE ACEGUÁ

Ao final de dez anos de demarcação da linha fronteira entre o Brasil e o Uruguai, os dois países chegaram a um consenso. Assim o delegado oriental José M. Reyes descreveu a fronteira a oeste da Lagoa Mirim:

Da barra do Jaguarão, a linha divisória continua águas acima pelas sinuosidades de sua margem direita até chegar à confluência do rio Jaguarão Chico, cujo canal segue dividindo a fronteira até encontrar a embocadura do arroio Mina, considerando como galho ou afluente mais meridional ou ao sul do mesmo Jaguarão, que, segundo o tratado, nasce no vale e cerros de Aceguá (GOLIN, 2004, v.2, p. 167)

Estando a fronteira delimitada, urgia ocupá-la, particularmente o Trapézio de Bagé<sup>187</sup>. Por isso, “Com objetivo de sustentar a ocupação, no caso de algum revés, ordenou que o 4º Regimento de Cavalaria Ligeira ficasse a postos no seu acampamento e o 3º Batalhão de Infantaria se aquartelasse junto à vila de Bagé” (GOLIN, 2004, v. 2, p. 172). Como se verifica, o 4º RCL, em suas constantes andanças, estava fora de sua sede.

O Império determinou a ocupação imediata do Trapézio de Bagé, que, de acordo com as negociações, fora permutado por outra área. Em 9 de novembro, os brasileiros avançaram pacificamente, conforme foi combinado anteriormente com os orientais.

O Brig. Bellegarte voltou a Jaguarão em 28 de dezembro de 1859, de onde partiu com a Comissão para checar pessoalmente a linha de fronteira. Primeiro foi ao Chuí, voltando logo à cidade para uma breve parada. Depois seguiu para Livramento. Os trabalhos da Comissão duraram mais alguns anos, sendo encerrados na década seguinte.

186 O Mal. João Propício Menna Barreto (1808-1867) comandou a Fronteira do Jaguarão e Bagé em 1849.

187 O “Trapézio de Bagé” localiza-se ao sul desta cidade gaúcha e que inclui atualmente Aceguá. Foi uma região cedida pelo Uruguai durante a demarcação da fronteira, com a finalidade de manter a harmonia da linha fronteira.



## CAPÍTULO 17

# AGUIRRE

### A CRISE NO URUGUAI

As lutas fratricidas pela hegemonia política continuaram no Uruguai. Apoiado por Bartolomé Mitre, presidente das Províncias Unidas, e por forças rio-grandenses, o “colorado” Venâncio Flores invadiu a Banda Oriental em abril de 1863, com a finalidade de derrubar o governo do Presidente Bernardo Berro, do partido “Blanco”.

Em sua guerra de movimento, Flores esteve às margens do Rio Cebollati (Uruguai), perto de Jaguarão. Por isso, as tropas brasileiras permaneceram alerta na região.

O interesse do Brasil se concentrava nas dezenas de milhares de brasileiros que viviam na Banda Oriental e que eram proprietários de quase um terço do território vizinho. Antônio de Souza Netto se apresentava como seu porta-voz, pressionando o Imperador para que lhes desse apoio. Mais uma vez, pesavam sobre os uruguaios acusações de ataques sistemáticos realizados por milícias, que teriam assassinado pelo menos 63 brasileiros desde 1852, muitas das vezes, de forma cruel.

Bernardo completou seu mandato presidencial em 1º de março de 1864, mas não houve eleições por causa da guerra civil. Assim, assumiu o governo Anastácio Cruz Aguirre, também “blanco”. Como este não desse importância aos pedidos de pulso firme nas questões ora em andamento na fronteira, houve um endurecimento diplomático brasileiro.

Com a finalidade de pressionar o Uruguai a tomar providências quanto aos ataques contra brasileiros, o Brasil enviou uma missão diplomática para Montevidéu em abril de 1864, acompanhada por uma esquadra a comando do Alm. Joaquim Marques Lisboa<sup>188</sup>.

Ao mesmo tempo, uma Divisão de Observação recebeu ordens de atuar na fronteira em nome dos interesses brasileiros na região. Assim determinou o então Ministro da Guerra:

1º. A divisão situada em Bagé deverá estar sempre pronta para expedir forças em tôdas as direções de nossa fronteira e preparada para marchar para a República Oriental, se suceder que alguma força considerável da mesma República ameace algum ponto de nossa fronteira; 2º. A fronteira de Quarains e Sant’Ana do Livramento continuará guarnecida do melhor modo que fôr possível e as forças que nela estacionarem se conserva-

<sup>188</sup> Marquês de Tamandaré, 1807-1897, filho de Rio Grande, Patrono da Marinha do Brasil.

rão sempre em perfeito estado de mobilidade, de sorte que possam operar juntamente. O mesmo se procurará observar a respeito das fôrças que guarnecem a fronteira do Jaguarão (1864 apud FRAGOSO, 1934, v. 1, p. 129)

As ordens da Corte não deixavam dúvidas quanto à determinação brasileira de impor sua vontade ao Uruguai. Os comandantes foram autorizados a vigiar as fronteiras e, também, a usar a força para repelir invasores, executar represálias, prender suspeitos de entrar e sair do Brasil ou de cometer outros crimes transfronteiriços, além de impedir que brasileiros participassem das disputas internas no Uruguai. Determinava o Ministro da Guerra, ainda, que a “esfera das evoluções necessárias para se realizarem as represálias deverá ser os departamentos da fronteira terrestre da República Oriental” (FRAGOSO, 1934, v. 1, p. 130). Finalmente, dava liberdade ao Comandante das Armas do Rio Grande do Sul, João Propício, para tomar as iniciativas que julgasse necessárias para cumprir as diretrizes imperiais.

Na esfera diplomática, Aguirre recebeu do presidente paraguaio, Francisco Solano Lopez, promessa de apoio no caso de conflito com outra potência do Prata. O Paraguai, deixando de lado seu isolacionismo, adotou postura agressiva em sua política externa. A entrada desse novo ator mudaria para sempre o equilíbrio de poder na América do Sul, porém, em 1864, as partes envolvidas ainda ignoravam esse fato.

As negociações não prosperaram e a crise aprofundou. Assim, os brasileiros deram um “ultimatum” aos uruguaios em agosto.

### A GUARNIÇÃO JAGUARÃO ANTES DA GUERRA

O Rio Grande do Sul dispunha de cerca de 2.500 soldados de 1ª Linha, distribuídos no 1º Regimento de Artilharia; nos 2º, 3º, 4º e 5º Regimentos de Cavalaria Ligeira; e nos 3º, 6º e 13º Batalhões de Infantaria. A Guarda Nacional tinha uma força estimada em mais de 35.000 soldados, porém, nem todos prontos para a ação.

Jaguarão contava com um destacamento do 3º RCL e o 4º RCL, este último a comando do Cel. Augusto Frederico Pacheco<sup>189</sup>.

Autorizei o comandante das armas reforçar as guarnições das fronteiras de Bagé e Jaguarão, ordenando que continuasse a estacionar na do Chuí o destacamento de 35 praças do 4º Regimento de Cavalaria, que antes tinha mandado render por outro de guarda nacional de igual número de praças, de sorte que ficou elevada à 70 praças a guarnição daquela fronteira (GOLIN, 2004,v.2, p. 210)

Foi possível levantar que o 13º BC, conhecido como “Arranca-Toco”<sup>190</sup>, chegou a Jaguarão antes de 1860. Em 1863, era comandado pelo Maj. Joaquim José de Menezes Dória e contava com 340 militares, sendo 30 oficiais e 310 praças.

189 Veterano da Revolução Farroupilha, sentou praça e serviu no 4º RCL, antes dessa unidade aquartelar-se em Jaguarão. A partir de 1861, assumiu o comando da unidade. Posteriormente, foi o comandante do Piquete Imperial por ocasião da rendição de Uruguaiana. Permaneceu no Rio Grande do Sul durante a Guerra da Triplice Aliança, comandando as guarnições de Rio Pardo, São Gabriel e Bagé. Chegou a brigadeiro em 1880.

190 Segundo BENTO e GIORGIS (2001, p. 138), a unidade recebeu este apelido tendo em vista o seu ímpeto nos combates.

Segundo o Decreto nº 2.662, de 6 de outubro de 1860, em vigor à época, os BC se constituíam em “Infantaria Ligeira”, sendo armados de fuzis e rifles. Sua composição era de um Estado-Maior (5 oficiais) e um Estado-Menor (18 praças), com oito companhias (82 oficiais e praças), totalizando 679 homens. Verifica-se, portanto, que o efetivo do 13º BC estava muito aquém do previsto em seu quadro de organização, fato comum de ocorrer nas unidades do Exército antes da instituição do Serviço Militar Obrigatório.

### **MAIS UMA VEZ ÀS ARMAS!**

Não satisfeitas as exigências brasileiras, iniciou-se a escalada do conflito. O Brasil decidiu apoiar abertamente o líder da oposição uruguaia, Venâncio Flores, passando, finalmente, a ações mais efetivas do ponto de vista militar.

O Ministro da Guerra enviou os 4º e 12º Btl Fuz, elevando o efetivo de 1ª Linha da Província para mais de três mil homens, o que era ainda insuficiente. Foram, então, convocadas tropas da Guarda Nacional para completarem as forças que se preparavam para a invasão.

O Mal. João Propício organizou o Exército para a intervenção<sup>191</sup>. Dispunha ele de duas Divisões, compostas de três Brigadas cada uma, e um Parque de Artilharia, com 12 peças, a comando de Emílio Luís Mallet. O Brig. Netto organizou a Brigada de Voluntários Rio-grandenses, formada por cavalarianos que viviam na República Oriental.

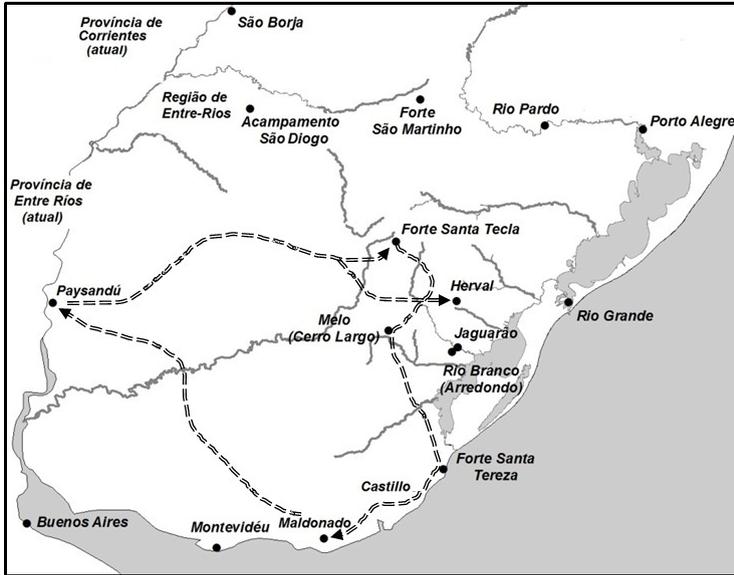
Osorio assumiu o comando da 1ª Divisão, toda ela de 1ª Linha. Tinha em sua organização a 1ª Brigada de Cavalaria, a comando do Cel. Candido José Sanches da Silva Brandão, que dispunha dos quatro RCL do Rio Grande, dentre eles, o 4º RCL. As 2ª e 3ª Brigadas de Infantaria eram comandadas, respectivamente, pelo Ten. Cel. Carlos Resin<sup>192</sup> (que tinha sob suas ordens o 13º BC) e pelo Cel. Antônio de Sampaio.

A 3ª Brigada, em sua marcha para se reunir a João Propício, passou por Jaguarão. Foi nessa oportunidade que partiu da cidade o 13º BC.

O Brig. José Luís Menna Barreto recebeu o encargo da 2ª Divisão, formada por três brigadas de cavalaria compostas por tropas da Guarda Nacional. A tropa brasileira chegou a um efetivo aproximado de 6 mil homens, sendo: 200 na artilharia, 1.700 na Infantaria e o restante na Cavalaria. A estes, mais tarde, reuniu-se Flores e outras forças que já combatiam os “blancos”, além da Esquadra de Tamandaré.

Permaneceram em Jaguarão para defendê-la os 15º (mobilizado) e 28º Corpos da Guarda Nacional, com aproximadamente 500 soldados.

191 Flores sitiou Salto e, a seguir, Paysandú. Operações conjuntas da esquadra brasileira e das forças de terra foram desencadeadas. A resistência dos “blancos” foi tenaz, por isso, o líder “colorado” decidiu esperar João Propício, limitando-se a manter o cerco. Neste ínterim, Solano Lopez apresou o navio brasileiro Marquês de Olinda em novembro, antes mesmo do assalto final a Paysandú, e invadiu o Brasil pelo Mato Grosso. A crise saiu do controle. 192 Carlos Resin nasceu na Suíça em 1807. Chegou ao posto de brigadeiro do Exército Imperial. Participou das Guerras Cisplatina, contra Oribe e Rosas, contra Aguirre e da Tríplice Aliança e da Revolução Farroupilha. Comandou o 13º Batalhão (1864) e, depois, foi Comandante da Fronteira de Jaguarão.



Invasão do Uruguai em 1863

## EMÍLIO LUIS MALLET

Émile Louis Mallet nasceu em Dunquerque, França, em 1801. Imigrou para o Brasil com 17 anos e sentou praça no Exército, na arma de Artilharia. Participou das Guerras Cisplatina, contra Aguirre, da Tríplice Aliança e da Revolução Farroupilha atingindo, por merecimento, os mais altos postos do Exército.

Foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Itapevi em 1878 e escolhido o Patrono da Artilharia do Exército Brasileiro. Faleceu no Rio de Janeiro em 1886. Encontra-se sepultado em Santa Maria, no “Regimento Mallet” (3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado – o “Boi de Botas”).

## PAYSANDÚ, ASSALTO À BAIONETA

Uma brigada, a comando do Brig. Menna Barreto, partiu de Jaguarão para realizar um ataque preliminar ao Uruguai. Ela entrou em Melo em 14 de outubro, mas não trouxe nenhum resultado militar para a campanha, exceto o fato de ter acirrado ainda mais os ânimos. Esta ação teve a participação dos Ten. Cel. GN Astrogildo Pereira da Costa, um dos futuros Comandantes da Guarda Nacional de Jaguarão e Herval.

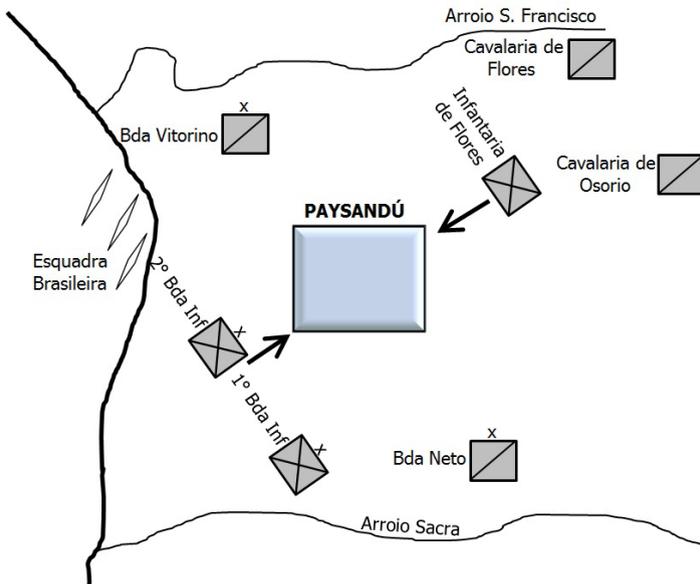
A marcha do Exército Imperial foi iniciada em dezembro. João Propício chegou a Paysandú no dia 29 e passou a preparar o assalto final, juntamente com Tamandaré e Flores. A batalha começou em 31 de dezembro, durando 52 horas. Do Rio Uruguai, cinco navios da esquadra apoiaram as tropas terrestres. Os “blancos” mostraram-se tenazes na defesa da praça-forte. Mais de 7.000 homens<sup>193</sup>, brasileiros e “colorados” foram necessários para

193 Participaram efetivamente do ataque 1.695 soldados das brigadas de infantaria, 320 soldados vindos com a esquadra, as tropas de Flores e 195 artilheiros da Artilharia brasileira, num total aproximado de 2.800 homens.

desalojar os cerca de 1.250 defensores e 15 canhões, comandados pelo Cel. Leandro Gomes. Às 4 horas e vinte minutos de 31 de dezembro a Artilharia abriu fogo. Após 5 horas de preparação<sup>194</sup>, foi iniciado o ataque da Infantaria. As 1ª e 2ª Brigadas de Infantaria avançaram em formações cerradas, uma ao lado da outra: Resin à esquerda. Ao entrarem na vila, dispersaram-se devido à enorme fuzilaria. O combate chegou ao corpo a corpo.

A Brigada do coronel Carlos Resin quando entrava numa rua, levando na frente o 13º Batalhão, recebeu uma descarga que abateu 27 soldados dos primeiros pelotões e feriu muitos outros, inclusive o coronel Resin, que teve seu cavalo morto. As espessas nuvens de fumo não permitiam responder com justeza a essa fuzilaria; todavia, logo que elas se dissiparam, viu-se o batalhão dividido, respondendo com vigoroso fogo aos tiros do inimigo, arrombando e invadindo as casas, lutando a ferro e fogo e ocupando pouco e pouco as casas conquistadas [...] tomou à baioneta as barricadas opostas pelo inimigo, de quarteirão em quarteirão [...] Ao amanhecer da jornada de 1º de janeiro, nossos bravos mantinham as posições conquistadas, com tanto sacrifício, na véspera (DUARTE, 2010, p. 243)

O ataque terminou às 8h e 20 min da manhã de 2 de janeiro. Mais de 700 “blancos” foram aprisionados. Os “colorados” tiveram 400 baixas; a Esquadra, 14 mortos e 29 feridos; o Exército Imperial, 93 mortos e 382 feridos<sup>195</sup>. A Infantaria teve brilhante desempenho (inclusive o 13º BC), porém, a um preço altíssimo, atingindo expressivos 30% de baixas. Dentre elas, o Brig. Resin, que foi ferido em combate.



Ataque a Paysandú, segundo ALVES (1995, p. 107). A 2ª Brigada, que enquadrava o 13º BC, atacou à esquerda

194 Fogos de Artilharia realizados antes de um ataque.

195 Há variações nos números, mas as fontes apontam para o elevado um número de baixas.

A ocupação de Paysandú definiu o conflito. Dali as tropas brasileiras receberam ordens de marchar sobre a capital, Montevidéu. Sem opção militar viável, Aguirre determinou que fosse realizada uma ação ofensiva contra a Cidade de Jaguarão, o que aconteceu no dia 27 de janeiro de 1865.

Montevidéu caiu em 20 de fevereiro, tendo sido assinado um tratado de paz. Aguirre foi substituído por Tomás Villalba, presidente do Senado Oriental, que, de pronto, tratou de restabelecer as boas relações com o Brasil.

Agora o Exército precisava se reorganizar. O Brasil fora invadido pelos paraguaios. Seria travada a mais sangrenta guerra sul-americana.



## CAPÍTULO 18

# JAGUARÃO, CIDADE HEROICA

Que cantem guitarras crioulas  
Num místico de vaidade,  
Honras aos heróis da cidade,  
Que deixaram para a história,  
Com marcas de gente guapa  
E de legenda farrapa  
Esta apoteose de glória!

Leo Santos Brum (Santos, o Tropeiro)

### JANEIRO DE 1865

Com a saída do 4º RCL e do 13º BC, a defesa de Jaguarão ficou ao encargo dos 15º e 28º Corpos de Cavalaria e da 3ª Companhia Avulsa de Infantaria, todos da Guarda Nacional – a comando do Cel. GN Manoel Pereira Vargas. Esta tropa se encontrava mal armada, equipada e fardada, conforme contam dos relatos de várias fontes da época.

Ficaram guarnecendo a fronteira 80 praças de cavalaria da Guarda Nacional dos municípios de Piratiny e Cangussú, commandadas pelo Sr. capitão Apparicio José Barbosa, e foram chamadas a destacamento 100 praças de infantaria e 30 de cavallaria de da Guarda nacional do municipio de Jaguarão [...] A 5 de Janeiro corrente do seguinte anno chegaram á fronteira mais cento e tantas praças de cavallaria da Guarda Nacional dos municipios de Piratiny e Cangussú, com as que já existiam destacadas, organisou-se o 15 corpo provisorio de cavallaria de guardas nacionaes sob o commando do Sr. major Leandro José da Costa para guarnecer a fronteira. Dias depois destacou o 28 corpo de cavallaria do municipio de Jaguarão do commando do Sr. tenente-coronel Balbino Francisco de Souza, com duzentas e tantas praças. Estes dois corpos formavam um estado effectivo de cerca de quinhentas praças, inclusive oitenta e tantas destacadas nas guardas da linha divisória, em diferentes passos do rio Jaguarão (APONTAMENTOS, 1912, p. 31-32)

Em 16 de janeiro de 1865, o Mal. Caldwell, Ajudante-General do Exército, em inspeção na fronteira, relatou a presença dessas tropas. Apesar do estado de penúria, ele as considerou suficientes diante das possíveis ameaças. Segundo ele, havia 94 in-

fantes, 200 homens do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional nº 15 e outros tantos do Corpo nº 28.

Paysandú havia caído no início do mês, mas cerca de 1.500 cavalarianos uruguaios do partido “Blanco”, a comando de Basilio Muñoz e Timoteo Aparicio vagavam pela Banda Oriental. Sabia-se que esta força estava próxima do Rio Negro. Havia, portanto, ameaça real à integridade territorial do Brasil, mas a preocupação maior do Comandante das Armas do Rio Grande era com o Paraguai.

Lopez concentrava tropas ao sul do seu país com clara intenção de invadir o Brasil. O Império ainda considerava mera bravata a suposta ameaça de invasão do solo gaúcho. Mesmo assim, estavam adiantados os preparativos para a defesa do oeste do Rio Grande do Sul. Jaguarão não era, pois, uma prioridade.

### O ATAQUE “BLANCO” CONTRA JAGUARÃO

Os “blancos”, uma vez derrotados em Paysandú e sem condições de se oporem ao poder militar brasileiro, tomaram uma medida desesperada: retaliar!

Cumprindo ordens de Aguirre, os dois corpos de cavalaria de Muñoz e Aparicio tomaram o rumo de Jaguarão. O caudilho uruguaio proclamou aos seus soldados do chamado “Exército de Vanguarda da República Oriental”:

Vamos [...] pisar o território que o Império do Brasil nos usurpou. É necessário, que com o nosso valor e patriotismo reconquistemos o seu domínio, fazendo tremular nêa a nossa bandeira e dar liberdade aos desgraçados homens de côr que gemem debaixo do jugo da escravidão (FRAGOSO, 1934, v. 1, p. 249)

Muñoz seguiu para Melo, movimento este acompanhado pelos brasileiros, inclusive do Cel. Pereira Vargas: “No dia 19 de janeiro, recebi participações do movimento de forças crescidas dos blancos que se aproximavam do Serro Largo no Estado Oriental” (APONTAMENTOS, 1912, p. 31). Não se esperava, porém, um ataque.

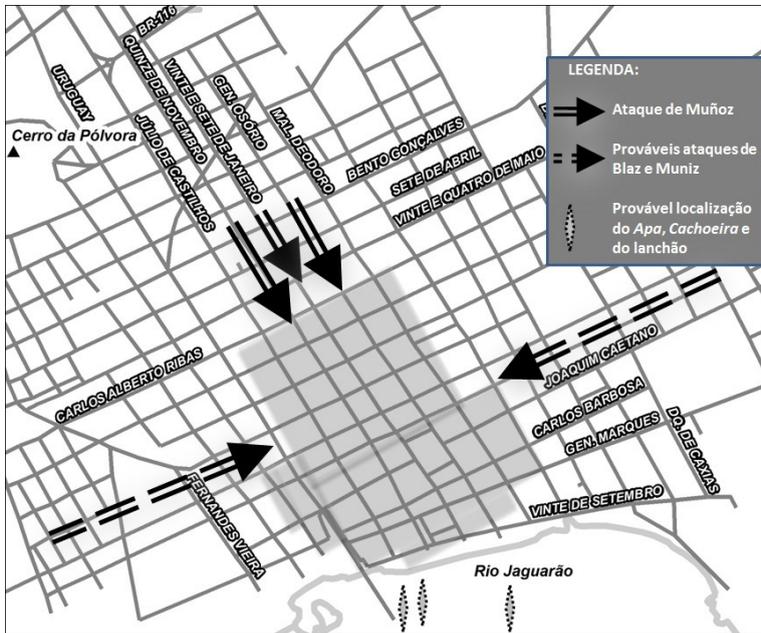
Súbito, o piquete se aproximou no dia 26 do Rio Jaguarão e o transpôs no Passo da Armada ao amanhecer do dia seguinte, tendo Timoteo na vanguarda. As guardas brasileiras estabelecidas pelo Ten. Cel. Balbino Francisco de Souza deram o alarme, mas já era tarde. A cidade teve de se manter sozinha!

O combate teve início pouco antes das 11 horas da manhã de 27 de janeiro, fora dos limites da cidade. Vargas escreveu em seu relatório de 18 de maio de 1865.

A nossa força era cerca de quinhentos homens, tinha apenas 60 ou 70 clavinhas de fuzil. As balas do inimigo passavam além da nossa columna, ao passo que as nossas pouco alcançavam as suas fileiras, devido á inferioridade do armamento (APONTAMENTOS, 1912, p. 36)

As forças brasileiras retraíram, portanto, para as trincheiras e ofereceram feroz resistência, mesmo em inferioridade numérica e técnica.

Fóra da cidade de Jaguarão estavam de observação 500 guardas nacionais de cavalaria, os quais quasi surpreendidos, todavia tiveram tempo de recolher-se á cidade, tiroteando com o inimigo, que os veio trazendo de marcha batida, até ás 10 e meia horas do dia, em que parou ás portas da cidade. Dentro desta existiam apenas 90 infantes de guardas nacionais, e no pôrto dois vapores – Apa e Cachoeira e um lanchão, da Mesa de Rendas, como uma peça cada um. O terror das famílias foi enorme. Espavoridas abandonaram as casas aglomeraram-se dentro de nove pequenos hiates que se achavam também no pôrto (FRAGOSO, 1934, v.1, p. 249-250)



Ataque de Basilio Muñoz a Jaguarão em 27 de janeiro de 1865. A área escura representa os limites aproximados da “cidade velha”. As prováveis posições dos barcos estão baseadas no fato que seu foto atingiu os piquetes de Blaz e Muniz. Na época, os canhões atiravam apenas em trajetória tensa. Mapa: Digibase Base de Dados Digitais Ltda, editado por Emanuel C. Mendes

O nervosismo dos jaguarenses naquele dia foi além do normal.

Conta-nos a tradição oral, demonstrando a tensão nervosa de que eram tomados os povoadores desta cidade, um fato ocorrido nessa manhã com o Comendador João Rodrigues Barbosa – avô do [...] poeta terrâneo Barbosa Neto –, consagrado atirador e que com sua pistola, sentado à sacada do sobrado frente ao atual Largo das Bandeiras (sic), derrubava andorinhas em pleno vôo. Ao saírem as nossas forças para reconhecer o inimigo, que vinha do Passo da Armada, ia junto o Comendador Barbosa. Ao avistarem-se os dois bandos, contam que um lanceiro “blanco” apartou-se da sua tropa e carregou direito ao grupo onde estava o nosso personagem. Imediatamente, com a insistência, dos presentes, que pediram-lhe que “baixasse” aquele índio, já que tinha boa pontaria, o Comendador apoiado sobre os arreios de seu cavalo, como trincheira, disparou vários tiros, sem conseguir alvejar o lanceiro, que em nova carga, obrigou-o a retroceder e valer-se do pingo, que era “bueno” (BRUM, 1998, p. 35)

O ataque foi realizado, de norte para o sul, por três ruas simultaneamente: das Praças (27 de Janeiro); da Palma (General Osório) e do Comércio (15 de novembro). Havia trincheiras improvisadas e cercas de tábuas, que auxiliaram os defensores. Populares também ofereceram resistência, fazendo fogo das janelas das casas.

Dois piquetes a comando de Juan Blaz e Ângelo Muniz procuraram os flancos, porém, ao realizarem tal manobra por leste e oeste, acabaram se expondo ao fogo dos vapores “Apa”<sup>196</sup> e “Cachoeira”<sup>197</sup>, que se encontravam fundeados no porto. Havia, também, um lanchão da Coletoria de Impostos dando apoio aos defensores.

Surpresos pela resistência oferecida, os atacantes decidiram estabelecer um sítio. Muñoz intimou os defensores à rendição em torno das 13 horas, mas Vargas, muito convicto, respondeu-lhe que jamais se renderia.

Em verso, descreve Brum (1998, p. 40) o fim da trégua: “Três repiques na matriz... Duas horas da intimação... Um silêncio de apreensão nos dois bandos contendedores... Rebenta-se aquela espera, como um grunir de fera, como um rufar de tambores”.

Às 15 horas, reiniciaram os combates. A “luta mais cruenta foi na Rua das Praças (hoje Avenida 27 de Janeiro), havendo ocasiões em que grupos de combatentes deixavam o abrigo das estacas, indo atacar os sitiantes em pleno campo, prolongando-se até o anoitecer” (BRUM, 1998, p. 35). Caiu a noite e os tiros cada vez ficaram mais esparsos.

No outro dia (28) os atacantes tinham desaparecido, como uma horda de vândalos, saqueando, incendiando casas, destruindo tudo o que não podiam levar, violentando moças, arrebatando escravos e arrebanhando 309 reses de córte, 270 ovelhas, 2.560 cavalos, 34 mulas, 41 potros, 105 éguas [...] segundo informações dadas à comissão nomeada pelo comandante da fronteira [...] A missão de Muñoz – escreveu um historiador uruguaio – assinalou-se por actos vandálicos e sangrentos, e não teve resultado algum. Muñoz viu-se forçado a recolher-se ao território nacional (FRAGOSO, 1934, v. 1, p. 250)

O ataque surpreendeu a todos no Brasil pela sua falta de lógica dentro do quadro da campanha. Tratou-se, apenas, de uma retaliação de triste memória. A ação resul-

196 O Apa foi o primeiro navio a receber este nome na Marinha, em homenagem ao rio de mesmo nome, no Mato Grosso do Sul. Era um barco pequeno, com casco de madeira, armado com um canhão, movido por um motor a vapor de 40 HP, propulsão com roda, construído no Rio de Janeiro. Foi inicialmente utilizado na dragagem do canal de Rio Grande, passando a patrulhar a Lagoa Mirim durante a guerra. Transportou D. Pedro II quando este regressou do cerco de Uruguaiana, em outubro de 1865. Deve-se evitar confundir-lo com o “Transporte” Apa, segundo navio da Marinha a receber este nome, lançado em 1858, que foi o Capitânia de Tamandaré no desembarque no Passo da Pátria em 1866.

197 O Cachoeira também foi um pequeno navio a vapor com motor de 40 HP, casco de madeira e movido a rodas. Foi adquirido pela Província do Rio Grande do Sul em 1861 com a finalidade de ser um rebocador. Foram seus comandantes: Ten. Domingos Joaquim da Fonseca (1861), capitão de fragata Manoel Joaquim Correia dos Santos (1862), Ten. Clemente de Cerqueira Lima (1864) e Capitão-tenente José Nolasco da Fontoura Pereira da Cunha (1864-1869). Atuou na Lagoa Mirim e Rio Jacuí. Não há consenso entre as fontes quanto ao seu nome, se foi em homenagem a Cachoeira do Sul ou a Cachoeira-BA. Foi leiloado em 1875.

tou em seis baixas brasileiras: um morto e cinco feridos<sup>198</sup>. Os atacantes tiveram seis mortos e 20 feridos.

### **MANOEL PEREIRA VARGAS**

Manoel Pereira Vargas nasceu em Rio Grande em 16 de agosto de 1796. Ingressou na Guarda Nacional, chegando ao posto de coronel. Lutou na Guerra dos Farrapos ao lado da legalidade. Em 20 de março de 1851, substituiu o Cel. Francisco Antônio da Silva Bittencourt no comando da Guarda Nacional em Jaguarão, o que viria a se repetir outras quatro vezes. Também foi Presidente da Câmara de Vereadores.

Após os acontecimentos de 27 de janeiro, permaneceu no comando das tropas da Guarda Nacional na cidade, até que mobilizou tropas para defender a Bandeira do Brasil na campanha da Tríplice Aliança. Durante seu deslocamento, com a finalidade de se reunir ao 2º Corpo de Exército, do Conde de Porto Alegre, veio a se afogar no Rio Ibicuí, no Passo da Catarina. Seu corpo se encontra sepultado no cemitério das Irmandades em Jaguarão. No seu túmulo, lê-se:

AQUI JAZEM OS RESTOS MORTAES DO CORONEL MANOEL PEREIRA VARGAS NASCEU NA CIDADE DO RIO GRANDE A 16 DE AGOSTO DE 1796, E FALLECEU A 12 DE DEZEMBRO DE 1865, NO RIO IBICUHY EM MARCHA COM A BRIGADA DE SEU COMMANDO CONTRA O PARAGUAY. RECORDAÇÃO ETERNA DE SUA ESPOSA E FILHOS.

No mesmo túmulo, outra discreta placa explica:

“Achava-me no comando da guarnição e fronteira de Jaguarão na ocasião da invasão; e, bem a meu pesar, vejo-me obrigado a apresentar as provas do meu procedimento... Salvei a força e defendi a Cidade. O país me julgará como merecer...” Jaguarão 18.5.1865  
Manoel Pereira Vargas Homenagem do C.T.J. Rincão da Fronteira 27 de Janeiro de 1973

Na cidade, um imponente “Arco do Triunfo” erguido na Praça Comendador Azevedo lembra os jaguarenses do memorável dia 27 de janeiro de 1865. Nele, lê-se:

AO CORONEL MANOEL PEREIRA VARGAS HERÓI DE 27 DE JANEIRO DE 1865 HOMENAGEM DO POVO DE JAGUARÃO 27.1.1969

### **CIDADE HEROICA**

Em 1865, os limites da cidade eram, grosso modo, as atuais Av. Uruguai, a oeste; Odilo Gonçalves, a norte; e Andradas, a leste. Ou seja, apenas a região central da atual Cidade de Jaguarão. Impressiona, portanto, que um núcleo urbano de pequenas

<sup>198</sup> Morreu defendendo a cidade o Maj. GN Anacleto Ferreira Porto. Piúma (1998, p. 16) discorda, entretanto, quanto ao número de mortos. Para ele, foram dois mortos jaguarenses. É comum se encontrar divergências a respeito das baixas ocorridas nos conflitos dos Pampas. Isso acontecesse por vários motivos, sendo um deles, o fato de que a medicina, tendo tão poucos recursos, não lograva salvar muitos feridos.

proporções tenha resistido de forma tão eficiente às investidas de 1.500 cavalarianos. Apenas a determinação dos defensores, inclusive moradores, explica tal resultado. Graças a esta resistência memorável, foi que Jaguarão passou a ostentar o título de “CIDADE HEROICA”, justa homenagem aos seus antepassados, que deram sobejas provas de heroísmo e patriotismo no dia 27 de janeiro de 1865.

### FATOS SUBSEQUENTES

David Canabarro era o responsável pelas fronteiras. Quando os “blancos” atacaram em 27 de janeiro, estava com seu QG em Livramento. Ele dispunha de duas brigadas na época (1ª e 2ª), formadas por tropas da Guarda Nacional. A 1ª era responsável por uma extensa área, que incluía Jaguarão. Em sua correspondência, ele demonstra mais preocupação com a iminente invasão paraguaia e a carência de armamento da tropa do que com os orientais, em que pese saber que Munõz era, ainda, uma ameaça. O ataque de surpresa do caudilho uruguaio levou pânico à fronteira.

Para reforçar as defesas da Cidade Heroica, de Bagé, foi enviado o 10º Batalhão de Fuzileiros, que estava sob comando do Ten. Cel. José Auto da Silva Guimarães, futuro Barão de Jaguarão. Esta tropa estava em deslocamento da Bahia rumo ao Uruguai. Desembarcou no porto de Rio Grande e seguiu para a Jaguarão, onde permaneceu por semanas, até que tomou o rumo de Uruguaiana, onde chegou a tempo de testemunhar a capitulação dos paraguaios.

Munõz deixou a região, perseguido de perto por tropas rio-grandenses. O Brig. Netto informou que o caudilho oriental fora para o sul após o “raid” contra Jaguarão. Brasileiros e “colorados” seguiram em seu encalço, até que ele deixou de ser uma ameaça.

Ao longo de 1865, foi criada a 2ª Divisão Ligeira, que passou a enquadrar as tropas de Jaguarão e Bagé, com a finalidade de defender a fronteira. Num primeiro momento, a cidade não contribuiu com tropas da Guarda Nacional para seguirem para o Paraguai, permanecendo aquelas já existentes estacionadas às margens do Rio Jaguarão.

### BARÃO DE JAGUARÃO

José Auto da Silva Guimarães recebeu o título nobiliárquico de Barão de Jaguarão a 10 de julho de 1872. Gaúcho de Porto Alegre, nasceu em 12 de setembro de 1819, filho de Antônio José da Silva Guimarães e dona Maurícia Antônia de Oliveira. Era sobrinho do Mal. Sebastião Barreto Pereira Pinto.

Fez-se soldado do Exército durante a Guerra dos Farrapos. Promovido a capitão, combateu na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), participando, inclusive, de Monte Caseros. Em 1854, integrou a Divisão Auxiliadora que estacionou em Montevideú, onde foi promovido a major. Mais tarde, seguiu para o Norte e Nordeste do Brasil.



Brasão do Barão de Jaguarão: escudo partido em pala – na primeira, as armas dos Silvas, que são, em campo de prata, um leão rompente, de púrpura, armado de azul; e na segunda pala as armas dos Guimarães, que são divididas em três palas, sendo a primeira e a terceira fretadas de cótidas pretas em campo de prata, e na segunda, de vermelho, um leão de prata armado de preto com uma espada na garra direita, ensanguentada, com côpos de outro e folha de prata, a qual cai na primeira pala e a cauda do leão na última. Coroa de Barão (VASCONCELOS apud CARVALHO, p. 127, 1937)

Voltou para o Sul no comando do 10º Batalhão de Fuzileiros, chegando a Jaguarão logo após o ataque de 27 de janeiro de 1865. Uma vez eliminada a ameaça “blanca”, seguiu para o Paraguai, onde combateu até o fim da guerra.

Em Tuiuti, estava no comando da 11ª Brigada de Infantaria, da 4ª Divisão, quando Osorio determinou que ele reforçasse a 3ª Divisão, de Sampaio, que sustentou o ataque principal de Lopez naquela jornada. Esta Brigada teve desempenho impecável.

Como brigadeiro, comandou toda a Infantaria que conquistou o forte Estabelecimento em 1868. Assumiu a 3ª Divisão (a Encouraçada), percorreu a Estrada do Chaco, participou da Dezembrada e comandou o 2º Corpo de Exército interinamente durante a Campanha da Cordilheira.

Após permanecer até 1875 no comando da Divisão Brasileira estacionada no Paraguai, voltou ao Brasil. Assumiu o comando do 1º Distrito Militar (atual 3ª RM, Rio Grande do Sul) em 19 de abril de 1876, deixando o cargo em 19 de junho de 1878. Foi casado com a Sra. Josefina Angélica de Ourique Jacques. Faleceu como tenente-general em 28 de julho de 1880.

### **CONSEQUENCIAS MILITARES PARA JAGUARÃO**

A Guerra contra Aguirre é tratada de maneira secundária pelos historiadores, apesar de ter empregado efetivo considerável de tropas.

A pouca importância dada a esse conflito se deve, provavelmente, ao fato de que ele é encarado como o estopim de uma guerra de proporções muito maiores: a da Tríplice Aliança.

O ataque de Muñoz marcou uma lenta perda da importância militar de Jaguarão. Houve dois motivos para isso: a consolidação das fronteiras criou um ambiente de paz na região e o fato de que os eixos Bagé-Melo e São Gabriel-Tacuarembó (apoiados em linhas secas<sup>199</sup>) foram viabilizados pela construção de ferrovias no final do século XIX.

---

199 São faixas do terreno onde o caminho não é cortado por cursos d'água. Também são chamados de "divisores de águas".



## CAPÍTULO 19

# A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

### O EXÉRCITO IMPERIAL ANTES DO CONFLITO

Francisco Solano Lopez tornou-se ditador do Paraguai em 1862. Seu país experimentara certo desenvolvimento nas décadas anteriores, particularmente no período do governo de Carlos Lopez, seu pai. Além disso, o novo mandatário herdou um poderoso Exército<sup>200</sup>, bem acima das reais necessidades do país.

Francisco viveu na Europa e de lá trouxe sonhos de grandeza, dentre eles o desejo de aumentar sua influência na América do Sul. Sua impetuosidade e irresponsabilidade fizeram com que levasse seus devaneios até as últimas consequências. Os objetivos do ditador paraguaio eram: garantir uma saída para o mar, por meio da livre navegação na Bacia do Prata; preservar sua independência, pois temia o Brasil e a Argentina; e criar uma grande República, que incluiria partes do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Uruguai, e as Províncias de Corrientes e Entre Ríos, na Argentina<sup>201</sup>.

Dos três povos platenses de origem espanhola, o Paraguai é, sem nenhuma dúvida, o mais atrasado. A reclusão em que foi mantido por largos anos pelos seus dominadores libertou-o das lutas internas que dilaceravam os vizinhos do sul, mas em compensação estorvou-lhe o progresso [...] Sem comércio, sem indústria, sem imigração e quase sem cultura, o heróico povo está fatalmente destinado a ser instrumento dócil e quase inconsciente nas mãos de um tirano, até que recobre a sua merecida liberdade e se emparelhe com os seus irmãos do mesmo continente (FRAGOSO, v. 1, 1934, p. 94-95)

Os paraguaios se envolveram na crise do Brasil com Aguirre, iniciando-se um jogo diplomático com acusações, advertências e ameaças. Dom Pedro, por sua vez, não deu a devida importância a esta intromissão. Em outubro de 1864, quando os brasileiros intervieram no Uruguai, os paraguaios afirmaram que este fora um ato de guerra.

---

200 O Exército Paraguaio tinha cerca de 70 mil soldados, mas qualquer dado a respeito do Paraguai naqueles tempos é pouco confiável, seja demográfico, seja sobre tropas ou baixas.

201 Dom Pedro e Lopez não tinham chegado a um acordo quanto à linha de fronteira. Os paraguaios se julgavam donos da porção oeste do atual Mato Grosso do Sul, o que não era reconhecido pelos brasileiros, sempre fiéis ao princípio do “uti possidetis”.

Apesar da ameaça de conflito iminente, brasileiros e argentinos estavam despreparados. Ambos os países haviam esquecido a máxima romana: “Si vis pacem, para bellum” (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

Dentre os motivos para que se chegasse a essa situação, no que tange ao Brasil, a ascensão de Mitre na Argentina trouxe moderação e harmonia à ameaça histórica herdada da rivalidade luso-espanhola no Prata. Outro fator a ser destacado foi o equilíbrio político, a tranquilidade econômica e paz interna vigentes no Segundo Império.

Do ponto de vista militar, a criação da Guarda Nacional enfraqueceu o Exército, pois, mais interessados em questões políticas, os “coronéis” não se preocupavam com o adequado preparo das tropas. O país possuía aproximadamente 18 mil soldados mal equipados, treinados e armados na 1ª Linha. A disciplina estava longe de ideal. Não se pode esquecer de que as forças terrestres brasileiras se encontravam operando no Uruguai, dando combate aos “blancos”. Somente após solucionar este problema, é que elas puderam se voltar contra o Paraguai.

### **VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA E GUARDA NACIONAL**

A Guerra da Tríplice Aliança foi o conflito externo que mais mobilizou tropas na história do País. Lutaram nela brasileiros de todos os rincões da Pátria que, ao voltarem para suas casas, levaram consigo seus sentimentos de brasilidade fortalecidos.

O Brasil teve que reconstruir suas Forças Armadas, o que exigiu enorme esforço. Por meio do Decreto Imperial nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, nasceu um personagem emblemático da nossa história: o Voluntário da Pátria! Esses homens e a Guarda Nacional (que sofreu significativas modificações neste período<sup>202</sup>) compuseram cerca de ¾ do total do efetivo terrestre empregado durante a guerra. O Exército Imperial cresceu rapidamente e chegou a ter 50.000 soldados operando em território estrangeiro.

O Rio Grande do Sul enviou quase 34 mil homens, entre Voluntários da Pátria (3.200) e guardas nacionais. Mais de 4% da população da província, enquanto o restante do Brasil contribuiu com 1,5% de seus habitantes. Praticamente toda a Cavalaria Brasileira era oriunda dos Pampas. Importante salientar que ainda pairavam, na Corte, muitas dúvidas quanto à fidelidade dos gaúchos em relação ao Império.

### **O ESFORÇO DE GUERRA JAGUARENSE**

Em Jaguarão, tão acostumada a conflitos, grande foi a mobilização militar, que já tinha levado o 13º BC<sup>203</sup> e o 4º RCL<sup>204</sup> em 1864 para combater no Uruguai. Junto com essas tropas, era comum que parte das famílias acompanhasse os soldados, o que reduziu drasticamente a população naquela época.

202 Em 30 de junho de 1866, os salários dos cidadãos que serviam fora de suas sedes foram equiparados aos do Exército, bem como eles ficavam subordinados ao Ministério da Guerra, e não mais à pasta da Justiça.

203 Participou de diversas batalhas na Guerra do Paraguai, como Estero Bellaco, Tuiuti, Sauce-Boqueirão, manobra para conquistar Humaitá, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Peribebuí.

204 Como 4º Corpo de Caçadores a Cavalos, participou de diversas batalhas na Guerra do Paraguai, como a manobra para conquistar Humaitá, Peribebuí e Lomas Valentinas.

Após a derrota de Aguirre, o 13º seguiu para o Paraguai, integrando o 1º Corpo de Exército, comandando por Osorio<sup>205</sup>. Esta unidade estava reduzida a 362 homens nesta ocasião, tendo em vista as baixas que sofrera no Uruguai.

O 4º RCL estava em pior situação, com apenas 212 homens, sendo que todos os demais Regimentos se encontravam em situação similar. Por isso, Osorio decidiu passar as praças dessa unidade para o 2º RCL<sup>206</sup>, por meio da Ordem do Dia nº 93 (Comando em Chefe do Exército em Operações em Queguaysito, Argentina), de 8 de setembro de 1865. Concluiu-se, portanto, que os jaguaenses do 4º RCL lutaram durante toda a guerra integrando o 2º Regimento.

Um pequeno núcleo do 4º permaneceu no Rio Grande do Sul, a comando do Cel. Augusto Frederico Pacheco, sendo reorganizado por meio do Decreto nº 3.555, de 9 de dezembro 1865. A unidade recebeu a denominação de 4º Corpo de Caçadores a Cavalos (4º CCC), incorporando voluntários de São Gabriel e Rio Pardo. Dispunha de 39 oficiais e 638 praças, num total de 677 homens.

Os outros oficiais que acompanharam o Cel. Pacheco, foram o Maj. Francisco de Paula Camargo; os Cap. Francisco José Antunes Jaques, Manoel Alves Frazão de Lima, Luiz Joaquim de Sá Brito<sup>207</sup>, Venceslau de Oliveira e João Cândido Goulart; e o Ten. Angelino de Carvalho. Comandaram o 4º CCC:

- Cel. Augusto Frederico Pacheco, de 3/1865 até data indefinida;
- Maj. Isidoro Fernandes de Oliveira, de 1/1867 a 24/8/1867;
- Maj. Luiz Joaquim de Sá Brito, 24/8/1867 a 11/12/1868; e
- Ten. Cel. Manoel Jacinto Osório, de 12/12 a 21/12/1868.

O Regimento tinha seis companhias para emprego. O principal aperfeiçoamento foi a troca das lanças por clavinhas<sup>208</sup> Spencer, modelo 1858, de repetição e retrocarga, armamento muito moderno para a época. Todos dispunham de espadas. Os oficiais receberam revólveres Lefauchaux, de 6 tiros, calibre 12, modelo 1858, enquanto os praças eram dotados de revólveres de um tiro. Uma vez pronta, a unidade seguiu para o Paraguai, subordinada inicialmente à 3ª Brigada de Cavalaria, do Cel. Tristão de Araújo Nóbrega, orgânica do 3º Corpo de Exército. O 4º CCC já constava dos mapas do Exército no Passo da Pátria em julho de 1967.

Ao se concretizar a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul, o Imperador determinou que se reunissem todos os homens aptos ao serviço ativo. Jaguarão dispunha dos 15º e 28º Corpos de Cavalaria, a 3ª Companhia Avulsa de Infantaria e a Seção do Batalhão Reserva nº 12, todos da Guarda Nacional, sendo que esta última mantinha a 1ª Companhia na cidade e as 2ª e 3ª na linha de fronteira.

Foram criados os 4º e 30º Corpos de Cavalaria, e uma Companhia Provisória de Artilharia, aproveitando-se praças oriundos da infantaria.

205 João Propício, muito enfermo, entregou o comando a Osorio após conquistar Paysandú.

206 Participou de diversas batalhas na Guerra do Paraguai, como Estero Bellaco, Tuiuti, Humaitá, Avaí, Lomas Valentinas e Peribebuí.

207 Comandou o 4º CCC mais tarde. Seu nome dá a designação histórica atual do 1º RC Mec.

208 Tipo de carabina adequada ao uso do soldado a cavalo.

Havia, ainda, os efetivos policiais de Jaguarão, Arroio Grande, Herval e Santa Isabel-RS, e um destacamento de 30 praças comandados por um alferes da Guarda Nacional na sede do município.

Marcharam para o Paraguai o Maj. GN João Simplício Pereira<sup>209</sup>, comandando 30 soldados. Outros 36 jaguarenses se apresentaram para compor o Corpo de Voluntários de Bagé e 24 passaram a integrar a Brigada do Cel. Manuel Lucas de Lima.

Em relatório de 29 de setembro de 1865, o Cel. Vargas, Comandante da Guarda Nacional em Jaguarão, apresentou um quadro das tropas de 2ª Linha existentes na cidade. O 4º Corpo tinha 302 oficiais e praças; a 3ª Companhia, 104; e o 28º, 322. Este último passou a comando da 2ª Divisão Ligeira, comandada pelo Barão de Jacuí, que tinha a missão de manter a integridade do território brasileiro.

No mesmo relatório, Vargas informou que havia 207 oficiais e praças acampados na Tapera do Juca Silva prontos para se reunirem ao Exército em Operações, cumprindo o Aviso Ministerial de 17 de julho de 1865. Ao todo, havia 1.079<sup>210</sup> soldados aptos.

Foi necessário convocar a reserva, já que os “homens aptos” seguiram para o Paraguai ou permaneceram vigiando a fronteira. Muitos tinham idade avançada, principalmente os oficiais. Até o Padre Lopes, pároco da Matriz, partiu como voluntário em agosto de 1865.

O próprio Vargas organizou os guardas nacionais da região numa Brigada em fins de 1865. Formava a base dessa tropa os 4º, 15º e 30º Corpos de Cavalaria. Ele passou o Comando Superior da Guarda Nacional para o Cel. Florisbello Antônio d'Ávilla em 25 de outubro e marchou para se reunir ao Corpo de Exército do Conde de Porto Alegre, que se encontrava na fronteira oeste. Porém, Jaguarão entrou em luto no dia 12 de março de 1866, quando o herói da resistência aos “blancos” de Muñoz morreu afogado no Passo da Catarina, no Rio Ibicuí (RS).

Além de Florisbello, também comandaram efetiva ou interinamente a Guarda Nacional em Jaguarão durante a guerra: José Luís Correa da Câmara; José da Silva Junior; Maximiliano Soares Lima, Astrogildo Pereira da Costa<sup>211</sup>, João de Faria Santos, Silvestre Nunes Gonçalves Vieira e Joaquim Maria de Oliveira Villas Boas (foi delegado da cidade). João da Silva Tavares também comandou cumulativamente a 2ª Linha de Bagé e da Cidade Heroica.

Não é tarefa fácil acompanhar a participação da Guarda Nacional durante o conflito, pois suas unidades foram reorganizadas várias vezes, principalmente por causa das pesadas baixas que sofreram. Dos Corpos de Jaguarão, o que teve maior

---

209 Era o comandante da Seção do Batalhão Reserva nº 12 até então. Passou esta função para o Maj. Francisco José Feijó, quando marchou para o Paraguai.

210 Num mapa de efetivos anexo a este relatório, porém sem data, o Cel. Vargas informa que 4º Corpo tinha 419 soldados, o 28º, 392, a 3ª Companhia Avulsa, 130, e a Seção do Batalhão Reserva, 300, além de sete oficiais no estado-maior, num total de 1.248 homens em armas.

211 Depois seguiu para o Paraguai, onde teve destacada participação.

destaque foi o 15º Provisório de Cavalaria, que aparece no mapa de efetivos do Corpo de Exército do Conde de Porto Alegre em janeiro de 1866. Ele integrava na oportunidade a 7ª Brigada da 3ª Divisão.

Durante o desembarque que levou à tomada da linha de Curuzu (3 de setembro de 66), a Divisão do Cel. Lucas de Lima dispunha da Brigada Ligeira do Ten. Cel. Astrogildo Costa, que tinha, em sua composição, o 15º Corpo<sup>212</sup>. Na sequência, essa tropa participou ativamente, a comando do Maj. Antônio Alves Pereira, do insucesso de Curupaiti (22 de setembro de 66).

O 15º Corpo participou dos combates de Curuzu, Curupaiti, do cerco à Humaitá, da Dezembroada e da Campanha da Cordilheira, sendo uma das unidades que, ao fim da guerra, regressou ao Rio Grande do Sul marchando a cavalo desde o Paraguai.

Em 1867, Osorio voltou para o Brasil com a missão de organizar o 3º Corpo de Exército. Em seu esforço de recrutamento, escreveu para autoridades e oficiais da Província, inclusive o Comandante (interino) da Guarda Nacional de Jaguarão, Cel. Maximiliano Soares de Lima. Os voluntários seguiram para Bagé, onde se incorporaram à coluna que estava sendo organizada por João da Silva Tavares – Barão de Serro Alegre.

### 1ª FASE DA GUERRA: A OFENSIVA PARAGUAIA

A embarcação brasileira Marquês de Olinda, que conduzia o Presidente da Província do Mato Grosso, foi apreendida pelos paraguaios em 12 de novembro de 1864. A seguir, contando com o fator surpresa e superioridade numérica incontestável, Lopez, com muita facilidade, invadiu o Mato Grosso em 24 de dezembro de 1864, empregando para isso 9 mil soldados da Marinha e do Exército. Foi o início da Guerra do Paraguai, ou da Tríplice Aliança. Os paraguaios a chamam de “Guerra Grande”.

Em abril, duas fortes colunas paraguaias, com cerca de 30.000 soldados, invadiram a Argentina. Uma delas, com 10.000 homens, a comando do Cel. Antonio de La Cruz Estigarribia, tomou a direção do Rio Grande do Sul. Mas antes deles chegarem a seu destino, em 1º de maio, importante acontecimento político teria lugar: os outrora rivais Argentina, Brasil e Uruguai assinaram o Tratado de Tríplice Aliança.

Em 10 de junho de 1865, vindo de Encarnación (Paraguai), Estigarribia invadiu o Brasil por São Borja. Um dia depois desse fato, travou-se a batalha naval de Riachuelo, glória máxima das armas da Marinha do Brasil. A esquadra paraguaia foi destruída, isolando o país do apoio exterior e garantindo as linhas de comunicações fluviais indispensáveis para as operações aliadas.

Estigarribia conquistou, sucessivamente, Itaquí e Uruguaiana, onde estacionou. Tudo leva a crer que a ideia era reunir-se às tropas “blancas” remanescentes no Uruguai. Porém, não o fez<sup>213</sup>.

Após o Convênio de 20 de fevereiro entre o Brasil e o Uruguai, o Exército Imperial ficou livre para iniciar sua longa marcha para o Norte. Enquanto isso, mo-

212 Devido à falta de cavalos, estava desmontado na oportunidade.

213 Estigarribia, após a guerra, afirmou que não tinha condições logísticas para prosseguir.

bilizaram-se mais tropas, que cercaram Uruguaiana<sup>214</sup>, juntamente com forças argentinas e uruguaias. Sem disparar um tiro, e diante de Dom Pedro II, Mitre e Flores, Estigarríbia e seus 5.000 soldados remanescentes se renderam em 18 de agosto 1865. Essa vitória aliada marcou o fim da primeira fase da guerra, que se caracterizou pela iniciativa ser quase toda paraguaia.

Na sua volta para o Rio de Janeiro, iniciada em 5 de outubro, o Imperador Dom Pedro II passou por Alegrete, onde compareceu a uma missa em 1º de outubro conduzida pelo “pároco de Jaguarão”. Seria o padre Lopes? Certamente!

O Conde d’Eu relatou que o padre estava cheio de entusiasmo militar, viera se apresentar como voluntário para servir como capelão do Exército, o que foi prontamente aceito.

No caminho para Jaguarão, no dia 19 de outubro, o Imperador pernitoiu na estância do Cel. Astrogildo Pereira. Finalmente, em 21 do mesmo mês, chegaram à cidade, permanecendo nela até às 4 horas da manhã de 24, quando embarcou no vapor Apa, rumando para Pelotas. O Conde d’Eu relatou essa passagem pela cidade.

pelo meio-dia, entrávamos em Jaguarão e tivemos a felicidade de nos abrigar em casa do sr. Gonçalves [...] O imperador fez a costumada visita á igreja. Constou-se que nesta cidade as crianças o receberam, em vez de fitas de côres nacionaes, se apresentaram de uma maneira considerada talvez mais patriótica, porém, sem duvida, muito original. Traziam cintas de penna (á moda dos indígenas) e vinham com a pelle pintada de vermelho, dos pés até á cabeça! [...] Á roda da cidade vêm-se, irregularmente disseminados, princípios de fortificações guarnecidas de algumas peças de artilharia. Quer fôsse em virtude destes imperfeitos meios de defesa, quer em consequencia da energica attitude que tomou a Guarda Nacional, Jaguarão escapou, a 27 de Janeiro deste anno, de ser saqueada pelos “blancos”. Um bando delles chegou a passar o rio e devastar diferentes estancias vizinhas (CONDE d’EU, 1936, p. 208-212)

## JAGUARÃO DURANTE A GUERRA

Em 1867, mais uma vez a cólera morbus assolou a comunidade, levando a vida de 79 jaguarenses. Essa doença foi, também, a responsável por milhares de baixas entre as tropas de ambos os lados durante a guerra.

Neste mesmo ano, o belo Mercado Público, de estilo português, obra de Polidoro Antonio da Costa, localizado na atual Rua General Marques, ficou pronto, após três anos de trabalho. Ele se compõe de diversos cômodos comerciais e possui um grande pátio interno. A nova construção substituiu o pequeno prédio existente desde a década anterior, que serviu para a mesma finalidade.

Diligências ligavam Jaguarão a Rio Grande, passando por Arroio Grande e Santa Isabel. Mas as hidrovias continuavam a ser a melhor maneira de se locomover na região. O vapor Guarany fazia viagens entre Rio Grande e Jaguarão, enquanto o Apa, da Marinha, era presença constata na região.

214 O Exército de Osorio não regressou do Uruguai a tempo de participar das operações em Uruguaiana.

A cidade teve a honra de receber o Alm. Francisco Manoel Barroso – Barão do Amazonas, vencedor da Batalha do Riachuelo. Ao que parece, sua filha vivia na cidade. Na noite de 11 de março de 1867, houve um baile para homenagear o ilustre visitante.

Em 1868, o Teatro Apolo foi inaugurado em 8 de setembro, substituindo o acaanhado prédio destinado às apresentações artísticas. Ainda no mesmo ano, estiveram na cidade o Mal. Guilherme Xavier de Souza e o Brig. Francisco de Paula Rangel, respectivamente Comandantes do 1º Distrito Militar e da Guarnição de Rio Grande para uma visita.

Em 2 de abril de 68, a Câmara Municipal mudou o nome das ruas: da Palma para General Osório; Boa Vista (antiga Rua da Residência) para General Marques; Rua Nova para Andrade Neves; a das Trincheiras, para General Barroso (atual Odilo Marques Gonçalves); e, por fim, a Rua do Prado para General Delfim. Verifica-se, pois, a tendência a homenagear vultos militares, demonstrando o grau de mobilização que havia na sociedade local.

A cidade tinha 637 casas distribuídas em 16 quarteirões. A população era de 3.578, tendo 2.358 brancos, 548 pardos e 842 escravos. Desse total, 569 eram estrangeiros. Chama a atenção a redução populacional em relação ao censo anterior, certamente ligada ao esforço de guerra, que deve ter levado, entre Exército e Guarda Nacional, mais de 1.500 homens.

### **A INVASÃO DO PARAGUAI E A BATALHA DE TUIUTI**

As derrotas sofridas pelos paraguaios no primeiro ano da guerra, segundo estimativas, custaram a Lopez 50.000 soldados mortos ou aprisionados. Considerando-se que em estudos atuais, a população guarani não devia ultrapassar muito as 400.000 almas, significa que aquele país perdeu mais de 10% de seus habitantes em 1865.

Após a expulsão dos paraguaios do território argentino, foi estabelecida a estratégia militar para vencer a guerra. Decidiu-se que a progressão aliada se daria ao longo do Rio Paraguai, de sul para norte. O primeiro objetivo: a fortaleza de Humaitá. Para tanto, a Tríplice Aliança realizou gigantesca operação, partindo da Argentina, valendo-se dos rios Paraná e Paraguai, para abordar o território adversário.

Mitre, Presidente das Províncias Unidas, era o Comandante-em-Chefe das Forças Aliadas. Após longa preparação, em 16 de abril de 1866, as tropas desembarcam em solo paraguaio e conquistaram Passo da Pátria, antigo QG de Lopez. Na sequência, travou-se o combate de Estero Bellaco, vencido pelos aliados. E lá estavam os jaguarenses!

Várias outras unidades brasileiras precipitaram-se na refrega [...] O 13º de infantaria de linha e outros batalhões acudiram então aos dois corpos, que recuavam combatendo, e o inimigo pôs-se em fuga. Esta luta travou-se além do estero Bellaco [...] Ficaram extraviados aí [...] um oficial e seis soldados do 13º. Parece que quási todos morreram pelejando (FRAGOSO, v. 2, 1934, p. 363-364)

O 2º RC, que havia recebido as praças do 4º Regimento da mesma Arma, também tomaram parte da batalha, sendo ferido o soldado José Maria Forte e contuso o furriel Mariano Salaio Pinto, de acordo com a Ordem do Dia nº 523, de 25 de julho de 1866, da Repartição do Ajudante General.

Na tentativa de obter um resultado decisivo para o conflito, Lopez reuniu 24.000 soldados, tropas de todos os rincões do Paraguai, para destruir os aliados. No dia 24 de maio de 1866, num ataque surpresa, travou-se o maior embate terrestre da América do Sul: a Batalha de Tuiuti<sup>215</sup>. Estando Mitre fora do Teatro de Operações, nesse dia brilhou a estrela de Osorio, pois era ele quem estava no comando.

O resultado do embate foi trágico para os paraguaios: quase 7.000 mortos num único dia. Como na época, era grande a mortandade entre os feridos devido aos poucos recursos da medicina, pode-se inferir que outro tanto de soldados guaranis pereceram ou ficaram inválidos posteriormente por causa da batalha. Os aliados tiveram perto de mil baixas fatais, dentre elas, os Brig. Antônio de Sampaio e Antônio de Souza Netto<sup>216</sup>.

No dia em que completava 56 anos, o Brig. Sampaio, no comando da 3ª Divisão de Infantaria foi mortalmente ferido, encerrando uma carreira brilhante, em que ascendera de soldado a brigadeiro, por seus próprios méritos, em defesa da Pátria.

Pertenciam à 3ª Divisão os 3º e 4º Batalhões de Fuzileiros (o “Vanguardeiro”), unidades que tiveram sede em Jaguarão no século XIX. No fragor da batalha, Sampaio recebeu o reforço da 11ª Brigada de Infantaria (comandada pelo Cel. Auto Guimarães, futuro Barão de Jaguarão), a qual era integrada pelo 13º BC.

Ali, nos campos de Tuiuti, pereceu boa parte do que havia de melhor no Exército Paraguai. Lopez perdeu a capacidade de realizar operações ofensivas de vulto, tendo que adotar uma postura defensiva. Mesmo assim, a guerra ainda se prolongaria por quase quatro anos, ceifando centenas de milhares de vidas dos dois lados.

Em julho chegou ao Paraguai o 2º Corpo de Exército, do Conde de Porto Alegre. Em julho de 66, Osorio afastou-se do comando das tropas brasileiras por motivo de saúde. Ao sair do Paraguai, recebeu a missão de organizar um novo Corpo de Exército, o 3º, com tropas que conseguisse recrutar.

O acampamento de Tuiuti se revelou um beco sem saída. Cercado de matas fechadas e esteros (regiões alagadiças), o Exército Aliado tinha pouco espaço para manobrar. O acesso para o norte, ao longo do Rio Paraguai, era barrado pela fortaleza de Humaitá. Em julho, seguiram-se as batalhas do Boqueirão e Sauce, que confirmaram a dificuldade de conquistá-la num ataque direto.

Decidiu-se por um desembarque no Rio Paraguai, ao sul da fortaleza. Para tanto, foi empregado o 2º Corpo, reforçado por tropas argentinas. Depois de vencer as trincheiras de Curuzu, os aliados entraram em crise após sofrerem sua maior derrota na guerra: a Batalha de Curupaiti. Esse resultado repercutiu fortemente no Brasil.

215 O Exército Aliado acampara neste local, que leva o nome de uma lagoa (hoje seca) homônima.

216 Ambos pereceram posteriormente devido aos ferimentos recebidos em Tuiuti.

## CAXIAS NO COMANDO

Diante do impasse no conflito, o Imperador decidiu nomear Luís Alves de Lima e Silva para o cargo de Comandante em Chefe das tropas brasileiras no Paraguai<sup>217</sup> e, logo depois, José Joaquim Ignácio – Visconde de Inhaúma – para o comando da Esquadra.

Caxias encontrou o Exército em situação difícil. Por isso, tratou de criar as condições para prosseguir nas operações, melhorando as condições disciplinares e de higiene. Mitre teve de se retirar devido a sérios conflitos internos na Argentina, deixando Caxias no Comando Aliado<sup>218</sup>. Enquanto ele preparava seus soldados para recomençar os combates, uma epidemia de cólera<sup>219</sup> assolou a tropa, seguida de uma grande enchente, atrasando o reinício das operações.

Finalmente, Caxias realizou sua vitoriosa “Marcha de Flanco”<sup>220</sup> entre julho de 67 a julho de 68. Essa manobra teve por objetivo isolar Humaitá, evitando um ataque frontal e, assim, poupar vidas. Nesta empreitada, contou com as novas tropas do 3º Corpo e de mais Voluntários da Pátria enviados pela Corte, bem como com o apoio da Esquadra, que forçou a passagem por Curupaiti e Humaitá. Esta última foi abandonada pelos paraguaios em julho de 68, marcando o final desta fase sangrenta, em que os Aliados permaneceram detidos em Tuiuti.

Os jaguarenses do 2º RC, comandados pelo Ten. Cel. João Sabino de Sampaio Menna Barreto (comandou a unidade de 1867 a 1873), novamente tomaram parte dos combates, assim como o 15º Corpo Provisório da Guarda Nacional. Coube-lhes realizar o reconhecimento à frente do Exército, passando pela posição de Tayí até a Vila de Pillar, no Paraguai, durante a Marcha.

Em seguida, Caxias seguiu para o norte, balizado pelo Rio Paraguai. Deparou-se com os paraguaios no Arroio Piquiciri, próximo a Assunção, onde Lopez conseguiu estabelecer uma razoável posição defensiva com o que sobrara do seu Exército. Já neste período, ele teve de lançar mão de adolescentes<sup>221</sup>, anciãos, índios e escravos<sup>222</sup> para aumentar seus efetivos.

Caxias decidiu não realizar um ataque frontal, evitando uma nova “Curupaiti”. Conduziu uma manobra envolvente pela margem oeste do Rio Paraguai, em meio

217 Para dar o apoio necessário a Caxias, em julho de 1868, ocorreu a queda do Gabinete Zacarias, liberal, sendo substituído pelo Visconde de Itaboraí, conservador, rompendo a “Política de Conciliação”. Esse evento foi um dos desencadeadores do processo que levou o Brasil à Proclamação da República duas décadas depois.

218 Mitre levou consigo quatro mil soldados argentinos, o que enfraqueceu bastante o Exército Aliado.

219 As doenças ceifaram milhares de vidas dos aliados e dos paraguaios. Só a epidemia de cólera de 1867 causou cinco vezes mais mortes aos brasileiros do que Batalha de Tuiuti.

220 Durante esta manobra de envolvimento, Mitre voltou ao comando do Exército Aliado, porém, devido a novos problemas internos, deixou definitivamente o Teatro de Operações.

221 A idade normal para incorporar no Exército Imperial era, por exemplo, 15 anos. Por isso, quando se menciona “adolescentes”, significa que os recrutas tinham menos de 14 anos.

222 Apesar de o Paraguai ter abolido a escravidão mais de 20 anos antes, na prática, havia dezenas de milhares de escravos no início da guerra: “*las considerables pérdidas humanas del Ejército paraguayo em el primer año de la contenda, motivaron un primer enrolamiento de esclavos em 1865 [...] El censo de esclavos aptos para llevar las armas había elevado el número de 10.000 em mayo de 1866 y luego de la batalla de Curuzú (1867), el Mariscal ordenó la emancipación em massa*” (RIVAROLA, 1994 apud MARTINEZ, 1999, p. 91).

à região pantanosa, construindo a “Estrada do Chaco”<sup>223</sup>, colocando parte de seu Exército na retaguarda das tropas de Lopez. Seguiu-se a “Dezembrada”. Lopez conseguiu fugir do cerco com alguns seguidores, porém seu Exército foi completamente vencido, num sacrifício inútil e irresponsável. Os movimentos seguintes dos aliados se limitaram a marchar para a conquista de Assunção.

### **O FINAL DA GUERRA**

Com problemas de saúde, Caxias deixou o Teatro de Operações, sendo nomeado para substituí-lo, em março de 69, o Príncipe Luís Felipe Fernando Gastão de Orléans – o Conde d’Eu. A seu comando, o Exército, cumprindo determinação de Dom Pedro II, perseguiu Solano Lopez pelo interior do Paraguai, na chamada “Campanha da Cordilheira”. Dela participaram ativamente o 13º BC, o 2º RCL e o 15º Corpo Provisório.

Neste período, travaram-se as batalhas de Peribebeu (12 de agosto de 1869) e Campo Grande<sup>224</sup> (16 de agosto). Solano foi morto, por fim, em Cerro Corá, perto da fronteira entre o Paraguai e o Brasil, em 1º de março de 1870. Foi o fim da guerra!

### **A DIVISÃO DE OCUPAÇÃO**

A 16 de abril de 1870, o Conde d’Eu passou o comando das Forças Brasileiras para o Mal. José Correa da Câmara – Visconde de Pelotas. Este permaneceu com uma Divisão de ocupação em Assunção com quase 2.000 soldados. Dentre as tropas que a constituíam, estava o 2º RCL, que recebera os jaguarenses do 4º da mesma Arma em 1865.

Em 1º de setembro de 1870, Câmara deixou o Paraguai ficando em seu lugar, o Brig. José Auto Guimarães. Logo depois, em 1º de abril do ano seguinte, este oficial foi promovido a marechal de campo.

Esta Divisão permaneceu no Paraguai até 1875, quando foi finalmente extinta.

### **A CAVALARIA DA GUARDA NACIONAL GAÚCHA**

O Gen. Dionísio Cerqueira sobreviveu à guerra. Décadas depois, escreveu o livro “Reminiscências da Campanha do Paraguai”, onde relatou suas lembranças, de fatos cotidianos a momentos gloriosos. Esse baiano, que iniciou a guerra como alferes do 4º Btl Fuz, demonstrando grande admiração, expôs suas impressões ao presenciar a chegada de um Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional gaúcha onde se encontrava.

Quando me fui postar à frente do meu contingente, aproximava-se da casa uma força de cavalaria da guarda nacional do Rio Grande. Montavam todos a brida, com as per-

---

223 A “Estrada do Chaco” tinha aproximadamente 12 km e foi construída por cerca de 3.500 soldados em 23 dias, parcialmente coberta com troncos de palmeiras.

224 Os paraguaios a chamam de Acosta-Ñu ou batalha de “Los Niños”. Lopez colocou grande número de crianças entre suas fileiras, a fim de ludibriar as tropas aliadas quanto ao seu real poder de combate.

nas estendidas e a ponta do pé apenas tocando estribo. Fizeram alto e aperam. Havia oficiais, inferiores e soldados. Alguns tinham barbas longas que lhes desciam até o peito, e cabelos trançados que chegavam quase à cintura. Seu guisamento era digno de nota: longas adagas de fortes punhos com virotes em cruz e bainhas de prata lavrada; pesadas chilenas também de prata, com tão longos copetes que lhes chegavam aos artelhos, e cossouros de tal diâmetro que lhes dificultavam a marcha; chapéu de feltro de abas estreitas, coberto de ganga vermelha e presos por barbicachos de borla à ponta do nariz. Bombachas vermelhas ou negras e ponches de bicunha de cores vivas ou de outros estofo, bordados à seda e agaloados. Espadas de ferradura, com três dedos de largura; lanças imensas de conto de prata ou aço polido, de choupa longa e brilhante, com galhos direitos ou em meias-luas invertidas, os cornos ponteados voltados para cima e para baixo, que mais pareciam lâminas de corseques e partasanas alemães; um par de pistolas à cinta, na pistoleira, que era larga guaiaca, espécie de balteo coberto de chaparias e moedas, onde guardavam onças e libras de ouro, patacões e bolivianos de prata. Os cavalos tinham as crinas tosadas em cogotilho e as colas atadas. Cada um tinha em cima um montão de prataria lavrada. As cabeçadas com grandes meias-luas nas testeiras. As rédeas de bombas ou passadores chatos ou esféricos; as bridas de fortes caimbas, florões e copas, os largos fiadores de chapas ou filigrana, os buçais, os cabrestos, as cabeças dos serigotes, os estribos do século XVI, de grande picaria com longos bocais cilíndricos ou faceados, as cantoneiras das caronas de pele de tigre, os rabichos e os peitorais; tudo era de fina prata lisa ou cinzelada. Sobre os lombilhos e serigotes, pelegos negros cobertos por uma badana e sobrecincha de couro de lontra, de veado, ou cinchões escarlates bordados e frangeados. Todos tinham boleadeiras, umas de marfim, outras de ferro retovadas de couro, presas debaixo dos pelegos do lado da garupa. Em muitos, viam-se laços bem trançados presos a cinchador, do lado direito, enrodilhados sobre a anca e atados ao serigotes por um tento de lonca. Poucos traziam perdurados na argola da sugigola ou no peitoral a chaleirinha do mate. Era um quadro pitoresco. Havia altos e robustos, claros, de olhos azuis e cabelos aloirados; outros morenos, musculosos, de cabeleiras negras e lisas e barba rarefeitas; alguns de lábios grossos, dentes alvos, maçãs do rosto salientes, nariz achatado e cabelos cacheados caindo sobre os ombros. Um ou outro negro. Parecia uma cabila de guerreiros da Mauritània (CERQUEIRA, 1980, p. 302-304)

### **BREVE BALANÇO DA GUERRA**

A Guerra da Tríplice Aliança se insere num contexto de grande transformação da arte da guerra, assim como ocorreu com as Guerras da Criméia (1853-1856) e da Secessão (1860-1865). Com a Revolução Francesa, os exércitos se tornaram nacionais, com base em ampla mobilização: o “povo em armas”. Essa massa humana pode ser plenamente armada e equipada graças à Segunda Revolução Industrial. Novas tecnologias, como os barcos e trens a vapor, o telégrafo e o uso do aço permitiram o emprego de tropas numerosas. O armamento ficou mais letal, dando vantagem às ações defensivas. O resultado foi o aumento das baixas. A Infantaria, acostumada a combater em “ordem cerrada” (em quadrados ou linhas de atiradores), teve de mudar radicalmente sua forma de lutar, passando a se dispersar no terreno; a Cavalaria precisou desmontar para combater. A guerra foi assumindo um caráter cada vez mais “total”, cujo maior exemplo foi a 2ª Guerra Mundial (II GM).

O Brasil levou à guerra quase 150 mil soldados e marujos, sendo que cerca de 50 mil pereceram. Grandes, também, foram os sacrifícios dos argentinos e uruguaios. Para o corajoso Exército Paraguai, porém, devido à obsessão de Lopez, as baixas foram desastrosas.

No final, o Império conseguiu seus objetivos: manter a livre navegação dos rios que permitiam a ligação com o Mato Grosso, assinar um tratado de limites com o Paraguai baseado no princípio do “uti possidetis” e manter o equilíbrio geopolítico no Prata, de modo a garantir a independência do Uruguai e do Paraguai.

Outra consequência é que o Brasil começou a se tornar uma “nação única”. A ampla mobilização levou brasileiros de todas as partes do território à guerra, lutando ombro a ombro, o que lhes reforçou a identidade nacional. O separatismo desapareceu e nosso País logrou permanecer unido e forte.



## CAPÍTULO 20

# O EXÉRCITO ATÉ A REPÚBLICA

### OS FILHOS DO BRASIL VOLTAM VITORIOSOS

O Brasil entrou em júbilo. Os anos de conflito e as dezenas de milhares de vidas ceifadas haviam cansado o povo. A guerra foi o auge, mas também o “início do fim” do Império.

As plantações de café de São Paulo lentamente aumentaram o prestígio político dessa província. A imigração de europeus e o surgimento de uma insipiente classe urbana, dentre outros fatores, reduziram o poder exercido pelos partidos tradicionais.

O Exército voltou vencedor da guerra. Fortalecido política e moralmente, consolidando-se como a primeira Instituição de caráter nacional do País. Os soldados regressaram para casa com ideias republicanas, abolicionistas e de valorização do mérito pessoal.

Nos 30 anos seguintes, Jaguarão e o Exército testemunhariam grandes mudanças. Porém, naqueles tempos, as atenções do povo estavam direcionadas para o regresso dos filhos do Brasil.

O jornal *Atalaia do Sul* noticiou que o Comendador João Rodrigues Barbosa recebeu visita de seu amigo Manoel Luís Osorio quando este voltou do Paraguai (1870 apud PIÚMA, 2006, p. 34).

O vapor Cachoeira, que auxiliara a cidade a resistir ao ataque de Muñoz, prosseguira realizando o patrulhamento de rotina na Lagoa Mirim, vindo a aportar na cidade no início de 1870, a comando do 1º Ten. José Vitor Delamara.

Os Voluntários da Pátria e os guardas nacionais foram os primeiros a voltar. Depois, vieram as unidades do Exército. O 13º BC não regressou a Jaguarão. Em compensação, aquartelou-se na cidade o 3º Btl Fuz<sup>225</sup>, que integrou a Divisão Encouraçada: “JUNHO [...] Dia 12 1870 – Chega a esta cidade, o vapor de guerra

---

225 Criado em 1839 como Batalhão de Caçadores Provisório na Cidade de Florianópolis (Desterro), teve diversas denominações. Essa unidade deu origem a outras OM, tendo, dentre seus herdeiros, o atual 18º Batalhão de Infantaria Motorizado. Participou de diversas batalhas na Guerra da Tríplice Aliança, como Tuiuti, Sauce-Boqueirão, Humaitá, Avaí, Lomas Valentinas e Peribeubú. Teve sua parada confirmada em Jaguarão em 18 de agosto de 1888. Foi extinto em 1908.

‘APA’, trazendo do Rio Grande a ala direita do 3º Batalhão de Infantaria, que retornava do Paraguai” (COSTA, 1998, p. 22). O restante da unidade aportou posteriormente.

O 5º Regimento de Cavalaria Ligeira (5º RCL), ex-5º Corpo de Caçadores a Cavallo, chegou a Jaguarão para uma rápida passagem em 26 de maio de 1870, a comando do Maj. Cândido Goulart. Mas em 25 de abril de 1872, a unidade voltou e aquartelou-se, permanecendo até 1878.

Ainda em 1870, o Cap. Joaquim Ferreira Prestes, a 16 de junho, foi designado Comandante da Guarda Nacional da cidade, mesmo ano em que Emílio Luís Mallet assumiu o Comando das Tropas de Cobertura das Fronteiras de Bagé, Livramento e Jaguarão.

A Guarda Nacional foi diversas vezes reorganizada na cidade após a guerra, mas, de maneira geral, manteve-se com um efetivo de um a três Corpos de Cavalaria e um de Infantaria.

O Brig. Carlos Resin comandou a Guarnição e Fronteira de Jaguarão (1ª Linha) de 9 de novembro de 1870 a 29 de novembro do ano seguinte. Este oficial fixaria sua residência por muitos anos na cidade.

Voltou, também, o 4º RCL, ex-4º CCC. Esta unidade, herdeira da Cavalaria da Legião de Tropa Ligeira, formadora da Guarda do Cerrito e da Lagoa, deixou Jaguarão definitivamente em 31 de março de 1872, quando era comandada pelo Cel. Manoel Pedro Drago<sup>226</sup>.

O Exército lentamente voltava à normalidade. Em 4 de maio de 73, vindo de Santa Catarina, o Cel. Augusto César da Silva assumiu o comando do 3º Btl Fuz, pouco antes desta unidade ser inspecionada pelo Brig. José Luís Pereira de Carvalho.

### **ENQUANTO OS SOLDADOS REGRESSAM, A CIDADE...**

A cidade continuou crescendo. Em 1872, ficou pronta a linha telegráfica que ligava a cidade ao restante do País, ao passo que a população de Jaguarão atingia 6.810 almas no início de 1873:

4.176 brancos; 1.081 pardos; 1.175 pretos; 278 caboclos; 5.511 livres; 1.199 escravos; 2.433 sabem ler; 4.277 analfabetos [...] 5.379 brasileiros, 1.331 estrangeiros, 5.103 solteiros, 1.314 casados, 2.980 mulheres; 3.735 homens; 73 viúvos; 215 viúvas (COSTA, 1998, p. 17)

Analisando-se esses números, verifica-se que os estrangeiros continuavam numerosos: aproximadamente 21% da população. O aumento significativo da popula-

<sup>226</sup> Após a reorganização do 4º RCL em 23 de dezembro de 1869, quando foi extinto o 4º CCC, comandou a unidade o Cel. Manoel Antônio da Cruz Brilhante, de 2/1870 até 17/2/1872, sendo que houve pequena interrupção em período indefinido. A unidade teve diversas paradas depois de sair de Jaguarão: Santana do Livramento, Porto Alegre, Santiago, Dom Pedrito e, finalmente, Itaquí em 1944.

ção em relação aos dados de 1867 se deveu, certamente, ao regresso daqueles que foram mobilizados para a guerra.

A Freguesia de Arroio Grande se emancipou em 4 de março de 1873, sendo que a divisa entre as duas cidades passou a ser o Arroio Bretanhas.

Herval, por sua vez, obterá sua emancipação mais tarde, em 20 de maio de 1881.

O poeta, dramaturgo e jornalista Francisco Lobo da Costa viveu em Jaguarão. Neste meio tempo, desposou a Sra. Carolina Augusta Carnal, contribuiu com artigos em periódicos locais e escreveu uma peça teatral baseada no ataque de Muñoz ocorrido em 27 de janeiro de 1865.

A Câmara Municipal aprovou uma moção a ser enviada ao Imperador, para que fosse construída uma ponte sobre o Rio Jaguarão. Era 1875 e já se pensava na ponte! Este sonho teria, entretanto, que esperar mais de 50 anos para ser realizado.

O Tomo II do *Diccionario de Geographia Universal* descrevia sucintamente Jaguarão, fazendo menção à presença militar na cidade.

Cidade e municipio da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul (Brazil), na margem esquerda do rio de mesmo nome, a 28 kilom. acima de sua foz [...] a cidade é importante não só por se achar colocada na fronteira do imperio, como pelo seu muito commercio com o estado oriental do Uruguay e com o interior da provincia. As ruas são muito regulares e limpas; possui alguns edificios publicos como a igreja matriz da invocação do Espírito Santo, a casa da camara, o mercado e o quartel. Tem 6:440 habit. livres e 1:636 escravos, com 1:011 fogos [...] É residência de um regimento de cavallaria e um batalhão de infantaria (1982(?), p.786)

A índole republicana dos jaguarenses merece destaque. Em 30 de julho de 1882, foi fundado o Clube Republicano<sup>227</sup>, tendo como seu presidente o Dr. Carlos Barbosa e como vice o Cel. GN Deus Dias, que cedeu sua residência para a sede da agremiação. Logo depois, foi fundado o jornal de viés republicano *A Ordem*<sup>228</sup>, que não poupava críticas<sup>229</sup> ao Império.

Juntamente com o ideário republicano, há muito tempo a cidade demonstrava clara postura contrária à escravidão. Conseqüentemente, em 11 de setembro de 1881, foi criada a Sociedade Emancipadora Jaguarenses, cabendo a presidência ao Dr. Vasco Pinto Bandeira. Tinha como integrantes, dentre outros, o Dr. Barbosa Gonçalves e vários militares do Exército e da Guarda Nacional, como o Cel. Manoel Amaro Barbosa<sup>230</sup> e os Cap. Julião Muniz Tavares e Hilário Amaro da Silveira.

227 O nome original era “Club Republicano”.

228 Naquela época, funcionavam muitos jornais na cidade. Alguns tiveram vida efêmera. Os principais, além de “A Ordem”, foram o(a): Atalaia do Sul, Tribuna, Pátria e Grinalda.

229 As críticas ácidas e a falta de isenção não eram incomuns na imprensa da época.

230 Veterano da Guerra da Tríplice Aliança.

A cidade não vivia, porém, somente de política. A peça teatral “A Batalha de Paysandú” foi encenada pela primeira vez para os jaguarenses. Em março de 1883 foi fundada a Santa Casa de Misericórdia, que foi construída na mesma coxilha da Praça Tiradentes, onde posteriormente foi construído o quartel do Exército na Rua Duque de Caxias.

Foram fundados os Clubes Harmonia Jaguareense<sup>231</sup> (1884) e Jaguareense (1890)<sup>232</sup>. Também são desta época, o surgimento da primeira biblioteca pública e a construção de belos casarões e prédios, como a residência do Dr. Carlos Barbosa.

Registra-se que o Conde d’Eu e a Princesa Isabel, acompanhados pelo Comandante das Armas, Brig. Augusto Cezar da Silva<sup>233</sup>, estiveram em Jaguarão no final de fevereiro de 1885. No dia 25 desse mês, o Príncipe foi recebido na Câmara Municipal pelo Comendador José Maria Azevedo, então Presidente da Casa Legislativa, e por diversas autoridades civis.

O motivo da visita do Conde d’Eu ao Rio Grande do Sul foi novamente militar. Em 1865, ele estava voltando de Uruguaiana, onde assistira a rendição dos paraguaios. Quase 20 anos depois, ele fora assistir manobras militares que se realizaram na Província.

### AS TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

O Exército experimentou radical mudança depois da Tríplice Aliança. Houve considerável redução de efetivos, de cerca de 130 mil homens, no auge do conflito, para menos de 15.000 em 1889.

Apesar do contexto desfavorável, o Exército procurou manter fortes seus pilares, investindo em recursos humanos. Dentre várias medidas, Caxias, então Ministro da Guerra, estabeleceu novos parâmetros para manutenção da disciplina, abolindo os castigos físicos, que eram previstos desde o século XVIII.

Adotou-se um novo Regulamento de Ensino, que deu ênfase na formação de bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas e em Engenharia, em detrimento do ensino profissional. O objetivo dessa medida era valorizar socialmente o militar com o título de doutor, porém ela trouxe consequências negativas para a Força Terrestre, retirando o foco da formação dos oficiais dos assuntos profissionais, cujos reflexos puderam ser verificados durante as revoltas Federalista<sup>234</sup> e de Canudos. Surgiu, assim, o fenômeno conhecido na Caserna como “Bacharelismo”. Opondo-se a esta corrente, estavam os “tarimbeiros”.

231 Surgiu da fusão da Sociedade Cassino Jaguareense e do Clube Jaguareense. O prédio ficou pronto em 1897.

232 A Liga Operária é de 1911 e o Clube 24 de Agosto é de 1918.

233 Comandou Jaguarão em 1878.

234 O Movimento não pode ser considerado uma revolução, pois seus adeptos não tencionavam uma mudança radical na ordem vigente. Por isso, na presente obra, será tratada como Revolta.

A cama do soldado era chamada de tarimba, um largo estrado de madeira sobre o qual os soldados dormiam em grupos. Tarimbeiro era o militar acostumado com a vida na tropa. Este adjetivo passou a designar os oficiais formados na tropa, ou com grande vivência e dedicação a ela, ao contrário dos científicos, oficiais bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas, com cursos na Escola Militar, muito comuns no Exército até 1905, quando o profissionalismo militar voltou a ter a merecida ênfase (BENTO, 1994, v. 1, p. 286)

Com a morte de Caxias e de Osorio, líderes incontestes do Exército, criaram-se as condições para a disseminação de ideias republicanas e positivistas<sup>235</sup>, especialmente na Escola Militar da Praia Vermelha, onde se destacou a liderança de Benjamin Constant.

O Serviço Militar tornou-se obrigatório em 1874, mas a lei só passou a ser cumprida no século seguinte. A consequência maior dessa situação é que o pequeno Exército do pós-guerra permaneceu com a dificuldade de preencher suas fileiras.

O dia a dia nos quartéis era bem diferente de hoje. As instalações eram rudimentares, muitas vezes de pau-a-pique. O expediente iniciava entre 10 e 11 horas da manhã. As praças podiam casar somente com a permissão do Comandante, desde que fosse “com mulher honesta”. Os soldados viviam no próprio quartel ou, com suas famílias, próximo dele. Após a revista do recolher, às 21 horas, os soldados casados eram liberados, desde que não ficassem “perambulando” pela rua.

Os sargentos solteiros moravam no próprio quartel. Os mais modernos trabalhavam com a tropa, enquanto aos segundos-sargentos cabia conduzir a rotina burocrática, realizada com penas e tinteiros.

Os cabelos deviam ser longos e os oficiais eram obrigados a usar bigodes. Percebe-se em fotografias e pinturas antigas que as coberturas eram colocadas “de lado” na cabeça, pois se considerava uma demonstração de elegância.

A religião Católica Apostólica Romana era oficial, por isso, no Exército, comparecer às missas aos domingos e dias santos era obrigatório para todos os soldados.

Entre os “veteranos da Guerra do Paraguai, na 3ª RM, havia forte espírito de classe, notadamente entre os que tinham tradições de bravura conquistadas na luta” (BENTO, 1994, v. 1, p. 287). Mas, infelizmente, a influência positivista na Escola da Praia Vermelha levou seus alunos a desconsiderarem seus feitos e sacrifícios.

A Cidade Heroica crescia e o Exército prosseguia sua evolução, mantendo-se a harmonia local. O Brig. Herculano Sancho da Silva Pedra, herói da Guerra da Tríplice Aliança, assumiu o Comando da Guarnição Federal de Jaguarão em 30 de maio de 1875, ficando no cargo até 1878. Durante esse período, dentre outras visitas de inspeção, ele recebeu o Mal. José Luís Menna Barreto a 3 de setembro de 1877.

---

235 Corrente filosófica criada pelo francês Auguste Comte. O Positivismo consistia, sinteticamente, na observação dos fenômenos por meio racional e científico, desconsiderando qualquer outra forma de produzir conhecimento (teológico e metafísico, por exemplo). Para os positivistas, o progresso só pode ser atingido por meio de avanços científicos.



Montagem de duas fotos panorâmicas de 1908 do antigo quartel da Cavalaria na Rua 24 de Maio. Vê-se à esquerda, a Enfermaria Militar no Cerro da Pólvora – Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), editadas por Antônio F. da Silva.

A 13 de março de 1878, o Brig. Augusto César da Silva assumiu o Comando da Guarnição Federal, enquanto, a 18 de maio, a Guarda Nacional de Jaguarão e de Arroio Grande passou a ser liderada pelo Dr. Henrique d'Ávila.

Os veteranos da Guerra permeavam a sociedade local. A 22 de abril de 1877, o Maj. GN Silvestre Nunes Gonçalves Vieira foi nomeado promotor público. Logo depois, a 21 de maio, o Dr. Antônio Gonçalves de Carvalho, ex-auditor do Exército durante o conflito, passou a ser o Juiz de Direito da comarca.

O Mal. José Antônio Corrêa da Câmara<sup>236</sup> – Visconde de Pelotas – esteve na cidade no conturbado mês de maio de 1878. Foi neste ano que o 5º RCL deixou definitivamente a cidade. Em seu lugar, chegou o 2º Regimento de Cavalaria Ligeira (2º RCL) no dia 21 de maio, após 11 dias de marcha desde a Cidade de Bagé. Seu comandante era o Cel. Antônio Nicolau Falcão da Frota.

Esta unidade tinha história! Foi com ela que, em 1852, o então Ten. Cel. Osorio encheu-se de glórias numa carga<sup>237</sup> fulminante na batalha de Monte Caseros. Após a Guerra da Tríplice Aliança, o 2º RCL se estabeleceu em Bagé. Em sua árvore genealógica, verifica-se que surgiu juntamente com o Continente de São Pedro em 1737, com a chegada do primeiro contingente de Dragões de Minas Gerais, que deu origem aos Dragões do Rio Grande. Transferido durante a Guerra Guaranítica, recebeu a denominação de Dragões do Rio Pardo.

Após a independência, foi reorganizado como Regimento de Cavalaria de Linha nº 5 (RC 5), ainda em Rio Pardo. Combateu em Sarandi e Passo do Rosário. Em 31, mudou sua designação para 2º Corpo de Cavalaria e, em 1839, para 2º Regimento de Cavalaria Ligeira. Lutou na Revolução Farroupilha e nas Guerras contra Oribe e Rosas e da Tríplice Aliança. Nesta última, escreveu páginas de bravura na conquista da fortaleza de Humaitá e nas batalhas de Tuiuti, Avaí e Peribebeuí. Vale lembrar que quando o 4º RCL, de Jaguarão, foi extinto por Osorio em 1865, as praças dessa unidade passaram a integrar o 2º.

Com esse impressionante histórico, o 2º RCL aquartelou-se em Cerrito, onde, com uma pequena interrupção, ficaria quase um século na cidade (até 1970). E mal chegou, recebeu a visita do Brig. João Nunes da Silva Tavares – Barão de Itaqui, em 4 de setembro de 1879.

Pelo Decreto nº 10.097, de 1º de dezembro de 1888, foi confirmada sua permanência em Jaguarão, mantendo-se a mesma denominação. Um ano depois, por meio do Decreto nº 56, de 14 de dezembro, o Regimento recebeu a denominação de 2º Regimento de Cavalaria (2º RC). Comandaram este Regimento os seguintes oficiais:

- Cel. Antônio Nicolau Falcão da Frota, da chegada até 19/10/1878;
- Ten. Cel. João Jose de Deus, de 20/10/ 1878 a 11/4/1880;

---

<sup>236</sup> Como capitão, serviu no 4º RCL, quando esta unidade estava em São Gabriel. Após a Guerra contra Oribe e Rosas, passou à Guarda Nacional. Participou da Divisão de Observação de 1858 e da Guerra da Tríplice Aliança. Foi Comandante do 4º Corpo de Caçadores a Cavallo (ex-4º RCL), Senador, Ministro da Guerra e Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

<sup>237</sup> Ataque típico da Cavalaria, em massa, realizado a galope.

- Cel. Manoel Lucas de Souza, de 14/4/1880 a 28/12/1885;
- Cel. Manoel Antonio Rodrigues Junior, de 5/2 a 22/6/1886;
- Cel. Carlos Machado Bitencourt, de 12/12/1886 a 21/2/1890;
- Ten. Cel. Jose J. de Aguiar Correa, de 21/2/1890 a 17/2/1892;
- Ten. Cel. Francisco M. P. Bitencourt, de 2/3/1892 a 19/7/1903;
- Cel. Alfredo Barbosa, de 30/1/1904 a 7/8/1905;
- Ten. Cel. Candido de A. Rangel, de 11/9/1905 a 1º/9/1906;
- Ten. Cel. Fredolim José da Costa, de 11/11/1906 a 11/3/1908.

Nesta época, o Arsenal de Guerra de Porto Alegre fabricou grande quantidade de carroças do tipo colonial, puxada por três parelhas de cavalos ou bois, sendo algumas destinadas ao Regimento de Jaguarão. Esse tipo de transporte só seria totalmente abolido na década de 1960.

O Exército estava mudando, apesar das vicissitudes com as quais convivia. Mallet, estando no cargo de Comandante da Fronteira de Quaraí e Santana do Livramento, inspecionou a guarnição federal de Jaguarão em 8 de janeiro de 1879, apenas 10 dias antes de ser promovido a marechal de campo. De novembro de 79 a maio de 1880, o velho e experiente Barão de Itapevi assumiu o cargo de Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul. Uma das suas grandes preocupações foi a construção e reforma de quartéis, tornando-os mais funcionais e proporcionando instalações condizentes para a tropa. Dentre esses aquartelamentos, inclui-se o prédio destinado à Cavalaria de Jaguarão, localizado na Rua 24 de Maio<sup>238</sup>.

Nesta época foi construído um dos pontos turísticos de Jaguarão: a velha Enfermaria Militar, localizada no Cerro da Pólvora<sup>239</sup>, onde provavelmente os espanhóis tiveram uma guarda antes da Guerra de 1801. A obra foi conduzida pelo capelão militar Carlos Soares e durou de 1880 a 1883. Mallet, então Inspetor dos Corpos de Cavalaria e Artilharia do Rio Grande do Sul, voltou a Jaguarão para inspecionar o 2º Regimento em 1881 e, certamente, foi testemunha das obras da Enfermaria e do quartel da Rua 24 de Maio.

A Questão Militar<sup>240</sup> ocorreu em 1885-1886 e teve destacada participação do 1º Distrito Militar. O Mal. Câmara aderiu aos protestos, que resultaram em grande desgaste nas relações do Império com o Exército. Não há registro que tenha havido manifestações de maior vulto das tropas aquarteladas em Jaguarão, mas é certo dizer que essa crise influenciou os militares do 3º Btl Fuz e 2º RCL.

Quanto ao 3º Batalhão de Fuzileiros, ele permanecera na cidade desde o final da Guerra da Tríplice Aliança. Em 18 de agosto 1888, passou a se denominar 3º Batalhão, de acordo com o Decreto nº 10.015. Estava organizado com um estado-maior, um estado-menor e quatro companhias de infantaria.

238 O nome desta rua foi em homenagem à Batalha de Tuiuti.

239 O local da Enfermaria foi definitivamente escolhido em 17 de junho de 1880.

240 A Questão Militar se constituiu de vários conflitos entre o Exército e a Monarquia no período de 1884 a 1887, gerando uma crise política. Nesta época, comandou o Rio Grande do Sul o Mal. Manoel Deodoro da Fonseca.

A fronteira meridional do Brasil continuava a ser uma grande preocupação militar, tanto é que a *Revista do Exército Brasileiro* apresentou uma proposta de dispositivo para a sua defesa:

**1ª Linha** – fronteira de postos avançados: São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Santana, Bagé, Jaguarão e Santa Vitória, com fortificações passageiras destinadas a deter por algum tempo o invasor, ou obrigá-lo a fazer grandes desvios. **2ª Linha** – de depósitos entrenchados: Cruz Alta, voltada para o Oeste, e São Gabriel e Rio Grande, para o Sul, como piões de manobras. **3ª Linha** – do peão central de manobra: Porto Alegre, depósito principal e último refúgio da defesa. **4ª Linha** – complementar de defesa: No caso de invasão, a 2ª Linha seria complementada por fortificações passageiras em Santa Maria, face ao Oeste, e Caçapava, Piratini e Canguçu, na Serra dos Tapes, e outros pontos julgados necessários, face ao Sul. A linha do Uruguai seria defendida pela 3ª RM e Armada; a linha sul, pela 3ª RM sozinha; e, combinado com a Armada, na região das lagoas (1882 apud BENTO, 1994, v. 1, p. 281-282)

As Forças Armadas ficavam mais complexas e com maiores necessidades logísticas – “[...] Jaguarão, Livramento e Uruguaiana não constituíam mais que pontos de apoio para uma eventual concentração de forças. Seus recursos eram insuficientes para cumprir missões mais sérias” (ALVES, 1979, p. 199).

No final do século XIX, o dispositivo militar existente no Rio Grande do Sul não era adequado, pois o Exército estava com seu efetivo reduzido e o seu material em estado de obsolescência. Por isso, a Cidade Heroica ainda manteria sua importância militar por mais algumas décadas.

### **A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA**

Desde a Regência, as elites brasileiras perceberam que o Exército tinha viés abolicionista. Nas lides castrenses, especialmente nos combates, não interessava aos militares a cor da pele do soldado. O que se valorizava era a coragem, a lealdade, o caráter e a disciplina.

Por isso, quando foi assinada a Lei Áurea pela Princesa Isabel, o Exército imediatamente se encheu de júbilo. Em Jaguarão, as manifestações de alegria pelo fim da vergonhosa escravidão contaram com o apoio da Guarnição Federal. Do volume 3 dos Cadernos Jaguarenses, extrai-se o trecho abaixo, que relata claramente o estado de espírito da sociedade local e dos militares:

UMA CIDADE EM FESTA A população desta cidade recebeu com as maiores provas de regozijo a notícia da sanção da lei de 13 de maio de 1888 [...] Ao meio dia, os Oficiais da guarnição, precedidos de bandas de música, foram saudar a municipalidade. [...] Foram espalhados, pela manhã, boletins na cidade, no Clube Militar, convidando a população a tomar parte da passeata que às 6h30min da tarde devia sair do mesmo clube [...] Às 6 horas começou o povo a encaminhar-se para o edifício onde estava instalado o Clube, ao mesmo tempo em que as bandas militares partiam de seus quartéis na mesma direção. [...] marchou o préstito pela rua General Osório, ocupando o centro o presidente do clube, coronel Carlos Machado de Bittencourt. [...] assomou à sacada o

ilustre comandante, General Resin.[...] Dirigiu-se a ele o Dr. Argollo Ferrão, em nome do Exército.[...] Na Câmara Municipal.[...] Seguiu-se com a palavra o capitão Antônio Maria Pinto, como vice-presidente da edilidade, e concluiu, em nome dos concidadãos que ali representava, levantando um viva ao exército [...] O PRÉSTITO DO DIA 20 DE MAIO DE 1888 Ao anoitecer, já era grande a multidão postada frente ao prédio da Câmara Municipal aguardando o início da formidável procissão que percorreria as principais ruas da cidade. E o tom festivo era garantido pelas duas bandas militares (3º Batalhão e 2º Regimento) [...] a formidável procissão deslocaram-se para o Clube Militar, onde, para discursar, a aguardava o alferes Ernesto Machado (SOARES, 2006, p. 87-89)



## CAPÍTULO 21

# A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

### O MOVIMENTO

A República foi proclamada pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1891, por meio de um movimento militar que teve apoio de importantes segmentos sociais. O marechal assumiu o governo provisório para, a seguir, ser confirmado no cargo, como Presidente eleito pelo Congresso Constituinte. Surgiram disputas entre republicanos radicais, conservadores, liberais e os positivistas, levando instabilidade ao novo Regime.

Devido à forte oposição realizada pelo Congresso, Deodoro o dissolveu em novembro de 1891. A repercussão deste ato acabou por levá-lo a renunciar. Em seu lugar assumiu o Vice-Presidente Floriano Peixoto – o “Marechal de Ferro”<sup>241</sup>. Este buscou aliados nas forças que defendiam a República Presidencialista com objetivo de consolidá-la. Sua atuação restabeleceu a estabilidade política e garantiu eleições livres em 1894, mas, para isso, dentre outros movimentos armados, teve de derrotar dois em especial: as Revoltas da Armada e Federalista.

No Sul, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins<sup>242</sup>, o hegemônico partido Liberal estava no poder quando a República foi instaurada, sendo que esta agremiação estava alinhada com os interesses da elite rural gaúcha. Com a mudança do regime, o Governo do Rio Grande do Sul também foi derrubado.

O Visconde de Pelotas assumiu-o provisoriamente, enquanto Silveira Martins foi exilado. Explodiram agitações, levando o Estado a uma sucessão de governos, tendo sido chefes do Executivo o Gen. Júlio Falcão da Frota, Francisco da Silva Tavares, Gen. Carlos Machado Bittencourt<sup>243</sup>, Gen. Cândido Costa e Fernando Abott. A instabilidade política acirrou antigas rivalidades e gerou intolerância entre maragatos<sup>244</sup> e pica-paus.<sup>245</sup>

241 Chamaram-no Marechal de Ferro porque não poupou esforços para consolidar o novo regime. A Proclamação da República não foi pacífica, eclodindo várias rebeliões contra o novo regime nos anos seguintes.

242 Gaspar Silveira Martins foi Senador e Conselheiro do Império pelos liberais. Defendia o parlamentarismo.

243 Os alunos da Escola Militar de Porto Alegre tomaram parte do movimento que derrubou Francisco da Silva Tavares em favor do Gen. Bittencourt. O Exército, por isso, transferiu um significativo número de oficiais e alunos desse estabelecimento de ensino, sendo que parte deles foi parar em Jaguarão.

244 Maragato é, segundo uma das explicações encontradas, uma referência aos habitantes da região da Maragateria, na Espanha. Outra, trata de uma espécie de papagaio cujo habitat vai do Brasil até a Argentina. Independente da origem, trata-se de uma apelido negativo, fazendo alusão à presença de uruguaios nas fileiras federalistas. O lenço vermelho era seu símbolo, mas os piquetes de Gumercindo Saraiva usavam lenço branco.

245 Eram os republicanos. O apelido deriva do chapéu usado pelos militares que os apoiavam. Ele tinha listras brancas, lembrando uma espécie de pica-pau. O lenço branco era seu símbolo.

*En esta tierra era fácil encontrar diversos tipos de ejércitos, milicias, policía montada y guarniciones de frontera; pero, en todos los casos, sus pretensiones por conseguir el control sobre la totalidad de ese territorio resultaban demasiado imperfectas, y en general, las autoridades militares de cada lado se correspondían con las del lado opuesto de la frontera. La presencia de estos grupos castrenses hizo de la fronteriza una sociedad altamente militarizada, en la que banderas y uniformes abundaban; y los emblemas nacionales adquirían una creciente significación por contraposición con los del Estado vecino (CHASTEEN, 2001, p. 64)*

O Rio Grande vinha há muito tempo em crise econômica e social, pelo(a): esgotamento do modelo de produção de riqueza com base na pecuária extensiva; aumento vertiginoso da população e o consequente desemprego; repartição excessiva das grandes propriedades; baixos salários, dentre outros. Não bastasse isso, a inflação ocasionada pela emissão desmedida de moeda e o aumento da fiscalização aduaneira, coibindo o histórico contrabando de gado nas fronteiras meridionais, criaram uma atmosfera hostil em relação ao novo regime.

No Sul, desde a década de 1880, atuava o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de viés positivista, que representava as classes urbanas, os imigrantes e alguns segmentos de oposição à tradicional elite pecuarista gaúcha. Seu líder era o jovem Júlio Prates de Castilhos. Defendia maior autonomia estadual<sup>246</sup> e um Poder Executivo forte na esfera regional.

Júlio de Castilhos foi eleito o primeiro Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 14 de Julho, após uma sucessão de governos provisórios. O PRR tinha limitado apoio político, por isso, para se consolidar no poder, utilizou-se de todos os meios, inclusive da violência.

Com a República, os estados tiveram oportunidade de promulgarem suas próprias Constituições. No Rio Grande, Castilhos obteve a aprovação de uma Carta Magna que dava poderes quase ditatoriais ao Presidente do Estado, relegando o Legislativo e os Municípios a um papel subserviente.

Grande foi o descontentamento nos segmentos políticos tradicionais por terem sido aliçados do poder. Assim, para fazer oposição a Castilhos, fundou-se o Partido Federalista Brasileiro (PFB), ou “Partido Federal”. Essa agremiação acabou se transformando numa frente ampla, repleta de “alianças improváveis”, reunindo monarquistas, liberais, conservadores, parlamentaristas e dissidentes do PRR. Todos sob a liderança de Gaspar Silveira Martins.

Os integrantes do PFB se autodenominavam “federalistas”, em sintonia com o nome do seu partido, porém, defendiam, paradoxalmente, o enfraquecimento do poder estadual em detrimento da União e dos municípios<sup>247</sup>. A questão não era, portanto, ideológica. Tratava-se, simplesmente, de se fazer oposição a Castilhos, retomar o poder e ajustar as contas contra seus rivais.

246 As antigas províncias passaram a ser chamadas de “estados” com a República.

247 Federação (ou Estado Federal) é um estado formado por diversas unidades que conservam suas autonomias. Era o oposto do que queriam os maragatos.

Júlio de Castilhos apoiou o Governo de Deodoro. Quando o marechal tentou fechar o Congresso, a oposição (que contou com apoio de parcela dos militares<sup>248</sup>) pediu a renúncia do Presidente do Estado.

Diante da forte oposição por seu apoio a Deodoro, Castilhos foi obrigado a renunciar em 12 de novembro de 91. Em seu lugar, assumiu uma junta composta por Manoel Luís Rocha Osório, João Barros Cassal, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Gen. Domingos Alves Barreto Leite. Iniciou-se o chamado Governicho<sup>249</sup>, que passou a perseguir os republicanos, que tiveram de se refugiar na Argentina e no Uruguai.

Deu-se nova sucessão de governos. Em fevereiro de 1892, Silveira Martins, que estava exilado no Uruguai, regressou ao Rio Grande, aumentando o radicalismo político. Foi neste contexto que o Gen. Silva Tavares fundou o Partido Federalista.

O Governicho não devolveu a tranquilidade ao Estado e também caiu em maio de 1892. Assumiu o governo estadual o Visconde de Pelotas novamente no mês seguinte. O velho chefe militar também sofreu forte oposição dos republicanos, renunciando em favor do Gen. Honorário João Nunes da Silva Tavares<sup>250</sup>, seu Vice-Presidente, que se encontrava em Bagé.

Neste ínterim, Castilhos estava articulado política e militarmente. Disponha de um “Dispositivo Militar”, que estava baseado nos chamados “Corpos Patrióticos<sup>251</sup>”. A justificativa do PRR para o uso da força era o de restabelecer o governo legitimamente eleito em 1891. A ordem de Floriano para o Exército era manter a neutralidade, porém, é sabido que os republicanos contaram com apoio logístico da Instituição nesta fase.

O “Dispositivo de Castilhos” dividia o Rio Grande em Zonas Revolucionárias. A 2ª Zona englobava ampla área, incluindo as cidades de Pelotas, Santa Isabel, Canguçu, Piratini, Camaquã, Encruzilhada, Herval, Arroio Grande, Povo Novo, São José do Norte, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão, esta última sob a liderança política de Carlos Barbosa.

Como a ferrovia Bagé-Pelotas se encontrava ameaçada, o Governo no Federal determinou que o Gen. Arthur Oscar de Andrade Guimarães<sup>252</sup> a patrulhasse, mantendo as linhas de comunicações em funcionamento. Esse oficial contava, além de artilharia, com os 30º e 3º BI (este último, com parada em Jaguarão<sup>253</sup>).

Logo que foi possível, Castilhos colocou em marcha suas tropas, a comando do Gen. Isidoro Fernandes<sup>254</sup>, para Bagé, com a finalidade de derrubar Silva Tava-

248 Somente as guarnições de Porto Alegre, Rio Pardo, Santa Vitória do Palmar, São Borja e Jaguarão (BENTO, v. 2, 1995, p. 22) apoiaram sua manutenção no cargo.

249 Governo estadual que inclui o período em que Júlio de Castilhos esteve afastado do poder.

250 João Nunes da Silva Tavares (1818-1906), Barão de Itaqui, mais conhecido como “Joca Tavares”, nasceu na Freguesia do Herval. Teve seu batismo de fogo durante a Revolução Farroupilha. Foi Deputado Provincial e brigadeiro honorário do Exército. Era filho de João da Silva Tavares, Visconde de Serro Alegre.

251 Organizações paramilitares que tiveram como base a Guarda Nacional.

252 O Gen. Arthur Oscar nasceu no Rio de Janeiro em 1850. Chegou a general de divisão do Exército Brasileiro. Participou da Guerra da Tríplice Aliança, da Revolução Federalista e comandou a 4ª expedição contra o reduto de Canudos-BA. Serviu no 3º BI, em Jaguarão, entre 1876 e 1886; e pela segunda vez no biênio 1888-1889.

253 O 3º BI participou da pacificação do Rio Grande, passando longo período em operações.

254 Mal. Isidoro Fernandes de Oliveira (1829-1904) era uruguaio de nascimento. Combateu em todas as guerras internas e externas desde a Revolução Farroupilha. Dentre outras comissões, comandou o 4º CCC em 1867.

res. Para lá convergiram cinco brigadas, sendo que a 5ª era comandada pelo Cel. Elias Amaro<sup>255</sup>. Ela foi organizada com paisanos de Jaguarão, Herval, Arroio Grande, Santa Isabel, Santa Vitória e Povo Novo, tendo um efetivo aproximado de 1.500 homens. Suas ordens eram as seguintes:

A 5ª brigada, terá por fim: 1º tomar posse dos municípios do extremo sul; 2º restaurar a legalidade em Santa Vitória, para que será necessário e indispensável que de Jaguarão marche uma força de trezentos homens armados e municionados que, reunidos aos republicanos daquele município, batam as forças do caudilho Gumersindo (sic) Saraiva, que, segundo informações fidedignas dispõe de duzentos homens armados de carabinas; 3º vencer inimigos do Herval, onde o partido republicano não conta elementos materiais para sucesso imediato; 4º cumprir as ordens que incidentemente lhe forem expedidas pelo general Isidoro (BENTO, 1995, v. 2, p. 65)

Diante do sucesso da manobra político-militar de Castilhos, Joca Tavares renunciou em 4 de julho de 1892. Amaro acampou no Cerro Chato ao norte de Herval em 13 e, dois dias depois, o Gen. Isidoro determinou que a 5ª Brigada avançasse até o Rio Candiota.

As perseguições do PRR aos federalistas se intensificaram, obrigando-os a se refugiar no Uruguai, onde passaram a preparar um movimento armado. Não havia mais espaço para negociação e, por isso, a guerra civil se tornou inevitável!

Para Floriano, a disputa política no Rio Grande era uma questão regional, porém, como ela ameaçava a estabilidade nacional, o marechal, mesmo sem simpatizar com Castilhos, fez sua opção. Decidiu apoiar o PRR, que lhe dava maiores garantias para a consolidação da República Presidencialista.

## A REPUBLICANA JAGUARÃO

Jaguarão tornou-se campo fértil para as ideias republicanas desde cedo. Até nos dias atuais, é fácil contatar essa inclinação da cidade. Basta lembrar que Jaguarão foi o primeiro município gaúcho a aderir ao movimento de 20 de setembro de 1835 e, no ano seguinte, a ratificar a declaração da República Rio-grandense. Essa influência republicana aumentou com a chegada, à cidade, de Carlos Barbosa Gonçalves, um dos fundadores do Clube Republicano.

Neste contexto, a notícia da mudança da Proclamação da República foi saudada festivamente, tanto no meio civil como no militar. É importante frisar que os oficiais estavam impregnados pelas ideias positivistas.

O Clube Republicano jaguareense passou a apoiar, desde o primeiro momento, o PRR em suas articulações para dominar o espectro político durante o governo provisório estadual. Já em 24 de dezembro de 1891, a Estátua da República, localizada na Praça Alcides Marques, foi inaugurada, o que bem mostra a simpatia da cidade pelo novo regime.

---

255 Joaquim Elias Amaro integrou a Guarda Nacional, chegando a general honorário. Foi escolhido por Carlos Barbosa para comandar a 5ª Brigada de Corpos Patrióticos.

As Câmaras Municipais foram substituídas por Intendentes<sup>256</sup> e Juntas Municipais nomeadas. Em Jaguarão, ocuparam o executivo, as seguintes Juntas Governativas: Cel. Thomas Affonso da Silva, Benjamin Guilherme dos Reis e Augusto Cezar de Leivas, de 16/12/1889 a 14/9/1890; os três anteriores, mais Antônio Amâncio Nogueira de Oliveira e João Antônio Guimarães Filho, de 14/9/1890 a 21/11/1891; Gen. José Antônio Alves, Ten. Cel. José Joaquim D'Aguiar Corrêa e Cap. Antônio Maria Pinto, de 21/11/1891 a 28/1/1892; Gen. José Antônio Alves, Ten. Cel. Antônio Cerqueira, Maj. José Manoel Goulart, Ten. Cel. Joaquim Francisco Moreira e Cap. Antônio Maria Pinto, de 28/1/1892 a 18/6/1892; Cel. Gabriel Gonçalves da Silva, João Maria Gonçalves da Silva e João Antônio Guimarães Filho, de 18/6/1892 a 1º/9/1892. A partir desta última Junta, passaram a conduzir o executivo municipal os Intendentes, que eram nomeados pelo Presidente do Estado.

Naquela época, o 6º Distrito Militar dispunha de 21 organizações militares de combate. Estavam em Jaguarão o 3º BI, a comando do Cel. Antônio B. Figueiredo, e o 2º RCL, comandado pelo Cel. Francisco Maria P. Bittencourt.

A República apanhou a guarnição militar de Jaguarão reforçada pelo 6º Regimento de Cavalaria Ligeira (6º RCL)<sup>257</sup>. Ele foi criado com quatro Esquadrões, a comando do Cel. Alfredo Barbosa, por meio do Decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888. No ano seguinte, o Decreto nº 56, de 1º de dezembro, confirmou sua parada em Jaguarão.

A organização do 6º RCL foi possível reunindo-se as praças dos 2º (de Jaguarão) e 4º RC. Esta informação constou do ofício nº 24, de 9 de janeiro de 1936, do Comandante do 2º Regimento de Cavalaria Independente (herdeiro histórico do 6º RC), documento este citado pelo Estudo sobre a Organização dos Corpos de Tropa a Partir dos Tempos Coloniais até 1934 (1938, p. 122).

Em 13 de março de 1890, o 6º RC foi transferido para Santa Vitória do Palmar-RS, sendo esta decisão confirmada pelo Decreto nº 1.682, de 28 de fevereiro de 1894. Mas se sabe que no início da Revolta Federalista, a unidade estava em Dom Pedrito.

Em meio a toda essa agitação política, o Brig. Astrogildo Pereira da Costa – Barão de Aceguá – faleceu em janeiro de 1892, deixando a cidade em luto. Esse oficial, filho de Herval, nasceu em 1815, teve uma vida repleta de páginas de bravura, escritas nos campos de batalha do Rio Grande e do Paraguai (seu irmão, Vasco, morreu em Estero Rojas, em 24 de Setembro de 1867, durante a Guerra da Tríplice Aliança).

### **A REVOLTA FEDERALISTA: JAGUARÃO É AMEAÇADA**

Em fevereiro de 1893, os federalistas, que tinham concentrado seu “Exército Libertador” no norte do Uruguai, invadiram o Rio Grande do Sul. Eles contavam com o apoio decisivo do Gen. Joca Tavares e dos caudilhos Aparício e Gumercindo Saraiva<sup>258</sup>.

Da proclamação de 15 de março de 1893, extraem-se os motivos por eles alegados para a revolta:

256 De 1889 a 1930, a Intendência era o órgão do poder executivo na esfera municipal.

257 Seu herdeiro histórico atual é o 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado (2º RC Mec).

258 Gumercindo Saraiva (1852-1894) foi registrado em Arroio Grande. Tornou-se o mais célebre comandante de colunas dos federalistas. Era filho de uruguaios, tanto é que assinava ora Saravia ora Saraiva.

O objetivo dos revolucionários rio-grandenses, não é a restauração da Monarquia, é libertar o Rio Grande da tirania que há oito meses a oprime, restabelecendo a garantia de todos os direitos individuais, é acabar com o regime de perseguições, das violências inauditas, do latrocínio, do saque e do assassinato oficial, que desgraçadamente tem sido apoiado pelo governo do Marechal Floriano Peixoto (TAVARES, Joca, 2004, p. 22)

Invadiram o Rio Grande<sup>259</sup> e tiveram um sucesso inicial, ao tomarem Dom Pedrito em 22 de fevereiro. Essa vitória, porém, custou caro aos federalistas, pois, ao atacarem o quartel do 6º RC (criado em Jaguarão em 1888), desagradaram profundamente o Exército, que não perdoou tal afronta. Com o ataque direto à tropa federal e a presença de monarquistas e estrangeiros nas fileiras federalistas, até mesmo os oficiais que eram a favor de uma posição de neutralidade, tomaram partido em prol dos republicanos.

Antes desse evento, Gumercindo Saraiva andava pelas nascentes do Rio Jaguarão, quando, ainda em 11 de fevereiro, houve o primeiro choque entre federalistas e castilhistas:

No dia 13, o General Tavares recebeu uma parte do Coronel Gumercindo Saraiva que comunicava ter encontrado uma coluna inimiga na costa do Rio Jaguarão, Salsinho, com a qual tiroteou desde as 4 horas da tarde até ao anoitecer; diz a parte: “Nutrido fogo da parte do inimigo, e muito escasso da nossa parte; o inimigo recostou-se sobre a costa do Jaguarão onde formou quadrado, e era protegido pelo grande chiral e escabrosidade do terreno; tivemos perdas a lamentar, uma praça morta e três feridas. Antes, porém, de começar o tiroteio, o bravo Tenente-Coronel Vasco Martins esteve de linhas estendidas com um esquadrão de cem homens do 5º Regimento de Cavalaria, comandado pelo Tenente <Zeferino Xavier de> Moraes, com quem o Coronel João M. Epaminondas de Arruda parou, e disse que tinha ordem do General Silva Tavares, chefe das forças revolucionárias, [...] de não fazer fogo contra as forças de linha, salvo se for por elas atacado (TAVARES, Joca, 2004, p. 16-17)

O choque foi contra as forças do 4º Corpo Provisório, do Cel. GN Manoel dos Santos Pedroso (Maneco Pedroso), que, segundo os federalistas, teve 16 mortos. Gumercindo teve de retrair, porém, rumando para oeste, para se reunir às demais forças rebeldes próximas a Bagé.

Havia preocupação entre os revoltosos para se evitar o combate contra o Exército. Porém, é certo que não havia consenso entre eles, pelo que aconteceu em Dom Pedrito em 22 de fevereiro. Essa foi uma característica desse conflito: houve falta de unidade de comando. Cada caudilho fazia o que bem entendia.

Graças à ampla utilização das comunicações telegráficas e à existência das ferrovias, as forças legais reagiram rapidamente. Seguiu-se a fracassada tentativa dos revoltosos estabelecerem um cerco a Livramento, dentre outros pequenos reveses. Mas com a chegada do Cel. (do Exército) Luís Alves Leite de Oliveira Salgado<sup>260</sup>

259 1ª Invasão Federalista.

260 Foi comissionado general, recebendo o comando da 2ª Corpo de Exército Libertador. A participação de militares do EB não foi significativa, mas muito ajudou os federalistas.

(com armamento moderno) e a eclosão da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, os federalistas ganharam novo alento.

Após a derrota dos federalistas na batalha de Inhanduí<sup>261</sup> (maio), o movimento perdeu força. Grande parte da tropa decidiu se evadir para o Uruguai. Nesta oportunidade foi que a coluna de Joca Tavares se aproximou da Lagoa Mirim. Em 17 de maio, acampou no rio Jaguarão-Chico, onde recebeu cavalos novos<sup>262</sup>. Decidiu-se, então, seguir para a Cidade Heroica, mas as condições atmosféricas o impediram.

o General Tavares dirigiu ao seu irmão Barão de S. Tecla, a seguinte carta: “Jaguarão Chico, 25 de maio de 1893. Companheiro Quincas. A 19 lhe escrevi dando notícia das últimas ocorrências. Depois que recebi a cavallhada tomada do inimigo em Bagé, empreendi marcha com a força pelo Rio Candiota para ocupar o município de Jaguarão. Infelizmente fomos surpreendidos por um grande temporal que transbordou o dito Candiota, obrigando-me a retroceder (TAVARES, Joca, 2004, p. 38)

Não houve combates em Jaguarão no início da revolta. Apesar de apoiar os republicanos, havia, na cidade, simpatizantes dos rebeldes. A correspondência de Francisco da Silva Tavares (2004, p. 118) menciona a existência de que 50 praças do Exército que planejavam aderir ao movimento em meados de 1893, o que acabou por não se concretizar.

O Exército Libertador estava em situação logística muito difícil no inverno de 1893: faltavam roupas, armamento, munição e cavalos. Muitos federalistas morreram de frio nas proximidades do Rio Jaguarão naquele inverno.

Enquanto parte dos revoltosos decidiu se refugiar no Uruguai, Gumerindo, que não concordara com essa retirada, permaneceu no Rio Grande, atuando com sua coluna de pouco mais de mil homens no sul do estado. Neste meio tempo, o Alm. Eduardo Wandenkolk armou e equipou um navio frigorífico chamado Júpiter, com a finalidade de atacar o porto de Rio Grande, o que faria em combinação com um ataque terrestre federalista. Em 7 de julho, o Júpiter chegou à barras de Rio Grande, onde permaneceu até o dia 12. Como os federalistas não apareceram, seguiu para Santa Catarina, onde acabou capturado.

Nesse evento, houve falta de coordenação entre os rebeldes. Os líderes federalistas não sabiam o paradeiro exato de Gumerindo, que estava atuando na região entre Herval, Arroio Grande e Santa Isabel. Urgia que o caudilho atacasse Rio Grande, mas ele tomou conhecimento do plano tardiamente. Chegou-se a mandar um piquete a comando do Cap. Manoel Jorge para tentar encontrá-lo, mas a tentativa acabou fracassando.

No dia 5 seguiu o Capitão Manoel Jorge levando ao Gumerindo ordem de seguir imediatamente para o Rio Grande, mas regressou no dia 6 corrido pelas forças do Elias Amaro que interceptaram a sua marcha e o trouxeram até as margens do Jaguarão abaixo de tiros (TAVARES, Francisco, 2009, p. 122)

261 Próximo a Alegrete.

262 Estácio Azambuja tomou 1.500 cavalos dos legalistas, sendo posteriormente perseguido por Elias Amaro. Porém, graças à pronta intervenção da Coluna de Gumerindo, foi salvo.

Os telégrafos orientais foram amplamente utilizados pelos rebeldes e foi por meio deles que, finalmente, Gumerindo recebeu, em 12 de junho, ordens para marchar para Rio Grande. Mas já era tarde. Então, ele rumou para a fronteira, cercando Jaguarão a 17 do mesmo mês. Nessa guarnição, havia cerca de mil soldados de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Exército, além de civis mobilizados, todos a comando do Gen. Manuel Francisco Soares. Ao cair da noite, o caudilho oriental intimou a cidade à rendição.

17 de julho. [...] “Foi intimada [...] guarnição, Jaguarão a render-se. Intimação repelida, arrogância. Gumerindo acampa norte cidade” [...] É provável que a cidade de Jaguarão seja atacada amanhã [...] “Saraiva à frente 2.500 homens, circunda Jaguarão distância uma légua. À noite intimou rendição General Soares dizendo tratar evitar efusão de sangue [...] Saraiva espera incorporação Tavares para atacar cidade. Assegura-se que Motta, Pedroso, Corpo transporte vêm em proteção Jaguarão. Porto cerrado [...] 18 de julho. Às 10 horas da manhã Gernegross passou-nos o seguinte telegrama: “Chegou Mirim um batalhão. Creio gorado ataque, Jaguarão em festas.” Do Burlamaque ao Lourenço a mesma hora: “Fui pessoalmente levar informações Gumerindo. Ele não ataca Jaguarão.” O telegrama de Gaspar a Zeca Tavares é em resposta ao seguinte, passado no mesmo dia 17: “General Tavares, exército próximo a Jaguarão. Propalam fracasso de Wandenkolk [...] precisam verdade para saber que rumo seguir; próprio aqui aguarda resposta” [...] “Chegou hoje a Jaguarão Mirim, conduzindo batalhão 32. Saraiva tomou-lhes 500 cavalos que tinham de reserva na estância Bonito, matando-lhes 6 homens e aprisionando-lhes 50 que saíram em descoberta. Assegura-se agora que este mandou intimar novamente rendição praça no prazo de 24 horas. Primeira intimação foi respondida com altaneiro pelo General Soares. Guarnição entusiasmadíssima [...] 22 de julho [...] Gumerindo, em retirada de Jaguarão, encontrou-se com forças de Elias e Pedroso no passo da Bretanha, que vinham proteção Jaguarão, estenderam linha tiroteando-se, perdendo Saraiva três homens, depois de passar sua cavalcada número 6.000, continuou tiroteio em retirada para Arroio Grande. Governistas não perseguiram por falta de cavalos. Saraiva depois saqueou 4 casas, entre elas a estância do Dr. Carlos Barbosa, não deixando nem éguas [...] Custa a crer que Gumerindo se limitasse a tiroteios com Eli[as] e Pedroso; tanto mais sabendo-se que Elias chegou a Jaguarão apenas com 20 homens [...] Amanhã sai por via Melo Ministro Monteiro, acompanhado do Tenente-Coronel De Deos Dias. Capitão Rosa e outros. Hoje dizia-se que Saraiva pelejava no Herval com forças do General Telles. Ignoram-se detalhes (TAVARES, Francisco, 2004, p. 123-126)

Lendo-se o texto acima, tem-se ideia dos fatos dramáticos que ocorreram em Jaguarão. O Gen. Soares fez pouco caso da intimação, porque dispunha de uma equilibrada combinação de infantas e cavalarianos, apoiados por Artilharia, garantindo-lhe maior poder de combate.

No final do século XIX, no Rio Grande do Sul, ainda havia espaço para os cavaleiros e suas lanças, porque o Exército era pouco numeroso e eram escassas as metralhadoras e a artilharia moderna. Mesmo atacando com a certeza da vitória, princípio básico da Guerra Gaúcha, os piquetes de Cavalaria, ao encontrarem uma infantaria bem postada no terreno, normalmente eram derrotados.

*En una guerra, los sitios pueden ganarse empleando artillería, o matando a los sitiados de hambre, pero nunca se ganan con cargas de caballería; por esa razón, su ventaja numérica no sirvió de nada [...] Los lanceros de Gumercindo podían cabalgar en círculos alrededor de la infantería [...] pero consiguieron hacer muy poca cosa más (CHASTEEN, 2001, p. 79-80)*

Sem condições de atacar e ameaçado pelo Cel. Manoel Pedroso e Elias Amaro que estavam a caminho para socorrer os sitiados, Gumercindo deixou a cidade. Seguiu para Cerrito, onde houve rápido combate de encontro. Seguiu para Herval e, dali, para oeste.

Jaguarão, tão acostumada à guerra, foi ameaçada por artiguistas em 1818, invadida por argentinos em 1828, palco de vários combates durante a Revolução Farroupilha e protagonista da resistência a Basilio Muñoz em 1865. Em 1893, mais uma vez, deu provas do valor de seu povo, resistindo ao cerco federalista de Gumercindo Saraiva.



Quartel do 2º Regimento de Cavalaria na Rua 24 de Maio – Fonte: IHGJ

### **REVOLTA DA ARMADA**

A Revolta da Armada<sup>263</sup> eclodiu porque Floriano Peixoto não convocou eleições para Presidente da República, quando Deodoro da Fonseca renunciou, e pelo fato da alta oficialidade da Marinha não concordar com o tratamento que estava sendo dado aos federalistas no Rio Grande do Sul. Foi importante para os gaúchos porque os insurgentes da Marinha se aliaram aos maragatos na luta contra o poder central.

Os revoltosos chegaram a conquistar Florianópolis e ameaçar seriamente o comércio exterior do País. Durou de setembro de 1893 a março de 1894, mas perdeu força rapidamente. Seus líderes foram os Alm. Saldanha da Gama e Custódio de Melo.

---

263 Foi a 2ª Revolta da Armada. A 1ª foi contra Deodoro da Fonseca em 1891.

### A BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul<sup>264</sup> foi criada, com esta denominação, em 15 de outubro de 1892, por evolução da força policial existente no estado. Seu primeiro Comandante foi o Maj. (coronel comissionado) Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz. Sua origem remonta da Força Policial, que surgiu em plena Guerra dos Farrapos em 1837.

Apesar de sua missão principal ser a segurança pública, a Brigada foi criada nos moldes de um exército regular, o que não chegou a ser uma exceção para a época.

A história dessa honrada corporação, que conta com a confiança do povo gaúcho, está repleta de glórias. Nos dias de hoje, é a Instituição responsável em realizar o policiamento ostensivo.

### JAGUARÃO EM MEIO AOS COMBATES

Em meados de 1893, os Cel. Manoel Pedroso e Elias Amaro se deslocaram para oeste, sendo que os combates se concentraram na região Serrana e a oeste do Estado. Mas próximo a Bagé, Joca Tavares, que voltara do Uruguai<sup>265</sup>, reunia poderosos meios, enquanto Gumercindo Saraiva seguiu mais tarde para Santa Catarina e Paraná<sup>266</sup>.

Em outubro, parte do 2º RC foi para Pelotas. Em 9 de novembro, o restante da unidade seguiu para a estação férrea de Piratini para se reunir à Divisão do Sul, o que aconteceu no dia 12. Nessa região, realizou marchas e contramarchas, passando pelas localidades de Pedras Altas, Piratini e Candiota durante o restante do mês.

Enquanto isso, uma divisão a comando do Gen. Isidoro se encontrava no Passo Maria Gomes<sup>267</sup>. Foi neste contexto que, em novembro, houve sério incidente, indicando a existência de federalistas entre as tropas jaguarenses.

A força do 2º Regimento que havia seguido para Maria Gomes conduzindo cavalaria regressou antes de ontem a Jaguarão e hoje marchou com o resto do regimento a incorporar-se ao General Isidoro. [...] Essa carta é de 4 do corrente. Consta que o 3º esquadrão do 2º Regimento, ao sair de Jaguarão para incorporar-se a Isidoro, deu vivas ao Partido Federal, havendo conflitos e algumas mortes (TAVARES, Francisco, 2004, p. 144)

Pouco depois, com seu piquete de aproximadamente 500 paisanos, Manoel Pedroso deu combate aos revoltosos (Fidélis Fagundes e Rosas), porém foi derrotado, indo se refugiar entre Jaguarão e Santa Rosa.

Com a 2ª Segunda Invasão Federalista, Tavares se constituiu na maior ameaça. Assim, boa parte das tropas se juntou às forças do Gen. Isidoro. Houve, então, um dos momentos mais dramáticos daquela cruenta guerra civil: o Massacre do Rio Negro.

264 Nome dado à Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

265 Preparando a chamada 2ª Invasão Federalista.

266 O Alm. Saldanha da Gama havia conquistado Florianópolis. Gumercindo venceu as tropas do Exército em Tijuca-SC e Lapa-PR em 1894. Porém, pressionado, voltou ao Rio Grande.

267 Localizado no Rio Piratini, ligando as cidades de Pedro Osorio-RS e Cerrito.

General Pina, no dia 27 de novembro cedo, desalojou Manoel Pedroso de sua posição em Jaguarão onde estava com 800 homens e o obrigou a vir incorporar-se nas trincheiras do Rio Negro com o Isidoro ficando assim completamente cercado todo o exército inimigo. Às 10 horas do dia 27, o inimigo estendeu linha de batalha umas 8 quadras fora das trincheiras, começando então a grande batalha [...] No dia 28 ao meio dia, o inimigo completamente desanimado rendeu-se (TAVARES, Francisco, 2004, 146)

Após a rendição dos legalistas, seguiu-se a degola de 300 civis republicanos no chamado “Potreiro das Almas”, em Hulha Negra-RS<sup>268</sup>, inclusive Maneco Pedroso. Cabe a pergunta: estaria o 3º esquadrão do 2º RC com as tropas de Isidoro que se renderam? Não!

Do Exército, apenas o 28º BI e elementos de apoio ao combate estavam entre as tropas legalistas. Consultando-se o Histórico do 2º RC, verifica-se que ele estava entre Piratini e Pedras Altas.

A seguir, Joca sitiou o Cel. Carlos Maria Silva Telles e suas tropas (Exército, Brigada Militar e civis recrutados) em Bagé por 47 dias. A Divisão do Sul (legalista), do Cel. João César Sampaio, concentrou-se em Pedro Osório, marchou para a cidade e levantou o cerco. Foi um duro golpe para Tavares.

O ano de 1894 foi marcado por muitos combates, mas as vitórias federalistas começaram a rarear. A Revolta da Armada foi debelada; o Alm. Saldanha da Gama invadiu o estado, sendo derrotado e morto; Gumercindo voltou de Santa Catarina e Paraná, também vindo a tombar em combate; e Prudente de Moraes foi eleito Presidente da República. Aos poucos, as tropas legais foram encurralando os revoltos. Neste ínterim, houve o chamado Massacre do Boi Preto, sendo que as vítimas, desta vez, foram os maragatos. As retaliações e degolas não paravam, sendo praticadas por ambos os lados.

Em 28 de fevereiro de 1894, o Decreto nº 1.682 confirmou a sede do 2º RC em Jaguarão, sendo a unidade organizada com quatro esquadrões. Neste mesmo ano, o 2º participou de combates em Alegrete a 8 de fevereiro e São Gabriel a 14, provavelmente contra as forças de Marcelino Pina. Depois, dirigiu-se para a região do Rio Piraí, próximo a Bagé, onde acampou no mesmo mês. Em maio, marchou de Piratini a Jaguarão, com a finalidade de receber cavalaria nova a 13, voltando ao Piraí, onde chegou em 24.

Em junho, seguiu para São José do Patrocínio<sup>269</sup>, Encruzilhada do Sul (onde deu combate aos maragatos no dia 7 desse mês) e Dom Pedrito. Mantendo sua base nesta região, transitou, entre julho e dezembro, pelas regiões do Rio Piraí, Livramento e os passos do Viola e Santa Maria Chica<sup>270</sup>. No ano seguinte (1895), atuou em Livramen-

268 Os rio-grandenses citam muito os chimangos e maragatos, mas não se orgulham da maneira feroz com que eles se bateram durante a Revolução Federalista. A degola de adversários, muitas vezes indefesos, foi uma de suas marcas. O famoso “Massacre do Rio Negro”, levado a efeito pelos federalistas, levou os dois lados a uma insana escalada de violência. Os historiadores afirmam que as tropas do Exército e da Marinha, mesmo os que aderiram às forças rebeldes, mantiveram-se sob controle de seus comandantes, não se envolvendo em atos de ferocidade gratuita durante a Revolução.

269 Atual município de Amaral Ferrador-RS.

270 O Passo do Viola fica no Rio Piraí, em Bagé, e o de Santa Maria Chica (também conhecido como Passo do Ferraria) no Arroio Santa Maria Chico, em Dom Pedrito.

to e na região do Rio Ibicuzinho. De abril a setembro, realizou diversas expedições. Esteve em Bagé e Piratini em outubro, seguiu para Arroio Grande e, depois, Jaguarão, chegando a 7 de novembro<sup>271</sup>.

### COMBATE NO PASSO CENTURIÃO

As colunas federalistas se mantinham em movimento. Jaguarão era de responsabilidade do Cel. Estácio Azambuja em 1894, cuja área de atuação ia da Lagoa Mirim a Aceguá. Ele chegou a ter mais de 600 homens em armas. Outros piquetes que lutaram na região foram os de Antônio Carlos Burlamaque e Vasco Amaro da Silveira, cada um com aproximadamente 100 civis recrutados.

Da parte dos republicanos, Zeferino Lopes de Moura e o Cel. Manoel de Deus Dias comandavam os civis mobilizados em Jaguarão.

O 2º RC continuou a participar ativamente das operações. Em outubro, parte do efetivo dessa unidade, do 11º BI e do batalhão de engenharia se encontravam em Pelotas, sendo seus movimentos monitorados pelos rebeldes.

Em final de novembro, o Cel. Zeferino partiu com um piquete de pouco mais de 100 homens na direção do Rio Jaguarão-Chico, com o objetivo de dar combate aos piquetes federalistas que atuavam na região.

1º de dezembro [...] Ontem, Zeferino de Moura, que saiu de Jaguarão [...] se troteou com as forças de Burlamaque e Ladislau que procuraram incorporar-se a Estácio. Este [...] marchou ao encontro do inimigo que, ao avistar o socorre esta manhã, entrincheirou-se na casa forte e mangueiras que tem Zeferino na barranca do Rio Jaguarão, sendo sitiado pelas nossas forças em número de 500 e tantos a 600 homens (TAVARES, Francisco, 2004, p. 188)

Esse combate ocorreu próximo ao Passo Centurião. Assim prosseguiu:

2 de dezembro de 1984 [...] Tendo recebido parte no dia 29 que a força inimiga saía de Jaguarão e achava-se do outro lado de Jaguarão Chico, na fazenda do Coronel Zeferino de Moura, comandante delas, e que o Tenente-Coronel Burlamaque achava-se deste lado, guarnecendo a ponte e a picada daquele arroio [...] empreendi marcha com as cautelas precisas [...] fui amanhecer naquele ponto, onde embosquei-me. Ao clarear do dia, mandei uma pequena guerrilha provocar o inimigo, a fim de chamá-lo para este lado do arroio de modo a tirá-lo do terreno em que se achava que [...] pela sua natureza, dificultava o desenvolvimento de nossa principal arma cavalaria [...] revolvi atacá-lo na esperança de cortar-lhe a retirada para a casa do Coronel Moura, que [...] é um forte. Por isso, mandei avançar linhas de atiradores protegidas pelos lanceiros (TAVARES, Joca, 2004, p. 143-144)

Diante da inferioridade numérica, os legalistas retraíram para a casa da fazenda, onde acabaram sitiadas por Azambuja e Burlamaque, que tinham o intuito de fazê-

271 Efetivamente estiveram à frente da unidade durante as Revolta os seguintes oficiais: Cap. Joaquim Barreto da Gama Lobo Pitta (31/3/93 a 3/1/94); Cap. João Carlos Menna Barreto (3/1 a 20/5/94); Cap. João de Deus Guimarães (pequeno período em 1894); Maj. Joaquim Vitorino Maciel (12/9/94 a 25/3/95); e Cap. Luiz de Miranda Azevedo (de 2/3 a 6/9/95).

-los capitular pela fome. Porém, o líder maragato tomou conhecimento da chegada de uma unidade de infantaria com 400 homens, que vinha de Arroio Grande.

Azambuja ainda realizou mais uma ação contra os sitiados e depois se retirou para o Passo São Diogo sem deixar nenhum morto no terreno. Ele mesmo relatou que Zeferino teve cinco mortos e três prisioneiros, mas acreditava que houvera mais baixas.

Os federalistas dispunham de cerca de 600 homens, mas a cavalaria estava em péssimo estado. Nas semanas seguintes, mesmo recebendo novas montadas, não voltaram a atuar próximo a Jaguarão. A disponibilidade de bons cavalos continuava sendo “conditio sine qua non” para combater nos Pampas no fim do século XIX. Os gaúchos, diferentes dos europeus, não levavam os víveres necessários para os cavalos realizarem longas marchas, por isso, os animais definhavam até se tornarem imprestáveis. Por isso, “confiscar” esses animais sempre fora prática comum na Guerra Gaúcha. Os federalistas tiveram importantes aliados para mantê-los montados: os estancieiros dos departamentos localizados ao norte da ROU. Eram eles aqueles que, além de oferecerem abrigo e permitirem o contrabando de armas e munições, forneciam a cavalaria necessária ao esforço de guerra dos maragatos.

Após o combate no Passo Centurião, os legalistas romperam o contato e retraíram em ordem para Jaguarão, passando por Pedras Altas.

### COMBATES EM JAGUARÃO E A PAZ DE PELOTAS

Uma coluna a comando do Gen. federalista José Maria Guerreiro Victoria realizou uma expedição a Camaquã-RS de dezembro de 94 a janeiro do ano seguinte, passando ao norte de Jaguarão.

Limito-me pois, a dizer a Vossa Excelência que guerrilhamos no Arroio Grande, com felicidade, matando 8 homens do inimigo e fazendo 13 prisioneiros e alguns cavalos. Marchei em direção a S. Isabel, contornando pelo Herval, atravessando a linha férrea a leste da estação Basílio, cruzando o município de Piratini e combatendo no dia 6 de janeiro nas Cacimbinhas, onde matou-se 6 homens do inimigo. Em seguida, cruzei a linha férrea, passei o Jaguarão, e regressei ao passo dos Carros, no Candiota, tendo no dia 10 de janeiro feito junção ao Exército o Coronel Zeca Tavares (TAVARES, Joca, 2004, p. 193)

Em de 25 de junho de 1895, o 2º RC passou a integrar a 3ª Brigada, juntamente com os 3º e 5º RC e o 30º BI. Essa tropa atuou na região de Santana do Livramento e Uruguaiana até o final do conflito.

Pequenas ações ainda ocorreram na região, mas nada sério. Enfraquecidos, os federalistas assinaram o Tratado de Paz em Pelotas em 23 de agosto 1895. Logo depois, em 19 de setembro, foi decretada anistia geral para os revolucionários e os insurretos da Armada.

A Revolta Federalista de 1893 foi marcada pela extrema violência entre os contendores. As degolas tornaram-se célebres, manchando a história do Rio Grande. Em pouco mais de dois anos de combate, ela ceifou três vezes mais vidas do que toda a Revolução Farroupilha.

### **PRUDENTE DE MORAIS**

Em 15 de novembro de 1894, com a ascensão de Prudente José de Moraes e Barros, teve início a fase oligárquica da República, que duraria até 1930.

Oligarquia, por definição, é um governo de poucas pessoas, pertencentes a um mesmo partido, classe ou família. Há o predomínio de uma facção ou grupo na direção dos negócios públicos. Foi o que ocorreu no Brasil, quando se estabeleceu um novo equilíbrio do poder, que ficou conhecido como “política do café com leite”, alusão à alternância do poder entre paulistas e mineiros.

Foi nesse período que São Paulo passou a ser o estado mais rico da federação. Em tese, apesar da mudança do eixo do poder, do Rio para São Paulo, houve manutenção do “status quo” social e econômico, com a permanência de uma oligarquia rural conduzindo os destinos do País, como ocorria desde o Brasil-Colônia.

### **CANUDOS**

Prudente de Moraes ficou conhecido como pacificador, por ter apaziguado os ânimos dos federalistas e dos revoltosos da Armada, concedendo-lhes anistia. Mas seria durante o seu governo que teria lugar outro sangrento conflito: a revolta de Canudos.

Esse episódio foi imortalizado pela monumental obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. Girou em torno de Antônio Vicente Mendes Maciel, líder religioso conhecido como Antônio Conselheiro. Era mais um dentre tantos beatos que vagavam pelo interior do Nordeste, porém, seu fervor espiritual, associado às secas sazonais do sertão nordestino, crise social e extrema pobreza da região criaram as condições para uma grande rebelião.

Foi um movimento social espontâneo, que acabou confundido como uma revolta com viés político. A crise foi mal gerenciada, ocasionando uma escalada da violência e radicalizando os dois lados: governo e sertanejos. A partir de novembro de 1896, várias expedições militares foram enviadas para controlar o movimento. O País inflamou! A imprensa e a sociedade exigiram uma reação à altura, pelo que considerava uma ameaça à República realizada por fanáticos monarquistas.

Somente a quarta expedição, comandada pelo Gen. Artur Oscar de Andrade Guimarães, contando com 6 mil militares de todo o Brasil, venceu a revolta. Apesar de tropas rio-grandenses terem sido mobilizadas para combater na Bahia, a revolta não trouxe consequências para o 3º Batalhão e o 2º Regimento. Mas os insucessos e a dificuldade que o Exército teve em vencer os sertanejos expuseram claramente o despreparo do Exército em várias áreas, da organizacional ao treinamento da tropa. Isso sim, nos anos seguintes, repercutiria em Jaguarão.



## CAPÍTULO 22

# A AURORA DO SÉCULO XX

### PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO

O século XX encontrou os quase 20.000 habitantes de Jaguarão dispendo de luz elétrica produzida por máquinas a vapor. Já havia a primeira linha telefônica instalada há pouco tempo na casa do Dr. Carlos Barbosa. Várias ruas eram calçadas, algo raro naquele tempo, o que proporcionava boa qualidade de vida para a população.



3º Batalhão desfila em frente à Prefeitura, na Rua 27 de Janeiro em 1908 – Acervo: IHGJ

A Praça Alcides Marques se chamava Treze de Maio e, assim como hoje, era o principal ponto de reunião dos jaguarenses. Nela, a banda do 3º BI realizava retretas às quintas e domingos, particularmente no verão.

O auge da construção dos belos prédios da cidade aconteceu entre 1890 e 1910. Em frente à praça, o Hotel Suzini ocupava a sua face oeste, ficando entre as sedes dos clubes Harmonia e Jaguarense. Em cada um destes clubes havia dois bailes mensais, que movimentavam a vida social da comunidade.

O teatro Esperança foi inaugurado bem perto da praça, na Rua 27 de Janeiro, em 1897. Naqueles tempos, era pintado de branco. Tinha 316 lugares na plateia, 86 cadeiras nos camarotes de 1ª, 169 mochos<sup>272</sup> nos camarotes de 2ª e uma arquibancada, tendo ainda espaço livre para os espectadores na galeria.

Em frente à praça, no velho casarão de 1815 onde hoje funciona a Casa de Cultura Pompílio Neves de Freitas, havia o Colégio “ginasial” Espírito Santo, que era referência em educação de qualidade. O cônego belga Thomas Aquinas Schoenaers, que foi professor naquele educandário, relatou que os alunos aprendiam exercícios militares, formando, a seu ver, um batalhão disciplinado.

No livro “Olhares Sobre Jaguarão” há textos que relatam a vida da cidade no início do século XX. Muitos deles narram a participação dos militares na vida da comunidade.

Já que estou a escrever de Jaguarão e sua população, não posso deixar de referir-me, em caráter especial, à guarnição militar, que é muito grande e compõe-se de infantaria e cavalaria. Toda a rua, onde está localizado o Colégio, é ocupada por oficiais e soldados, que residem em casas especiais, e muitos deles matricularam seus filhos em nosso Colégio [...] Os principais edifícios são: a Igreja, com suas duas torres; a Santa Casa de Caridade; a Enfermaria (Hospital) militar [...] estima a população entre dezoito e vinte mil almas [...] A população pode ser dividida em quatro classes: primeiro, os ricos estancieiros [...] segundo, os comerciantes [...] terceiro, os artesãos e os empregados [...] quarto, **os soldados**, os servidores policiais alfandegários e os coletores de impostos, todos denominados de “**homens de fim de mês**”, porque são pagos ao fim de cada trinta dias. Visto que **a guarnição militar se compõe de dois regimentos completos, a cada mês enriquece a cidade com muitos contos de réis que nela ingressam** (SCHOENAEERS, 2003 apud FRANCO; SOARES, 2010, p. 75-113, grifo do autor)

No alto de uma colina, a noroeste da cidade, em local salubre, afastada de outras casas, encontra-se a enfermaria militar dos dois regimentos da guarnição de Jaguarão, um de infantaria e outro de cavalaria (PALOMBINI, 1910 apud FRANCO; SOARES, p. 122)

Verifica-se que esses cronistas não puderam deixar de mencionar os soldados, pois não lhes foi possível ignorar sua presença. Essa é uma característica do Exército, Instituição que tem por missões básicas a defesa da Pátria e a garantia de lei e da ordem. No dia a dia, a Força Terrestre pode até passar despercebida, mas a verdade é que ela esteve, está e sempre estará presente na vida dos brasileiros.

272 Assento de madeira que não possui braços e encosto.

A partir de 1892, entre os Intendentes, figuram vários oficiais da Guarda Nacional e da Brigada Militar. Não pertenciam, portanto, ao Exército. Foram eles:

- Cel. Thomás Affonso de Silva, de 1º/9/1892 a 20/6/1895;
- Ten. Cel. João Batista Machado, de 20/9/1904 a 20/9/1908;
- Cel. GN Gabriel Gonçalves da Silva, de 20/9/1912 a 12/3/1917;
- Ten. Cel. GN Pedro Frederico Rache, de 12/3/1917 a 11/11/1920;
- Ten. Cel. Claudino Nunes Pereira<sup>273</sup>, de 11/11/1920 a 4/1/1923;
- Maj. Luiz Evaristo Vieira, de 4/1/1923 a 20/6/1923;
- Maj. Basílio Augusto Wildt, de 20/6/1923 a 20/9/1924;
- Maj. Domingos Soriano Rodrigues, de 20/9/1924 a 20/9/1928.

### **CORDEIRO DE FARIAS, SÍNTESE BIOGRÁFICA**

Oswaldo Cordeiro de Farias nasceu em Jaguarão em 16 de agosto de 1901. Era filho do Cap. Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias e da Sra. Corina Padilha Cordeiro de Farias.

Em seu livro sobre a Associação Protetora dos Desvalidos (APD), afirma Soares sobre o famoso jaguareense e sua família:

Enquanto as obras do futuro Asilo das Orfãs não iniciavam, a Diretoria, providencialmente, arrendava a área suburbana da “Chácara Felisbina Leivas”. Assim, o arrendatário era o Capitão Cordeiro de Farias, mais precisamente o Capitão Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias, natural de Pernambuco, casado com a fluminense Corina Padilha Cordeiro de Farias, que se encontrava em Jaguarão como oficial do 2º Regimento de Cavalaria [...] Ainda discute-se o local onde Cordeiro de Farias viu a luz, em Jaguarão. A versão corrente (já que sua certidão de nascimento atesta que nasceu no “primeiro distrito, na costa do Rio Jaguarão”) é que foi na chácara da sucessão de Bento Gonçalves. Entretanto, face à informação constante na ata nº 8 da APD, fica a dúvida se o nascimento não ocorreu na chácara Felisbina Leivas. De qualquer forma, certo é que Cordeiro de Farias, se não nasceu, brincou na propriedade da Associação (2004, p. 50-51)

Em 1906, o pai de Oswaldo foi transferido para a Capital Federal, onde ele ingressou no tradicional Colégio Militar do Rio de Janeiro. Posteriormente, cursou a Escola Militar do Realengo, sendo declarado oficial da Arma de Artilharia em dezembro de 1919. Foi promovido a 2º tenente no ano seguinte e, em 1921, a 1º tenente.

Realizou os cursos de observador aéreo (1º lugar); aperfeiçoamento de oficiais (1º lugar novamente); oficial de transportes; de Altos Estudos Militares, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (menção honrosa); e Comando e Estado-Maior no Forte Leavenworth (EUA).

273 O Cel Claudino foi oficial da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, chegando a ser seu Comandante-Geral. Foi reconhecido como tenente do Exército em Decreto de 22 de outubro de 1994, por seus relevantes serviços prestados na Revolta Federalista. Foi Intendente de Jaguarão, Santa Maria e Uruguaiana. Participou do Contestado e das Revoltas de 1923 e 1924.

Recebeu forte influência das ideias “tenentistas”. Enquanto cursava a Escola de Aviação Militar, aderiu ao levante dos 18 do Forte. Mesmo não pegando em armas, acabou preso. Uma vez anistiado, foi solto e transferido para o Rio Grande do Sul, passando por Santa Maria, Porto Alegre, Rio Pardo e São Gabriel, onde servia quando aderiu à revolta tenentista de 1924. Reuniu-se ao Cap. Luís Carlos Prestes, participando da epopeia da célebre “Coluna Prestes”, na qual foi comandante de um de seus destacamentos. Após participar da marcha da Coluna, refugiou-se na Bolívia em 1927.

Voltou ao Brasil no ano seguinte. Acabou preso, mas foi solto logo depois, voltando às lides castrenses. Neste ínterim, casou-se com a Sra. Avany Barcelos, com quem teve um filho.

Participou ativamente da Revolução de 1930, estando em Minas Gerais na ocasião. Foi promovido a capitão a contar de 1925 e foi transferido para o gabinete do Gen. Leite de Castro, Ministro da Guerra. Depois, assumiu o comando do 2º Grupo de Artilharia.

No ano seguinte, já major, seguiu para São Paulo, onde chefiou a Polícia Estadual. Ali ficou até 1932, saindo pouco antes do início da Revolta Constitucionalista. Participou dos combates contra esse movimento para, depois, reassumir a Polícia Paulista. Foi promovido a tenente-coronel em 1933. Estava no Rio quando seu ex-comandante, Luís Carlos Prestes, tentou a tomada do poder por meio da Intentona Comunista de 1935.

Voltou para o Rio Grande do Sul em 1937, onde assumiu a Chefia do Estado-Maior da 3ª Região Militar, função esta em que se encontrava quando da crise política que redundou na renúncia de José Antônio Flores da Cunha ao Governo do Estado.

Com o advento do Estado Novo, o Comandante da 3ª Região Militar, Gen. Manuel Cerqueira Daltro Filho, foi nomeado Interventor do Rio Grande do Sul. Porém, este militar faleceu em seguida. Vargas escolheu, então, Cordeiro de Farias para essa função, na qual permaneceu até setembro de 1943. Neste interregno, foi promovido a coronel em 1939 e a general de brigada em 1942, tornando-se o mais jovem oficial do Exército a ter atingido o generalato no período republicano.

Deixou a função de Interventor para assumir o Comando da Artilharia Divisória<sup>274</sup> da Força Expedicionária Brasileira (FEB), seguindo para a Europa em setembro de 1944, onde participou de todas as principais batalhas em que os pracinhas estiveram envolvidos.

De regresso ao Brasil, participou da articulação do movimento que depôs Getúlio Vargas em 1945. A seguir, foi nomeado adido militar na Argentina, voltando ao Brasil em 1946 para assumir a 5ª Região Militar (Curitiba-PR), já como general de divisão. Uma vez criada a Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, foi nomeado seu primeiro Comandante.

---

274 Este Comando reunia toda a artilharia disponível da Divisão de Infantaria Expedicionária.

Seguiu para Recife em 1952 para comandar a Zona Militar Norte (atual Comando Militar do Nordeste). Dois anos depois, foi eleito Governador de Pernambuco pelo Partido Social Democrático (PSD), cargo que ocupou por um mandato, de 1955 a 1958. Renunciou pouco antes da conclusão de seu mandato para assumir a Presidência da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, função em que permaneceu até 1961, quando foi nomeado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) do Governo de Jânio Quadros.

Foi contrário à posse de João Goulart à Presidência. Após a Campanha da Legalidade, foi designado para substituir o Gen. José Machado Lopes no Comando do III Exército, atual Comando Militar do Sul (CMS), permanecendo neste cargo poucos meses. Encontrava-se sem comissão, quando eclodiu a Revolução de 1964.

Foi Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais do Governo de Castelo Branco, posteriormente transformado em Ministério do Interior. Deixou o cargo em 66, retirando-se da vida pública para atuar na iniciativa privada.

Faleceu no Rio em 17 de fevereiro de 1981, após uma vida de intensas atividades políticas e militares. Em alguns momentos, foi mais revolucionário e político, do que militar. O jaguarense Oswaldo Cordeiro de Farias foi, sem dúvida, um dos principais personagens brasileiros da História contemporânea.





## CAPÍTULO 23

# DÉCADA DE MUDANÇAS

### O 12º REGIMENTO DE CAVALARIA

Após Canudos e o fim das lutas para consolidar a República, o Exército experimentou um período de paz, que lhe permitiu uma profunda autocrítica. Por isso, abriu-se o caminho para uma transformação significativa em sua estrutura, tendo o Mal. Hermes Rodrigues da Fonseca um papel destacado neste processo.

Os primeiros passos foram a construção do complexo da Vila Militar, no Rio de Janeiro, que reuniu escolas e unidades num mesmo local, ao lado do Campo de Instrução de Gericinó. Depois, executaram-se as primeiras manobras com grandes efetivos.

Oficiais foram enviados à Alemanha para um intercâmbio no início do século XX. De volta ao Brasil, formaram um núcleo de instrutores da Escola Militar do Realengo, que procurou restabelecer a ênfase no ensino profissional. Dentre outras realizações, fundaram, em 1913, a revista *Defesa Nacional*. Esse grupo ficou conhecido como os “Jovens Turcos”<sup>275</sup>.

A Escola Militar também recebeu a influência da “Missão Indígena” entre 1919 e 1922. Tratou-se, basicamente, de um grupo de instrutores que se empenhou na modernização da instrução militar dos oficiais do Exército.

Ainda houve a Missão Militar Francesa, que atuou entre 1919 e o início da II GM. Ela deu grande contribuição pela evolução e profissionalização dos quadros do Exército, merecendo destaque seu trabalho na reestruturação do ensino militar, cujos frutos até hoje podem ser sentidos.

Esses grupos tiveram enorme influência, como se pode concluir, nas Escolas Militares. Como os oficiais, ao se formarem, eram distribuídos por todo o território nacional, as ideias transformadoras eram disseminadas, chegando, também, a Jaguarão.

A Lei nº 1.860, de 4 de junho de 1908, dentre outras modificações estruturais no Exército, passou a designar o 6º Distrito Militar, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como 12ª Região de Inspeção Permanente<sup>276</sup>, e também criou cinco Brigadas Estratégicas.

275 O apelido, que foi dada por seus opositores humanistas, fazia referência aos oficiais do turco Mustafa Kemal, que também esteve na Alemanha e recebeu forte influência positivista.

276 A 3ª RM foi designada de 12ª Região de Inspeção Permanente de 1908 e 1915, 7ª RM de 1915 a 1919 e, finalmente, 3ª RM até os dias de hoje. Em 1946, deixou de ter jurisdição sobre Santa Catarina.

A 3ª Brigada Estratégica tinha sede em Bagé e era composta por um Grupo de Artilharia e três Regimentos de Cavalaria, sendo o de Jaguarão, um deles. Na mesma oportunidade, o Decreto nº 6.971 modificou a designação do 2º RC, para 12º Regimento de Cavalaria (12º RC), permanecendo aquartelado na Rua 24 de Maio. Como a Praça Comendador Azevedo era utilizada para exercícios e solenidades militares naqueles tempos, ficou conhecida como “Praça do Doze”.

Comandaram o Regimento os seguintes oficiais:

- Ten. Cel. Érico Augusto Oliveira, de 9/3/1909 a 7/5/1910;
- Cel. João Carlos M. Barreto, de 26/8/1910 a 22/1/1912;
- Ten. Cel. Afonso Barrovin, de 6/4 a 26/12/1912;
- Ten. Cel. Epifanio Alves Pequeno, de 7/4 a 10/7/1913;
- Ten. Cel. Marco Antônio Telles Ferreira, de 23/3/1914 a 2/12/1915;
- Ten. Cel. Olivério de Deus Vieira, de 11/7/1917 a 28/1/1918;
- Ten. Cel. Aristides de Almeida Rego, de 1º/4 a 19/6/1918;
- Ten. Cel. Joaquim de Castro, de 22/4 a 1º/8/1919;
- Ten. Cel. Álvaro de Souza Portugal, de 30/9 a 8/11/1919.

### O 3º BATALHÃO FOI EXTINTO

De acordo com o mesmo Decreto nº 6.971, no qual o 2º RC passou a se denominar 12º RC, foi extinto o 3º Batalhão de Fuzileiros, dando origem a outras unidades. As 1ª, 2ª e 3ª Companhias formaram a base do 29º Batalhão, enquanto a 4ª Companhia foi absorvida pelo 28º Batalhão do 10º Regimento de Infantaria. Assim, despediu-se da cidade a unidade de infantaria que mais tempo permaneceu em Jaguarão: 38 anos!

### A CHEGADA DO 57º BC



O 57º BC na Praça Alcides Marques. Acervo: IHGJ

O 57º Batalhão de Caçadores (57º BC)<sup>277</sup> foi transferido de São José-SC para Jaguarão em 1912 onde permaneceu até 14 de dezembro de 1914, quando sua parada foi transferida para Porto Alegre (a unidade, naquela oportunidade, estava combatendo em Santa Catarina, na Revolta do Contestado). Ele acampou-se num grande casarão localizado na Rua 27 de Janeiro, entre as Ruas 7 de Abril e Bento Gonçalves.

### A COMISSÃO DE LIMITES DE 1909

Em 1902 assumiu a chefia do Itamaraty, um homem que ligaria sua história eternamente a Jaguarão: José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Sob sua condução, chegou-se à solução definitiva sobre a navegação no “Condomínio das Águas” da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão.

Em 30 de outubro de 1901, no Rio de Janeiro, foi assinado o “Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai, modificando as suas fronteiras na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão e estabelecendo Princípios Gerais para o Comercio e Navegação Nessas Paragens”. Cláudio Willerman e Nilo Peçanha eram, respectivamente, os presidentes do Uruguai e do Brasil. Nesse acordo, foi corrigida a injustiça histórica ocorrida no Convênio de 1851, que estabeleceu a posse exclusiva do Brasil sobre essas águas.



O Gen. Botafogo recebendo visita ao Dr. Faustino Correa, Intendente Municipal –  
Fonte: Apontamentos, 1912

Em homenagem do Governo Uruguaio a Silva Paranhos, a Cidade de Artigas recebeu o nome que até os dias de hoje ostenta: Rio Branco.

Foi organizada uma Comissão de Limites chefiada pelo Gen. Gabriel Pereira de Souza Botafogo para a tarefa de demarcação. E mais uma vez, ela foi organizada com base nos militares<sup>278</sup>, sendo que foi apoiada pelas unidades localizadas de frente, como o 12º RC, à época, comandado pelo Cel. Pacheco

<sup>277</sup> O 57º BC foi criado como consequência do Decreto nº 6.971, de 4 de junho de 1908. De acordo com o Aviso de 26 de janeiro do ano seguinte, sua parada era São João da Terra-SC. Foi transferido para São José em 1909.

<sup>278</sup> Até hoje, em pleno século XXI, na Amazônia, é normal as Forças Armadas apoiarem os trabalhos de demarcação feitos pelo Ministério das Relações Exteriores.

O tenente da Marinha Renato de Almeida Guillobel<sup>279</sup> foi um desses homens, que fez parte dessa importantíssima tarefa de bem definir as fronteiras do Brasil com o Uruguai. Ele esteve por bom tempo trabalhando entre Jaguarão e Aceguá. Sua narrativa dá uma boa noção da rotina daqueles trabalhos.

[...] uma turma composta unicamente do Major Themístocles Paz de Souza Brasil e eu, além de alguns soldados. Fizemos o levantamento dos rios Jaguarão, Jaguarão Chico (ou Guabijú) e Arroio da Mina, revendo os marcos que ainda existiam em algumas zonas e ali foram levantados pelo [...] General Andréa, Barão de Caçapava, em 1853 [...] A vida no campo, em barracas, em terras desconhecidas e com uma alimentação muito escassa, era contudo divertida pela variedade de trabalhos e situações que até então eu não havia enfrentado [...] Demos conta do recado e nosso trabalho, abrangendo extensão de 150 quilômetros [...] foi dos melhores [...] Da Comissão faziam parte também, entre outros, o Major Alfredo Malan D'Angrogne, o Capitão José Antonio Coelho Neto, Capitão Alfredo Alberto de Alencastro, o Capitão Dornelles, o 2º Tenente da Marinha Gastão Paranhos do Rio Branco e o 2º Tenente do Exército Menna Barreto, além do médico, Major Albuquerque. [...] Tínhamos um bom cozinheiro, praça do Exército, que se esforçava em melhorar o rancho, caçando algumas aves que abundavam nas matas e um que outro tatu descuidado, cuja carne era de veras deliciosa (GUILLOBEL, 1973 apud FRANCO; SOARES, 2010, p. 127-128)

### O 57º BATALHÃO VAI PARA O CONTESTADO

A região do Contestado incluía todo centro-leste do Estado de Santa Catarina. Nela, reuniam-se quase todas as mazelas do Brasil do início do século XX: “Coronelismo”, gangues de jagunços, ignorância, desemprego, injustiças de toda a ordem, ausência do estado, incapacidade das polícias cumprirem suas missões e messianismo religioso. Esses fatores juntos, acrescidos dos problemas decorrentes da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande pela “Brazil-Railway Company” e do mau gerenciamento das insignificantes crises iniciais, acabaram por desencadear diversos episódios de desordem e banditismo.

A região do Contestado era disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, daí a origem do nome. Foi ali que ocorreu uma revolta popular entre 1912 e 1916, sendo que os combates se concentraram numa área entre o Rio Iguazu, ao norte; a BR 116, a leste; a ferrovia São Paulo-Rio Grande, a oeste; e o Rio Pelotas, ao sul.

A área se mostrava conflagrada há muito tempo, mas o movimento armado tornou-se sério, em 1912, com a participação de milhares de jagunços, famílias pobres e ex-trabalhadores da ferrovia que se uniram por influência de diversos “guias espirituais”. A partir deste momento, a falta de habilidade dos governantes locais em controlar os ânimos acabou por obrigar a intervenção de tropas federais para garantir a lei e a ordem.

O Exército fez algumas incursões na região, mas logo que controlava a situação, retirava-se. Bastava os soldados deixarem a área, para voltar o clima de violência.

279 Este oficial chegou ao ponto de almirante.



57º BC no seu quartel da Rua 27 de Janeiro, em 1917, onde hoje funciona o Instituto Nacional de Seguridade Social – Acervo: IHGJ

Diante da gravidade da situação, o Presidente Hermes da Fonseca, com a finalidade de por um ponto final ao clima de banditismo vigente, designou o Gen. Fernando Setembrino de Carvalho<sup>280</sup> para pacificar a área. Esse general necessitou reunir 7.000 soldados para cumprir sua missão, mobilizando forças de várias partes do Brasil, inclusive do Rio Grande do Sul, que contribuiu com tropas de Alegrete, Cruz Alta, Dom Pedrito, Pelotas, Rio Pardo, Santa Maria, São Gabriel e Jaguarão.

Setembrino planejou uma linha de cerco em torno da região onde se encontravam os grupos armados. Em 18 de setembro de 1914, emitiu sua Ordem do Dia, tomando o seguinte dispositivo inicial: ao norte, o Ten. Cel. Júlio Cezar Gomes da Silva (substituído pelo Ten. Cel. Onofre Muniz Ribeiro em outubro, sendo o Ten. Cel. Júlio designado para comandar a frente leste), com três BI na linha Rio Negro-PR/Canoinhas-SC; a leste, com o Cel. Júlio Cezar da Silva (em outubro, já promovido) na linha Papanduva-SC/Itaiópolis-SC, com o Regimento de Segurança do Paraná e colunas móveis mobiliadas por um regimento de Infantaria, um esquadrão de Cavalaria, uma seção de Artilharia, uma companhia de Engenharia e elementos de apoio logístico; ao sul, o Ten. Cel. Estillac Leal, balizados pela linha Campos Novos-SC/Curitiba-SC/Passa Dois-SC, dispoendo de dois BI; e a oeste, o Cel. Arthur Edu-

280 Esse gaúcho, veterano da Revolta Federalista, tornou-se célebre por ter pacificado a Sedição de Juazeiro-CE (1914), do Padre Cicero, e o Contestado. Foi Ministro da Guerra do Presidente Artur Bernardes, período em que selou a paz de Pedras Altas em 1923. Foi ele quem autorizou a troca patrimonial entre a União e a Prefeitura de Jaguarão, que envolveu o atual aquartelamento do 12º RC Mec e o antigo quartel do Exército na Rua 24 de Maio.

ardo Sócrates no comando, com cinco BI, dentre eles, o 57º BC<sup>281</sup> (Jaguarão) – que manteve um pequeno destacamento na ponte na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, e a maioria de meios em Herval do Oeste. Todas essas tropas foram reforçadas no desenrolar da campanha.

As tropas se movimentaram e fizeram reconhecimentos no segundo semestre de 1914. Uma vez que foram esgotadas as tentativas de solução negociada e pacífica, Setembrino passou à ofensiva. A Coluna Oeste (onde estava o 57º) seguiu para leste, na direção geral da localidade de Santa Maria-SC (oeste de Blumenau-SC). As colunas Norte e Leste também se movimentaram, travando diversos combates.

Em fevereiro de 1915, o 57º BC reforçou a Coluna Sul (Ten. Cel. Estillac Leal). A unidade partiu para atacar o reduto de Santa Maria, onde se estimava haver dois mil jagunços em armas.

No dia 7, ao cair da noite, foi dado conhecimento da Ordem de Operações [...] a tropa “foi dividida em dois grupos”: o da direita, constituído pelo 51º Batalhão de Caçadores, uma seção de metralhadoras [...] e o da esquerda, sob o comando do próprio Tenente-Coronel Estillac Leal, composto com o 57º e o 58º Batalhão de Caçadores, duas seções de metralhadoras e o trem de combate [...] Ao amanhecer do dia 8, iniciou-se o movimento de ambos os grupos. Logo adiante, a um quilômetro da boca da mata, a 3ª Companhia do 57º Batalhão de Caçadores estabeleceu contato com o inimigo, sendo alvo de alguns disparos. Continuando a marcha, dois quilômetros à frente, novamente o inimigo disparou alguns tiros. Apesar disso, o 57º Batalhão de Caçadores continuou avançando na vanguarda [...] A coluna progrediu, sempre acossada pelo inimigo [...] Às 8h45min, intenso tiroteio recaiu sobre a vanguarda [...] Foram muitas perdas, inclusive oficiais [...] Diante de forte resistência, o 57º e o 58º Batalhão de Caçadores permaneceram detidos [...] O fogo inimigo era certo [...] O 57º de Caçadores estava com seus oficiais reduzidos a apenas três, dos quais dois estavam feridos. Foi necessário transferir oficiais do 58º para o 57º (MOURA, 2003, p. 188-189)

A ofensiva fracassou e os atacantes tiveram cerca de 80 baixas. Novo ataque foi preparado. Para apoiá-lo, pela primeira vez na história brasileira, foi planejado apoio aéreo às operações terrestres. Porém, o avião pilotado pelo tenente Kirk – Patrono da Aviação do Exército – caiu, matando-o. Foi um mau presságio.

A artilharia ocupou uma posição inicial para apoiar o ataque dos 51º, 57º (este comandado pelo Ten. Cel. Waldomiro Cabral) e 58º BC e de elementos do 14º BI. No dia 2, a infantaria “às 4h iniciaria a marcha em direção ao reduto, desdobrada em dois destacamentos: o 1º, constituído por duas companhias do 57º de Caçadores e duas do 58º, mais uma seção de metralhadoras” (MOURA, 2003, p. 190). Caberia aos jaguaenses partirem à frente para atacar a guarda principal, procurando chamar contra si o fogo dos jagunços, enquanto os canhões tomassem uma posição que permitisse bombardear a localidade. O ataque dependia, portanto, do bom aproveitamento do apoio da artilharia.

A infantaria iniciou sua progressão às 5h 30 min, tendo a tropa do Ten. Cel. Waldomiro na vanguarda. O 57º deixou um pelotão da sua 2ª Companhia à retaguarda,

281 O Batalhão se deslocou para Santa Catarina em 16 de setembro de 1914.

como segurança do Posto de Comando do Ten. Cel. Estillac Leal, permitindo que a artilharia avançasse para sua nova posição. Somente no final da manhã, os jagunços foram obrigados a abandonar seus postos avançados.

A infantaria procurou avançar, mas sofreu cerrado tiroteio. Os jagunços mudavam constantemente de posição, o que tornou os fogos de artilharia pouco eficientes. No meio da tarde, ficou claro que houvera novo insucesso. Com a chegada da noite, a tropa retraiu e ocupou posições defensivas. O moral baixou.

Todas as mazelas do Exército daqueles tempos estavam expostas: armamento inadequado, problemas de liderança, equipamentos insuficientes, falta de treinamento, ausência de mapas e cartas topográficas do território brasileiro, dentre outros. Apesar de a situação ser menos grave do que em Canudos, verificou-se que a evolução da Força Terrestre não fora suficiente desde então.

Setembrino decidiu investir contra Santa Maria por várias direções. Após receber reforços, novamente atacou. O plano deu certo, sendo que a localidade foi conquistada no início de abril. Coube ao 57º, ainda integrando a Coluna Sul, manter a linha de cerco.

Após essa ação, os sertanejos se dispersaram em redutos menores, que foram caindo um após o outro, até que em 1916, a revolta foi controlada.

Como consequência política mais importante, o acordo definindo os limites entre Paraná e Santa Catarina finalmente foi assinado em outubro do mesmo ano.

### **O 57º BC DEIXOU A CIDADE DEFINITIVAMENTE**

O 57º BC voltou à cidade após o Contestado em 30 de abril de 1915, mas por pouco tempo. Oficialmente, o 57º foi transferido para Juiz de Fora-MG em 2 de fevereiro de 1918 e, a seguir, foi extinto. Seu efetivo foi utilizado para organizar o 2º Batalhão do 10º Regimento de Infantaria (II/10º RI), de acordo com o Decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919.

Sabe-se, que a unidade voltou ao Contestado em meados de 1917, saindo de Jaguarão embarcado nos vapores “Rio Grande” e “Juncal”, de acordo com uma série de reportagens do jornal *O Rebate*, de Pelotas:

Passará, amanhã, por Pelotas, com destino ao Contestado, a briosa corporação do exercito nacional, 57º de Caçadores [...] Constituído em Santa Catharina, em Jaguarão, para onde depois vinha, elle cedo captivou a amizade d’aquela terra, que muito justamente o estima. É esta a segunda vez que o 57º dalli sae, na missão sagrada de se sacrificar pelo bem estar e pela estabilidade da patria brasileira. Fomos testemunhas oculares da profunda consternação que, da outra vez, abalou aquelle povo a partida da brilhante unidade militar, cujo regresso foi recebido com aquela verdadeira apothose [...] À briosa corporação, “O Rebate” saúda com respeito, desejando seja-lhe prospero o desempenho da missão que elle vae cumprir, no territorio já uma vez molhado por sangue de seus bravos. O 57º de caçadores sahiu, hoje, às 11 horas, de Jaguarão, devendo transbordar-se aqui, como dissémos, para o ALMIRANTE JACEGUAY que o levará a Porto Alegre. Vem ele comandado pelo ilustre militar, tenente coronel Miguel da Cunha Martins, e traz effectivo numeroso, distribuído por trez secções: a dos veteranos, a dos voluntarios e a dos sorteados. Os últimos, na sua maioria, são dignos moços dos municípios de Jaguarão, Arroio Grande e Herval (1917)



57º BC embarca em 19 de julho de 1917 – Acervo: IHGJ

Essa informação é confirmada tendo em vista que no Arquivo Histórico de Jaguarão (AHGJ), existe uma foto do Batalhão embarcando no porto no dia 19 de julho de 1917.

Ao deixar a cidade, a unidade dispunha de aproximadamente 400 homens, comandados pelo Ten. Cel. Miguel da Cunha Martins.

Jaguarão passou a contar apenas com uma OM do Exército a partir de então. Essa redução de efetivo pode ser facilmente compreendida se for analisado o contexto político-militar da época. Com o fim da guerra civil entre “brancos” e “colorados” de 1904, criaram-se as condições de estabilidade política para o pleno desenvolvimento do Uruguai. Somando-se a isso, o Tratado das Águas da Lagoa Mirim demonstrou claramente que o Brasil era um país amigo e confiável, sem pretensões imperialistas. As boas relações entre brasileiros e uruguaios fariam nascer um clima de cooperação e confiança na fronteira, que se solidificou com a construção de pontes na linha de fronteira e outras iniciativas de integração.

A existência de ferrovias permitiu que o centro de gravidade da defesa do sul do Brasil passasse para o centro do estado<sup>282</sup>, como já se advogava desde o século anterior.

### A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A 1ª Guerra Mundial (I GM) não teve consequências diretas para o Exército. O Brasil declarou guerra à Alemanha em outubro de 1917 por terem sido torpedeados diversos de seus navios mercantes. Uma missão de saúde foi enviada à Europa e foi

282 A última invasão do território brasileiro foi durante a Revolta Federalista, vinda do Uruguai. Ela se deu na região de Bagé, Dom Pedrito e Livramento.

autorizado aos oficiais que estavam em intercâmbios no Velho Continente participassem do conflito.

Novas ideias, porém, surgiriam como resultado desse grande conflito, como será visto adiante. E Jaguarão, claro, sofreria diversos reflexos.

### **O “REGIMIENTO DE CAVALLERIA Nº 7”**

O Uruguai demorou a encontrar o caminho da paz. Disputas internas prosseguiram após a Guerra da Tríplice Aliança. Em 1904, tendo como líder Aparício Saravia, irrompeu uma grande revolta dos “blancos” contra o governo “colorado”. O QG rebelde teve por base o Departamento de Cerro Largo, na fronteira com o Rio Grande do Sul e, em especial, próximo a Bagé e Jaguarão. Exceto a vigilância, que foi reforçada, não houve maiores reflexos imediatos para o Brasil.

O Exército Nacional da ROU criou o Regimento de Cavalaria nº 7<sup>283</sup> em 12 de novembro de 1904, tendo como primeiro Comandante o Cel. Bráulio Ortiz. Ele inicialmente foi aquartelado em Melo. Após passar por diversas sedes, fixou-se na Cidade de Rio Branco.

### **O FIM DA GUARDA NACIONAL**

A Guarda Nacional chegou a ter em seu auge quase 600.000 homens de Infantaria, Cavalaria e Artilharia e mais de 200 comandos de oficial superior. Sua importância política foi inegável até a Tríplice Aliança, quando passou para a égide do Ministério da Guerra.

Com a República, a Guarda Nacional voltou a se subordinar ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Mas nesta época, ela era apenas uma sombra do que fora no passado. Em 1918, voltou para a Pasta da Guerra, constituindo-se na 2ª Linha do Exército. No entanto, foi perdendo espaço, até ser extinta sem alarde.

O desfile do centenário da Independência do Brasil em 1922 marcou a última apresentação digna de nota da Guarda Nacional. Depois deste evento, ainda foram nomeados oficiais dessa Instituição, mas, de fato, ela estava extinta.

### **A MARINHA DO BRASIL EM JAGUARÃO**

Assinado o tratado de 1909, dividindo o condomínio das águas da Lagoa Mirim, a Marinha do Brasil viu a necessidade de controlar o tráfego naval. Assim, por meio do Decreto nº 12.886, de 20 de fevereiro de 1918, foi criada a Agência da Capitania dos Portos em Jaguarão. E ela começou pequena, contando com apenas um agente, ficando ligada diretamente à Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (sede em Rio Grande).

As Capitânicas dos Portos da Marinha cumprem as seguintes tarefas:

- cumprir e fazer cumprir a legislação, os atos e normas, nacionais e internacionais, que regulem os tráfegos marítimos, fluvial e lacustre;
- exercer a fiscalização do serviço de praticagem;

<sup>283</sup> Juntamente com o Regimento de Cavalaria nº 8.

- fiscalizar o tráfego aquaviário<sup>284</sup>;
- auxiliar o serviço de salvamento marítimo;
- concorrer para a manutenção da sinalização náutica; e
- executar, eventualmente, atividades atinentes ao serviço militar.

A Agência se localizava na Praça da Marinha, Rua 20 de Setembro, que, por coincidência, serviu de quartel da Guarda do Cerrito e da Lagoa. Por um tempo, também na Rua Carlos Barbosa, entre as ruas dos Andradas e General Câmara.

O capitão-tenente Luiz Xavier de Almeida, que esteve embarcado no caça-submarinos CS Goiana (G-6, classe PC 461) e no navio de bandeira norte-americana Nitro durante a II GM, serviu no final da década de 1940 na Agência. Conta ele que o trabalho era rotineiro, basicamente ligado à atividade de pesca e navegação na área.

Em 9 de janeiro de 1954, por meio do Decreto nº 34.917, a Agência de Jaguarão foi elevada à categoria de Delegacia, desde que não houvesse aumento das despesas. Porém, logo depois, em 23 de agosto de 1958, o Decreto nº 44.358 voltou a dar o “status” de Agência ao escritório.

Após 73 anos, a História da Marinha do Brasil encerrou seus trabalhos em Jaguarão em 15 de agosto de 1991, quando a Portaria Ministerial nº 450 extinguiu a Agência da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul existente na cidade.



A Agência da Capitania dos Portos de Jaguarão (setembro de 1972). Atualmente, a instalação faz parte do patrimônio da Prefeitura Municipal de Jaguarão –  
Acervo: Diretoria de Arquivos e Biblioteca da Marinha do Brasil

284 Antiga atividade de “Policia Naval”, que consiste na fiscalização do cumprimento do Regulamento para o Tráfego Marítimo, normas decorrentes, Convenções e Acordos Internacionais sobre navegação, ratificados pelo Brasil, e da poluição das águas causadas por embarcações e terminais marítimos, fluviais e lacustres.



## CAPÍTULO 24

# O QUARTEL DA DUQUE DE CAXIAS

### 9º REGIMENTO DE CAVALARIA INDEPENDENTE

Com o fim da 1ª GM, novas mudanças aconteceram no campo militar. Em junho de 1919, foi criada a 3ª Região Militar/3ª Divisão de Exército (3ª RM-3ª DE), nova denominação da antiga 7ª RM. Esse Grande Comando passou a ter um segmento logístico-administrativo (a 3ª RM) e outro operacional (a 3ª DE).

Em 11 de dezembro de 1919, o Decreto nº 13.916 modificou a denominação do 12º RC para 9º Regimento de Cavalaria Independente (9º RCI), permanecendo este ligado diretamente ao Comando da 3ª RM-3ª DE. O Regimento ficou aquartelado na Rua 24 de Maio até 1923.

Comandaram o Regimento em Jaguarão, os seguintes oficiais:

- Ten. Cel. Jerônimo Furtado do Nascimento, de 19/2/1920 a 19/6/1921;
- Ten. Cel. Floduardo da Cunha Martins, de 20/6/1921 a 19/5/1922;
- Ten. Cel. Eulálio Franco Ribeiro, de 4/7/1922 a 15/10/1923.

### O TENENTISMO: INÍCIO DO MOVIMENTO

No trecho a seguir, Celso de Castro resume o estado de conturbação vivido pelo Exército de 1920 até o Estado Novo.

As décadas de 1920 e 30 foram conturbadas para o Exército brasileiro. Todo o período foi marcado por profundas divisões no interior da instituição, já visíveis desde o golpe de 1889 e os primeiros anos da República. Nos anos 20, essas divergências levaram a uma série de revoltas “tenentistas” – 1922, 1924, Coluna Prestes, culminando na Revolução de 30. Esta não representou, de forma alguma, a obtenção de um consenso no interior do Exército. Nos anos que se seguiram, ocorreram sérios conflitos internos, motivados por divergências doutrinárias, organizacionais e políticas. Dezenas de movimentos (incluindo agitações, protestos e revoltas) abalaram o Exército entre 1930 e a instauração do Estado Novo (1937-1945), quando finalmente se consolidou um projeto hegemônico para a instituição, em torno de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Mesmo esse projeto encontrou fortes resistências internas (2000)

O “Tenentismo” foi o movimento responsável por diversas rebeliões que tiveram participação de oficiais do Exército e da Marinha. A origem do seu nome vem do

fato dele ter sido protagonizado, majoritariamente, por oficiais de postos mais baixos – capitães e tenentes. Havia grande descontentamento da juventude militar com os rumos do Brasil. No seu amplo ideário, constavam mudanças no sistema eleitoral, a implantação do voto secreto e a reforma da educação pública.

Os tenentes tiveram apoio de vários grupos sociais, como a nascente classe média e os segmentos políticos contrários à oligarquia que dominava o País.

As revoltas tenentistas foram a dos 18 do Forte de Copacabana, a de 1924, a Comuna de Manaus e a Coluna Prestes<sup>285</sup>. Apesar de não terem sido movimentos exitosos, eles prepararam as bases para a Revolução de 1930 (e posteriores), trazendo diversas consequências militares para Jaguarão.

Mesmo após Getúlio Vargas tomar o poder, o Tenentismo continuou a participar da vida nacional, sendo que muitos dos seus integrantes passaram para a vida pública, outros aderiram ao Comunismo e uns engrossaram a oposição ao governo. Em última análise, o Movimento existiu, de uma forma ou de outra, até a Revolução de 1964.

A 1ª Revolta aconteceu em 1922 (“dos 18 do Forte”), tendo sua influência circunscrita ao Rio de Janeiro, envolvendo unidades da Vila Militar, Escola Militar do Realengo e Forte de Copacabana. A causa imediata foi a prisão do ex-Presidente Hermes da Fonseca. Teve efêmera duração, mas deu início a uma sequência de levantes. No Rio Grande do Sul não houve adesão a ela, nem maiores consequências nos quartéis.

### **A REVOLTA DE 1923: O RIO GRANDE EM ARMAS**

Borges de Medeiros, do PRR, governava o Rio Grande do Sul desde 1898<sup>286</sup>, gerando forte descontentamento entre seus opositoristas. Ele venceu nas urnas mais uma vez em 1922, derrotando o candidato do partido Federalista, Assis Brasil. Houve acusações de fraudes nas eleições. A crise se agravou<sup>287</sup>, levando os gaúchos à luta armada. Desta vez, o Exército se manteve neutro, não tomando nenhum partido, nem influenciando sobremaneira nas operações.

O movimento de 1923 não foi uma revolução, e sim uma revolta. Caracterizou-se por piquetes de civis mal armados, que se dedicavam a vagar pelos campos, já que não tinham capacidade de conquistarem localidades bem protegidas. Nessa ocasião surgiu o termo “chimango”, quando Ramiro Barcelos criou um personagem fictício chamado “Antônio Chimango”. Antônio é o primeiro nome de Borges de Medeiros e chimango é uma ave do pampa, cujo bico se assemelhava ao nariz de Borges de Medeiros. A partir daí, o termo passou a ser usado pejorativamente pelos maragatos.

A querela entre republicanos e federalistas no Sul era vista como uma questão regional. É estranho para um observador contemporâneo o fato de um Estado estar conflagrado e não haver interferência da União. Trata-se de uma postura impensável atualmente, o que demonstra claramente quanto o País mudou ao longo do século XX.

<sup>285</sup> Não se inseriu, nesse movimento, a Revolta de 1923, ocorrida no Rio Grande do Sul.

<sup>286</sup> Exceto no período de 1906 a 1910, quando Carlos Barbosa Gonçalves foi o Governador.

<sup>287</sup> Outras causas: crise econômica no campo e a perda de prestígio da oligarquia rural.

Pouco antes do início dos combates, o Decreto nº 16.509, de 6 de janeiro de 1923, reorganizou mais uma vez o Exército. Dentre outras modificações, criou o 1º Corpo de Cavalaria, que reuniu três Divisões de Cavalaria sob seu comando.

As unidades militares foram empregadas, basicamente, na proteção das linhas telegráficas e das ferrovias, bem como na observação dos combates. Dentre as tropas do Exército que tiveram maior participação, esteve a 2ª DC, que atuou em Alegrete, observando os combates entre Flores da Cunha e Osvaldo Aranha contra Honório Lemes e Batista Luzardo.

Chegou a haver combates em Herval, próximos a Jaguarão, porém, não houve participação do Exército. As ordens do Gen. Eurico Andrade Neves, então Comandante da 3ª RM, foram claras.

Devendo esta Região Militar, de acordo com as ordens e instruções do Governo Federal, manter absoluta neutralidade no actual movimento politico deste Estado [...] Á nenhuma autoridade militar a mim subordinada é permitido, directa ou indirectamente, favorecer ou prejudicar qualquer dos partidos em lucta (BOLETIM, p. 163, 1923)

Após dez meses de conflito, Artur Bernardes, Presidente da República, determinou que o Gen. Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra, negociasse com os dois lados em luta. A paz foi selada finalmente em 14 de dezembro de 1923, na Cidade de Pedras Altas. O principal tópico do acordo foi que Borges de Medeiros não mais concorreria à reeleição para Governador do Estado.

### O QUARTEL DA DUQUE DE CAXIAS

O 12º RC Mec ocupa atualmente aquartelamento na Rua Duque de Caxias, sem número, no centro de Jaguarão, onde, outrora, localizava-se a Praça Tiradentes.

Segundo documentação existente nos arquivos da 3ª Região Militar, a doação do terreno ao Governo Federal foi feita pela então Intendência Municipal, com a autorização dada pelo Conselho Municipal em sessão de 3 de abril de 1897, promulgada pelo Ato nº 53, de 20 de abril e, por fim, efetivada pelo Ato nº 406, de 25 de outubro de 1922. A Lei Municipal nº 26, de 2 de abril de 1937, legitimou esse ato. O valor estimado da doação foi de Rs 40:000\$000 (quarenta contos de réis).

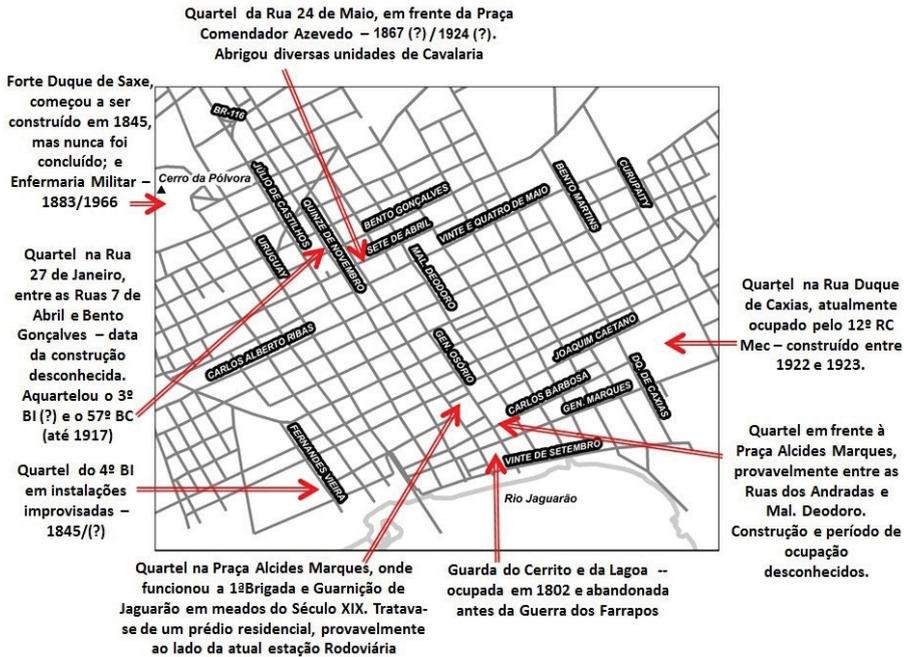
A escritura foi feita no então 2º Cartório de Notas (Jaguarão), onde consta a “doação e permuta de imóveis, que fazem a Prefeitura Municipal de Jaguarão e o Governo Federal” (CONCEIÇÃO JUNIOR, 1937), datado de 6 de abril de 1937. Assinou pelo Município o Dr. Alcides Pinto, então Presidente da Câmara Municipal. Da parte do Governo Federal, estiveram presentes o Sr. João Mancio Ribeiro, Administrador de Rendas Federais, em nome da Fazenda Nacional, e do 2º tenente Ademar Mallet Nóbrega<sup>288</sup>, representando o Ministério da Guerra, este último por designação do Gen. Emilio Lúcio Esteves, então Comandante da referida 3ª Região Militar.

Essa doação atendia ao anseio dos jaguarenses da permanência de uma OM do Exército na cidade, segundo consta na própria escritura. Tratava-se o terreno de:

<sup>288</sup> Auxiliar do Serviço de Engenharia da 3ª Região Militar

uma fracção de terra foreira do domínio da Municipalidade, na praça Tiradentes, situada no primeiro districto (zona urbana), local onde está construído desde mil novecentos e vinte e dois o novo Quartel de Cavallaria, typo moderno, presentemente occupado pelo terceiro Regimento de Cavallaria Divisionario (Regimento Osorio) (CONCEIÇÃO JUNIOR, 1937)

Seu perímetro é de 1.129,70 m e área de 78.979,04 m<sup>2</sup>. As ruas que circundavam o quartel eram, à frente, a Duque de Caxias; ao norte, a Joaquim Caetano; a sul, a General Marques, e aos fundos, a Curupaity.



Localização dos aquartelamentos do Exército Brasileiro em Jaguarão desde 1802

A lavratura desse documento em 1937 serviu para legitimar uma situação “de fato”, que vinha desde a década anterior. A Prefeitura já ocupava os quarteirões que por oeste são lindeiros da Praça Comendador Azevedo<sup>289</sup>, assim como o Regimento se encontrava na Rua Duque de Caxias desde 1923.

Há, também, documentação que comprova uma relação continuada de mútuo reconhecimento entre o executivo municipal e o Exército. Cita-se o contrato datado de 29 de outubro de 1934, por exemplo, em que a Prefeitura, por meio da “Hidráulica Municipal”, comprometeu-se a fornecer, mensalmente, a água necessária ao 3º Regimento de Cavalaria Divisionário (3º RCD).

289 O atual prédio da Escola Joaquim Caetano da Silva só foi construído em 1941 e 1942 por Gaspar Escangarelli.



O quartel da Rua Duque de Caxias. Acervo: 12º RC Mec

Um detalhado relatório de 1926, assinado pelo então Maj. Graciliano Negreiros, Chefe da Comissão Fiscalizadora de Quartéis, é outro documento que reporta à posse efetiva do Exército sobre a antiga Praça Tiradentes desde 26 de outubro de 1922. A construção do aquartelamento foi iniciada em 9 de novembro, quando ainda era Presidente da República o Sr. Epitácio Pessoa<sup>290</sup>. Foi responsável pela empreitada, a Companhia Construtora Santos.

As instalações foram inicialmente concebidas para atender a uma unidade de cavalaria hipomóvel, sendo ocupado em 1923 pelo 9º RCI.

Lê-se no Memorial do Regimento<sup>291</sup>, que as “construções são do tipo desmontável, com pavilhões com paredes de alvenaria de tijolos, em cujo terço superior correm caixilhos de ferro envidraçados, com janelas basculantes”. Vale salientar que essa estrutura é similar a outros quartéis existentes nas fronteiras com a Argentina e o Uruguai, como os Regimentos de São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Quaraí e Livramento. Os 26 pavilhões construídos incluíram o conjunto do rancho e os localizados à direita e esquerda do pátio central. Toda a área do quartel foi fechada por um muro alto, exceto a face da Rua Duque de Caxias, que recebeu cerca de arame sobre alicerces de tijolos (o muro atual foi construído posteriormente). Quinze pavilhões eram de alvenaria, em cujo terço superior corriam caixilhos de ferro envidraçados com janelas basculantes, facilmente identificáveis hoje em dia. Outros quatro pavilhões eram destinados às baias, com capacidade para quarenta cavalos cada. Acoplado a cada um deles, havia um depósito (com dois pisos) para forragem. Atualmente apenas um desses depósitos ainda existe, estando ele na parte sul do quartel.

Finalmente, três construções de alvenaria de meia-água também foram edificadas junto aos muros de vedação do terreno (faces leste e sul). Os vestígios dessas

290 Tio do Mal. José Pessoa, que dá a designação histórica para o 12º RC Mec.

291 Concebido pelo Cel. Cantagalo, Comandante do Doze entre 1998 e 2000.

baías podem ser observados nesses muros, que se destacam por serem bem mais altos dos que existem no restante do perímetro do quartel.

Todos os pavilhões eram originalmente cobertos com telhas de zinco, exceto as três meias-águas, sendo estas, com telhas planas.

Relatório datado de 1977 dá conta de um número maior de pavilhões. Isto se explica porque, com o passar dos anos, outros prédios foram necessários para adaptar a unidade aos novos tempos, como a construção de um paiol, uma enfermaria e a oficina de viaturas blindadas.

O Regimento recebeu, também, um campo de futebol com arquibancada e uma pista de obstáculos, sendo esta última destruída na década de 1970.

### **OUTRAS ÁREAS ADJACENTES**

Na mesma escritura do quartel da Rua Duque de Caxias, a Prefeitura permutou uma área destinada à chácara e ao estande de tiro do Regimento (área de 1.065,10 m de perímetro e 72.463,25 m<sup>2</sup>), efetivamente ocupada pelo Exército desde maio de 1926, pelo “velho quartel da Força Federal” localizado na Praça Comendador Azevedo (o terreno tinha 170 m; 81,55 m na Rua 27 de Janeiro, ocupado por um longo pavilhão; 81,30 m na General Deodoro, sendo 36 metros de construção e o restante murado; 171 m de muro na Sete de Abril; com área total de 13.839 m<sup>2</sup>), que, da mesma forma, também já era utilizado pela municipalidade. A permuta partiu de proposta do Intendente Basílio Augusto Wildt<sup>292</sup>, tendo sido dirigida ao Mal. Fernando Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra.

Esta área hoje é utilizada ainda como estande de tiro e área de instrução individual, assim como pela vila militar dos subtenentes e sargentos, Círculo Militar de Jaguarão, Clube Beneficente dos Subtenentes e Sargentos de Jaguarão, Clube Beneficente Cabo Guilherme e Centro Hípico.

A escritura da vila militar localizada próximo da Santa Casa de Misericórdia, no quarteirão que faz frente para a Praça Hermes Pinto Affonso, entre as ruas Frederico Rache, Joaquim Caetano e Coronel Augusto Leivas, é de 1959, enquanto a vila que tem sua frente para a Rua 24 de Maio foi doada em 1967 à União pela Sra. Eudóxia Barbosa de Lara Palmeira. Essa propriedade da União vai até o limite sul e oeste da Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcílio Dias, tendo com fundos a Rua 7 de Abril.

### **O 3º REGIMENTO DE CAVALARIA DIVISIONÁRIO**

De acordo com a Portaria Ministerial de 8 de fevereiro, publicada no Boletim do Exército nº 147, de 10 de fevereiro de 1924, o 9º RCI recebeu a denominação de 3º Regimento de Cavalaria Divisionário (3º RCD)<sup>293</sup>, fruto de nova reorganização do Exército. A unidade ocupou o novo quartel na Rua Duque de Caxias.

<sup>292</sup> Por meio do ofício nº 62, de 12 de julho de 1937.

<sup>293</sup> No período pós I GM, houve sucessivas modificações na estrutura do Exército, incluindo mudanças nas denominações das Organizações Militares, o que, por vezes, gera confusão. Pelo Decreto nº 13.916, de 11/12/1919, publicado no Boletim do Exército nº 280, de 15/12/1919, o 12º RC (Jaguarão) passou a se denominar 9º RCI, ao mesmo tempo em que o 8º RC (Dom Pedrito) passou a se chamar 3º Regimento de Cavalaria Divisionário (3º RCD). Em 1824, quando o 9º RCI (Jaguarão) mudou sua denominação para 3º RCD, o Regimento de Dom Pedrito mudou sua designação de 3º RCD para 14º RCI. Houve, portanto, troca de denominações.

Comandaram-na, em Jaguarão, os seguintes oficiais:

- Cel. José Ricardo de Abreu Salgado, de 21/4/1924 a 6/3/1927;
- Cel. Antônio Carlos Cavalcanti de Carvalho, de 28/9 a 17/11/1927;
- Cel. Estevão Taurino Riopardense de Resende, de 18/6/1928 a 5/8/1930;
- Cel. Álvaro de Carvalho, de 28/1/1931 a 1º/3/1932;
- Ten. Cel. Francisco Gil Castelo Branco, de 8/6/1932 a 24/3/1933<sup>294</sup>;
- Cel. Evaristo Marques da Silva, de 20/2 a 11/8/1934;
- Cel. José Antônio Medeiros, de 18/2/1935 a 28/2/1936;
- Cel. Orozimbo Martins Pereira, de 31/3/1936 a 20/3/1937; e
- Ten. Cel. Léon de Campos Pacca, de 24/7/1937 a 9/2/1938, sendo este último o encarregado de transferir a unidade para Porto Alegre.



Cap. Walter Dutra montando Clarel (1928) – Acervo: 12º RC Mec



Equipe campeã regional de 1935: Walter Dutra, Oscar Azambuja, Leopoldo Maciel e Paulo Carduz – Acervo: 12º RC Mec

294 O Ten. Cel. Castelo Branco passou o comando em 18/11/1932, mas o ato de exoneração foi posterior. Ele comandou a unidade durante a Revolta Constitucionalista de 1932.

Foi nesta época que foi introduzido o polo em Jaguarão, como forma de aperfeiçoar ainda mais as habilidades equestres dos integrantes da Cavalaria.

A prática do polo no Brasil iniciou no Rio de Janeiro, tendo recebido apoio do então Maj. José Pessoa, Comandante do 1º Regimento de Cavalaria (atual Regimento “Dragões da Independência”). Em 1927, o Cap. Walter Dutra trouxe o esporte para Jaguarão, sendo inicialmente jogado no campo de futebol do quartel.

O esporte ganhou força e foi, sucessivamente, praticado na Associação Rural e no Prado (atual Sindicato Rural). Mais tarde, foram utilizadas outras áreas, sendo uma na estrada que vai para a região do Juncal e outra, ainda existente, da fazenda Figueira.

Muitos torneios foram disputados pelas equipes do 3º RCD no Brasil e no exterior. Só houve interrupções nessas disputas quando a unidade foi empregada em operações.

### A REVOLTA DE 1924

Sob o comando do Gen. Isidoro Dias Lopes, iniciou-se uma grande rebelião em 5 de julho de 1924<sup>295</sup> em São Paulo. Foi o primeiro movimento bem estruturado do Tenentismo. Os revoltosos foram expulsos da capital do Estado e obrigados a se interiorizar. Rumaram para o sul, onde parte de seu efetivo foi incorporado às tropas sublevadas da 3ª RM. A outra parte, que permaneceu em São Paulo, foi derrotada.

No Rio Grande do Sul, a revolta iniciou pela ação do Cap. Luís Carlos Prestes no 1º Batalhão Ferroviário (1º B Fv) em Santo Ângelo. Seguiram-se as adesões em Uruguaiana e Alegrete, tanto do Exército quanto de Honório Lemes, e outras milícias. Como era praxe, essas forças formaram “colunas” para o combate de movimento: uma em Alegrete (Juarez Távora e Honório Lemes), outra em Itaqui (Siqueira Campos).

A 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC), de Alegrete, sob o comando do Gen. Firmino Borba, deu combate a Juarez Távora, forçando-o a abandonar a área. Durante suas ações, o general recebeu o reforço de tropa composta de um destacamento da Brigada Militar e do 2º Corpo Auxiliar de Patriotas, estes sob a liderança do Cel. BM Claudino Nunes Pereira, e outro grupamento, a comando do Cel. Resende<sup>296</sup>, composto do 13º RCI<sup>297</sup>, uma Bateria de Artilharia e elementos do 3º RCD, estes últimos de Jaguarão.

As tropas da Cidade Heroica eram o 1º Esquadrão de Cavalaria, comandando pelo Cap. Américo de Matos, tendo como subalternos os 1º Ten. Theophilo Ottoni da Fonseca<sup>298</sup>, Francisco P. de Mendonça e Descartes Nunes, e o 2º Esquadrão, do Cap. Benjamin Pereira Silva e 1º Ten. Oscar Furtado de Azambuja, Alberto Barbe-

295 O culto ao Duque de Caxias foi iniciado em 1924, como forma de dar ao Exército uma referência moral.

296 Estevão Taurino Riopardense de Resende comandou o 3º RCD, em Jaguarão, em 1928-30.

297 Tinha parada em Lavras do Sul-RS, sendo transferida para Jaguarão em 1937.

298 Chegou ao posto de general. É o autor da Canção da Cavalaria.

do e José de Oliveira Monteiro. Cada um desses esquadrões era composto por 120 homens<sup>299</sup>.

As tropas de Juarez Távora e Honório Lemes foram dispersadas pela coluna do Cel. Claudino em 9 de novembro, porém, reorganizaram-se. Os revoltosos, com exceção de Prestes, foram batidos em todas as frentes. Acabaram se refugiando no Uruguai, desmobilizando-se ou sendo presos entre os meses de novembro e dezembro.

### **A COLUNA PRESTES**

Com a derrota das colunas que operaram na região de Uruguaiana e Alegrete, as únicas forças revoltosas de expressão que sobraram se encontravam ao norte do Estado ao comando do Cap. Prestes. Entretanto, elas estavam sob forte pressão das tropas legais. Por isso, com a finalidade de evitar um combate decisivo, o capitão decidiu marchar para o Paraná, onde fez a junção com as forças paulistas. Uma vez reunidos, formaram uma coluna que marchou pelo Brasil procurando levantar a população contra o Governo Federal. Um de seus grupamentos foi comandado por Oswaldo Cordeiro de Farias, filho de Jaguarão.

Os revoltosos percorreram cerca de 24.000 km em mais de dois anos e meio, enfrentando tropas do Exército, forças policiais e jagunços recrutados por coronéis do sertão. Os rebeldes acabaram se refugiando na Bolívia em 1927.

A Coluna Prestes<sup>300</sup> abalou a credibilidade do Governo Federal, abrindo caminho para o movimento seguinte: a Revolução de 1930.

---

<sup>299</sup> Os dois Esquadrões partiram dia 31/10/1924 e regressaram em 2/6/1925.

<sup>300</sup> O seu comandante foi Miguel Costa, porém, passou a ser chamada de Coluna Prestes graças ao prestígio que esse oficial atingiu entre seus comandados e as revoltas tenentistas.





## CAPÍTULO 25

# O 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

### A PONTE BARÃO DE MAUÁ

A histórica Ponte (rodoferroviária) Mauá, que liga Jaguarão à cidade uruguaia de Rio Branco, foi construída em três anos, sendo concluída em dezembro de 1930. Hoje esta obra de arte é o cartão postal da cidade.

### OS MILITARES TROUXERAM A FERROVIA

Desde a segunda metade do século XIX, o Rio Grande do Sul passou a construir estradas de ferro, que se tornaram fundamentais para ligar as cidades, as regiões produtoras, portos e centros consumidores. Mas em plena década de 1920, Jaguarão apenas contava com uma precária estrada de terra para ligá-la ao restante do Estado. Por sua vez, o transporte hidroviário não atendia mais às demandas da economia local.

Coube ao Exército a honra de construir o ramal ferroviário que ligou Jaguarão à estação Basílio, localizada em Herval. Foi, portanto, pela força de trabalho do 1º Batalhão Ferroviário (1º B Fv)<sup>301</sup> que os trilhos chegaram à cidade. Comandava esta unidade, desde 20 de agosto de 1927, o Ten. Cel. Júlio Caetano Horta Barbosa<sup>302</sup>.

A estação do Basílio é histórica. A origem de seu nome remonta do antigo proprietário das terras onde ela foi construída, Sr. João Basílio de Araújo. Em 1863, o terreno foi desapropriado pelo Decreto nº 3.924, de Dom Pedro II, para atender à ferrovia Bagé-Rio Grande. O prédio propriamente dito foi erguido entre 1879 e 1884, localizando-se no km 156 da dita ferrovia.

Pelo Basílio passaram inúmeras personalidades, como o Gen. Silva Tavares a caminho de Piratini para conferenciar a respeito do acordo de paz da Revolta Federalista, Assis Brasil e o Gen. Zeca Neto em novembro de 1923 e, como Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas (1930). Merece destaque a passagem da Princesa Isabel em 20 e 22 de fevereiro de 1885, na oportunidade em que foi se encontrar com o Conde d'Eu.

301 Essa unidade tem sua origem no “Batalhão de Engenheiros” criado em 1855 no Rio Grande do Sul por Dom Pedro II. Em 1888, foi criado o 2º Batalhão de Engenheiros em Cachoeira do Sul. A partir de então, recebeu diversas denominações. Em 1919, passou a se chamar simplesmente “Batalhão Ferro-viário”. No ano seguinte, finalmente recebeu a designação de 1º B Fv, que só viria a mudar em 1999, quando se tornou o 10º Batalhão de Engenharia de Construção (10º BEC), atualmente sediado em Lages.

302 Comandou o 1º B Fv até 15/2/1933.

Na mesma região, antes da construção do Basílio, o então Barão de Caxias esteve com suas tropas, conforme consta em placa colocada na estação, na oportunidade em que se abriram as festividades da Revolução Farroupilha em 2010:

NESTA LOCALIDADE ONDE O BARÃO DE CAXIAS FIXOU ACAMPAMENTO EM 12-05-1843 PARA DAR COMBATE ÀS TROPAS FARROUPILHAS, POR OUTRO LADO, NESTE PRÉDIO, ENTRE OUTROS FATOS HISTÓRICOS IMPORTANTES REGISTRAMOS EM 1894 NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA O COMBATE DO MARAGATO VASCO MARIA AMARO DA SILVEIRA CONTRA UMA ESCOLTA DA GUARDA NACIONAL

A construção da estrada de ferro atendeu à necessidade da ponte rodoferroviária Barão de Mauá, tendo o 1º B Fv iniciado seus trabalhos em 1929<sup>303</sup>.

Em 31 de janeiro, o Exmo Sr Ministro da Viação encarrega o Batalhão da construção da E.F. Passo do Barbosa a Jaguarão, numa extensão de 67,2 quilômetros, devendo os trabalhos serem iniciados na 1ª. quinzena [...] de fevereiro. Em 02 de março, é instalada em **Jaguarão**, num pavilhão do 3º. RCD, a sede provisória da Unidade, transferida de Santo Ângelo pelo Ministro da Guerra (PRADO, 2005, p. 47)



Trecho Passo do Barbosa-Jaguarão, km 89 – Acervo: 10º Batalhão de Engenharia de Construção (10º BEC)

303 Há registro de que os estudos para a construção desse ramal remontam de 1911.



1º B Fv no trecho Basílio-Jaguarão –  
Acervo: 10º BEC

Ponte no km 89 – Acervo: 10º BEC



Trecho Passo do Barbosa-Jaguarão,  
km 67 – Acervo: 10º BEC

A unidade deslocou seu comando para se instalar quartel do 3º RCD. Apesar do Histórico do 1º B Fv constar que ele esteve sediado em Santo Ângelo de 1922 a 1931, de fato esteve aquartelado em Jaguarão de 2 de março de 1929 a 7 de dezembro de 1932<sup>304</sup>.

O trecho ferroviário construído partiu da estação de Basílio, que se localizava ao norte de Arroio Grande e oeste de Pedro Osório, às margens do Arroio Basílio (tributário do Rio Piratini). O ramal seguia para o sul, passava uns 10 km a oeste de Arroio Grande e chegava até Jaguarão, tendo sido inaugurado em 12 de dezembro de 1931.

Em 14 de julho, é feita a ligação dos trilhos de Mauá e Jaguarão. Em 25 de novembro, é concluída a construção da Estrada de Ferro Passo do Barbosa-Jaguarão, numa extensão de 62,047 quilômetros. Em 07 de dezembro, é autorizada a mudança de sede do Batalhão para Jaguari. (PRADO, 2005, p. 48)

A vida não era fácil naquela época, mesmo viajando-se de trem. Embarcava-se em Jaguarão em torno das oito da manhã. Ia-se até a estação de Basílio e lá se esperava horas pela composição que vinha de Cacequi-RS, para só então seguir para Pelotas, onde se chegava no final do dia. Hoje esta viagem toma apenas hora e meia de automóvel.

O ramal passou por várias transformações, mas nunca foi interligado à malha ferroviária do Uruguai, porque havia diferença das bitolas.

A linha foi desativada, por falta de uso, em 1979, sendo que sua supressão oficial ocorreu em 1994. Durante sua história, ela testemunhou o 3º RCD embarcar para participar das revoluções de 1930 e 32, Cordeiro de Farias chegar à cidade para uma visita oficial como Interventor do Rio Grande do Sul em 1942, os pracinhas<sup>305</sup> seguirem viagem para a Itália em 1944 e assistiu inúmeros exercícios de ordem de marcha<sup>306</sup> do 13º Regimento de Cavalaria.

A bela estação ferroviária de Jaguarão é de 1932. Após a desativação da ferrovia, foi abandonada. Mais tarde, foi reaproveitada. Desde 3 de dezembro de 2004, o prédio serve como sede da Loja Maçônica General Osorio<sup>307</sup>.

304 Com o fim da obra, o Batalhão recebeu novo desafio: a ferrovia Jaguari-Santiago.

305 Pracinhas: termo utilizado para se referir aos veteranos brasileiros que combateram na Itália durante a II GM. A origem do nome vem do termo “praça”, que inclui subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

306 Ordem de Marcha é a situação em que a tropa se prepara, em material e pessoal, para se deslocar e combater.

307 A Loja Maçônica General Osorio foi fundada em 3 de dezembro de 1992. Em frente ao prédio, há um busto do “Legendário” ali colocado em 2009.



## CAPÍTULO 26

# PERÍODO PRÉ-II GM

### A REVOLUÇÃO DE 1930

Os acontecimentos da década de 1920 prepararam lentamente o ambiente político para a eclosão da Revolução de 1930. Os paulistas romperam com a histórica alternância de poder da política do “Café com Leite”, apoiando Júlio Prestes (candidato de São Paulo) para o pleito à Presidência da República de março de 1930, em detrimento de um candidato mineiro. Nesse contexto, os mineiros aliaram-se aos oposicionistas, liderados pelo gaúcho Getúlio Dorneles Vargas e pelo paraibano João Pessoa<sup>308</sup>, formando-se a Aliança Liberal. Apesar das denúncias de fraude, Júlio Prestes venceu as eleições.

A crise econômica de 1929 derrubou o preço do café, base da economia do País, e gerou forte descontentamento. João Pessoa foi assassinado em 26 de julho de 1930 e, apesar do crime não ter ocorrido motivação política, a oposição aproveitou o fato como pretexto, acusando o Governo deste e de outros atos arbitrários. Assim, criaram-se as condições para o início do movimento.

Pouco antes da posse de Júlio Prestes, teve início a Revolução em 3 de outubro, quando forças militares e milícias se sublevaram em diversos pontos do Brasil. Os movimentos das tropas legalistas e rebeldes conduziram-nas para um provável encontro em Itararé-SP, porém a batalha não aconteceu, porque os revolucionários depuseram Washington Luís praticamente sem luta em 24 de outubro.

Getúlio assumiu o Governo Provisório, revogando a Constituição de 1891. Deu-se início à chamada “Era Vargas”, que mudaria o Brasil.

### O 3º RCD E O 1º B Fv EM 1930

O 3º RCD dividia seu quartel com o 1º B Fv em Jaguarão quando eclodiu a Revolução de 30. Em 3 de outubro, informações desencontradas, de que o Exército e a Marinha tinham aderido ao movimento, fizeram com que o Comandante, Cel. Estevão de Resende, colocasse o regimento em prontidão.

---

308 Irmão do Mal. José Pessoa, que dá a designação histórica para o 12º RC Mec.

À noite, o Dr. Satyro Alcides Marques, Intendente Municipal, visitou o comandante para lhe informar da amplitude da revolução e que a população era “francamente favorável ao Movimento” (BRASIL, 1941, p. 10 verso) e que não era intenção da cidade hostilizar o Regimento, solicitando que o Exército adotasse a mesma postura. A situação permaneceu confusa.

Em 5 de outubro, o comandante reuniu os oficiais e informou que caberia a cada um tomar “o rumo que melhor lhe parecesse mais digno e louvável” (BRASIL, 1941, p. 10 verso). O próprio coronel não aderiu ao movimento, indo se exilar no Uruguai, juntamente com outros oficiais<sup>309</sup>. Por sua vez, consta do Histórico do Regimento que pelo “Major Buarque foi dito que interpretando o pensamento dos Oficiais e praças do 1º B. F. V declarava que o mesmo aderiria ao ‘Movimento Revolucionário’<sup>310</sup>” (BRASIL, 1941, p. 11 frente).

Foi marcada uma formatura geral, tendo esta sido conduzida pelo Cap. Alberto Barbedo, para dar ciência às praças dos fatos e, também, permitir-lhes que optassem em aderir ou não ao movimento. Logo depois, foi enviado telegrama à 3ª RM informando que o Regimento estava a favor de Getúlio Vargas. Os acontecimentos se precipitaram rapidamente.

Na cidade, assumiu uma Junta Revolucionária formada pelo Dr. Alcides Marques, Dr. Alcides Pinto e pelo Maj. João Telles Villas Boas.

O periódico Mensageiro Cathólico, de 19 de outubro, relatou que o Maj. Villas Boas, comandante do contingente da unidade<sup>311</sup>, antes de se deslocar, entregou ao Intendente de Jaguarão a Bandeira Nacional utilizada no quartel do Regimento, quando “encomendou a Deus o sucesso da ação militar que iam empreender” (1930, p. 3). O intendente, por sua vez, proclamou que o “Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade, guardaria aquele lábaro e abençoaria os militares que saíam em demanda do Dever” (1930, p. 3).

Sob o comando do Cap. Barbedo, cerca de 420 soldados do regimento e voluntários se deslocaram a cavalo para a estação ferroviária de Piratini, lá chegando em 12 de outubro. Seguiram via férrea para Santa Maria e, dali, para São Paulo, aquartelando-se naquela cidade em 3 de novembro. Dia 9, partiram para a Capital Federal, onde chegaram dia 11.

No Rio, o Regimento não entrou em combate. Na cidade, as manchetes chamavam o movimento de “Revolução Triunfante”.

Juntamente com os cavalarianos, seguiram voluntariamente os médicos Hermes Pintos Affonso, Arthur Ferreira (comissionados capitães), o veterinário Anacleto Ferreira Porto e outros civis.

309 O Cel. Resende foi exonerado do comando do 3º RCD no dia 5.

310 O Maj. José de Borja Buarque ocupava o cargo de Subcomandante do 1º B Fv. A unidade ficou diretamente subordinada do Comando Revolucionário, que tinha QG em Porto Alegre. Prosseguiu nos seus trabalhos no ramal ferroviário Basílio-Jaguarão. O Ten. Luís Lobo foi o único que discordou da posição de seus companheiros, por isso, exilou-se no Uruguai.

311 O Maj. Villas Boas era o oficial mais antigo do Regimento que havia aderido à Revolução, mas, sendo veterinário, não lhe coube o comando operacional da unidade.

Uma vez deposto o Governo, iniciou seu regresso dia 25 de novembro, chegando ao destino a 3 de dezembro.

Alcides Marques devolveu a Bandeira Nacional ao Regimento, entregando-a nas mãos do Ten. Luiz Jacques, após recepção triunfante da tropa, com direito a desfile, discursos e churrasco.

Em Jaguarão, o Cap. Oscar Azambuja permaneceu no comando do 3º, até o Cel. Álvaro de Carvalho assumir o cargo em 28 de janeiro de 1931. Estava, assim, terminada a participação do Regimento na Revolução de 1930.

### **SÃO PAULO SE REVOLTA EM 1932**

Em 1932, o Estado de São Paulo pegou em armas contra o Governo de Getúlio Vargas, acusando-o de ditatorial. Como se trata de história recente, a avaliação desse conflito varia de acordo com o matiz ideológico, as simpatias políticas e a origem estadual de quem o analisa.

Os motivos da chamada Revolução Constitucionalista (na verdade, foi uma Revolta) foi o fato de Getúlio não ter convocado a Assembleia Constituinte, o caos administrativo em alguns estados e a situação econômica do País. O Movimento colocou civis mobilizados e a Força Pública de São Paulo contra as forças legais. Estando bem preparados, Exército e Marinha atuaram com eficiência contra os insurretos, vencendo-os em terra e realizando eficiente bloqueio naval, sufocando o movimento com relativa rapidez.

Desde março de 1932, o Maj. Renato Paquet estava no Comando do 3º RCD. Foi substituído em 2 de junho pelo Cap. Oscar Azambuja, que, por sua vez, em 8 do mesmo mês, passou o cargo para o Ten. Cel. Francisco Gil Castelo Branco. Conforme registrado nos documentos existentes hoje no 3º RCG, em 10 de junho, a unidade entrou em prontidão. Finalmente, dia 20, parte do Regimento<sup>312</sup> embarcou na estação férrea de Jaguarão com destino a Santa Maria, onde chegou dois dias mais tarde, estabelecendo sua base de operações no quartel do 5º Regimento de Artilharia Montada – o Regimento Mallet.

A Revolta propriamente dita teve início em São Paulo no dia 9 de julho de 1932. Apesar do Regimento ter permanecido em Santa Maria, atuou com o 1º Esquadrão de Cavalaria (Esqd Cav) perseguindo rebeldes perto de São Pedro-RS entre 31 de agosto e 8 de setembro. Logo depois, dois pelotões, acompanhados por policiais da Brigada Militar, realizaram buscas ao líder rebelde Turíbio Gomes entre 11 e 13 do mesmo mês.

O regimento recebeu diversas ordens e contraordens para seguir, ora para São Paulo, ora para Uruguaiana. Por fim, dia 23 de setembro, o 1º Esqd Cav e o Esquadrão de Metralhadoras (Esqd Mtr) se deslocaram para Buri-SP. No dia seguinte, partiu o restante da unidade – o 2º Esqd Cav e o Esquadrão Extranumerário<sup>313</sup> (Esqd

312 O regimento se deslocou em diversos escalões.

313 Esquadrão Extranumerário (ou somente “Extra”) era a designação dada à subunidade que tinha por missão dar suporte ao Comando da unidade e realizar o apoio logístico.

Extra). A tropa chegou ao destino em 2 de outubro. Mal desembarcou em São Paulo, recebeu novas ordens: deveria seguir imediatamente para o Mato Grosso<sup>314</sup>. Partiu a cavalo para a estação de Ligiana, em Angatuba-SP, tomando o trem dia 9. Seis dias depois, chegou a Campo Grande-MS<sup>315</sup>.

Enquanto o Subcomandante permanecia com um destacamento formado pelo 2º Esqd, parte do Extranumerário e uma seção de metralhadoras em Campo Grande, a unidade marchou para Bela Vista-MS, na fronteira com o Paraguai, vindo a se alojar em 24 de outubro no quartel do 10º Regimento de Cavalaria. Naquela cidade, os jaguarenses recolheram material e armamento abandonado pelos revoltosos e o levaram para Campo Grande, onde chegaram dia 7 de novembro. Deixaram, entretanto, um pequeno destacamento na fronteira.

O Boletim nº 259, de 18 de novembro de 1932, do 3º RCD, publicou a passagem de Comando do Cel. Castelo Branco para o Cap. Oscar Azambuja. Neste documento, é possível saber que a unidade se encontrava acantonada<sup>316</sup> no quartel do 1º Regimento de Artilharia Mista, bem como cita os oficiais e parte dos graduados então presentes. Foram eles: Cap. Oscar Furtado Azambuja, José Dantas Arêas Pimentel, Francisco de Paula Edge de Mendonça e Descartes Cunha; os Ten. Arnaldo Ferreira Sampaio, Homero Figueiredo Silveira, Valter Dutra Silveira, Luiz Inácio Jaques Junior, J. Cunha, Almeida Brandão, Poti Salgado Freire, José Maria Leite Vilas Boas, Joaquim Portinho, Valter Reduzido Vaz (médico), Péricles Furtado de Lavra Pinto, Vanderlei Francisco Gonçalves, José Arimatéia Teixeira (veterinário), Orlando Schubert Alfeld (farmacêutico), os Ten. comissionados Santos Silveira, Bernardino Rodrigues, José Pascoal Sábado, Manoel Rafael da Cunha Vieira, Valdemar Martinez, Gesner Valejos, Senarmonte Gonçalves e Marcos Furtado de Azambuja; Sgt. Pedro Ribeiro (Ajudante), Jandyr Alary Cony e Adeodato Aristides Nunes; e cabo Nativo dos Santos. Também estão listados, como tendo seguido com a unidade, o veterinário (civil) Anacleto Ferreira Porto e o Milton de Lima Piúma.

O 3º RCD recebeu ordem para regressar a Jaguarão em 21 de novembro. Chegou à cidade em dois grupamentos, um em 3 de dezembro e outro em 5, permanecendo sob o comando do Cap. Oscar Azambuja até 24 de abril de 1933, quando o Maj. Benjamin Pereira da Silva substituiu-o até junho, devolvendo-lhe a unidade até 3 de novembro.

Parte da unidade ficou no Mato Grosso, recebendo ordem para se deslocar para Ponta Porã-MS. Tendo o Cap. José Dantas Pimentel no comando, o Esqd Mtr partiu dia 12 de janeiro, e o 1º Esqd, dia 14, finalizando a marcha dias 31 de janeiro e 4 de fevereiro, respectivamente. Sua missão era cooperar com a reorganização do 11º Regimento de Cavalaria Independente.

314 Atuou onde hoje se situa o Estado do Mato Grosso do Sul.

315 Em 1932, os atuais estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul formavam um só estado da Federação, com a capital em Cuiabá-MT.

316 Tipo de estacionamento em que uma tropa utiliza instalações físicas existentes.

Assim terminou a participação do 3º RCD na Revolta Constitucionalista. Esse foi o maior conflito armado interno do Brasil. São Paulo foi derrotado, porém Getúlio Vargas viu-se obrigado a fazer concessões. Dentre outras, estabeleceu o voto secreto, garantiu o direito das mulheres votarem e criou a Justiça Eleitoral. Essas medidas, dentre outras, na prática, colocaram um fim na engrenagem que permitiu a longa existência da política do Café com Leite. Logo depois, em 1934, foi promulgada uma nova Constituição, que confirmou grandes conquistas sociais e trabalhistas que até os dias de hoje estão em vigor.

### O REGIMENTO OSORIO

O Decreto nº 22.687, de 4 de maio de 1933, concedeu ao 3º RCD a denominação histórica de “Regimento Osorio”<sup>317</sup>.

Denomina – Regimento Ozorio – o 3º regimento de cavalaria divisionário [...] O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando que: A 13 de maio o atual 3º regimento de cavalaria divisionario completa o 123º aniversario de sua organização; A essa unidade está ligado o nome do general Manoel Luiz Ozorio, que durante nove anos esteve sob seu comando [...] em memoraveis embates, se portou brilhantemente; É a mais justa homenagem que se póde prestar áquele cabo de guerra, denominando – Regimento Ozorio – o 3º regimento de cavalaria divisionario, decreta [...] Art. 1º Denominar-se-á – Regimento Ozorio – o atual 3º regimento de cavalaria divisionario. Art. 2º O ministro da Guerra baixará instruções para regular a execução deste decreto. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1933, 112º da Independencia e 45º da República. Getulio Vargas (BRASIL, 1933)

E por que o 3º? Para se entender tão alta distinção a uma unidade de Cavalaria, é necessário acompanhar sua evolução histórica: ele surgiu com o Regimento Dragões do Rio Grande (1737-1754), em Rio Grande; sucessivamente recebeu as designações de Regimento Dragões do Rio Pardo (1754-1824), em Rio Pardo; Regimento de Cavalaria nº 2 de Linha (1824-1831); 2º Corpo de Cavalaria (1831-1838), quando foi transferido para Bagé; 2º Regimento de Cavalaria Ligeira (1839-1878), tendo sido comandado pelo Ten. Cel. Osorio; mudou-se com a mesma designação para Jaguarão; 2º RC; 12º RC; 9º RCI; e, finalmente, 3º RCD. Por essa evolução, o 3º RCD recebeu essa honrosa denominação.

### A INTENTONA COMUNISTA DE 1935

A Intentona Comunista, também conhecida como “Revolta de 35” ou “Levante Comunista”, ocorreu entre 23 e 27 de novembro de 1935, e foi liderada por Luís Carlos Prestes. Ficou circunscrita a Natal-RN, Recife-PE e Rio de Janeiro e falhou em sua tentativa de tomada do poder.

<sup>317</sup> Em Decreto de 16 de maio de 1941, Getúlio Vargas aprovou o estandarte do Regimento.

Aparentemente, era crença de Prestes que seu prestígio seria suficiente para “levantar as massas”<sup>318</sup>, mas ele errou em sua avaliação. Embora efêmero, o movimento trouxe sérias consequências para o Brasil. Não houve repercussão direta da Intentona em Jaguarão, porém, nas décadas seguintes, significativa parcela dos militares não se esqueceu dos fatos ocorridos em 1935.

### **O REGIMENTO OSORIO DEIXA JAGUARÃO**

Em 1937, por ordem do Decreto nº 24.287, de 24 de maio de 1934, o Regimento foi transferido para Porto Alegre. Porém, esta mudança ocorreu efetivamente em 25 de setembro de 1937<sup>319</sup>, data da publicação do seu último Boletim Interno em Jaguarão<sup>320</sup>.

### **O ESTADO NOVO**

O chamado Estado Novo foi implantado a partir de 1937 por Getúlio Vargas, tratando-se de uma ditadura, que permaneceu no poder até 1945. As condições ideais para a execução do autogolpe evoluíram lentamente: a Revolta Constitucionalista, a Intentona Comunista, a instabilidade política, as ações populistas, as modificações na administração pública e na economia – tudo contribuiu para que Getúlio se perpetuasse no poder.

O estopim foi a descoberta do Plano Cohen (que havia sido forjado) em setembro de 1937, no qual constava o suposto planejamento da esquerda para a execução de um golpe de estado. Por causa dele, as eleições de janeiro de 38 foram canceladas. A seguir, em 10 de novembro, Getúlio informou ao País pelo rádio que assumia plenos poderes como governante. Em seguida, outorgou a Constituição de 1937, conhecida como Polaca.

Não houve reação séria ao golpe, exceto de Flores da Cunha, Interventor do Rio Grande do Sul. Porém, pressionado e isolado politicamente, ele foi obrigado a se refugiar no Uruguai.

Foi neste período que as Forças Armadas retiraram todo o armamento pesado das polícias estaduais. Esta medida foi fundamental para a construção da paz interna do País, pois, finalmente, essas instituições fundamentais para a sociedade e a democracia, perderam o “status” de braços armados a serviço político dos líderes regionais.

---

318 A Internacional Comunista foi um movimento de cunho multinacional. Ganhou força com a realização da 3ª Internacional Comunista – também chamada de “Komintern” – que ocorreu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1919, e pregava, em síntese, a superação do Capitalismo e da Democracia, criando um mundo comunista.

319 Na galeria dos ex-Comandantes dessa unidade, consta que ela se instalou no seu destino em 30 de setembro de 1937.

320 Em 25 de julho de 1946, recebeu a designação de 18º Regimento de Cavalaria, unidade esta que foi extinta em 1948, dando origem aos 3º e 6º Esquadrões de Cavalaria Mecanizados.

## A CHEGADA DO 13º REGIMENTO

Neste dia, 7 de outubro de 1937, o 13º RCI<sup>321</sup> publicou seu primeiro Boletim Interno, dando início a sua longa convivência com Jaguarão. Esta unidade foi transferida de Lavras do Sul, vindo a ocupar o quartel do 3º RCD. O Regimento Osorio, transferido para Porto Alegre, saíra em setembro. Consta no Histórico da OM o seguinte:

Outubro – A 4 foi iniciada a mudança de sede do regimento para Jaguarão. Seguiu para a nova sede o Esq. Extra, sob o comando do 2º Ten. Conv. Honorival Bairros. Sucessivamente, seguiram as outras subunidades. A 22 deste, assumiu o comando do regimento o Sr. Major Oscar Mascaranhas. A 25 assumiu o comando do regimento o Sr. Cap. Jonathas Cunha. Novembro – A três assumiu a unidade o Ten Cel Antônio José Osorio (13º REGIMENTO, 1908(?), p. 36 verso).

O 13º passou por alterações de efetivos em 1938, devido a ajustes orçamentários. Mas terminou o ano com três Esquadrões de Cavalaria e um Esqd Extra, com um efetivo total de 38 oficiais e 559 praças<sup>322</sup>.

Comandaram o Regimento em Jaguarão, os seguintes oficiais:

- Maj. Oscar Mascarenhas (1936 – 1937);
- Ten. Cel. Antonio José Osório, de 3/3/1937 a 31/4/1938;
- Ten. Cel. Coriolano de Andrade, de 31/4/1938 a 17/3/1939;
- Ten. Cel. Raimundo Passos de Carvalho, de 8/6 a 26/12/ 1939;
- Ten. Cel. Antônio Moreira de Abreu Fialho, de 12/3 a 17/4/1941;
- Ten. Cel. Américo Braga, de 26/7/1941 a 13/8/1942;
- Ten. Cel. José Thomé Xavier de Brito<sup>323</sup>, de 8/3/1944 a 31/8/1946 e, pela segunda vez, em 1947.

321 A Lei nº 1.864, de 1908, ao criar Brigadas Estratégicas, dotou-as de um “Esquadrão de Trem” (Esqd. Trem), OM destinada ao transporte logístico, que era mobiliada, basicamente, por militares de Cavalaria. A 3ª Brigada, de Santa Maria, tinha organizado o 3º Esqd. Trem, sediado em Cruz Alta. Em 1912, essa unidade foi para Santa Maria. Em 1915, com a extinção da 3ª Brigada, a subunidade passou a se denominar 5º Corpo de Trem ficando subordinado à 5ª Divisão de Exército. Em 16, a unidade foi para Rio Pardo. Em 1919, passou a se denominar 3º Corpo de Trem. O Decreto nº 15.232, de 31 de dezembro de 1921, transformou o 3º Corpo de Trem no 13º RCI. Nesta mesma oportunidade, foi transferido para Lavras do Sul, para onde se deslocou em 1926.

322 Dentre eles, encontravam-se os Maj. Hélio de Castro e Inimá Siqueira, que viriam a comandar o 12º RC Mec. 323 Comandou também o 12º RC Mec de 15/5/1950 a 10/4/1951.





## CAPÍTULO 27

# A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

### 2ª GUERRA MUNDIAL E A ORGANIZAÇÃO DA FEB

A II GM teve seu início com a invasão da Polônia em 1º de setembro de 1939. Colocou, de um lado, o Eixo, centrado pela Alemanha Nazista, a Itália Fascista e o Japão. Do lado oposto, estavam os Aliados, nucleados pela Inglaterra, França, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Estados Unidos da América (EUA).

A posição inicial do Brasil foi de neutralidade. Porém, a partir de março de 1941, uma série de afundamentos de navios mercantes nacionais causados por submarinos e aviões alemães provocou grande comoção nacional, levando o País a declarar guerra ao Eixo em agosto de 1942. Dos diversos entendimentos ocorridos entre o Brasil e os Aliados, Vargas se comprometeu a organizar três Divisões<sup>324</sup> para combater em solo europeu. Esta foi a gênese da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) foi organizada a partir de 1943, tendo por base a doutrina e o material norte-americano, o que alterou o pensamento militar brasileiro, ainda sob influência francesa.

O EB tinha um efetivo de apenas 60.000 homens e estava mal armado e equipado, pois, mais uma vez, o País se descuidara de sua defesa. Além disso, o Brasil era um país iminentemente rural, pobre, com baixo nível de escolaridade e péssimas condições de saúde, obstáculos que comprometiam os padrões de seleção de pessoal adotados pelos EUA.

A concentração da tropa se deu no Rio de Janeiro, principalmente na Vila Militar. Boa parte do equipamento e armamento não chegou a tempo de ser utilizado no treinamento dos soldados antes do embarque para a Europa. Segundo orientações da época, o adestramento da tropa deveria começar pelo nível mais elementar de instrução individual. Em todas as análises feitas nos meios militares, o treinamento da DIE foi inadequado e incompleto, sendo que somente na Itália os pracinhas ganhariam a coesão necessária para combater num conflito moderno.

---

324 Apenas uma Divisão de Infantaria foi organizada. A mobilização da segunda foi cancelada por causa do fim da guerra.

Integraram a DIE personalidades como o Gen. Oswaldo Cordeiro de Farias (jaguarense), o Ten. Cel. Humberto de Alencar Castelo Branco; e o Cel. José Machado Lopes, Celso Furtado, Clarisse Lispector, dentre outros.

A DIE e a 10ª Divisão de Montanha (EUA) ficaram subordinadas ao IV Corpo de Exército, e este, ao V Exército Norte-Americano, comandado pelo Gen. Mark Clark. Essas forças combateram, basicamente, a oeste da península Itálica.

### **A 2ª GUERRA MUNDIAL E JAGUARÃO**

Em fins de 1942, Jaguarão seguia sua rotina. Os acontecimentos na distante Europa soavam como notícias de outro mundo. Mas a guerra acabou chegando à cidade.

Foi organizada a Sub-zona nº 4 pela 3ª RM, para fins de execução das medidas para o estado de guerra. Ela incluía os municípios de Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão, sendo encarregado dela o Comandante do 13º RCI. Esta unidade, aliás, passou a receber grande quantidade de reservistas por aquela época, por conta da mobilização. Por isso, o 3º Esqd Cav (que ficava nos pavilhões ao sul do atual Portão das Armas) foi mobiliado.

A unidade recebeu ordem para sortear uma centena de militares para passarem por um processo de seleção, com o objetivo de enviar um contingente jaguarense para compor a FEB. Para isso, reuniu-se a tropa no pátio do Regimento. Os esquadrões foram formados e ali, sob os olhos do comandante, o subcomandante passou com um capacete repleto de papeizinhos com senhas. Cada homem teve de tirar, na sorte, a honra de ir à guerra. E nesse dia, em forma, encontrava-se o Plínio Velho Gomes! Ele pôs a mão no capacete, puxou o papel e lá estava escrito: “Premiado”. Ao lado dele, um amigo, que não teve a mesma sorte (ou seja, não iria para a guerra), abriu um sorriso, olhou-o e deu-lhe os parabéns, seguido de um fraterno aperto de mão. Foi assim que Plínio e outros companheiros foram escolhidos para irem combater na Itália.

Dos inspecionados para comporem a FEB, pouco mais de três dezenas embarcaram no trem que deixou Jaguarão, rumo ao Rio de Janeiro. Mas nem todos foram para a Itália. A 3ª RM enviou 1.888 soldados para a Europa, sendo que 21 não voltaram. Todos que saíram do 13º RCI, entretanto, regressaram vivos à Pátria. Luiz Marques Machado transcreveu num artigo uma história interessante contada por Luiz Escolástico de Oliveira.

Os que seriam embarcados pela madrugada, pernотaram num alojamento completamente vigiado, com ordem de não permitir saída. Aconteceu que um expedicionário, à tardinha, pediu-me para ir à campanha despedir-se dos familiares (pais, irmãos e noiva) e que voltaria para embarcar. Forçado a negar, disse-lhe que seria transgressor e responderia a um conselho de Guerra pela sua falta. Perfilou-se fez continência e disse com firmeza de voz: Sargento, sou Soldado do Exército Brasileiro e lhe dou minha palavra de HONRA que estarei aqui para o embarque! Suas palavras tocaram-me fundo na alma do Soldado e permiti... Passei a noite observando o alojamento, sua cama vazia... Pela madrugada transportei vinte e nove expedicionários para o embarque na Estação

Ferrovária e ele nada... Ao segundo apito do Chefe do Trem, quando a guarnição já se deslocava, ouvi um tropel de Cavalaria e um grito: “Muito obrigado, Sargento, até a volta!” (2006, p. 80)

O boletim diário nº 12, de 13 de janeiro de 1945, publicou a relação dos soldados que deixaram a cidade com destino ao Rio de Janeiro em 27 de dezembro do ano anterior. Em pesquisa feita com apoio da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), verificou-se que desta relação embarcaram para a Itália:

- do 1º Esquadrão de Fuzileiros, Escolástico de Oliveira, Alberto Miranda, Ademar Vargas Damé, Osvaldo Amaral Cruz, Inácio Norberto Montes, Veríssimo Saul San Martin<sup>325</sup>, Ernesto Pinto, Enerino Borges Leal e Plínio Velho Gomes; do 2º Esquadrão, Alcides Teixeira, Alarípio Pires, Félix Alagoas Cardoso, Francisco Passos, Pedro Moacyr da Silva, Ademar Rodal, Cipriano Alves de Farias<sup>326</sup> e Manoel Olímpio Rodrigues; do 3º Esquadrão, Ernesto Florêncio Teixeira, Rud Ratz<sup>327</sup>, Lauro Ladislau Costa, Juracy Maciel Rodrigues Machado, Abílio Lopes de Moura, Ary Campelo, Silvério Sabino Pereira; e, por fim, do Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos, Corolino Martins.

Essa relação não coincide perfeitamente com as lembranças do Plínio Velho Gomes. Com apoio dele, levantou-se junto à ANVFEB, que também foram pracinhas, o 3º Sgt. Pedro Freitas (morava no Uruguai, segundo o Plínio), os cabos Adão das Neves<sup>328</sup> e Gertrudes Correa Pereira e os soldados Maurício Rocha Fagundes e José Albertino Teixeira. Verifica-se que quase todos os pracinhas de Jaguarão<sup>329</sup> eram cabos ou soldados. Isso aconteceu porque ordens superiores determinaram que oficiais, subtenentes e sargentos não poderiam se apresentar como voluntários para a FEB.

Não se deve esquecer do jaguarense que maior destaque teve na vida nacional: Oswaldo Cordeiro de Farias. Ele seguiu para a FEB como Comandante da Artilharia da DIE.

### “DIESEL” PARA JAGUARÃO

O Estado Novo, combinado com a II GM, tiveram grande impacto na economia nacional. As exportações de produtos primários, em especial, café e minerais, geraram enormes divisas ao Brasil. As importações foram reduzidas, forçando o País a buscar soluções emergenciais. A produção de bens de consumo se estruturou melhor e a indústria de base foi instalada. Seguindo tendência de nacionalização dos bens de produção, foram criadas, dentre outras, as Companhias Siderúrgica Nacional e Vale do Rio Doce, bem como foram construídas usinas de energia elétrica, basicamente

---

325 Na ANVFEB consta Veríssimo Saul San Martins.

326 Na ANVFEB consta Cipriano Farias.

327 Na ANVFEB consta Rudi Raatz.

328 Integrava o 2º R.M.M., no Rio de Janeiro, quando foi voluntário para a FEB.

329 O Maj. Hipólito Viana, que se radicou em Jaguarão, era de Santa Vitória do Palmar.

com capital norte-americano. Apesar disso, houve racionamento de vários produtos, dentre eles, combustível.

Entre 11 e 13 de maio de 1942, o Interventor do Estado, Oswaldo Cordeiro de Farias, esteve em Jaguarão. Após receber as honras militares previstas (escolta e guarda de honra), dedicou o dia 12 para visitar o 13º RCI, onde almoçou e viu demonstrações equestres realizadas por oficiais e praças da unidade. Em 13, seguiu no vapor “Rio Grande” para Santa Vitória do Palmar.

O Gen. Cordeiro de Farias fez chegar ao Ten. Cel. Américo Braga, Comandante do Regimento, os maiores elogios à unidade, salientando-lhe sua disciplina, o entusiasmo, o espírito de corpo e o preparo profissional.



Cordeiro de Farias, ao centro, e Alcides Marques, de boina (1942) – Foto: Fernando Vianna

Enquanto estava em Jaguarão, durante conversa com os produtores da região, numa reunião no clube Harmonia, ouviu reclamações do Sr. José Ferraz Vianna, sobre o racionamento de combustível em vigor por causa da II GM, que estava prejudicando a produção de frangos da cidade. Diante da queixa, Cordeiro prometeu que não faltaria combustível para a produção.

Cordeiro visitou a Granja São Gabriel com sua comitiva e pode conferir, “in loco”, na então maior propriedade desta natureza no Estado, a situação dos produtores jaguarenses. Gostou muito do que viu. E se foi!

Cordeiro cumpriu sua promessa: nunca faltou “diesel” na Cidade Heroica.



## CAPÍTULO 28

# NASCE O DOZE

Pisar no pátio em que um dia  
vivemos brasilidade  
é fazer com que a saudade  
prove do próprio veneno.  
O mundo fica pequeno  
quando aqui nos encontramos  
e ao Doze reverenciamos  
em continência ao terreno!

(Do poema Velho 12 RC Mec,  
de Evilácio Saldanha)

### O 12º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

O Exército, preocupado com sua modernização, pois era clara sua defasagem tecnológica e organizacional em relação aos países mais desenvolvidos, deu importante passo em 1938, com a criação do Esquadrão de Auto-Metralhadoras – a primeira OM “mecanizada”<sup>330</sup> da Cavalaria Brasileira. A ideia era preparar os recursos humanos para os novos equipamentos que estavam sendo adquiridos pela Força Terrestre. A seguir, em 26 de junho de 1942, foi criada a Escola de Motomecanização no Rio de Janeiro.

Com a declaração de guerra ao Eixo, o Brasil firmou acordos para o fornecimento de material bélico norte-americano. Em 42, chegaram as primeiras remessas, sendo organizado um Grupamento Motomecanizado, ainda sem denominação. Desta forma, em 25 de janeiro de 1943, aniversário da Cidade de São Paulo, mesmo sem se constituir em OM regular, o Grupamento participou das festividades.

O Decreto-Lei nº 5.171, de 6 de janeiro de 1943, determinou a criação, a partir de 15 do mesmo mês, do 2º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria (2º R.Au.Mtr.Cav.<sup>331</sup>). Na sequência, os Avisos Ministeriais nº 133, de 13 de janeiro,

---

330 A Cavalaria Blindada é formada por carros de combate (tanques) com elevado poder de fogo, altamente móvel e de grande potência de choque. Normalmente é empregada em operações ofensivas móveis e profundas. Utiliza, basicamente, blindados sobre lagarta. A Cavalaria Mecanizada é particularmente apta às operações de reconhecimento e segurança (cobertura, proteção e vigilância), capaz de atuar em largas frentes e grandes profundidades. Normalmente é dotada de blindados sobrerrodas.

331 O 12º RC Mec, herdeiro do 2º R.Au.Mtr.Cav. é a mais antiga unidade mecanizada do Exército Brasileiro e a única com tradição de guerra.

e nº 291, de 2 de fevereiro, regularam a criação da nova unidade. Sua sede seria Uruguaiana-RS, porém, provisoriamente, deveria permanecer aquartelado na então Escola das Armas<sup>332</sup>. Desligou-se, então, da Escola de Motomecanização.

Oriundos de diversas unidades, 11 oficiais e 90 praças compunham o efetivo pronto no dia 1º de março. Três deles foram recrutados no 13º RCI, então sediado em Jaguarão. Eram eles, o cabo Adão das Neves<sup>333</sup> e os soldados Delcino Corrêa de Ávila e Amarante Rodrigues.

O dia 1º de março de 1943 marca o início oficial das atividades do 2º R. Au. Mtr. Cav. no seu novo quartel: a Escola das Armas, onde o Maj. Hélio de Castro, oficial mais antigo daqueles pioneiros, assinou o Boletim Interno nº 001. Neste documento, ele fez uma exortação aos seus subordinados, em que destacou que o estado de belligerância vigente indicava que todos estivessem prontos para os desafios do porvir. Também lembrou os valores cultuados pela vida castrense, citando Caxias, Osório e outros vultos militares. Em seu texto, no intuito de motivar seus comandados a superarem os desafios que viriam, transcreveu a célebre frase do Alm. Barroso, na batalha de Riachuelo: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever!”

O Mundo vivia dias sombrios durante a II GM, conflito este que viria a ceifar dezenas de milhões de vidas. Nesse contexto surgiu a unidade gênese do atual 12º RC Mec.

Comandaram o Regimento, de 1943 até 2012...

no Rio de Janeiro:

- Maj. Hélio de Castro, de 1º/3 a 13/10/1943;
  - Ten. Cel. Inimá Siqueira, de 13/10/1943 a 8/1/1945;
- em Porto Alegre:
- Ten. Cel. Oscar Furtado de Azambuja<sup>334</sup>, de 6/3/1945 a 14/4/1947;
  - Cel. Léo da Costa, de 1º/8/1947 a 11/4/1950;
  - Cel. José Thomé Xavier de Brito<sup>335</sup>, de 15/5/1950 a 10/4/1951;
  - Cel. Mauro Moutinho da Costa, de 16/6/1952 a 31/1/1955;
  - Cel. Flávio Franco Ferreira, de 6/12/1956 a 14/8/1957;
  - Cel. Homero Figueiredo Silveira, de 6/8/1958 a 28/12/1962;
  - Cel. Admar Borges Fortes da Silva, de 4/4/ a 2/8/1963 e, pela 2ª vez, de 4/4/1964 a 28/4/1965;
  - Cel. Francisco Guedes Machado, de 13/9/1963 a 3/4/1964;
  - Cel. João Jacobus Pellegrini, de 29/4/1965 a 1º/1/1967;
  - Cel. Darci Boano Mussoi, de 1º/6/1967 a 8/7/1969;
  - Cel. Ilus Fagundes Ourique Moreira, de 8/7/1969 a 19/1/1972;
  - Cel. Felipe Carlos Ferreira Câmara, de 19/1/1972 a 15/3/1974;

332 Atual Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Vila Militar, Rio de Janeiro.

333 Consta que foi incorporado no 13º RCI como voluntário em 1941. Seguiu para o Rio de Janeiro, incorporando no 2º R. Au. Mtr. Cav. em 1º/3/1943. Fez curso de motorista e, depois, foi voluntário para combater na Itália, integrando o 1º Esquadrão de Reconhecimento da FEB.

334 Comandou também o 13º Regimento de Cavalaria de 14/6/1949 a 20/10/1950.

335 Comandou também o 13º Regimento de Cavalaria de 8/3/1944 a 31/8/1946.

- Ten. Cel. Walter Kluge Guimarães, de 30/4/1974 a 11/1/1977;
- Ten. Cel. Daniel Lomando Andrade, de 11/1/1977 a 30/1/1979;
- Ten. Cel. Luiz Oscar Bulcão de Lima, de 30/1/1979 a 30/1/1981;
- Ten. Cel. Marco Antônio Telles Ferreira Neto, de 30/1/1981 a 31/1/1984;
- Cel. Paulo César de Lima Alves, de 31/1/1984 a 31/1/1986;
- Cel. Gerson Valle Monteiro, de 31/1/1986 a 4/2/1988;  
em Jaguarão:
- Cel. Antônio Pereira de Holleben, de 4/2/1988 a 24/1/1990;
- Cel. Gustavo Cardoso, de 24/1/1990 a 26/1/1992;
- Cel. Roberto Carneiro Rocha, de 26/1/1992 a 27/1/1994;
- Cel. Adriano Pereira Júnior, de 27/1/1994 a 11/1/1996;
- Cel. Wilson Tadeu Pires, de 11/1/1996 a 23/1/1998;
- Cel. Marcelo Cantagalo dos Santos, de 23/1/1998 a 18/1/2001;
- Ten. Cel. Clóvis Antônio Soares Filho, de 18/1/2001 a 29/1/2003;
- Cel. Joaquim Silvano de Oliveira, de 29/1/2003 a 12/1/2005;
- Cel. Wilmar Eneas Santos de Moraes, de 12/1/2005 a 9/1/2007;
- Ten. Cel. Carlos Alberto Garcia, de 09/1/2007 a 28/1/2009;
- Ten. Cel. James Bolfoni da Cunha, de 28/1/2009 a 20/1/2011; e
- Ten. Cel. Rogério Marques Nunes, desde 20/1/2011.

### **PRIMEIROS PASSOS**

A OM recebeu autonomia administrativa, ou seja, poderes para gerir seus recursos financeiros e patrimoniais. Essa condição seria fundamental para viabilizar seus primeiros passos.

Não possuindo organização ou quadro de efetivos aprovados, o comandante estruturou a unidade em Estado-Maior e Agrupamento (Agpt.) de “Scout Cars”, este último a comando do Cap. Manoel de Freitas. O Agpt. foi dividido em três Pelotões de Combate (cada qual comandado por um tenente) e um Pelotão Extra (comandado por um tenente e composto pelos militares não pertencentes aos pelotões de combate). Por falta de manual específico, os Pelotões de Combate receberam a organização utilizada pela Escola de Motomecanização para fins de formaturas e instrução.

Grande número de oficiais e praças foi transferido para o Regimento, assim como reservistas foram convocados. Integravam o efetivo inicial do 2º R. Au. Mtr., o 2º tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, Secretário da unidade, e o 3º Sgt. Pedro Krinski. Esses militares viriam a servir no 1º Esquadrão de Reconhecimento (1º Esqd. Rec.) da DIE, sendo que ambos tombaram no cumprimento do dever na Itália.

Havia significativa preocupação na formação de pessoal de comunicações, especialistas em material motomecanizado e motoristas. Para se visualizar melhor este problema, o Regimento dispunha, em 1º de março, de 101 militares e 115 viaturas de diversos tipos: 13 “Scout Cars”, uma viatura Comando 4x4, três motocicletas, dois caminhões GMC 2 ½ toneladas (t.), uma ambulância ¾ t., 21 caminhões Dodge 4x4 t. e 74 jipes. Ou seja, mais viaturas do que pessoal. A unidade foi lentamente se

organizando. Em maio, já havia mais de 500 homens; em setembro, chegavam a 700.

A questão da falta de motoristas era de difícil solução. No Brasil daquela época, mesmo na Capital Federal, não havia jovens habilitados em quantidade suficiente. A solução foi transferir militares de qualquer Arma que soubessem dirigir, bem como a formação de motoristas em regime de urgência. Os militares eram enviados para realizar diversos cursos, já que o conhecimento do material motomecanizado era muito limitado. Não só mecânicos foram formados ou especializados. Até o encarregado de material do Regimento (subtenente)<sup>336</sup> precisou fazer um curso na Escola de Motomecanização.

Faltavam fontes de consulta. Dentre os primeiros manuais incluídos na carga da unidade, não havia um sequer que tratasse de emprego tático de tropas mecanizadas ou blindadas. Aliás, os oficiais e sargentos ainda usavam botas de equitação como peças do uniforme, item totalmente inadequado para se trabalhar com viaturas.

Não havia material de escritório ou de manutenção. Aos poucos, o Exército passou a fornecer de tudo: armamento, viaturas, uniformes etc. Por falta de instalações adequadas, os presos disciplinares tinham de cumprir suas punições no Regimento Andrade Neves<sup>337</sup>, e somente em maio foi iniciado o serviço de Oficial de Dia.

Em 12 de março, o Regimento recebeu a seguinte estrutura: Esquadrão Extra e 1º Esquadrão de Reconhecimento e Descoberta (Esqd Rec Dcb), ficando este último sob o comando do 1º Ten. Paulo Ramos. Era uma organização empírica, sem fundamentação doutrinária.



Major Hélio de Castro –  
Acervo: 12º RC Mec

## 2º R.M.M.

A Portaria nº 10/10, de 25 de fevereiro de 43, confirmada pelo Decreto-Lei nº 5.492, de 17 de maio, modificou a designação do 2º R.Au.Mtr.Cav. para 2º Regimento Motomecanizado (2º R.M.M.). Pode-se observar, pelas datas, que a unidade já tinha nova denominação no dia 1º de março, porém ela foi adotada apenas no Boletim Interno nº 12, de 15 de março. A burocracia foi suplantada pelo pragmatismo.

336 O subtenente é o encarregado do setor de material da subunidade.

337 Atualmente, o 2º Regimento de Cavalaria de Guarda, também localizado na Vila Militar.

Com previsão de utilizar carros de combate leves, o 2º constituía-se numa novidade para a Cavalaria. Em abril, mais 7 “Scouts Cars” foram recebidos, por transferência da Escola de Motomecanização, além de três motos Harley Davidson. Foram distribuídas metralhadoras Browning modelo 1917, calibre ponto 30, para serem montadas sobre os suportes giratórios existentes nos “Scouts” e noutras viaturas. Também foram distribuídos fuzis-metralhadores Thompson e alguns rádios veiculares. O material com maior tecnologia era, via de regra, norte-americano.

Houve nova reorganização interna, quando o Regimento passou a ter um Esqd Extra, um Esquadrão Auxiliar e duas Alas (cada uma destas com uma Seção de Comando, dois Esqd. Rec. e Dcb. e um Esqd. de Carro de Combate Tipo Leve). Isto “no papel”, porque, em material, só havia meios para equipar uma Ala.

No 2º semestre, a primeira Ala tomou forma, mesmo com carência de muitos equipamentos, notadamente de blindados. O 1º Esqd de Carros Leves foi criado, passando a receber o pessoal previsto. Foi designado o Cap. Flávio Franco Ferreira<sup>338</sup> como Comandante da Ala. Os 1º e 2º Esqd Rec Dcb foram dotados, cada um, de nove “Scout Cars”, 30 Jipes, sete Dodge ½ t. e uma motocicleta, com cerca de 170 militares.

Foram esses os passos iniciais que deram consistência àquela jovem Unidade, já que os preparativos para o envio de tropas à Itália já se encontravam em andamento.

### O DOZE FOI À GUERRA

Por meio do Decreto-Lei nº 6072-A, de 6 de dezembro de 1943, o 2º R.M.M. recebeu a incumbência de preparar a base de uma subunidade mecanizada para integrar a FEB. Foi escolhido o 3º Esqd Rec Dcb para a missão. Em 3 de janeiro de 44, pelo Boletim Reservado nº 01, foi organizado o 1º Esqd Rec, tendo sido designado o Cap. Flávio Franco Ferreira para comandá-lo.

O 2º Pelotão embarcou com o 1º Escalão da FEB em 30 de junho de 44, ou seja, apenas 6 meses depois de recebida a missão. Integrava uma Força-Tarefa a comando do Gen. Zenóbio da Costa, que dispunha do 6º Regimento de Infantaria, Artilharia, uma Companhia de Engenharia, da 1ª Companhia de Comunicações e efetivos de saúde, além de tropas blindadas e de comunicações norte-americanas.

Em 16 de julho, o 2º Pelotão chegou a Nápolis (Itália) e, após rápido treinamento, recebeu sua primeira missão em 15 de setembro: reconhecimento do eixo Manacuicolti-Chiesa-Massarosa-Ponte de San Pietro-San Macário Piano-San Macário do Monte. Em 20 de setembro, o restante do 1º Esqd Rec chegou juntamente com o 2º Escalão, sendo enviado para Gaggio Montano. Cumpriu missões típicas da Cavalaria Mecanizada: reconhecimento, vigilância, proteção, aproveitamento do êxito e ocupação de posições defensivas. Esteve presente em todas as principais batalhas em que a FEB se envolveu até Collecchio-Fornovo<sup>339</sup>.

338 Seria o primeiro comandante do 1º Esquadrão de Reconhecimento, que compôs a FEB.

339 Última batalha da DIE, quando os brasileiros aprisionaram mais de 15.000 soldados da 148ª Divisão de Infantaria e remanescentes da 90ª Divisão Motorizada Alemã e, ainda, da “Divisão Itália”.

Em 29 de dezembro, por motivo de saúde, o Cap. Flávio F. Ferreira passou o comando do Esqd para o 1º Ten. Plínio Pitaluga<sup>340</sup>, então Subcomandante<sup>341</sup>.

Apresento meu testemunho a respeito do Gen. Pitaluga. Tive dois contatos com ele. O primeiro, quando ele proferiu uma palestra na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas-SP. O segundo num debate que ele teve com os oficiais, subtenentes e sargentos do 3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em Brasília, em 1999. Foram duas manhãs memoráveis para mim, em que pude observar, naquele senhor de idade, patriotismo e entusiasmo que me servem de exemplo até hoje. Rendo-lhe, pois, minhas homenagens e meu agradecimento pelos ensinamentos profissionais e de vida que me transmitiu.

### **CAUSOS DE GUERRA!**

O soldado Plínio integrou o Pelotão de Polícia do Exército (PE), tropa especialmente criada para integrar a FEB<sup>342</sup>. Era conhecida pela tropa como “Military Police”.

Segundo ele, na guerra, ocorria confusão todos os dias, pois os ânimos dos jovens soldados ficavam exaltados. Certa vez, ele e três outros companheiros detiveram um soldado norte-americano embriagado, prendendo-o no prédio que servia de quartel para a PE em Alexandria (Itália). No meio da noite, apareceram centenas de soldados enfurecidos, integrantes da unidade do americano preso. “Se apenas apanhassem, estariam no lucro” – pensou o Plínio. O sargento brasileiro negociou a questão com um oficial americano. O soldado foi solto. E até onde ele sabe, “ficou tudo por isso mesmo”! Coisas da guerra!

### **RENDIÇÃO DA 148ª DIVISÃO ALEMÃ**

Na região de Collecchio e Fornovo (Itália), aproximadamente 15.000 alemães se renderam aos brasileiros. Plínio, mais uma vez, estava lá, já que uma das missões da Polícia do Exército é receber os prisioneiros de guerra. E ele contou que, como não havia transporte motorizado para todos, os alemães foram obrigados a fazer uma marcha a pé de mais ou menos 30 km até seu destino. Os pracinhas organizaram grupamentos de 300 soldados alemães, em três colunas. Eram tantos, que foi necessário um mês para transferi-los para um campo de prisioneiros aliado.

340 Plínio Pitaluga (1910-2002) nasceu em Cuiabá-MS. Foi declarado aspirante a oficial em 1934 e promovido a general em 1968. Participou da Revolução Constitucionalista. Comandou o 1º esquadrão de Cavalaria Mecanizado da 1ª DIE em 1944-45, e o 13º RC em 1960-61, este último em Jaguarão. Casou-se em Jaguarão (era viúvo) com a Sra. Maria Terezinha Vaz.

341 Este oficial tornar-se-ia famoso no Exército. Chegou ao posto de general e foi eleito Presidente do Conselho Nacional das Associações dos Ex-combatentes por diversos mandatos. Foi ele, também, o autor da canção militar “Cavalaria Mecanizada”. Em 1961, assumiu o comando do 13º RC, em Jaguarão.

342 O Exército não possuía unidades de PE antes da II GM

### **MORTOS EM AÇÃO**

O 1º Esqd Rec teve quatro mortos em ação durante a guerra. O Krinski, já 2º sargento, pioneiro do 2º R. Au. Mtr. Cav., foi o primeiro a tombar, abatido por estilhaço de granada em 24 de setembro de 1944, próximo a Camaiore.

Outro pioneiro, o Ten. Amaro tombou durante sua primeira patrulha em 20 de novembro de 1944, na região de Montilloo, próximo a Gaggio Montano. Tendo seu comandante sido atingido, sob fogo, a patrulha retraiu. Seu corpo permaneceu desaparecido por meses, até que foi encontrado por uma moradora local.

Os outros dois integrantes que o Esqd perdeu em ação na II GM foram o cabo Beneditio Alves, morto em acidente com arma de fogo em 17 de novembro de 1944, em Casa Franco, e o soldado Bernadino da Silva, em 22 de abril de 1945, em Granali.

Os restos mortais desses heróis repousam no Monumento aos Expedicionários, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro.





## CAPÍTULO 29

# O DOZE EM PORTO ALEGRE



O 2º RC Rec: M3A1 Stuart (apelidados de “Pererecas”) alinhados no quartel da Serraria. Acervo: 12º RC Mec

### QUARTEL DA SERRARIA

O Decreto-Lei nº 6.473-A, de 5 de maio de 1944, modificou a sede do 2º R.M.M. de Uruguaiana para Alegrete, e logo depois, a unidade recebeu ordem de seguir para Porto Alegre em 2 de junho de 1944. O embarque ocorreu em 11 de julho nos navios Aratimbó, Itaberá e Itaguassú. Esse deslocamento deveria ocorrer em plena “Campanha do Atlântico”, em águas infestadas por submarinos alemães. Por isso, foram escoltados pelo cruzador Bahía e pelas corvetas Jaceguai e Cananéia. Partiram às 6h 30 min da manhã de 12, chegando ao seu destino às 16h e 30 min de 16, indo se alojar no Matadouro Modelo, no Bairro da Serraria. E em Porto

Alegre o Regimento ficou, pois não recebeu ordens de seguir para Alegrete.

O Boletim nº 142, da 3ª Região Militar, de 25 de junho de 1946, publicou que, de acordo com a circular nº 1.114-A, de 14 de junho, a unidade recebera a denominação de 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado (2º RC Mec). Em 30 de novembro de 1953, de acordo com a Portaria Reservada nº 143-111, houve nova alteração: 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (2º R Rec Mec), ficando diretamente subordinado ao III Exército.

O Regimento permaneceria em Porto Alegre de 1944 a 1988 – 44 anos. Durante este período, a unidade foi modernizada, recebendo mais blindados leves M3 A1, posteriormente substituídos no início da década de 1980 por EE-11 Cascavéis, enquanto os “Scout Cars” foram trocados por viaturas blindadas de transporte de pessoal M 113 e, depois, por EE-11 Urutus. Também, recebeu jipes e ampla gama de armamento e de meios motomecanizados.



Veículos de Transporte anfíbios Ford Willis, apelidados de “Sapinho”, e um Stuart em 1971 – Acervo: 12º RC Mec

“Scout Cars” e M3A1 prontos para o desfile de 7 de setembro em 1971 – Acervo: 12º RC Mec



Desfile do 2º R Rec Mec em Porto Alegre no início da década de 1970 – Acervo: 12º RC Mec



Jipe do Regimento em 1946 –  
Acervo: 12° RC Mec

Uma viatura meia-lagarta do  
Doze, chamado “Half Track”  
– Acervo: 12° RC Mec



Viatura blindada de transpor-  
te de pessoal M 113 (1979) –  
Acervo: 12° RC Mec

No contexto de uma grande reestruturação do EB, mudou-se sua denominação para 12º RC Mec por meio da Portaria Ministerial Reservada nº 024-DF, de 24 de julho de 1972, mantendo sua sede em Porto Alegre, mas passando à subordinação da 6ª Divisão de Exército.

### **REGIMENTO MARECHAL JOSÉ PESSOA**

A Portaria Ministerial nº 860, de 7 de junho de 1976, concedeu ao Doze a denominação histórica de “Regimento Marechal José Pessoa”, sendo que Estandarte, Distintivo de Braço e Insígnia correspondentes foram publicados por meio das Portarias Ministeriais nº 121 e 122, ambas de 31 de janeiro do ano seguinte.

No Aditamento ao Boletim Interno nº 135, de 22 de julho de 1976, do Regimento, consta a justificativa da escolha do Mal. José Pessoa para emprestar seu nome à OM. Este oficial foi um dos responsáveis pela introdução dos blindados no Brasil, e o Doze, por sua vez, foi a primeira unidade mecanizada do Exército. Outro motivo apresentado foi que o marechal combateu na I GM na Europa, enquanto o 2º R. M. M. formou a base do 1º Esqd Rec da FEB.



## CAPÍTULO 30

# MARECHAL JOSÉ PESSOA

### A FORMAÇÃO E O OFICIALATO

O Mal. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi daqueles homens à frente do seu tempo, que poderia, com orgulho, dizer que sua “vida não passou em vão”.

Pouco conhecido fora dos meios militares, foi personagem importante na modernização e transformação do EB durante o século XX. O alcance maior dos seus feitos transcende, porém, à “caserna”. Ele influenciou significativamente a oficialidade, o que refletiu na vida do País. E o fez de forma silente e discreta.

Nasceu em 12 de setembro de 1885, no município de Cabaceiras-PB, filho de Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Oriundo de família tradicional, era sobrinho de Epiácio Pessoa e irmão de João Pessoa, que foram, respectivamente, Presidentes da República e da Paraíba.

Passou a infância no Nordeste. Ao chegar à adolescência, sua vocação o levou à carreira das armas. Assim, ingressou, em 18 de março de 1903, na Escola Preparatória e de Prática do Realengo, para se tornar oficial do Exército.

Em 1904, após a Revolta da Vacina Obrigatória ocorrida no Rio de Janeiro<sup>343</sup>, o Governo Federal extinguiu as Escolas Militares do Brasil e Prática do Realengo, transferindo a formação dos oficiais para Porto Alegre<sup>344</sup>. José Pessoa foi, portanto, estudar na capital gaúcha. A anarquia ocorrida durante essa revolta e a dicotomia tarimbeiros-bacharéis muito influenciaram a maneira de pensar do jovem José Pessoa.

Uma vez declarado oficial em 2 de janeiro de 1909, logo se viu envolvido em operações de garantia da lei e da ordem em Salvador em 1909 e na repressão ao bandido e assassino Antônio Silvino, na Paraíba.

A 26 de fevereiro de 1913, foi promovido a 2º tenente e, então, comissionado no posto de capitão para assumir a Chefia do Estado-Maior da Brigada Policial do Distrito Federal. Posteriormente recebeu a incumbência de ser o instrutor da Faculdade de Direito de São Paulo<sup>345</sup>.

343 A Revolta teve participação decisiva dos alunos da Escola Militar do Brasil.

344 Onde hoje funciona o Colégio Militar de Porto Alegre, ao lado do Parque Farroupilha.

345 Era comum funcionarem “Escolas de Instrução Militar” em estabelecimentos de ensino no início do século XX. Essas escolas ainda existem atualmente.

Foi designado para realizar um estágio na Academia Militar de Saint Cyr, na França, em 1916. Essa experiência lhe foi de grande valia, e dela tirou muitas ideias que seriam aproveitadas mais tarde na Escola Militar do Realengo.

Encontrava-se entre os franceses durante a I GM. De imediato, o Brasil autorizou José Pessoa e outros oficiais a lutarem ao lado dos aliados. O jovem tenente assumiu o comando do 3º Pelotão do 1º Esquadrão do 503º Regimento de Cavalaria, unidade na qual recebeu seu batismo de fogo<sup>346</sup>. Durante o conflito, recebeu inúmeras condecorações, inclusive a “Cruz de Guerra”, da França, e a “Cruz Militar de 2ª classe”, da Bélgica. Ao chegar ao Brasil, foi promovido a capitão (por bravura) em 8 de janeiro de 1919.

José Pessoa contraiu tifo pouco antes do final da guerra. No hospital, acabou enamorando-se de Blanche Mary Edward, enfermeira inglesa da Cruz Vermelha. Casaram-se em 1918 e tiveram três filhos: Elizabeth, Joy e José.

### **JOSÉ PESSOA E OS PRIMEIROS BLINDADOS DO BRASIL**

Nos campos de batalha da Europa, José Pessoa teve contato com um novo e revolucionário engenho de guerra: o carro de combate, conhecido como “tank” (em português, tanque). Antes de voltar para o Brasil, cursou a Escola de Carros de Combate de Versailles, onde adquiriu conhecimentos que o levariam a escrever um de seus vários livros: “O Tanque na Guerra Européia”, obra pioneira sobre o assunto na América Latina.

Com a presença da Missão Militar Francesa, os conselheiros militares passaram a defender a adoção de blindados por parte do EB. Assim, José Pessoa se uniu a esse esforço para aquisição desse material de emprego militar, o que veio a ocorrer em 1921. Foi criada a Companhia de Carros de Assalto, na Vila Militar, Rio de Janeiro, unidade que foi dotada de carros de assalto Renault FT-17 (carro leve, de 6 ½ t.), de origem francesa. O Cap. José Pessoa foi escolhido para ser o primeiro Comandante dessa histórica OM.

Estava nessa função, quando eclodiu a Revolta de 1922. De índole legalista, manteve-se fiel ao Governo ao longo de toda a década. Foi promovido a major, tenente-coronel e coronel em 11 de maio de 23, 18 de agosto de 27 e 29 de agosto de 29, respectivamente. Deixou o Comando da Companhia de Carros e foi transferido para o 1º Regimento de Cavalaria de Guarda, os “Dragões da Independência”. Em 1929, cursou a Escola de Cavalaria.

Na Revolução de 1930, sob o impacto da morte de João Pessoa, seu irmão, José Pessoa aderiu ao movimento. Liderou as tropas nucleadas pelo 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha, que seguiram para o Palácio da Guanabara para depor Washington Luiz. Sua interferência nessa oportunidade foi importante para que não houvesse derramamento de sangue.

---

346 Ao longo do conflito, assumiu também o comando do 1º Pelotão do mesmo esquadrão, formado por turcos, soldados que lhe despertaram a admiração pelo destemor e agressividade.

## A NOVA ACADEMIA MILITAR, UM SONHO

A maior contribuição desse homem notável foi, sem dúvida, a idealização da Academia Militar das Agulhas Negras, atual berço da oficialidade do Exército. O legado físico é visível nas impressionantes construções desse estabelecimento de ensino. Entretanto, o mais importante foi a mudança de mentalidade que ele promoveu entre os futuros oficiais, com significativas repercussões para o Brasil de hoje.

Logo após a Revolução de 30, Getúlio Dorneles Vargas estava preocupado com os destinos da Escola Militar do Realengo, que então era responsável em formar os oficiais do Exército. Precisava de um homem à altura da empreitada. E a escolha do Presidente não pode ser mais feliz: o Cel. José Pessoa foi nomeado seu Comandante.

Desde seu discurso de posse, ficou claro que profundas modificações seriam introduzidas. Dentre elas, resgatou o título de “cadete”, para se referir ao aluno de Escola Militar destinada ao oficialato<sup>347</sup>. Também criou o(s): Corpo de Cadetes; Estandarte da Escola Militar; uniformes históricos com inspiração no Exército Imperial; Livro de Honra, para ser assinado por todo cadete com conduta exemplar durante o curso de formação; e o espadim, réplica do sabre de Caxias – o Pacificador.

Tratou de cultivar os valores que Luís Alves de Lima e Silva inspirava, para dar maior coesão e espírito profissional à oficialidade. Também harmonizou a dicotomia entre os Ensinos Profissional e Fundamental (tarimbeiros x bacharéis). Assim, os cadetes deveriam ter grande carga de matérias de cunho militar, sem se descuidar das ciências humanas e matemáticas, o que acabou por dar maior consistência e equilíbrio à formação dos oficiais. Também passou a exigir mais dos cadetes nos assuntos discentes.

Defendeu a ideia da construção de uma nova Academia Militar distante da Capital Federal, para que os jovens cadetes não sofressem influências políticas, que tanto prejudicavam o profissionalismo, a coesão e a disciplina do Exército.

Foi ele quem escolheu Resende, para sediar a nova Academia. Porém, apesar de ter lançado a pedra fundamental da obra, não viu seu sonho concretizado de imediato, tendo em vista questões de ordem política e econômica. Porém, continuou defendendo a ideia da construção, cooptando adeptos para esse ideal.

Depois de anos à frente da Escola Militar do Realengo, deixou-a. Como oficial-general, dentre outras comissões, foi Comandante do 1º Distrito de Artilharia de Costa e da Zona Militar do Sul e Inspetor de Cavalaria. Passou para a reserva em 1949 no posto de marechal. Também prestou serviços na França, Paraguai e Inglaterra.

## BRASÍLIA

O destino haveria de reservar a José Pessoa uma última grande tarefa para realizar em vida. Foi escolhido para chefiar a Comissão de Localização da Nova Capital

347 Esse título fora proibido nos anos seguintes à Proclamação da República, por conta do “jacobinismo” que tomou conta de significativa parcela da sociedade brasileira e, em particular, do Exército. A ideia era extirpar qualquer menção ao Império e à sua ordem política e social.

Federal. De pronto, imprimiu o ritmo que lhe era peculiar, aproveitando os estudos anteriormente realizados. Pessoalmente, viajou para reconhecer os possíveis locais levantados para a capital, escolhendo o Sítio Castanho, a 25 km de Planaltina-GO, que estava a 1.172 metros acima do nível do mar. Apresentou suas conclusões em 1955, também sugerindo o perímetro do futuro Distrito Federal. Faleceu logo depois, a 16 de agosto de 1959.

### **O LEGADO**

O Mal. José Pessoa esteve entre os pioneiros que lutaram para incorporar os primeiros blindados ao Exército, deu a palavra final para a localização de Brasília e testemunhou fatos relevantes da História do Brasil, como na Revolução de 1930. Seu maior legado, indiscutivelmente, foram as mudanças implantadas por ele na formação do espírito dos cadetes, bem com a idealização do imponente e exemplar estabelecimento de ensino que é hoje a Academia Militar das Agulhas Negras. Na sua concepção, a formação dos oficiais deveria pautar pelo equilíbrio entre as formações moral, técnico-profissional e intelectual.

O atual espírito do EB, sem dúvida, passa pelas inovações feitas por esse ilustre militar, sendo motivo de orgulho para o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado ostentar a denominação histórica de “Regimento Marechal José Pessoa”.



## CAPÍTULO 31

# O 13º REGIMENTO DEPOIS DA GUERRA

### FIM DA II GUERRA MUNDIAL

Terminada a II GM, Getúlio Vargas dissolveu a FEB em 6 de junho de 45, pois temia que as tropas que tinham ido à Europa lutar contra o nazi-fascismo derrubassem a ditadura do Estado Novo, mas não deu resultado esperado. Em novembro do mesmo ano, um golpe militar devolveu a democracia ao Brasil.

Por isso, a maioria dos “pracinhas” foi dispensada do serviço ativo. O Plínio Velho Gomes, que foi soldado do 13º RCI, contou que não deram explicação alguma. Simplesmente o informaram que ele tinha “dado baixa” do serviço do Exército tão logo chegou a casa. Mas não adiantou.

Enquanto isso, o 1º Corpo de Cavalaria foi extinto em março de 1945, sendo que as três Divisões de Cavalaria (DC) ficaram subordinadas diretamente à 3ª RM. A 3ª manteve sua sede em Bagé e enquadrava, dentre outras OM, o 13º Regimento de Cavalaria (13º RC). Logo depois, em julho, as 3ª e 5ª RM, que tinham jurisdição sobre toda a Região Sul foram reunidas na Zona Militar Sul, embrião do atual CMS.

### TRANSFORMAÇÃO DO 13º RCI EM 13º RC

Em 1946, o 13º RCI passou a se denominar 13º Regimento de Cavalaria (13º RC), passando a ficar subordinado à 3ª Divisão de Cavalaria, de Bagé.

Comandaram o Regimento em Jaguarão, os seguintes oficiais:

- Ten. Cel. Valério Gomes de Lacerda, de 1º/12/1945 a 31/8/1946;
- Ten. Cel. Péricles Tellus Carneiro da Cunha, de 7/11/1946 a 1º/4/1947;
- Ten. Cel. Heráclides Fontella da Oliveira, de 2/2/1948 a 7/2/1949;
- Cel. Oscar Furtado de Azambuja<sup>348</sup>, de 14/6/1949 a 20/10/1950;
- Cel. Walter Dutra da Silveira, de 29/9/1950 a 7/2/1952 e de 6/11/1952 a 21/10/1953;
- Cel. Descartes Cunha, de 7/2 a 5/11/1952;
- Cel. Waldemar Noronha Mena Barreto, de 15/11/1954 a 31/5/1955;
- Cel. Artur Danton de Sá e Souza, de 1º/8/1955 a 12/4/1957;

<sup>348</sup> Comandou também o 12º RC Mec de 6/3/1945 a 14/4/1947.

- Ten. Cel. Darcy Simões Pires Strohschoen, de 3/6/1957 a 19/12/1960;
- Cel. Plínio Pitaluga, de 6/2 a 30/8/1961;
- Ten. Cel. Heitor Fontoura de Moraes, de 17/10/1961 a 17/7/1964;
- Cel. Alceu Vieira, de 27/11/1964 a 10/6/1965;
- Ten. Cel. Demócrito Correia Cunha, de 15/10/1965 a 20/2/1968;
- Cel. Tristão José Cartaxo Pereira, de 9/3/1968 a 10/7/1970.

### **O INCÊNDIO DE 47**

Tudo indicava que 17 de agosto de 1947 seria mais um dia tranquilo. Mas isso não aconteceu. Ao cair da noite, foi dado o alarme: fogo!

O almoxarifado, que se localizava no primeiro pavilhão à direita de quem entra no Portão das Armas do Regimento, foi rapidamente consumido pelas chamas. Todos os militares foram chamados para ajudar no combate ao fogo, inclusive aqueles que estavam em casa, já que não existia corpo de bombeiros na cidade. Segundo testemunhas, as labaredas subiam alto, iluminando a cidade adormecida.

Os soldados passaram a jogar água no pavilhão imediatamente ao lado, para esfriar as paredes, tendo sucesso neste objetivo. Mas o prédio teve perda total!

Como medida de emergência, foram improvisados novos almoxarifados, distribuindo-se o material que restara do sinistro. Para tanto, utilizaram-se as reservas dos pelotões, o pavilhão sul do rancho e a enfermaria<sup>349</sup>.

Um novo pavilhão foi construído no mesmo local daquele que foi consumido pelas chamas. Ao se observar com atenção suas linhas, verifica-se que ele é diferente dos demais, particularmente o telhado. Nele, existe uma discreta placa de bronze, onde se lê:

HOMENAGEM DO 13º RC AO CEL DARCY S. P. STROHSCHOEN Idealizador e executor deste pavilhão (Comt de 3-6-57 a 18-12-60) Inaugurado em 14-4-61

### **AS DÉCADAS DE 50 E 60**

Conforme o Decreto nº 29.175, de 29 de janeiro de 1951, o Regimento passou a ostentar a designação histórica de “Regimento Osorio”, herdando tal honra do extinto 18º RC. Todo o acervo histórico desta unidade foi recebido, portanto, pelo 13º.

O Regimento era uma unidade hipomóvel, como a maioria das unidades de Cavalaria da década de 1950. Como consequência do fim da II GM, o 3º Esquadrão não incorporou mais soldados, mantendo, entretanto, seus oficiais e sargentos.

O Regimento Osorio tinha uma canção na década de 50, que, segundo lembra o ST Darci<sup>350</sup>, começava assim:

Salve Osorio, Centauro dos Pampas!  
Salve Osorio, herói cavaleiro  
Defendeu com a ponta da lança  
O auri-verde pendão brasileiro

---

349 Segundo o ST Darci Amauri Ribeiro e o Flávio Dutra.

350 O ST Darci serviu no 13º RC de 1950 a 1970, quando a unidade foi para Porto Alegre.

Salve Osorio, Centauro dos Pampas!  
Salve Osorio, herói cavaleiro  
Nosso 13 é o teu regimento  
Da tua arma é sempre o primeiro

O fuzil utilizado pelo Regimento era o Mauser modelo 1908 (com modificações realizadas a partir de 1934). Os oficiais dispunham, também, de revólveres Smith & Swesson 45 ou de pistolas Colt 45.

Como armamento coletivo, a tropa era dotada do fuzil-metralhador Madsen e da metralhadora Madsen – tudo no calibre 7 mm. Havia três canhões anticarro de 37 mm, que eram tracionados pelas únicas três Dodge qualquer-terreno existentes.

Cada encarregado de material de esquadrão dispunha de três carroças, que eram puxadas por seis cavalos crioulos cada uma (os cavalos pecherons já não eram mais utilizados, porque exigiam cuidados redobrados). Havendo disponibilidade, cada subtenente recebia duas ou três carroças chamadas “coloniais” (com dois eixos).

Normalmente, uma carroça era destinada ao transporte dos gêneros. Outra funcionava como a cozinha (nela iam o condutor e o cozinheiro), com a qual seguia um soldado-auxiliar a pé atrás dela, com a missão de alimentar o fogão a lenha. A terceira conduzia a “tralha” dos oficiais (a tropa, toda a cavalo, dispunha em suas selas de todo o material de acampamento). Além dessas, havia também uma carroça-pipa.

Depois, as carroças foram substituídas por picapes, mas essas viaturas não chegaram na quantidade necessária. Os fogões a lenha foram substituídos pelos famosos “fogões NA”, que funcionavam a gasolina.

Não havia “viatura de dia”, mas uma carroça que ficava à disposição do pessoal de serviço. Outra carroça permanecia a semana toda para os trabalhos de faxina.

Uma das peculiaridades da Cavalaria “Hipo”, é que existia o “Curso de Condutor”. Tratava-se de um curso especial dado aos militares designados para conduzirem as carroças. Quem fez esse curso foi o José Albertino Teixeira, uma dos pracinhas que combatera integrando a FEB.

O Regimento estava organizado em 1º e 2º Esquadrões de Cavalaria e Esquadrão de Petrechos Pesados, este formado por um pelotão de morteiros 81 mm e outros dois de metralhadoras. Em 1951, chegaram dois morteiros de calibre 60 mm, que foram distribuídos para o 1º Esquadrão.

Analisando-se friamente, verifica-se que o 13º RC se beneficiou pouco da Lei de Empréstimos e Arrendamentos<sup>351</sup>, que foi responsável por notável reequipamento do EB durante a II GM.

Quanto ao expediente, a parte da manhã se destinava à instrução, basicamente conduzida pelos tenentes e sargentos, enquanto o horário das 13h 30min às 14h 30min era destinado para a limpeza da cavallhada, que era executada por quase todos os integrantes do Regimento.

351 O “Land-Lease Act” foi um programa dos EUA para prover de alimentos, armamentos e equipamentos os países em guerra contra o Eixo durante a II GM.

Havia exercícios de ordem de marcha no descampado existente próximo à antiga estação férrea, onde hoje é o Colégio Hermes Pintos Affonso, local que oferecia espaço suficiente para todo o Regimento entrar em formação. Ali e no Prado era onde a tropa tinha instrução “no tempo da lança e da espada”.

Havia marchas a cavalo, sendo que uma delas chegou a ir até Lavras do Sul. Mas o normal era que esses deslocamentos fossem realizados nas redondezas de Jaguarão, eventualmente indo até Bagé.

De mudança importante na estrutura da Força Terrestre, cita-se a transformação da ZMS em III Exército em 1956, cabendo-lhe o emprego operacional das tropas da Região Sul, enquanto a 3ª RM permaneceu como Comando Logístico e Administrativo.

Havia a Escola de Sargento das Armas (EsSA) em Três Corações, mas os sargentos de carreira também podiam ser formados na tropa. No início da década de 50, a maioria dos graduados do 13 eram “pratas da casa”.

Os soldados eram recrutados em diversas cidades da região, como Arroio Grande e Herval. Normalmente, este pessoal era transportado de caminhão (com carroceria aberta!) pelas empoeiradas estradas existentes.

Na época em que a Viação Aérea Rio-grandense fazia a linha entre Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão, seus aviões utilizavam o campo de pouso municipal ao lado do Prado. E o Pelotão de Operações Especiais (PELOPES) tinha a missão de ficar em condições de realizar o balizamento noturno, caso a aeronave necessitasse. Por isso, ficava de sobreaviso e dispunha de uma picape pronta com todo o material destinado para cumprir a tarefa. Mas nunca foi necessário.

### **O QUARTEL NO TEMPO DO 13**

O quartel era dividido em dois conjuntos: à frente, ficavam os pavilhões administrativos, esquadrões (alojamentos e banheiros), rancho etc. Havia outro grande conjunto de instalações, que eram as baias, localizadas atrás da unidade, onde hoje estão as garagens. Para separar esses conjuntos, havia uma cerca no sentido norte-sul, atrás do rancho.

O interior do quartel era de chão batido, sendo que, apenas em 1952, iniciou-se o arruamento interno. Para tal, foi empregada como mão-de-obra a própria tropa. Esse calçamento começou pela frente do Regimento, do Portão das Armas e pavilhão onde fica a sala do comandante, até o palanque atual.

Na frente do Regimento, ainda havia um muro baixo na parte inferior, com tela alta, permitindo uma ampla visão das construções.

Os oficiais faziam as refeições no seu cassino (no mesmo local de hoje), mas os ST e sargentos não tinham uma instalação similar. Ou comiam em casa, ou aqui e ali.

Em 46, foi erguido o paiol, que até hoje existe. Em 63, foi a vez de serem construídos os reservatórios enterrados, de concreto, cada um com capacidade para 18 metros cúbicos, ao lado da caixa d'água. Hoje eles se encontram desativados.

Nos fundos do Regimento, o pequeno sobrado que se localiza entre as garagens e o estande de tiro é o único prédio original do “tempo da hipo”. Ali funcionava um

depósito de material no térreo. Contíguo a ele, a oeste, estava o pavilhão destinado às baias da seção veterinária<sup>352</sup>. Eram as únicas baias que tinham piso de paralelepípedo e portas de madeira – o restante das baias tinha apenas correntes e eram de chão-batido. Esse pavilhão tinha um corredor alto que o cruzava longitudinalmente, que facilitava a distribuição de água e comida (milho e alfafa, basicamente).

As baias dos esquadrões, que coincidem com as atuais garagens, eram formadas por pavilhões longos, tendo tanques d'água entre elas. Em suas extremidades, havia uma sobrado (similar à antiga seção de veterinária) para guardar material e forragem.

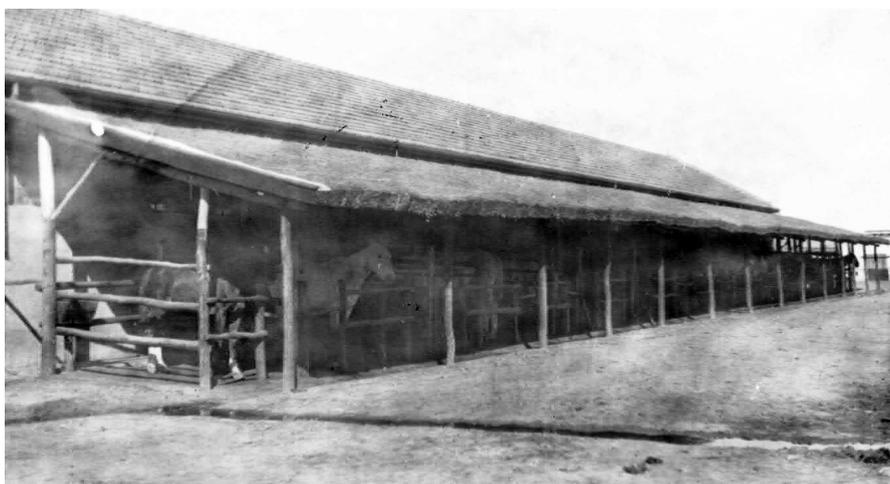
Desde o portão lateral (a leste) e o campo de futebol (ao norte), havia baias junto aos muros (não havia o portão dos fundos), que eram distribuídas entre os esquadrões. A exceção era o canto do muro das ruas General Marques e Curupaity, onde funcionava a ferradoria.

No início da década de 1950, o último pavilhão remanescente de baias “rústicas” de madeira (com teto de telhas ou de palha), que ficava atrás do rancho, foi destelhado por um grande vendaval. Estava de serviço na seção de veterinária, nesse dia, o ST Darci.

O atual muro do campo de futebol é também original. Até 1937, essa área era destinada à prática do futebol. Mais tarde, foi construída uma “carrière”, que, depois, reverteu novamente para campo de futebol, quando chegou a infantaria em 1972.

A caixa d'água do Círculo Militar foi construída pouco depois de 1960. A água era bombeada direto do rio, por isso ela não era potável naquela época.

Os civis que prestavam seus serviços no quartel eram muito populares entre a tropa. Eram o “Seu Machado”, que trabalhava na Enfermaria Militar; o “Seu Nestor Guimarães”, jardineiro; o “Seu Marino Rangel”, da Seção Veterinária; e a “Dona Heroína”, cozinheira.



As baias “rústicas” que ficavam junto aos muros do quartel. Acervo: 12º RC Mec

352 A Seção de Veterinária era no pequeno prédio que atualmente fica a leste da caixa d'água.

Onde hoje está a oficina mecânica regimental, localizava-se o picadeiro, que, segundo o Darci, teve sua estrutura interna de madeira demolida para se confeccionar caixas destinadas a acondicionar o armamento do 13, quando este foi transferido para Porto Alegre.

## ENFERMARIA MILITAR



Enfermaria Militar (1939) – Acervo: 3ª RM

A Enfermaria Militar no Cerro da Pólvora ainda estava em funcionamento no início dos anos 50. Mas não era todo militar doente que baixava lá. Normalmente, iam aqueles com doenças contagiosas ou necessitasse de tratamento mais longo.

O prédio retangular tinha quatro pavilhões, que genericamente se destinavam: à guarda e administração; refeitório; enfermarias; cozinha e depósitos. Para zelar pelo patrimônio, ficavam apenas um sargento e um soldado na época.

Como havia escassez de gasolina, o Seu Machado, que morava perto do Regimento, ia a cavalo para o trabalho bem cedinho. Ao passar pelo quartel, aproveitava a viagem e apanhava o pão e o leite para os militares de serviço e os baixados. O médico ia a cavalo, já que não tinha viatura para transportá-lo. Ficou famoso o tombo do tenente médico Fernando Garrico de Menezes. Quem testemunhou o fato, disse que ele “voou” do “beijudo”<sup>353</sup>.

Com o tempo, porém, passou a ficar dispendioso manter o velho prédio. Com a construção de um novo pavilhão na extremidade noroeste do quartel, ali foi instalada a nova enfermaria, que até hoje funciona no mesmo local<sup>354</sup>.

Antes da década de 1960, apenas um sargento zelava pela Enfermaria. O ano de 1966 marcou o fim do funcionamento da Enfermaria Militar. Antes do 13 seguir para

353 Um dos nomes carinhosos pelos quais a tropa se refere aos cavalos.

354 O pavilhão foi construído graças aos esforços do Leônidas Amaro, cujo nome consta numa placa de bronze colocada no prédio.

Porto Alegre, o velho prédio já estava abandonado, sem telhas e aberturas, entrando em lento processo de deterioração.



Gen. Oscar Furtado de Azambuja.  
Acervo: Prefeitura Municipal de Jaguarão

### **GENERAL OSCAR FURTADO DE AZAMBUJA, PREFEITO**

O Gen. Oscar Furtado de Azambuja, que comandou o 13º de Cavalaria, recebeu grande honraria dos jaguaenses, ao ser eleito para Prefeito Municipal durante o período que foi de 31 de dezembro de 1951 a 31 de dezembro de 1955.

Dentre seus principais feitos estão a adoção do símbolo e o brasão da cidade, por meio da Lei nº 239, de 26 de agosto de 1955; e a obtenção da doação do terreno da atual Biblioteca Pública, na Rua General Marques, onde lançou a pedra fundamental da construção do prédio por ocasião do centenário da elevação de Jaguarão a cidade.

### **PLÍNIO PITALUGA E A LEGALIDADE**

Desde o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, o Brasil se encontrava em constante instabilidade política. Com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República em 25 de agosto de 1961, surgiu nova crise. Vários setores da sociedade foram contrários à posse do Vice-Presidente João Goulart<sup>355</sup>.

O Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola iniciou um movimento de resistência às correntes que eram contrárias à assunção de Goulart ao cargo de Presidente. Ele defendia o cumprimento da Constituição, por isso, esse episódio passou à história como a “Campanha da Legalidade”.

O movimento previa, inclusive, a resistência armada, por meio do emprego da Brigada Militar e de milícias civis. Os ânimos ficaram inflamados e houve sério risco de guerra civil. Porém, já com a possibilidade real de um desfecho violento para a crise, inesperadamente o Gen. José Machado Lopes, então Comandante do III Exército, aderiu à causa legalista, afastando o fantasma que se avizinhava. A adesão desse oficial-general gerou, entretanto, uma crise interna no Exército. Após um acordo político, o Brasil acabou adotando o regime parlamentarista. Goulart permaneceu Presidente, Chefe de Estado, enquanto Tancredo de Almeida Neves foi escolhido Primeiro Ministro.

Em 1961, estava no comando do tradicional 13º RC, o Cel. Plínio Pitaluga, herói da II GM. Conta o Cel. Floriano Gonçalves Filho, então no posto de 1º tenente e nas funções de Secretário e Oficial de Informações da unidade, que, pouco depois da renúncia do Presidente da República, o Comandante voltou (prematuramente!) de suas

<sup>355</sup> Conhecido pelo apelido de “Jango”.

férias. Ele logo de reuniu com os oficiais e os colocou a par das notícias que trouxera do Rio de Janeiro, manifestando-se contra a posse do Vice-Presidente. Determinou que todos os oficiais se apresentassem a ele, um a um, para que se posicionassem diante da situação.

Floriano foi o último a se apresentar, informando ao Comandante que era a favor do cumprimento da Constituição. Disse Pitaluga “então estou sozinho”. Nos dias seguintes, a situação permaneceu tensa entre os oficiais do Regimento, (especialmente os mais antigos que serviam na unidade) e o coronel, entretanto, manteve-se a fidalguia entre eles.

Foi dada ordem que Pitaluga se apresentasse ao Comandante da 3ª DC. Ele achou que seria preso, por isso, de forma solene, informou aos oficiais que iria para Bagé, passando o comando para o Maj. Nilton Dias da Silva, Subcomandante.

Caberia ao soldado Perez<sup>356</sup>, seu motorista, levá-lo para se apresentar na 3ª DC. Na última hora, este foi substituído pelo Sargento Leovegildo. Ao chegar ao QG da Divisão, então comandada pelo Gen. Bda Alberto Ribeiro Paz, o Cel. Pitaluga não foi preso.

Quando retornou, porém, foi impedido de entrar na unidade por alguns oficiais. Conversaram no Portão das Armas (que permaneceu fechado) por longo tempo, mas não houve acordo<sup>357</sup>. O Cel. Floriano disse que, segundo soube, foi o Maj. Carlos de Mesquita Cabral Filho quem convenceu o Cel. Pitaluga de que não seria conveniente que ele entrasse no quartel. Sem escolha, Pitaluga seguiu para o Rio, via Uruguai, apresentando-se no Ministério da Guerra.

Diante da situação do Comando do Regimento, foi nomeado para o cargo o Cel. Heitor Fontoura de Moraes. Segundo o Cel. Floriano, o novo Comandante era um “gentleman”, o que ajudou muito a manter o clima na unidade tranquilo.

Enquanto estava cursando a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, em 1965, o Cel. Floriano se encontrou com o Cel. Pitaluga. A conversa foi amistosa. O ST Darci também cruzou com o Gen. Pitaluga em duas oportunidades. A primeira quando serviu em Brasília nos anos 70 e, depois, em Jaguarão, ficando-lhe a impressão de que não permaneceram rancores da crise de 61. Eram, sem dúvida, outros tempos.

## REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964

A Revolução de 64 suscita ainda muitas opiniões acaloradas, o que é compreensível, afinal, se a fundação da Guarda do Cerrito e da Lagoa, do ponto de vista histórico, foi “antes de ontem”, e a Revolução Federalista, “ontem”, o movimento de 31 de Março “ocorreu há apenas algumas horas”.

O dia 31 de março de 1964 marcou o clímax de um longo processo político. Alguns historiadores consideram que ele se iniciou no Tenentismo, outros preferem

356 O Sr. Luiz Carlos Carvalho Perez servia ao Exército naquela oportunidade. Hoje é Colaborador Emérito do Exército.

357 O Ten. Avelino Seabra Emídio testemunhou o fato, porém, não participou da conversa.

ir mais longe, às raízes do Brasil. Porém, é certo que os acontecimentos, que se precipitaram a partir do suicídio de Getúlio Vargas em 1954, foram determinantes. Já na “Campanha da Legalidade” estava claro que os destinos do País desagradavam ampla parcela da população, como pode ser verificado nos principais jornais da época.

Em 1963, foi realizado um plebiscito, que restabeleceu o presidencialismo. João Goulart passou, então, a reunir em torno do seu cargo, as Chefias de Estado e de Governo. Suas decisões, a partir de então, foram as causas imediatas do Movimento.

A 31 de março de 1964, tropas do Exército marcharam de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, derrubando o Governo, com ampla aceitação da sociedade e da mídia. Em seu lugar, assumiu a Presidência o Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco.



A Seção Veterinária do 13º RC – Acervo: 12º RC Mec

### 1964 NO TREZE

Se no Brasil o Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma continuação da crise de 1961, no 13 essa acertiva é ainda mais clara. Os fatos ocorridos durante a Legalidade envolvendo o Cel. Pitaluga foram determinantes para o desfecho dos acontecimentos.

Segundo relatos de ex-integrantes do Regimento que serviam naquela época, o quartel acompanhava de longe os eventos políticos. Não havia crise aparente. Pelo menos, não era ostensiva. Quando o Movimento eclodiu em Minas Gerais, o III Exército, desta vez, aderiu. Na 3ª DC, estava no comando o Gen. Hugo Garrastazú e, no 13, o Cel. Moraes. Houve, portanto, um alinhamento quanto à posição a ser tomada.

A tropa foi surpreendida pelas notícias dos jornais. O Cel. Moraes realizou uma reunião com os oficiais e, dela, três deles foram afastados de suas funções. Segundo testemunha ocular, os eventos nesta reunião se deram sem violência ou discussões.

O Regimento não entrou em ordem de marcha, como ocorrera em 1930 e 32, porque o Movimento não enfrentou resistência, obtendo êxito com rapidez. Nos me-

ses seguintes, não há registro nos arquivos da unidade de qualquer problema. A unidade manteve sua rotina.

### **O ADEUS DO REGIMENTO OSORIO**

Em 21 de maio de 1970, por meio do Decreto nº 66.617, o 13º RC passou a se denominar 3º RCG e foi transferido para Porto Alegre, vindo a ocupar o quartel que fica na Av. Salvador França, entre as Av. Bento Gonçalves e Ipiranga.



Portão das Armas do Regimento Osorio em Jaguarão – Acervo: 12º RC Mec

A transferência iniciou no mesmo ano, mas terminou somente no ano seguinte. Enquanto a cavalaria seguira de trem, parte do material foi deslocada via terrestre. Muitos militares que optaram por ficar em Jaguarão puderam fazê-lo.

Após permanecer na cidade por mais de três décadas, o 13 (e a Cavalaria) deu seu adeus a Jaguarão, cidade que tão bem o acolheu.



## CAPÍTULO 32

# 33º BI

### A CRIAÇÃO DO 33º BATALHÃO DE INFANTARIA

A Portaria Ministerial nº 326, de 21 de setembro de 1971, criou o 33º Batalhão de Infantaria (33º BI), com sede em Jaguarão, o que significou a volta da “Rainha das Armas<sup>358</sup>” à Cidade Heroica depois de 52 anos, desde que o 57º BC fora transferido.

O primeiro comandante de fato do batalhão foi o Cap. Rui Matos Menezes. Ele assumiu suas funções com um pequeno núcleo de militares em 15 de outubro de 1971, com a finalidade de preparar o início das atividades do 33. Neste mesmo dia, o 13º RC passou a responsabilidade patrimonial do aquartelamento da Rua Duque de Caxias para a nova unidade. Entre a saída do 13º RC (20 de agosto de 70) e a chegada do 33, uma tropa do 9º Batalhão de Infantaria Motorizado (Pelotas) permaneceu como responsável pela guarda do aquartelamento.

No dia 3 de janeiro de 1972, foi publicado o Boletim Interno nº 1, marcando o primeiro dia oficial de atividades do Batalhão, ficando subordinado à 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (8ª Bda Inf Mtz), de Pelotas. A seguir, o Ministro do Exército nomeou, por meio da Portaria nº 36, de 12 de janeiro, o Ten. Cel. Carlos Mariano Brier para comandar a unidade. Este oficial assumiu o cargo já no dia 25 de fevereiro do mesmo ano. Os primeiros dias da unidade foram marcados pelo trágico falecimento do Cap. Matos Menezes no dia 25 de março.

O quartel passou por várias modificações físicas antes de 1972, com a finalidade de adaptar o velho aquartelamento da Cavalaria para uma unidade de Infantaria. Dentre elas, a “carrière” nos fundos do quartel voltou a ser um campo de futebol, enquanto as baias foram destruídas ou transformadas em garagens.

Em 72, foi remodelada a iluminação interna da unidade, aproveitando-se a melhoria da capacidade da infraestrutura elétrica ocorrida em 67, quando foi instalado um novo transformador e redimensionada a rede. No ano seguinte, houve uma restauração e reforma de nove pavilhões. Depois, em 75, foram trocadas as telhas de zinco por amianto de doze pavilhões do batalhão, obra esta tocada pela Comissão Regional de Obras nº 3 (CRO/3), de Porto Alegre.

---

358 Como é conhecida a Arma de Infantaria.

Um fato a ser registrado é que, em 4 de maio de 1972, foi criado o Clube Beneficente dos Subtenentes e Sargentos de Jaguarão, por meio da adaptação de um velho picaideiro destinado aos cavalos de polo, utilizado na época do 13º RC.

A unidade foi dotada, desde o primeiro momento, dos fuzis automáticos leves (FAL), calibre 7,62 mm<sup>359</sup>, modelo 1964.

O Batalhão tinha a organização ternária normalmente adotada pelas unidades operacionais de Infantaria, com três companhias de fuzileiros, cada qual com três pelotões. Dispunha, ainda, de uma Companhia de Comando e Serviços e outra de Petrechos Pesados (posteriormente chamada de Companhia de Apoio), esta última concentrando as metralhadoras MAG e morteiros de 81 mm.

### **33º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO**

No início da década de 1970, o Exército realizou grande reorganização. Dentre outras mudanças importantes, ele dotou as unidades de Infantaria de viaturas. Foi assim que, em 1973, nasceu o 33º Batalhão de Infantaria Motorizado (33º BI Mtz), nova demoninação da unidade de Jaguarão.

Dentre as heranças que essa OM deixou em sua estada em Jaguarão, foi ter apadrinhado a Escola Municipal de Ensino Fundamental General Antônio de Sampaio, inaugurada em 24 de maio de 1977, cujo nome foi sugerido pelo Batalhão.

Comandaram a unidade, em Jaguarão, os seguintes oficiais:

- Cap. Rui Matos de Menezes, de 15/10/1971 a 25/2/1972;
- Ten. Cel. Carlos Mariano Brider, de 25/2/1972 a 11/3/1974;
- Ten. Cel. Alceu Pandolfo Braga, de 12/3/1974 a 14/7/1976;
- Ten. Cel. Sebastião Affonso Alves, de 14/7/1976 a 30/1/1979;
- Ten. Cel. Antônio Alberto da Silva Lisboa, de 30/1/1979 a 30/1/1981;
- Ten. Cel. Wilson Martins, de 30/1/1981 a 1º/6/1983.

### **TRANSFERÊNCIA DO 33 PARA CASCAVEL**

30 de dezembro de 1982 marcou o último dia de expediente do 33º em Jaguarão. A transferência do 33 para Cascavel-PR e a criação do 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (8º Esqd C Mec), por transformação do 2º Esquadrão do 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado (14º RC Mec), de Dom Pedrito, deu-se por fases.

O Decreto Presidencial nº 87.866, de 24 de novembro de 1982, regulado pelas Portarias Ministeriais Reservadas nº 100 e 102, ambas de 30 de novembro do mesmo ano, além da Diretriz nº 1/82, do III Exército, foram os documentos que regularam essa transferência. Mas o planejamento começou bem mais cedo, em 1979. Dois anos depois, foi deslocada para Cascavel a 2ª Companhia de Fuzileiros, por isso até hoje chamada de “A Pioneira”. Naquela cidade, já estava em construção o novo aquartelamento do 33.

Pouco a pouco, os efetivos do Batalhão foram reduzidos para cerca de 50% do previsto, o que facilitou que o restante da unidade seguisse para sua nova sede

<sup>359</sup> Calibre padrão adotado pelo Ocidente naquela época.

no final de 82. A ordem propriamente dita para a transferência foi emitida em 9 de dezembro.

O “Relatório de Transferência de Localização de Sede”, de 24 de janeiro de 1983, cita como uma das repercussões percebidas que o “[...] o público externo, embora concientizado pelo Cmdo Btl, demonstrava receio na diminuição dos efetivos na fronteira e pelo esvaziamento comercial de Jaguarão e Rio Branco” (1983).

Os militares de Cavalaria foram solenemente recebidos pelo Batalhão em 15 de dezembro. Eram 107 militares pioneiros, que viriam a dar origem ao 8º Esquadrão, sendo o mais antigo, o Cap. José Antonio Hernandez Alvarez, que viria ser o primeiro Subcomandante.

O Cap. Médico Wladimir da Silva Langanke, o 1º Ten. Adão Fernando da Silva Borges e 38 praças do 33º BI Mtz, sendo o mais antigo deles o ST Francisco Wilmar dos Santos, optaram por permanecer em Jaguarão, assim como, também, sua banda de música. Por outro lado, alguns militares foram transferidos para outras unidades.

Os nomes de todos os pioneiros do 8º Esquadrão e dos militares do 33º Batalhão, que optaram por ficar em Jaguarão, constam em uma placa de bronze que se encontra no pátio do quartel da Serraria.

O último Boletim Interno da unidade é de 30 de dezembro de 1982. Nele, constaram outras medidas administrativas relativas ao pessoal que iria embora, bem como aos cavalarianos recém-chegados. Neste mesmo dia, um Aditamento ao Boletim Interno, de cunho administrativo, tomou as providências necessárias quanto ao patrimônio do batalhão, quando a Infantaria transferiu parte de sua carga para o 8º Esquadrão.

Um comboio foi organizado para conduzir viaturas da unidade. O comando (Cmdo) dos 54 militares incumbidos dessa missão coube ao Cap. Inf Cláudio Antonio Soares Lopes, que partiu em 3 de janeiro de 83. Durante seu deslocamento, fez paradas em unidades militares de Cruz Alta-RS e de Palmas-PR, chegando ao seu destino três dias depois.

Assim, o 33º BI deu seu adeus a Jaguarão, cidade que viu nascer esta OM e que hoje prossegue cumprindo suas missões constitucionais em Cascavel.





## CAPÍTULO 33

# ESQUADRÃO “RAFAEL PINTO BANDEIRA”

### A CRIAÇÃO

O Exército prosseguiu na sua reorganização nos anos 80. A ideia era completar as brigadas criadas durante a década anterior, transformando ou criando unidades. Neste contexto, surgiu a necessidade de se dotar a 8ª Bda Inf Mtz de um elemento capaz de cumprir missões de reconhecimento e segurança.

A Portaria do Ministro do Exército nº 101-reservada, de 30 de novembro de 1982, criou o 8º Esqd C Mec, com sede em Jaguarão, e subordinado à essa Brigada.

Como mencionado, o efetivo e o material para mobiliarem a nova unidade vieram do 2º Esquadrão do 14º RC Mec. Por esse motivo, a data de aniversário do Esqd é a mesma de sua unidade geradora, 20 de agosto de 1982, pois foi quando o 14º foi criado. A já citada Portaria nº 102-reservada determinou a nova sede do 8º: Jaguarão. Deveria ocupar as antigas instalações do 33º BI Mtz.

Comandaram a subunidade, em Jaguarão, os seguintes oficiais:

- Cap. Antônio Hernandez Alvarez, interino, de 15/10/1982 a 18/3/1983;
- Maj. Roberto Carneiro Rocha, de 18/3/1983 a 18/1/1985;
- Maj. Adriano Pereira Junior, de 18/1/1985 a 21/1/1986;
- Cap. Antonio César Tettamanzy de Moraes, de 9/1/1986 a 21/1/1988;
- Maj. Leo Edson Schwalb, de 25/1/1988 a 18/12/1990, tendo sido o responsável pela transferência da unidade para Porto Alegre em 1988.

### O CENTAURO DA FRONTEIRA

O Esqd iniciou seus trabalhos oficialmente em 3 de janeiro de 1983 e passou a se denominar “O Centauro da Fronteira”<sup>360</sup>. Estava organizado da seguinte forma: três Pelotões de Cavalaria Mecanizados (Pel C Mec) e um Pelotão de Comando e Serviços (Pel C Sv).

O 8º Esqd dispunha de viaturas blindadas EE-9 Cascavel, dotadas de canhão 90 mm, e EE-11 Urutu, destinada ao transporte de tropas, armada com uma metralhada-

---

360 Recebeu a denominação histórica de “Esquadrão Rafael Pinto Bandeira” em 1997, justa homenagem ao intrépido e ousado Comandante da Legião de Cavalaria de Tropa Ligeira e dos Dragões do Rio Pardo.

ra Browning, calibre ponto cinquenta. Também tinha jipes com metralhadoras MAG montadas em pedestais e morteiros calibre 81 mm.

Trocar um Batalhão de Infantaria (cerca de 800 homens) por um Esquadrão (pouco mais de 200) significou drástica redução de efetivos, mas Jaguarão estava acostumada à Arma Ligeira e aprovou a mudança.

### **REGIMIENTO “APARICIO SARAVIA”**

Em 1982, o RC 7 transferiu sua sede de Olimar para a Cidade de Rio Branco, departamento de Cerro Largo, ROU. Devido à modernização de seus meios, sua denominação foi modificada. Inicialmente chamou-se “Regimento de Cavalaria N° 7”, nome que correspondia à sua condição de tropa hipomóvel. Em 1995, ano que recebeu seus primeiros meios mecanizados, passou a ser nominado “Regimento de Cavalaria Mecanizado N° 7”, até que, em 2004, no seu centenário, recebeu a denominação histórica de Regimento “General Aparicio Saravia” de Cavalaria Mecanizado N° 7.

Sua área de responsabilidade está junto à fronteira do Uruguai com o Brasil, desde o Passo Centurião até a foz do Rio Jaguarão.

Herdeiro da heroica tradição oriental, o “Sétimo de Cavalaria”, unidade coirmã do Doze na fronteira do Rio Jaguarão, tem prestado destacados serviços em tempos de paz e de guerra, tendo feito por merecer, em seu centenário, a medalha ao Mérito Militar. Sempre foi fiel ao seu lema “Disciplina e Valor para servir a Pátria”.

### **O CABO GUILHERME**

Jaguarão conta hoje com o Clube Beneficente Cabo Guilherme (CBCG). A primeira pergunta que vem à mente é: quem foi esse tal de Guilherme?

Valmir Jorge Guilherme<sup>361</sup> incorporou no 14° RC Mec, quando esta unidade estava sediada em Dom Pedrito. Foi cabo clarim do 8° Esqd C Mec e, depois, do 12° RC Mec. Foi promovido à graduação de cabo em agosto de 1986, vindo a falecer, ainda na ativa, em 1989.

O Guilherme foi do Pelotão de Operações Especiais entre 1979 a 1981, lutava artes marciais e era atleta de 100 metros rasos e 110 com barreiras. Também foi fotógrafo e motorista do Subcomandante do 8° Esquadrão. Participava das atividades do Centro de Tradições Gaúchas Rincão da Fronteira.

“Um tremendo boa-praça!” Assim ele é descrito pelos seus amigos. Também foi declamador de mão cheia, sempre animando as atividades militares e/ou tradicionalistas (inclusive as ligadas ao Piquete General Osorio).

### **PIQUETE GENERAL OSORIO**

O Piquete de Tradições Gaúchas (PTG) General Osorio nasceu em 1° de agosto 1990 por iniciativa de alguns militares do 12° RC Mec, mais afinados com nos-

361 Foi transferido de Dom Pedrito para Jaguarão quando o 8° Esqd C Mec foi criado.

sa tradição gaúcha, dentre eles, os Sgt. Roberto Junker Oleiro (1º Patrão), Meza, Rodrigues, Edson, Sinott, Santos, Leal e Squeff. Foi eleita 1ª Prenda a Srta. Flávia Melgares.

O nome da agremiação homenageia o Patrono da Arma de Cavalaria, Manoel Luís Osorio, e é reconhecido por lei municipal como de entidade de utilidade pública.

A bandeira do Piquete tem as cores do Rio Grande do Sul, com o mapa do Estado ao centro e, dentro deste, a figura de um índio a cavalo empunhando uma lança. Ainda há a inscrição: “Com integração, cultuamos a tradição”.

Seu quadro social inclui civis e militares que, irmanados, promovem atividades sociais que preservam as tradições e os valores do povo gaúcho.

Foi cedido pelo Regimento um local junto ao CBSSJ para a construção de um galpão crioulo, que incluiu banheiros e duas peças amplas, uma delas com churrasqueira. Esse espaço foi amplamente utilizado para as atividades do Piquete e, também, dos esquadrões. Posteriormente, essa construção foi transformada no Hotel de Trânsito de Subtenentes e Sargentos, ficando o Piquete sem sede própria.

Durante sua existência, o PTG integrou-se a outras entidades coirmãs na realização de rodeios, cavalgadas, tertúlias, chamuscas, futebol de bombachas, bailes, mateadas e campanhas do agasalho, além de promover o intercâmbio cultural com as escolas do município de Jaguarão, no tocante ao tradicionalismo.

### **TRANSFERÊNCIA PARA PORTO ALEGRE**

O Decreto-Lei nº 93.188, de 29 de agosto de 1986 (confirmado pela Portaria Ministerial nº 005-Reservada, de 22 de janeiro de 1988), transferiu o 8º Esqd para o quartel da Serraria, em Porto Alegre, onde, desde 1944 se encontrava o 12º RC Mec. Este, por sua vez, deveria seguir para Jaguarão. Houve, portanto, uma troca de aquartelamentos entre as duas unidades.

A mudança foi repentina, sendo que não houve possibilidade de se fazer um planejamento detalhado. Foi dada opção de que muitos militares do 8º permanecessem em Jaguarão, sendo eles, então, transferidos para o 12º RC Mec.

O material do 8º foi transportado com meios próprios ou de outras unidades, que cooperaram com a mudança. No dia 24 de novembro de 88, foi publicado o último boletim interno da unidade, apesar da maioria dos seus militares só seguirem seus destinos depois desta data.





## CAPÍTULO 34

# O DOZE EM JAGUARÃO

### A CHEGADA

“Instalou-se na Cidade de Jaguarão-RS, iniciando suas atividades em 1º de janeiro de 1989, conforme manda a Port. Min. nº 042-reservada de 14 de novembro de 1988” (BRASIL, 1989). Os destinos do Doze e do quartel da Rua Duque de Caxias se encontraram finalmente.

Comandava a unidade, desde 9 de janeiro de 88, o Cel. Holleben, oficial o qual tive o prazer de conhecer em sua casa, na vila militar da Academia Militar das Agulhas Negras. Educado e atencioso para com os cadetes, ele era o Instrutor-Chefe do Curso de Cavalaria.

O Regimento deixou seu quartel na Serraria, transportando boa parte do seu material e pessoal com meios próprios ou com o apoio de outras unidades. Alguns dos pioneiros voltaram para Porto Alegre, muitos, entretanto, adotaram a hospitaleira Jaguarão como sua terra.

O Comando Militar do Sul tinha à frente o Gen. Ex. Clóvis Borges de Azambuja, sendo este oficial, um dos responsáveis pela mudança do Doze para a fronteira. O Regimento ficou inicialmente subordinado à 8ª Bda Inf Mtz.

### PRIMEIROS ANOS

A história do Doze em Jaguarão começou cedo, com a incorporação da primeira turma de recrutas selecionados pelo serviço militar em 13 de fevereiro de 1989.

O Regimento estava organizado de forma típica, com três Esquadrões de Cavalaria Mecanizados, cada um a três Pelotões, e um Esquadrão de Comando e Serviços<sup>362</sup>, composto de: Pelotão de Comando; Pelotão de Morteiros Pesados; Pelotão de Comunicações; Pelotão de Saúde; Pelotão de Suprimento; e Pelotão de Manutenção.

A chegada do Regimento significou aumento de efetivo na cidade: de pouco mais de 200, para quase 600. Para adequar à demanda por moradias, novas casas funcionais foram construídas pela CRO/3. Sete foram erguidas para os oficiais na Rua 24 de Maio, no caminho para o Cerro das Irmandades, enquanto outras, desti-

---

362 Atualmente se denomina Esquadrão de Comando e Apoio.

nadas aos subtenentes e sargentos na Travessa Veríssimo Saul San Martin, em área contígua à vila militar existente ao lado do quartel.

Em 1990, o Presidente José Sarney se encontrou com o Mandatário Oriental, Julio María Sanguinetti Coirolo, na Ponte Mauá, atividade que teve grande participação do Regimento.

Ainda no mesmo ano, foram calçadas várias áreas da unidade, inclusive o pátio de formaturas, com bloquetes de cimento. E em dezembro, o Gen. Ex. Rubens Bayma Denys, Comandante Militar do Sul, inaugurou o busto do Mal. José Pessoa no pátio Major Hélio de Castro.<sup>363</sup>

Em 1992, houve uma grande enchente em Pedro Osorio e Cerrito, que chegou a inutilizar a ponte sobre o Rio Piratini. O Doze, cumprindo sua missão constitucional de cooperar com a Defesa Civil, esteve presente, prestando seu apoio.

Como atividade preparatória para o cinquentenário do 12º RC Mec, foi realizada uma temporada hípica no picadeiro do Círculo Militar de Jaguarão de 11 a 13 de dezembro de 1992, que contou com equipes de Livramento, Bagé, Rio Branco, Porto Alegre e da própria Cidade Heroica. Na semana seguinte, houve um torneio de polo, que reuniu equipes da Cidade de Jaguarão (civis e militares), Rio Branco e Bagé. Essas temporadas se tornaram parte do calendário esportivo de Jaguarão, sendo que, desde então, pelo menos uma é realizada anualmente.

A partir de 1993, o Regimento passou à subordinação do Comando da Artilharia e Unidades Divisionárias da 6ª Divisão de Exército (CAUD/6), atual Comando da Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército (6ª DE).

Em fins de 1993, foi registrado no “Histórico” do Regimento que um Pelotão de Cavalaria Mecanizado da unidade teve a honra de realizar a escolta dos restos mortais do Mal. Manoel Luís Osorio, quando do seu traslado do Rio de Janeiro para o mausoléu construído em sua homenagem no Parque Osorio, em Tramandaí.

No dia 5 de dezembro [...] Pelotas foi incluída no roteiro do traslado por ter sido escolhida pelo Marechal para fixar residência [...] Uma escolta do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado, de Jaguarão, conduziu os restos mortais à Praça do Altar da Pátria, sob as homenagens da população pelotense. [...] Pelotas foi palco de outras atividades, sendo inaugurada uma placa na antiga residência do Marechal e uma homenagem floral no túmulo da Viscondessa do Herval, esposa de Osorio, sepultada no cemitério local em 1869 (OSORIO, OSORIO (filho), 2008, p. 1079)

A capela destinada a abrigar a imagem da Nossa Senhora de Imaculada Conceição e do Profeta São Judas Tadeu, logo atrás do pavilhão da Guarda do Quartel, foi construída. Coube ao padre Luís Henrique Pinheiro, pároco da centenária igreja Matriz, a 10 de dezembro de 1994, abençoar o lugar sagrado.

Durante o comando do Cel. Tadeu, foram construídas as áreas de lazer dos esquadrões que, além de permitir o congraçamento entre os militares, também são

363 O pátio principal do Regimento recebeu o nome do 1º comandante do Doze.

utilizadas para atividades de rotina da unidade, como a instrução da tropa e a guarda temporária de material.

O Regimento fez melhorias na sua área esportiva, construindo uma pista de atletismo em torno do campo de futebol.

O Ministro do Exército, Gen. Ex. Zenildo Zoroastro Gonzaga de Lucena, visitou o Regimento em 24 de junho de 1997. Em janeiro deste ano, começara a construção da sede social do Clube Beneficente Cabo Guilherme (CBCG), sendo inaugurada no comando do Cel. Cantagalo em 9 de julho de 1999. A primeira diretoria da agremiação foi assim constituída: Hipólito Volnei Azevedo Prado, Presidente; João Joceli Carvalho, Vice-Presidente; Abel Alves Lopes, 1º Secretário; Ademir Mello Soares, 2º Secretário; Antônio Ricardo C. SAVEDRA, 1º Tesoureiro; Roberto Soares, 2º Tesoureiro; Eliezer da Silva Silveira, Diretor Social; Carlos Eugênio Calvete, Patrão do Piquete; Gelson Campelo, Diretor de Esportes; e Jorge Rocir Moreira da Silva, Diretor de Patrimônio.

### JAGUARÃO FOI AO HAITI

O Haiti é o país mais pobre do Novo Continente. Apesar de ter sido a segunda nação americana a obter sua independência (em 1804), logo após os EUA, não encontrou o caminho da paz e do progresso. A questão haitiana é, portanto, complexa.

Um país solitário carece de aspectos culturais em comum com outras sociedades [...] Conquanto a elite do Haiti tenha tradicionalmente tido prazer nos seus laços culturais com a França, o idioma crioulo, a religião Vodou, as origens de escravos revolucionários e a história de brutalidades do Haiti fazem dele um país solitário. Sidney Mintz assinalou que “toda nação é singular, porém o Haiti ocupa uma categoria só sua”. Como consequência, durante a crise haitiana de 1994, os países latino-americanos não encararam o Haiti como um problema latino-americano e não se dispuseram a aceitar refugiados haitianos, embora recebessem refugiados cubanos. Como colocou o presidente eleito do Panamá, “na América Latina, o Haiti não é reconhecido como um país latino-americano. Os haitianos falam uma língua diferente. Eles têm raízes étnicas diferentes, uma cultura diferente. Eles são, de forma geral, muito diferentes”. O Haiti está igualmente separado dos países negros anglófonos do Caribe. Um comentarista observou que os haitianos parecem “exatamente tão estranhos para alguém de Granada ou Jamaica como para alguém de Iowa ou Montana”. O Haiti, “o vizinho que ninguém quer ter”, é verdadeiramente um país sem parentes (HUNTINGTON, 1996, p. 168)

No início de 2004, nova crise eclodiu. Um movimento armado estava prestes a depor o Presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide. Para evitar um banho de sangue, vários países procuraram uma solução negociada para a questão. O Mandatário renunciou e, a seguir, houve a intervenção do Canadá, Chile, EUA e França.

Para substituir as forças militares desses países, o Conselho de Segurança (CS), em comum acordo com o governo provisório do Haiti, aprovou a Reso-

lução nº 1.542, de 30 de abril de 2004, que estabeleceu a “Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti”<sup>364</sup> – MINUSTAH. Seu efetivo inicial foi de 6.700 militares, 1.622 policiais, 548 funcionários civis e 995 haitianos, além de voluntários.

A Missão no Haiti se baseou no capítulo VII da Carta das Nações Unidas que, de maneira sintética, pode ser resumido como “imposição da paz”. Dentre seus objetivos, os militares tinham por missão estabelecer um ambiente seguro e estável para viabilizar o restabelecimento da normalidade política e social, desarmar os grupos armados, reestruturar a Polícia Nacional do Haiti e proteger os civis sob ameaça.

As missões de paz têm por objetivo auxiliar na solução de conflitos bélicos. Podem ou não contar com a presença dos “Blue Helmets” (capacetes azuis), apelido dado aos militares que delas participam.

Tendo o Brasil aceitado o convite formulado pelas Nações Unidas para participar da Missão, o Exército passou a organizar o “Batalhão de Infantaria de Força de Paz HAITI”, ou apenas “Batalhão HAITI”. Naquele país, é chamado por civis e militares da ONU de BRABATT, abreviatura, em inglês, de “Brazilian Battallion” (Batalhão Brasileiro). Na sua organização, esta unidade conta com um esquadrão de fuzileiros mecanizado (Esqd Fuz Mec), composto por quatro pelotões e cerca de 170 militares.

A 8ª Bda Inf Mtz foi incumbida de organizar esse Batalhão. Mas, sabendo que o 8º Esqd C Mec, sua unidade orgânica de Cavalaria, não seria capaz de fornecer todo o pessoal necessário, seu Comandante, Gen. João Francisco Ferreira, com autorização da 6ª DE<sup>365</sup>, indicou o 12º RC Mec para completar o efetivo previsto. Foi assim que o Regimento entrou na MINUSTAH.

Embarcaram para integrar o BRABATT, que operou no Haiti de junho a dezembro de 2004, os 77 militares a seguir listados:

- 1º Ten. Márcio Fernando de Almeida;
- 2º Ten. Alexandro da Costa de Lima;
- 2º Sgt. Luciano Nolasco Rodrigues, Sandro Volnei Zimmerman, Sérgio Roberto Pinto Soares e Alexandro de Lima Nunes;
- 3º Sgt. Daniel Rau da Costa, Santiago Souza Silva, Osmar Gonzales e João Joceli Carvalho;
- cabos Alexssander de Farias Silva, André Lenke, Chaiane de Ávila Ricardo, Cristino Assunção Mesquita, Douglas Alain Lindeman Fanka, Émerson Fernandes Jorge, Fábio Alfredo Borges Cavalheiro, Fábio Neves da Silva, Gerson de Souza Dutra, Igor Dufau Bretanha, Ismael Caetano Cunha, Jeferson Pereira Caetano, Jeizon de Oliveira Pereira, Jorge Roric Moreira da Silva, Leonardo Benavides Gonzales, Lucianir Gonçalves

364 Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

365 Grande Comando, ao qual o Doze é diretamente subordinado.

Souza, Olímpio Furtado Brum, Reginaldo Oliveira Martins, Ricardo de Souza Machado Vianna, Sandro Rivelino Peluffo, Fabiano Silveira Barros, Luiz Henrique Fagundes Rodrigues, André Ramiro Souza Larrosa, Flávio Ricardo Amaral Mesa, Justo Coralino Ramires Lemos, Edison Carlos da Silva Lima, Hermes Alcides Tuche Gomes, Jean Kath Neuenfeld e Paulo Fernando Veiga;

- soldados Alex Sandro de Almeida, Alex Sandro Santos Astrada, Alexander Rodrigues Pereira, Andriago Fraga dos Santos, Carlos Alexandre Ribeiro Xavier, Carlos Eduardo Faria de Oliveira, Carlos Eduardo Martins, Cristiano Santos Costa, Dener Martins Tissot, Edenilson de Souza Lopes, Evandro Cardoso Rodrigues, Fabiano Borges Bosenbecker, Geovanni Berwaldt Dietrich, Jeferson Calvete Martins, Jonas Stern, José Paulo Miranda Rondan, Juliano Souza, Júlio César Espinosa Cunha, Lair Roberto Lilge, Leandro Soares Rodrigues, Marcos Paulo Mello da Silva, Maurício Garcia Faria, Mauro Augusto Pereira da Cunha, Paulo Renan Nickel Senna, Paulo Rogério Fagundes Affonso, Pedro Henrique dos Santos Meyer, Ricardo Ramsom, Rodrigo Bandeira da Silva, Sandro Odená Lemos Costa, Tiago Bonifácio Vieira, Tiago Machado Teixeira, Tiago Ortega Braga, Vagner Alex Faria Martins, Vanderlei da Silva Cunha, Victor Machado Soveral, Vitalino Araújo Soares, Wagner Lacerda Castro e Wilmar Luiz dos Santos Sieres.

O BRABATT assumiu sua área de responsabilidade no Haiti em 1º de junho de 2004. A preparação teve de ser rápida, particularmente quanto às questões logísticas, mas na data prevista, os brasileiros estavam prontos para cumprirem sua missão.

David Harland, ex-Diretor da Europa e América Latina do Escritório de Operações do Departamento de Operações de Paz da ONU, referindo-se às tropas brasileiras no Haiti, disse: “um tipo especial de tropa, difícil de encontrar nas missões de paz da ONU, por sua postura, seriedade e, ao mesmo tempo, pelo relacionamento cordial com a população. Trata-se de uma tropa que inspira grande confiança a quem conhece ou tem contato com ela” (2008).

Harland estava falando, também, dos filhos de Jaguarão! A educação de um jovem passa pelos pais e a família, a convivência com os amigos e vizinhos, sua vida na escola... o Exército apenas complementa esse esforço. Frisa-se, entretanto, que é a sociedade a grande responsável por formar cidadãos dignos. A Cidade de Jaguarão pode, portanto, ter orgulho de sua juventude, pois eles trabalharam muito bem pela paz no Haiti.

Os orgulhosos jaguarenses deram calorosa acolhida na volta “da gurizada”. No dia 10 de dezembro de 2004, finalmente, todos os soldados voltaram para casa. A Câmara dos Vereadores realizou uma sessão solene em 12 de setembro do ano seguinte, ofertando um “Diploma de Reconhecimento” a cada militar que participou da MINUSTAH.

## DISTINTIVO HISTÓRICO DO 12º RC Mec



## Descrição Heráldica

Escudo peninsular português, filetado de ouro, chefe cortado de duas faixas, sendo a superior de vermelho e a inferior de azul-celeste, cores representativas do Exército, carregadas com o dístico “12º R C MEC”, de ouro. Campo de branco, contendo em abismo, um escudo sanítico, partido em pala; a primeira pala partida em faixa; na primeira faixa, as Armas dos Pessoa: de blau, com seis crescentes de jalne, 2, 2 e 2, bordadura de sable, interiormente de jalne, carregada de sete estrelas de prata, três em chefe e quatro nos flancos; na segunda faixa, as Armas dos Albuquerque: esquartelado, 1 e 4 de prata, cinco escudetes de blau, postos em cruz, cada um carregados de cinco besantes do primeiro metal, 2 e 3 de goles, com cinco flores-de-lis, de jalne, postas em santor; a segunda pala, com as Armas dos Cavalcanti: de prata mantelado de goles, semeado de quadrifólios de prata; asna de blau, coticada de sable, carregada de um leão de jalne entre duas flores-de-lis, do mesmo, brocante sobre o traço mantelado; em chefe de prata, o distintivo da Arma de Cavalaria, de goles.” (Port Min nº 122, de 31 Jan 1977)



Brasão da Cidade de Jaguarão, formado por um escudo português, ao centro tem a figura do Jagua-ru, logo abaixo um ondeado natural, em prata, representando o Rio Jaguarão. Acima do escudo, uma coroa de prata, de quatro torres, e, abaixo do escudo, a inscrição: “Jaguarão Cidade Heroica”.

A bandeira de Jaguarão, composta de três retângulos com as cores da bandeira do Rio Grande do Sul. No retângulo amarelo, que fica ao centro da bandeira, o brasão da cidade.

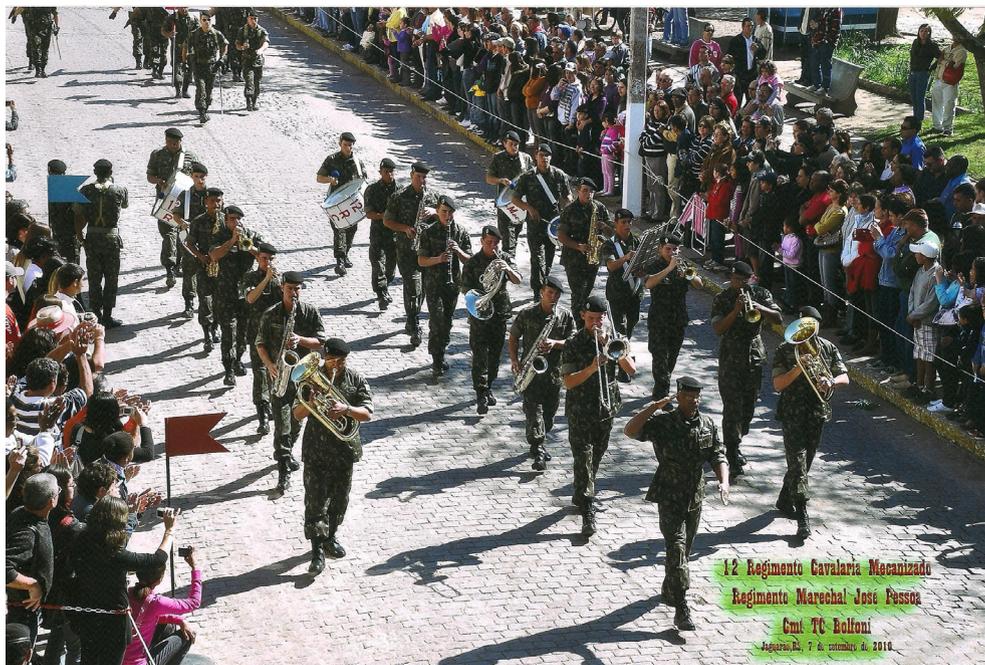




José Pessoa. Acervo: 12º RC Mec



Quadro “Novos Lanceiros”, do Cel Estigarribia. Acervo: 12º RC Mec



Fanfarra Marcial do Doze desfilando na Rua 27 de Janeiro em 7 de Setembro de 2010. Acervo: 12º RC Mec



Regimento formado no campo de futebol em 1996. Acervo: 12º RC Mec (1996)



Blindado EE-11 Urutu, do Doze, transportando os restos mortais do Mal. Osorio em Pelotas. Acervo: 12º RC Mec



Viatura Marruá, que equipa os grupos de exploradores do Regimento. Acervo: 12º RC Mec



Portão das Armas do Doze iluminado no Natal de 1998. Acervo: 12° RC Mec



EE-9 Cascavel no Cerro dos Mulatinhos (2010). Acervo: 12° RC Mec



Militares do Doze do 1º Continente BRABATT 1 (2004). Acervo: 12º RC Mec



Recepção dos jaguarenses aos militares que regressaram do Haiti em 2004.

Foto: José Paulo Miranda Rondon



“Medal Parade” dos militares do Doze do Contingente do BRABAT 2/16 em 2011.  
Foto: cedida por Tiago Indrusiak Silva



Patrulha mecanizada dos soldados jaguarenses em Porto Príncipe em 2011.  
Foto: cedida por Tiago I. Silva



O rico acervo arquitetônico da cidade. Na foto, o Museu Carlos Barbosa Gonçalves (2012).  
Foto: Antônio F. da Silva



O Doze hoje... – Acervo: 12º RC Mec

Apesar do sucesso militar da Missão, que devolveu aos haitianos um ambiente seguro e estável, oferecendo as condições mínimas para a construção da paz, a sorte não sorriu para o Haiti. O país sofreu trágico terremoto em 12 de janeiro de 2010. O mundo se mobilizou! E fazendo parte desse esforço, a ONU solicitou que o Brasil enviasse mais um Batalhão.

Coube ao Doze enviar tropas para compor o 2º Batalhão do 16º Contingente Brasileiro da Força de Paz: o “BRABATT 2/16”. Foram designados os seguintes militares, que atuaram no Haiti de fevereiro a agosto de 2011:

- 1º Ten. Tiago Indrusiak Silva;
- 1º Sgt. Luiz Carlos Garcia de Oliveira;
- 3º Sgt. Luís Fernandes Castro dos Santos, Lauro Ernesto Paulsen, Rodrigo Antunes, Jonatás André Nascimento e Diego Nonato Carvalho da Silva;
- cabos Sérgio Henrique Coelho das Neves, Roger Soares Martins Machado, Oldino Bilhalva da Cunha, Leonardo de Souza, Ronaldo Cesar Ramos Valadão, Patrick Silva de Mattos, Ludovico Bartz de Mendonça e Dionei Tavares Teixeira de Mello;
- soldados<sup>366</sup> Anderson Pereira Ribeiro, Matheus Henke Carvalho da Silva, Johan Marcelo Oliveira Correa, Alexandre Silva Marcelino, Paulo Renato Fagundes, Gilvã Martins Luz, Roberson Tavares Machado Vasques, Luis Filipe de Moraes Jardim, Matheus Ávila de Oliveira, Matheus Eneides Domingues Marques, Denis Maciel Rehbein e Alex Gonçalves Silveira.

## O DOZE E JAGUARÃO NO SÉCULO XXI

Com a entrada do novo milênio, o Doze prosseguiu com suas atribuições, que não se limitaram a enviar tropas para o Haiti. Foi aprovada pela Portaria nº 131-SGEx, de 25 de abril de 2008<sup>367</sup>, a Canção do Regimento, música do capitão músico João Carlos de Sousa Rocha e letra dele em coautoria com o 1º Sgt. Clóvis Nei Antunes Fleck<sup>368</sup>.

Em 7 de julho de 2008, a unidade foi agraciada com a Medalha do Pacificador<sup>369</sup>, de acordo com a Portaria nº 484, do Comandante do Exército. Assim, o seu estandarte ostenta orgulhosamente a comenda, recebida em cerimônia solene no quartel do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda (Regimento Osório), em Porto Alegre.

366 Agregou-se ao pelotão jaguarense no Haiti o soldado Ullian Ricardo da Silva Carvalho, do 9º Regimento de Cavalaria Blindado, de São Gabriel.

367 Publicado no Boletim do Exército nº 09/Maio 2008, e transcrito no BI nº 088-12º RC Mec, de 12 de maio.

368 Sobre os bastidores da canção do Regimento, Fleck contou que durante o comando do Cel. Silvano, ele estava empenhado em fazer a letra de uma canção para o Regimento. O coronel descobriu e pediu que o Fleck a cantasse para a unidade. Mas ela não era oficial. Quando chegou o Cel. Garcia, ele mandou fazer um concurso. Foi nessa oportunidade que o Cap. músico João Carlos juntou forças com o Fleck. Eles trabalharam na letra e na música, e ganharam o concurso, que teve outros cinco concorrentes.

369 Criada por meio da Portaria Ministerial nº 345, de 25 de agosto de 1953, em comemoração ao sesquicentenário do nascimento do Duque de Caxias. É uma condecoração que pode ser entregue a militares e civis, inclusive estrangeiros, que tenham prestado assinalados serviços ao EB.

Foi inaugurada placa alusiva ao sexagésimo aniversário do fim da II GM na Praça Comendador Azevedo, mesmo sítio onde existe o Arco do Triunfo erguido em reverência à resistência das forças de Manoel Pereira Vargas em 27 de janeiro de 1865.

Não são poucos os monumentos existentes na Cidade Heroica em homenagem a feitos e vultos militares. Além dos já citados, há o busto de Duque de Caxias, na Praça Alcides Marques; a Praça da Marinha; e as placas que se referem à passagem do Brig. Sampaio pela cidade.

Jaguarão possui 18 ruas com nomes de soldados ou que fazem alusão a feitos militares, sendo elas: Almirante Tamandaré, 20 de Setembro, 24 de Maio<sup>370</sup>, Andrade Neves, 27 de Janeiro, Bento Gonçalves, Brigadeiro M. de Souza, Curupaity, Curuzu, Duque de Caxias, General Câmara, General Marques, General Osorio, General Walter Dutra, Humaitá, Marechal Deodoro, Marechal Floriano Peixoto, Marechal L. de Amaro, Marechal Rondon e Menna Barreto. Há, também, estabelecimentos de ensino, como as Escolas Municipais de Ensino Fundamental General Antonio de Sampaio, Manoel Pereira Vargas e Marcílio Dias. Se acrescentássemos as referências a militares da Guarda Nacional, a lista ficaria ainda maior.

Voltando ao Doze: em 2008, a OM recebeu a visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e do Comandante do Exército, Gen. Ex. Enzo Martins Peri, em 18 de outubro, para acompanhar de perto a operação que se destinava ao combate de ilícitos transnacionais e crimes ambientais.

De tempos em tempos, há uma enchente no Rio Jaguarão. E o Regimento se faz presente, como em 2009, quando cumpriu, mais uma vez, uma das missões constitucionais do Exército: o apoio à defesa civil.

Ainda no mesmo ano, foi editado o informativo *O Doze In Forma*, voltado para o público interno da unidade: militares da ativa, inativos, pensionistas, bem como seus familiares. Foi implantado o “site” do Regimento, conquistado o pentacampeonato da Liga Hípica da Fronteira Sul e comemorado o Bicentenário do Brig. Sampaio, sendo que esta última teve a presença da Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais.

Por fim, em 2011, um velho sonho do Regimento foi concretizado: foi construído um ginásio poliesportivo, que permitirá à tropa a sadia prática desportiva e o treinamento físico militar com em quaisquer condições de atmosféricas. Afinal, o 12º RC Mec é a OM mais meridional do Brasil, sendo que o clima é um constante desafio para a manutenção do preparo da tropa.

Em 2012, foi construído um pequeno pavilhão para abrigar as novas instalações das seções de relações públicas e de inativos e pensionas.

Nesse mesmo ano, o Regimento enviou um pelotão para integrar a Força de Pacificação empregada nos Complexos da Penha e do Alemão, no esforço da sociedade brasileira para devolver a paz à Cidade Maravilhosa.

---

370 Homenagem à batalha de Tuiuti.

## PALAVRAS FINAIS

Este livro acabou de discorrer sobre a história de Jaguarão vista sob a ótica militar, incluindo aí os antecedentes da Guarda do Cerrito e da Lagoa.

Jaguarão nasceu do acampamento militar estabelecido em 1802 como consequência de séculos de rivalidades entre as coroas ibéricas. Ao longo desta obra, foram apresentados os principais antecedentes que levaram essa disputa às margens do Rio Jaguarão. Ao tratar de tempos mais remotos, algumas opiniões e análises foram feitas, mas à medida que o livro tratou de assuntos contemporâneos, propositadamente, limitou-se a narrar os fatos.

Após a fundação da Guarda do Cerrito e da Lagoa, vieram as lutas de consolidação das fronteiras, ao mesmo tempo em que a cidade crescia. Finalmente, com a maior estabilidade interna, o Exército passou a se dedicar prioritariamente à manutenção do “status quo” e a auxiliar o Brasil na sua busca de criar uma sociedade justa e democrática. Nesse processo, a parceria entre civis e militares foi um dos fatores fundamentais.

Atualmente o 12º RC Mec mantém a longa tradição das diversas organizações militares que estiveram sediadas em Jaguarão. A tradição de disciplina, dedicação, patriotismo e fé nos destinos do Brasil.

Fiel às estratégias da presença e da dissuasão, o regimento tem se mantido em condições de ser empregado de maneira eficiente e eficaz, como ocorreu recentemente no envio de tropas para a Missão de Paz no Haiti, no combate aos delitos transfronteiriços e ambientais, cooperando com a defesa civil, enviando tropas para cooperarem com a pacificação de áreas com elevada criminalidade no Rio de Janeiro e auxiliando a comunidade em ampla gama de atividades. Tudo isso sem perder sua vocação de ser um Regimento de Cavalaria Mecanizado, unidade particularmente capaz de realizar operações de reconhecimento e segurança, ofensivas e defensivas.

O Exército Brasileiro tem por missões defender a Pátria e os Poderes Constitucionais, garantir a lei e a ordem e cooperar com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil. E as cumpre em sintonia com a sociedade brasileira, em todos os rincões do País. É dentro deste espírito que, por mais de dois séculos, civis e militares estiveram, lado a lado, labutando na Cidade Heroica.

A relação do Exército com Jaguarão não se limitou à sua fundação. Ela permeou toda a história de sua formação, consolidação e manutenção. Nesse extremo meridional do País, mulheres e homens viveram, trabalharam e lutaram para manterem as fronteiras do Brasil nos últimos 200 anos. E certamente o farão nos próximos séculos.

Assim é a sociedade brasileira! Assim é o Exército! Mesmo na paz, continuam trabalhando em busca dos seus objetivos maiores: soberania, democracia, progresso, integração nacional e integridade do seu patrimônio.

No início do século XXI, a cidade se prepara para construir uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, além de receber o incremento da cultura da soja em seus férteis campos e desenvolver seu potencial de turismo histórico, em compasso com os amigos uruguaios de Rio Branco. O Exército, como instituição de caráter nacional,

respeitada e admirada pelo povo a quem serve, está pronto para cooperar com esse esforço... e se mantém permanentemente pronto para ser empregado quando os brasileiros necessitarem. Foi, é e sempre será assim!

“A paz pertence aos pastores,  
porém a guerra, aos soldados.”  
Nossos princípios sagrados,  
sempre fiéis à hierarquia,  
são fiadores – garantia  
da postura verde-oliva,  
sublime prerrogativa  
que embasa soberania!

(Do poema “Continência”, de Evilácio Saldanha)



---

# CRONOLOGIA MILITAR DE JAGUARÃO

- 1737: a Vila de Rio Grande é fundada.
- 1752-54: Guerra Guaranítica.
- 1763: Ceballos conquista a Vila de Rio Grande.
- 1773: Salcedo tenta tomar Rio Pardo, mas falha.
- 1776: os espanhóis são expulsos da Vila de Rio Grande.
- 1784: Rafael Pinto Bandeira transfere a Guarda do Piratini para a região onde hoje está a Cidade de Herval.
- 1792: estabelecida Guarda Espanhola na região onde hoje se localiza Jaguarão.
- 1795: Melo (Cerro Largo) é fundada.
- 1801, 15 de junho: chega à Vila de Rio Grande a notícia da Guerra das Laranjas.
- \_\_\_\_, setembro: Vasco Alves Pereira expulsa a guarda espanhola do Cerrito.
- \_\_\_\_, outubro: combates no Passo da Perdiz, próximo ao Passo Centurião.
- \_\_\_\_, 30 de outubro: Manoel Marques de Souza (1º) conquista Melo, partindo do Passo Centurião.
- \_\_\_\_, 17 de dezembro: chega a notícia do Tratado de Badojoz ao Rio Grande do Sul. Fim da Guerra de 1801.
- 1802, entre 4 e 10 de fevereiro: é estabelecida a Guarda do Cerrito e da Lagoa.
- 1807, 19 de setembro: criadas Capitania Geral de São Pedro e seu Comando Militar, gênese da 3ª Região Militar.
- 1811-12: a Divisão Pacificadora invade a Banda Oriental, cruzando o Rio Jaguarão pelo Passo Centurião.
- 1812, 31 de janeiro: criada a Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito.
- 1812, setembro: criado, pelos espanhóis o acampamento Bourbon no Arroio do Telho. Ele é abandonado em maio do ano seguinte.
- 1814, 13 de junho: após tomarem a Guarda do Arredondo, os espanhóis criam o acampamento Fernando VII, na margem sul do Rio Jaguarão, em frente ao Arroio Lagoões.
- 1816, agosto: os luso-brasileiros conquistam a Guarda do Arredondo, como ação preliminar para a invasão de Lecór.
- 1816, outubro: a coluna do Brig. Bernardo da Silveira parte de Jaguarão, para dar apoio aos Voluntários Reais.
- 1818: o artiguista Fernando Otorgués toma Melo e ameaça Jaguarão.
- 1822-24: a Divisão de Voluntários Reais reage com a crise do “Fico” e a declaração da Independência do Brasil. Montevidéu é cercada pelos brasileiros. A fronteira fica em alerta.
- 1824, 1º de dezembro: o esquadrão de Voluntários da Província de São Pedro foi transformado em Regimento de Cavalaria nº 4 (RC 4).
- 1825, 12 de outubro: batalha de Sarandi. Milícias de Jaguarão participam a comando de Bento Gonçalves.
- \_\_\_\_: o Rio Jaguarão é guarnecido pela Brigada Ligeira de Bento Gonçalves após a batalha de Sarandi.
- 1827, janeiro: a Brigada Ligeira de Bento Gonçalves deixa a fronteira. O 27º BC e o Esquadrão de Lanceiros Alemães passam por Jaguarão rumo a oeste, onde tomam parte da batalha do Passo do Rosário.
- \_\_\_\_: meses após a batalha do Passo do Rosário, cerca de 6.000 soldados do Exército do Sul, comandados pelo Marechal Brown (depois, Lecór), concentram-se em Jaguarão, enquanto o Exército Republicano, a comando de Carlos María Alvear (depois, Lavalleja), estaciona em Melo.
- 1828, 19 de janeiro: após o Exército do Sul deixar Jaguarão e seguir para a região de Arroio Grande e Herval, a Freguesia do Divino Espírito Santo do Cerrito é invadida por tropas dos Gen. argentino José María Paz.
- \_\_\_\_, 22 de fevereiro: Exército Republicano ataca o Exército Imperial na estância do padre Felisberto. Após esse combate, o Gen. Paz deixa Cerrito.

- \_\_\_\_, 15 de abril: batalha de Las Cañas, próximo ao Passo da Armada.
- \_\_\_\_, 27 de abril: dois entreveros envolvendo tropas de Bento Gonçalves e Joaquim Teixeira Nunes contra piquetes republicanos nas nascentes do Rio Jaguarão.
- \_\_\_\_: com o fim da Guerra Cisplatina, o RC 4 aquartela-se em Jaguarão.
- 1831, 8 de junho: Bento Gonçalves assume o comando da Fronteira de Jaguarão e do 4º Corpo de Cavalaria, nova denominação do RC 4. É possível que Bento já fosse o comandante dessa unidade há algum tempo. Deixou o cargo em fevereiro de 1835, por ato administrativo assinado no final do ano anterior.
- 1832, 6 de julho: Jaguarão é elevada à vila.
- 1835, 20 de setembro: o 4º Corpo de Cavalaria, a comando do Cap. Domingos Crescêncio de Carvalho, adere à causa farroupilha.
- \_\_\_\_, 27 de janeiro: João da Silva Tavares vence o Cap. Domingos Crescêncio de Carvalho em Jaguarão.
- 1836, 28 de janeiro: entrevero entre Silva Tavares e Domingos Crescêncio em Jaguarão.
- 1839, 28 de fevereiro: extinção do 4º Corpo por ter aderido aos farroupilhas.
- \_\_\_\_, 14 de março: entrevero entre Silva Tavares e Félix Vieira em Jaguarão.
- 1843, 19 de dezembro: Teixeira Nunes ataca Vasco Pinto Bandeira em Jaguarão.
- 1844, 21 de junho: o Cel. Antônio Manuel do Amaral é morto ao atacar o Cap. Balbino Francisco de Souza em Jaguarão.
- 1845: iniciam-se as obras do forte Duque de Saxe no Cerro da Pólvora e o melhoramento das trincheiras de Jaguarão.
- \_\_\_\_: estaciona em Jaguarão o 4º Batalhão de Fuzileiros (4º Btl Fuz). Com a unidade, chega o então Cap. Antônio de Sampaio.
- 1846: é criado o 4º Regimento de Cavalaria Ligeira (4º RCL).
- 1849 (?): provavelmente neste ano, o 4º Btl Fuz deixa Jaguarão.
- 1851, setembro: a 3ª Divisão (Divisão Esquerda), a comando do Marechal José Fernandes dos Santos Pereira, invade o Uruguai, durante a Guerra contra Oribe e Rosas.
- 1852, 4 de junho: estando com seu posto de comando em Jaguarão, Caxias deixa o comando do Exército que venceu Oribe e Rosas. A sua tropa foi desmobilizada logo depois.
- 1852: o Barão de Caçapava inicia os trabalhos de demarcação da fronteira entre o Brasil e o Uruguai.
- 1854-55: o 4º RCL participa da Divisão de Observação, sob o comando do Brig. Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto.
- 1858, de março a outubro: o 4º RCL participa da Divisão de Observação, a comando de Pereira Pinto. É nomeado comandante da Fronteira e Jaguarão o Brig. Manoel Luís Osorio.
- 1859: ocupação de Aceguá. O 4º RCL participa.
- 1863: Osorio é mais uma vez designado para a Fronteira de Jaguarão, mas só ocupa o cargo no ano seguinte.
- \_\_\_\_: José Luís Menna Barreto realiza ataque preliminar a Melo, partindo de Jaguarão.
- \_\_\_\_, agosto: o 13º BC e o 4º RCL deixam Jaguarão para integrarem o Exército que invadiria o Uruguai.
- 1864: o 13º BC, o 4º RCL e tropas de 2ª Linha participam da Guerra contra Aguirre, auxiliando na conquista de Paysandú e, depois, Montevidéu. Com o início da Guerra da Tríplice Aliança, as unidades de Jaguarão seguem para o Paraguai.
- 1865: 27 de janeiro: 1.500 “blancos” orientais, a comando de Basilio Muñoz atacam Jaguarão sem sucesso.
- \_\_\_\_, fevereiro (?): o 10º BC, da Bahia, estaciona na cidade para defendê-la, partindo depois para o cerco de Uruguaiana. Seu comandante, é o Cel. José Auto da Silva Guimarães, futuro Barão de Jaguarão.
- \_\_\_\_, 8 de setembro: extingue-se o 4º RCL, sendo suas praças absorvidas pelo 2º RCL.
- \_\_\_\_, 21 de outubro: o Imperador passa por Jaguarão, na sua viagem de volta para o Rio, após a rendição de Uruguaiana.
- \_\_\_\_, 9 de dezembro: Cria-se o 4º Corpo de Caçadores a Cavalos (4º CCC).
- 1866, 12 de março: morre Manoel Pereira Vargas no Passo da Catarina, Rio Ibicuí.
- 1870: o 4º RCL (ex-4º CCC) e os Corpos da Guarda Nacional regressam do Paraguai.
- \_\_\_\_: o 3º Batalhão de Fuzileiros (3º Btl Fuz) se estabelece em Jaguarão, vindo do Paraguai.
- 1872: o 5º Regimento de Cavalaria Ligeira (5º RCL) se estabelece em Jaguarão.
- \_\_\_\_, 31 de março: o 4º RCL é transferido de Jaguarão.
- 1872, 10 de julho: o Mal. José Auto da Silva Guimarães recebe o título de Barão de Jaguarão.
- 1883: terminam as obras da Enfermaria Militar no Cerro da Pólvora, após três anos de trabalho.
- 1878: o 5º RCL deixa Jaguarão, sendo substituído pelo 2º Regimento de Cavalaria Ligeira (2º RCL).

- 1888: o 3º Btl Fuz passa a se chamar apenas 3º Batalhão, enquanto o RCL passa a se denominar 2º Regimento de Cavalaria (2º RC).
- \_\_\_\_\_, 18 de agosto: é criado o 6º Regimento de Cavalaria Ligeira (6º RCL) em Jaguarão.
- 1890, 13 de março: o 6º RCL deixa Jaguarão.
- 1893-1895: os 3º Btl Fuz e o 2º RC participam da Revolta Federalista.
- 1894, 17 e 18 de julho: Gumercindo Saraiva cerca Jaguarão.
- \_\_\_\_\_, 30 de novembro: Cel. Zeferino (republicano) enfrenta o Cel. Azambuja (federalista) no Passo Centurião.
- 1901, 16 de agosto: nasce Oswaldo Cordeiro de Farias em Jaguarão.
- 1908: o 2º RC passa a se chamar 12º Regimento de Cavalaria (12º RC).
- \_\_\_\_\_: o 3º Btl Fuz é extinto.
- 1912: 57º Batalhão de Caçadores (57º BC) se aquartela em Jaguarão, a Rua 27 de Janeiro, no quarteirão limitado entre as ruas 7 de Abril e Bento Gonçalves.
- 1914: o 57º BC segue para Santa Catarina para participar da Campanha do Contestado em Santa Catarina.
- 1917, 19 de julho: o 57º BC volta ao Contestado, porém não regressa mais a Jaguarão.
- 1918, 20 de fevereiro: é criada a Agência da Capitania dos Portos de Jaguarão.
- 1919, 11 de dezembro: o 12º RC recebe a denominação de 9º Regimento de Cavalaria Independente (9º RCI).
- 1922, novembro: iniciada a construção do quartel da Rua Duque de Caxias, sendo que este ficou pronto no ano seguinte.
- 1924, 10 de fevereiro: o 9º RCI recebe a denominação de 3º Regimento de Cavalaria Divisionário (9º RCD). Foi a primeira unidade a se aquartelar na Rua Duque de Caxias.
- \_\_\_\_\_, julho-dezembro: o 3º RCD desloca-se para a região de Alegrete e participa da Revolta de 1824.
- 1929: início da construção do ramal ferroviário Passo do Barbosa-Jaguarão. O 1º Batalhão Ferroviário (1º Btl Fv) se instala no quartel do 3º RCD.
- 1930, outubro: o 3º RCD e o 1º Btl Fv aderem à Revolução de 1930, sendo que o primeiro marcha até o Rio de Janeiro.
- 1932: o 1º Btl Fv termina o ramal ferroviário Basílio-Jaguarão e deixa a cidade.
- \_\_\_\_\_, junho: o 3º RCD desloca-se e participa da Revolta de 1832, percorrendo cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (MS). Regressa em novembro. Parte da unidade permanece no MS.
- 1933, 4 de maio: o 3º RCD recebe a denominação histórica de “Regimento Osorio”.
- 1937, setembro/outubro: o 3º RCD deixa Jaguarão. Em seu lugar, chega o 13º Regimento de Cavalaria Independente (13º RCI).
- 1944: pracinhas de Jaguarão seguem para integrar a FEB.
- 1946: o 13º RCI recebe a denominação de 13º Regimento de Cavalaria (13º RCI).
- 1951: o 13º RC recebe a denominação histórica de “Regimento Osorio”, já que o 3º RCD fora extinto.
- 1961, agosto-setembro: Campanha da Legalidade. O Cel. Pitaluga é forçado a deixar Jaguarão.
- 1964, abril: o 13º RCI adere o Movimento de 31 de março de 1964.
- 1966: a Enfermaria Militar é desativada.
- 1970: o 13º RC é transferido para Porto Alegre, adotando a denominação de 3º Regimento de Cavalaria de Guarda – “Regimento Osorio”.
- 1971: tropa do 9º Batalhão de Infantaria (9º BI), de Pelotas, fica responsável pelo aquartelamento da Rua Duque de Caxias.
- 1972, 3 de janeiro: início das atividades do 33º Batalhão de Infantaria (33º BI) em Jaguarão.
- 1973: o 33º BI recebe a denominação de 33º Batalhão de Infantaria Motorizado (33º BI Mtz).
- 1982: o 33º BI Mtz deixa Jaguarão.
- 1983, 3 de janeiro: início das atividades do 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (8º Esqd C Mec) em Jaguarão.
- 1988, 24 de novembro: o 8º Esqd C Mec deixa Jaguarão.
- 1989, 1º de janeiro: início das atividades do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado (12º RC Mec) em Jaguarão.
- 2004: tropa do Regimento participa da Missão de Paz no Haiti (BRABATT 1).
- 2010: tropa do Regimento participa da Missão de Paz no Haiti novamente (BRABATT 2/16).
- 2012: tropa do Regimento participa da Força de Pacificação do Exército nos Complexos do Alemão e da Penha no Rio de Janeiro.

---

## RESUMO HISTÓRICO DO 12º RC Mec

Poucos anos após a criação da SU Escola de Motomecanização, semente geradora das Tropas Blindadas, nasce a primeira Unidade de Cavalaria Mecanizada do Exército Brasileiro.

O Decreto-Lei nº 5.171, de 6/1/1943, manda instalar, a partir de 15/1/1943, o 2º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria, com sede em Uruguaiana-RS.

Organizando-se na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a nova Unidade ficou sediada, provisoriamente, na Escola de Motomecanização, em Deodoro, com um grupamento de 13 “Scout Car” e um efetivo de 11 Oficiais e 90 Praças.

Esse grupamento, antes de se enquadrar na Unidade, deu duas demonstrações públicas de relevo: a primeira, na Capital Federal, no aniversário de implantação do Estado Novo e a segunda, na data de aniversário da fundação da Cidade de São Paulo.

O Aviso Ministerial nº 291, de 2/2/1943, diz que o 2º Regimento de Auto Metralhadoras de Cavalaria, de Uruguaiana, deve ser instalado no Quartel da Escola das Armas (Rio de Janeiro), só devendo seguir destino para a sua sede definitiva, mediante ordem. Desliga-se, então, em 1/3/1943, da Escola de Motomecanização com um núcleo de Oficiais e Praças para um esboço de um Esquadrão.

A Portaria nº 10/10 de 25/2/1943, confirmada depois pelo Decreto-Lei nº 5.492, de 17/5/1943, dá novo batismo à Unidade que passa a denominar-se 2º Regimento Motomecanizado (2º R.M.M.), sendo a primeira unidade dotada de carros de combate, embora do tipo leve. Essa dotação, constituía novidade na Cavalaria Brasileira que, em síntese, compreendia um Esquadrão Extranumerário, um Esquadrão Auxiliar e duas Alas (cada uma com uma Seção de Comando, dois Esquadrões de Reconhecimento e Descoberta e um Esquadrão de Carro de Combate Tipo Leve).

Em 3/1/1944, pelo Boletim Reservado nº 01, é organizado o 1º Esquadrão de Reconhecimento, absorvendo os integrantes do 3º Esquadrão de Reconhecimento e Descoberta do 2º Regimento Moto Mecanizado, passando a integrar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária que seguiria para a Itália.

Em 2/6/1944, o Regimento recebeu ordem de deslocar-se para a Cidade de Porto Alegre-RS, embarcando, a 11 de Julho do mesmo ano, completo, nos navios “ARA-TIMBÓ”, “ITSBER ‘S” e “ITAGUASSÚ”, escoltados pelo Cruzador “BAHIA” e

---

pelas corvetas “JACEGUAI” e “CANANÉIA”. Chegaram a Porto Alegre no dia 19, indo alojar-se no Matadouro Modelo, no Bairro da Serraria

O Decreto-Lei nº 6.473-A, de 5/5/1944, transfere a sede da Unidade de Uruguiana para Alegrete, no Território da 3ª Região Militar.

A 25/6/1946, o Boletim Regional nº 142 publicou que de acordo com a circular nº 1.114-A, de 14/6/1946, a Unidade passou a denominar-se 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

Em 30/11/1953, de acordo com a Portaria Reservada nº 143-111, recebe a denominação de 2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado, ficando subordinado ao “III Exército” (atual CMS).

De acordo com a Portaria Ministerial Reservada nº 24-DF, de 24/7/1972, a Unidade passa a chamar-se 12º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, com sede em Porto Alegre-RS, e subordinada à 6ª Divisão de Exército.

A Portaria Ministerial nº 860, de 7/6/1976, concede ao 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado, a denominação histórica de “REGIMENTO MARECHAL JOSÉ PESSOA”.

O Estandarte, o Distintivo de Braço e a Insígnia foram aprovados pela Portaria Ministerial nº 121 e 122, ambas de 31/1/1977. O Decreto-Lei nº 93.188, de 29/8/1986, transfere o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado de Porto Alegre para as instalações do 8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em Jaguarão-RS. A 1º/1/1989, o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado inicia suas atividades na Cidade de Jaguarão.

O 12º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO É MAIS A ANTIGA UNIDADE MECANIZADA DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A ÚNICA COM TRADIÇÃO DE GUERRA.

**12º Regimento de Cavalaria Mecanizado (12º RC Mec)**

**Av. Duque de Caxias, S/N – Centro  
96.300-000 JAGUARÃO – RS  
Tel: (53) 3261-1888**

---

## CANÇÃO DO 12º RC Mec

*Letra: Cap. músico João Carlos de Sousa Rocha*

*e 1º Sgt. Cav Clóvis Nei Antunes Fleck*

*Música: Cap. músico João Carlos de Sousa Rocha*

I

Décimo Segundo Regimento  
De Cavalaria Mecanizado,  
Sentinela avançada, sempre atento  
Na defesa do Brasil, com seus blindados.  
Com a força e a união dos esquadrões  
E a proteção de Osorio, O Legendário,  
Os urutus, cascavéis e seus canhões  
São corcéis de aço do herói lendário.

ESTRIBILHO

Regimento Doze, avante!  
Na fronteira Sul, és o vanguardeiro  
Sempre alerta e vigilante  
Do Exército Brasileiro!

II

Teus boinas pretas destemidos  
Preparados e prontos para ação,  
Irmãos de armas, confiantes e unidos  
No cumprimento do dever, com devoção.  
Marechal José Pessoa, teu Patrono  
Por seus méritos, com louvor, foi consagrado  
Na Cavalaria, deixou como legado  
A eficácia operacional do Mecanizado.

ESTRIBILHO

---

# ÁRVORE GENEALÓGICA DO 12º RC Mec

## 2º Regimento Auto Metralhadoras de Cavalaria (Origem)

Rio de Janeiro – RJ      6/1/1943

---

2º Regimento Moto Mecanizado  
Rio de Janeiro – RJ      1943

Porto Alegre – RS 1944

2º Regimento de Cavalaria Mecanizado  
Porto Alegre – RS      1946

2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado  
Porto Alegre – RS      1953

**12º Regimento de Cavalaria Mecanizado**  
Porto Alegre – RS      1972  
**Jaguarão – RS      1º/1/1989**

3º Esquadrão de Reconhecimento e Descoberta  
Rio de Janeiro-RJ      1943

1º Esquadrão de Reconhecimento/1ª DIE  
Itália      1944

1º Esquadrão de Reconhecimento e Mecanizado  
Rio de Janeiro-RJ      1946

1º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado  
Valença – RS      1972

Fonte: Arquivo Histórico do Exército

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Francisco Pedro de. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978. v. 2, p. 74.
- ALMEIDA, Antônio da Rocha. Tenente-General Manoel Marques de Souza. Cadernos Jaguarenses (Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão – IHGJ). [S.l.]: T&M Artes Gráficas, v. 2, p. 81-85, 1998.
- ALVES, Joaquim Victorino Portella Ferreira. Mallet: O Patrono da Artilharia. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- ALTHOUSE, Joseph; VIEIRA NETO, Floriano Peixoto; NOLAN, Charles W.; KEEN, Ken; KIMMEY, Jennifer L. La Importancia de las Relaciones: una Mirada a la Asistencia Humanitaria y Esfuerzos Socorristas en Haití. Diálogo: El Foro de las Americas. Miami, n. 3, v. 20 p. 12-15, 74-81, [2010?].
- APONTAMENTOS para uma Monographia de Jaguarão. Jaguarão: Intendência Municipal de Jaguarão. Porto Alegre, 1912.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra Civil no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Corag, 1986.
- ARQUIVO Histórico do Exército. Fê-de-Ofício do Brigadeiro Antonio de Sampaio. Edição comemorativa do Bicentenário do Nascimento do Brigadeiro Antonio do Sampaio – Patrono da Infantaria. Rio de Janeiro: 2010.
- BALDRICH, J. Amadeo. História de la Guerra del Brasil: Contribución al estudio razonado de la historia militar argentina. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1974 [i.e. 1975].
- BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- 10ª BATALHÃO de Engenharia de Construção. Revista do Sesquicentenário. Lages: Grafine, 2005.
- 33ª BATALHÃO de Infantaria Motorizado. Relatório de Transferência de Localização de Sede. Cascavel: 24 jan. 1983.
- BELTRÃO, Romeu. MARCHIORI, José Newton Cardoso (Org.). O Vanguardeiro de Itororó. Santa Maria: Câmara dos Vereadores de Santa Maria, 1998.
- BENTO, Cláudio Moreira. 2002: 175 Anos da Batalha do Passo do Rosário. Porto Alegre: Gênese, abr. 2003.
- \_\_\_\_\_. General Osório – O Maior Herói e Líder Popular Brasileiro (Bicentenário). Resende: AHIMTB/Gráfica Irmãos Drumond Ltda, 2008.
- \_\_\_\_\_. História da 3ª Região Militar: 1807-1889 e Antecedentes. Porto Alegre: Qualidade Editoração Gráfica, 1994. v. 1.
- \_\_\_\_\_. História da 3ª Região Militar: 1889-1953. Porto Alegre: Qualidade Editoração Gráfica, 1995. v. 2.
- \_\_\_\_\_. O Exército Farrapo e os Seus Chefes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1992. v. 1.
- \_\_\_\_\_. O Exército Farrapo e os Seus Chefes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1993. v. 2.
- \_\_\_\_\_. Claudio Moreira (Org.); CLAUHS, Andrei; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. 3ª Divisão de Exército: Divisão Encouraçada (Centenário em 2008). Resende: AHIMTB, 2008.
- \_\_\_\_\_. Claudio Moreira (Org.); FIGUEIREDO, Osório Santana. 6ª Divisão de Exército: Divisão Voluntários da Pátria (5 Décadas de História). Porto Alegre: Palotti, 2001.
- \_\_\_\_\_. Claudio Moreira (Org.); GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. 8ª Brigada de Infantaria Motorizada: Brigada Manoel Marques de Souza 1º (1938-2000). Porto Alegre: Gráfica Editora Palotti, 2001.
- BERAZA, Agustin. Rivera y la Independencia de las Misiones. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.
- BEVERINA, Juan. La Guerra Contra el Imperio del Brasil: desde Ituzaingó Hasta la Convención Preliminar de Paz del 27 de Agosto de 1828 (Edición Especial de la “Biblioteca del Oficial”). Tomo II. Buenos Aires: Taller Gráfico de Luis Bernard, 1928.
- BRASIL. Decreto nº 22.287, de 4 de maio de 1933. Denomina Regimento Ozorio o 3º Regimento de Cavalaria. Senado Federal, Subsecretaria de Informações. Brasília, DF, Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102666>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. Exército. Estado-Maior. C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para Uso do Exército. 3. ed. Brasília-DF, 2003.
- \_\_\_\_\_. Exército. 3ª Região Militar. Boletim Interno nº 68. Porto Alegre: 20 mar. 1923.
- \_\_\_\_\_. Exército. 3º Regimento de Cavalaria Divisionário. Boletim nº 259. Campo Grande, 18 nov. 1932.
- \_\_\_\_\_. Exército. 3º Esquadrão de Trem (Livro Destinado à História do Corpo). Aborda registros históricos da unidade a partir de 1908. S.l: [1908?], 100 folhas frente e verso.
- \_\_\_\_\_. Exército. 13º Regimento de Cavalaria Independente. Livro Histórico. Aborda registros históricos da unidade a partir de 1944. Jaguarão: 2 fev. 1944, 118 folhas, frente e verso.
- \_\_\_\_\_. Exército. 2º Regimento de Cavalaria. Livro da História do Corpo. Aborda os registros históricos da unidade a partir de 1843. Porto Alegre: 14 nov. 1941 (termo de abertura tardio), 78 folhas frente e verso.
- \_\_\_\_\_. Exército. 1º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Livro Histórico. Itaquí: [199-?], 1 CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. Exército. 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Registro Histórico. Jaguarão: 1989.
- \_\_\_\_\_. Exército. 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Registro Histórico. Jaguarão: 1993.
- BRAZIL, Maria do Carmo; MAESTRI, Mário (Orgs.). Peões, Vaqueanos & Cativos Campeiros: Estudos Sobre a Economia Pastoril do Brasil. Passo Fundo: UPF Editora, 2009.
- BRUM, Leo Santos (Santos, o Tropeiro). Gente Guapa. Cadernos Jaguarenses (IHGJ). [S.l.]: T&M Artes Gráficas, v. 2, p. 35-41, 1998.
- CALDEIRA, Jorge. Mauá: Empresário del Imperio. Montevideo: Mastergraf SRL, 2008.
- CAMARGO, Aspásia; GÖES, Walter de. Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa: A Força de um Ideal. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.
- CARVALHO, Mario Teixeira de. Nobiliárquico Sul Riograndense. Porto Alegre, Globo, 1937.
- CASTELLANOS, Alfredo R. História Uruguaya: la Cisplatina, la Independencia y la República Caudillesca 1820-1838. 2 ed. Tomo 3. Montevideo, Ediciones de La Banda Oriental SRL, 1975.
- CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2112>. Acesso em: 31 mar. 2012.
- CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai: 1865-1870. Edição especial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara; PEIXOTO, Luciana da Silva; VIANA, Jorge de Oliveira; ZORZI, Marciana. Relatório Parcial do Projeto de Salvamento Arqueológico para a “Enfermaria Militar” Jaguarão – RS (Instituto de Memória e Patrimônio). Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57 Portarias nº 27, de 1º out. 2010, e nº 4, de 26 jan. 2011. Pelotas, [2011?].
- CHASTEEN, John Charles. Héroe a Caballo, los Hermanos Saravia y su Frontera Insurgente. Montevideo: Ediciones Santillana S.A., 2001. Título Original: Heroes on Horseback.
- COMANDO da 3ª Região Militar: Região Dom Diogo de Souza. Disponível em: <http://www.3rm.eb.mil.br/index.php?option=com\_content&view=article&id=116&Itemid=14>. Acesso em 10 agosto 2011. Divisão de Tecnologia da Informação (20 MAI 2009)
- COMANDO GENERAL DEL EJERCITO. General José Artigas: Caudillo Federal Protector de los Pueblos Libres – Jefe de los Orientales. Montevideo: Departamento de Publicaciones del Estado Mayor del Ejército, 2007.
- Commando em Chefe do Exército. Ordem do Dia nº 1 do Conde de Caxias. Porto Alegre: Typografia do Exército, 30 jun. 1851.
- \_\_\_\_\_. Ordem do Dia nº 10 do Conde de Caxias. Pontas do Arroio Grande: Typografia do Exército, 26 jul. 1851.

- \_\_\_\_\_. Ordem do Dia nº 15 do Conde de Caxias. Santa Anna do Livramento: Typografia do Exército, 28 ago. 1851.
- \_\_\_\_\_. Ordem do Dia nº 18 do Conde de Caxias. Pontas do Cunha Peru: Typografia do Exército, 4 set. 1851.
- \_\_\_\_\_. Ordem do Dia nº 61 do Conde de Caxias. Jaguarão: Typografia do Exército, 4 jun. 1852.
- CONCEIÇÃO JUNIOR, Amadeu (Notário). Escritura pública de doação e permuta de imóveis. Livro nº 68, fl. 1 a 6 verso do Segundo Cartório de Notas. Transcrito no Registro de Imóveis de Jaguarão, livro S-H, nº 6782. Jaguarão: 7 abr.1937.
- Conferência no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na sessão comemorativa do centenário do nascimento de Carlos Barbosa (23 de setembro de 1993).
- CONDE D'EU. Viagem Militar ao Rio Grande do Sul. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- COSTA, Ruy Antônio Silva. Algumas efemérides jaguarenses. Cadernos Jaguarenses (IHGJ). [S.l.]: T&M Artes Gráficas, v. 2, p. 15-29, 1998.
- DICIONÁRIO de Geographia Universal. Direção de Tito Augusto de Carvalho. Tomo 2, D-L, Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, [1882?].
- DONATO, Hernâni. Dicionário das Batalhas Brasileiras. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Montoliva. Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarcz, 2002.
- DPKO elogia desempenho brasileiro no Haiti. Centro de Comunicação Social do Exercito, 7 Jul. 2008. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/missaopaz/minustah/noticias/2008/07jul/dpko.html>>. Acesso em: 22 nov. 2008.
- DUARTE, Paulo de Queiroz (1984), Lecor e a Cisplatina 1816-1828. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro: 3v.
- \_\_\_\_\_. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: O Comando de Caxias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1987, v. 3, Tomo I.
- \_\_\_\_\_. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: O Imperador, os Chefes Militares, a Mobilização e o Quadro Militar da Época. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Sampaio. 2 ed (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2010.
- DUTRA, Maurício Ortiz. Memórias e Glórias do Pólo em Jaguarão. Cadernos Jaguarenses (IHGJ), Jaguarão, v. 4, p. 74-86, 2009, v. 4.
- ENSSLIN, Lidiane Corrêa. Ecletismo Arquitetônico em Jaguarão: Um Estudo (1870-1940). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PRO-PAR. Porto Alegre: UFRGS, dez. 2005.
- ESTIGARRIBIA, Pedro Paulo Cantalice. Osorio. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- \_\_\_\_\_. Episódios Militares. Porto Alegre: Nova Prova, [200-].
- FACHEL, José Plínio Guimarães. Revolução Farroupilha. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2002.
- FARIAS, Luis Eduardo Lopes de. 5º REGIMENTO de Cavalaria Mecanizado: Cavalaria da Legião de Tropas Ligeiras (1775-2006). [Quaraí?]: [2006?].
- FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1960. 2 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1960.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner; FLORES, Moacyr. Rio Grande do Sul: Aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1993.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5 v.
- \_\_\_\_\_. A Revolução Farroupilha: 1835-1845. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Emp. Almanak Laemmert Ltda, 1938.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Origens de Jaguarão: (1790-1833). Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/RS e Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- \_\_\_\_\_. Jaguarão, 1867. Cadernos Jaguarenses (IHGJ). [S.l.]: T&M Artes Gráficas, v. 2, p. 43-46, 1998.
- FRANCO, Sérgio da Costa; SOARES, Eduardo Alvares de Souza (Orgs.). Olhares Sobre Jaguarão. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2010.
- GARCIA, Fernando Cacciatore de. Fronteira Iluminada: História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.
- GERALDO, Alcyr Lintz. 1930 – O Furacão Veio do Sul. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.
- GOLIN, Luiz Carlos Tau. A Fronteira: Governos e Movimentos ESPONTÂNEOS na fixação dos Limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: LP&M Editores, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Fronteira: Os Tratados de Limites Brasil-Uruguaí-Argentina, os Trabalhos Demarcatórios, os Territórios Contestados e os Conflitos na Bacia do Prata. Porto Alegre: LP&M Editores, 2004. v. 2.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações Ferroviárias do Brasil: Jaguarão, município de Jaguarão. Atualização em 14 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs\\_base\\_riogrande/jaguarao.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_base_riogrande/jaguarao.htm)>. Acesso em 2 abr. 2010.
- GIORGIS, Luiz Ernani Caminha (Org.). Bicentenário do Duque de Caxias: Condições de Paz Reivindicadas pelos Farrapos em 1845. O Gaúcho: Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 18, 2003. Disponível em: <<http://www.ihtrgs.com.br/editais/18.html>>. Acesso em 25 ago. 2011.
- \_\_\_\_\_. Brasil – Linha do Tempo: conheça a história do Brasil através da sua cronologia. Porto Alegre: Suliani/Letra&Vida, 2007.
- \_\_\_\_\_. O Duque de Caxias Dia a Dia. Porto Alegre: Praça da Matriz Editora; Evangraf, 2011.
- HUNTINGTON, Samuel P. O Choque das Civilizações: e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- KAWAGUTI, Luis. A República Negra: Histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti. São Paulo: Globo, 2006.
- LAGO, Laurênio. Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.
- LILLIS, Michael, RONAN, Fanning. Calumnia: la História de Elisa Lynch y la Guerra de la Triple Alianza. Assunção: Taurus História, 2010.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. A Saga do Prata. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2009.
- \_\_\_\_\_. Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- LITRENTO, Oliveiros. Canudos: Visões e Revisões. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- MACHADO, Luiz Marques. O que representa o exército para Jaguarão. Cadernos Jaguarenses (IHGJ). [S.l.]: T&M Artes Gráficas, v. 2, p. 71-73, 1998.
- \_\_\_\_\_. Palavra de Honra. Cadernos Jaguarenses (IHGJ). Arroio Grande: Grafisul, v. 3, p. 80, 2006.
- McCANN Jr, Frank D. Aliança Brasil Estados Unidos 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- MAGALHÃES, João Batista. A Evolução Militar do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- \_\_\_\_\_. Osorio: Síntese de seu Perfil Histórico. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008.
- MAIA, João do Prado. Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.
- MARTINEZ, Ana Maria Argüero. El Rol de los Esclavos Negros em el Paraguay. Assunção: Centro Editorial Paraguauo SRL, [199-].
- MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares nos Domínios Ultramarinos. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 816, 1º Quadrimestre, 2011, p. 52-68.
- MENSAGEIRO CATHOLICO. ano 24º, nº 20. Jaguarão: 19 out. 1930.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego (Direção). Estudo sobre a Organização dos Corpos de Tropa a Partir dos Tempos Coloniais até 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938 (Exército Brasileiro).

- MORAES, Heitor Fontoura de. Jaguarão, Região e Cidade – Um pouco de História. Cadernos Jaguarenses (IHGJ). [S.l.]: T&M Artes Gráficas, v. 2, p. 47-50, 1998.
- \_\_\_\_\_. Relevâncias Históricas do Sul do Brasil. [S.l.]: s.n., [198-].
- MOURA, Aureliano Pinto de. Contestado: A Guerra Cabocla. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 2003.
- NASCIMENTO, Jonas do. Palestra sobre o Brigadeiro Antônio de Sampaio comemorativa ao Bicentenário de seu natalício realizada na Câmara Municipal de Jaguarão. Jaguarão: 20 de maio 2010.
- NEVES, Márcia Pereira; FREIRE, Beatriz, Muniz (Orientadora). Fortificação de Jaguarão: Transcrição de parte da documentação constante no Fundo Obras Públicas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Minuta de trabalho realizado pelo Instituto de Memória e Patrimônio encomendado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Porto Alegre, ago. 2009
- NOTÍCIA dos acontecimentos pela presente guerra nos sete povos das missões e n' esta fronteira do Rio Grande de S. Pedro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Tomo XVI, Terceira Série, 4º Trim. N.12. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 329-353, 1894.
- NUNES, Joaquim Teixeira. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Suliani Edigrafia Ltda, 2005. v. 14, p. 43.
- O 57º DE CAÇADORES vae para o Contestado. O Rebate, Pelotas, [s.p.], 19 ago. 1917, n. 286, ano III.
- ONÇA, Fabiano. Um Novo Exército: a Guerra do Paraguai foi Fundamental para a Formação do Exército Brasileiro. Grandes Guerras, São Paulo, n. 10, p. 42-43, mar. 2006.
- OSORIO, Fernando Luis. Osorio: 200 anos. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Talagarça/Fundação Trompowski, 2008. v. 1.
- OSORIO, Joaquim Luís; OSORIO, Fernando Luis (Filho). Osorio: 200 anos. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Talagarça/Fundação Trompowski, 2008.
- v. 2.
- PEREIRA, Cláudio Corrêa. Os Cerritos da Bacia da Lagoa Mirim. Cadernos Jaguarenses (IHGJ). Arroio Grande: Grafisul, v. 3, p. 73-79, 2006.
- PIUMA, Almiro de Lima. Coisas de Ontem. Cadernos Jaguarenses (IHGJ). Arroio Grande: Grafisul, v. 3, p. 6-51, 2006.
- PIREZ, Bernardo. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Guerra Civil no Brasil Meridional, 1835-1845. Documentos da Coleção Varela. Porto Alegre: EDIPUCS, jun. 2008. v. 17, p. 71-72.
- PRADO, Emanuel Marcos Cruz e. 10º Batalhão de Engenharia de Construção. 4 ed. Lages: Grafine, 2005.
- Resolution 1542. UNITED Nations. Security Council. New York: 10 abr. 2004. Disponível em: <minustah.org/pdfs/res/1542\_en.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.
- RESQUÍN, Francisco Isidoro. La Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza. Assunção: Editorial El Lector, 1996.
- RIBEIRO, Bento Manuel. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha, 1835/1845. Os Segredos do Jaraú. Porto Alegre: EDIPUCS, 2009. v. 18, p. 20.
- RODRIGUES, José Honório. Independência: Revolução e Contra-Revolução. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- ROSA, Othelo. Palestra sobre Carlos Barbosa Gonçalves. Transcrita em edição comemorativa ao sexagésimo aniversário de falecimento de Carlos Barbosa Gonçalves. Jaguarão: 23 set. 1993 (versão original: 1952).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1999.
- SALDANHA, Evilácio. Emoções Ensarilhadas. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2006.
- SANTOS, Vagner Pacheco dos. Comendador José Maria de Azevedo. Cadernos Jaguarenses (IHGJ), Jaguarão, v. 4, cap. IV, p. 72-73, 2009.
- SEIDLER, Carl, Dez Anos no Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1941. Título Original: Zehn Jahre in Brasilien.
- SIMON, Mário. Os Sete Povos das Missões: Trágica Experiência. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.
- SILVA, Riograndino da Costa e. Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Globo, 1968.
- SILVEIRA, Maria Dutra. Elevação de Jaguarão à Categoria de Cidade. Cadernos Jaguarenses (IHGJ), Jaguarão, v. 1, p. 13-26, 1990.
- SOARES, Eduardo Álvares de Souza. Lobo da Costa em Jaguarão. Porto Alegre: Evangraf, 2010.
- \_\_\_\_\_. Sociedade Emancipadora Jaguarenses (IIª Parte). Cadernos Jaguarenses (IHGJ). Arroio Grande: Grafisul, v. 3, p. 81-96, 2006.
- \_\_\_\_\_. Um Século de Beneficência. Pelotas: EDUCAT, 2004.
- TAVARES, Francisco da Silva. Diários da Revolução de 1893. Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt, Ricardo Vez Seelig (Org.). Série Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. v. 3. Tomo I.
- TAVARES, Joca. Diários da Revolução de 1893. Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt, Ricardo Vez Seelig (Org.). Série Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. v. 3. Tomo II.
- VICO, Horácio J. La Batalla de Sarandí. Publicaciones de la Comisión Nacional del Homenaje del Sesquicentenario de los Hechos Históricos de 1825. Montevideú, Impresora Rex, 1975.
- WILKINSON, Augusto Golletti. Guerra Contra el Imperio del Brasil: a la luz de sus protagonistas. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2003.

Obs: foram listadas apenas as referências básicas do presente trabalho. As pesquisas foram realizadas no Arquivo Histórico do Exército, Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Comando Militar do Sul, 3ª Região Militar, Biblioteca Central del Ejército “Gral Dr. Benjamin Victorica” (Buenos Aires) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Porto Alegre).

Contou com informações do Regimento “Aparacio Saravia” de Caballeria nº 7, da 1ª Divisão de Levantamento, Arquivo Histórico Militar (Lisboa), Aitâncias Militares brasileiras em Portugal e no Uruguai, Museu do Açude, Departamento de Arquivos e Biblioteca da Marinha do Brasil, Digibase Base de Dados Digitais Ltda, 5º Distrito Naval, Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Prefeitura Municipal de Jaguarão e a todas as Organizações Militares que tiveram suas sedes na cidade de Jaguarão.

Também foram realizadas entrevistas com ex-integrantes das unidades que foram aquarteladas em Jaguarão e cidadãos jaguarenses.



***Impressão:***

**Evangraf**

Rua Waldomiro Schapke, 77 - POA/RS

Fone: (51) 3336.2466 - (51) 3336.0422

E-mail: [evangraf.adm@terra.com.br](mailto:evangraf.adm@terra.com.br)

# Jaguarão e os Militares

## Dois séculos na fronteira

As fronteiras do Rio Grande do Sul foram a linha de contato entre portugueses e espanhóis, que disputaram cada palmo de terra na Bacia do Prata. Por isso mesmo é chamada de “fronteira do vai e vem”.

Jaguarão teve um papel destacado na conquista e manutenção do “status” fronteiriço brasileiro. A cidade nasceu de um Acampamento Militar estabelecido em 1802, como consequência natural da Guerra de 1801.

Abordando o assunto dentro de uma sequência cronológica e, por isso mesmo, lógica, o autor do livro JAGUARÃO E OS MILITARES contextualiza toda a região do Rio da Prata e adjacências no tempo e no espaço, analisando tratados e conflitos.

Uma das primeiras constatações altamente positivas que se percebe no presente trabalho é que o mesmo ultrapassa a história de Jaguarão para situar o leitor/pesquisador em uma dimensão mais ampla, o que valoriza sobremaneira a obra, posto que as análises estão baseadas nas quatro principais expressões do poder: o político, o econômico, o psicossocial e o militar.

Enfim, um livro que resgata a História de uma região mas que, pela abrangência que traz consigo, caracteriza-a como uma obra completa que, certamente, será de grande utilidade nas bibliotecas, institutos, universidades, escolas etc, como também de preciosa validade nos debates, palestras e conferências.

Sem dúvida, este livro tem tudo para se tornar uma referência no assunto que, de resto, merece mesmo ser mais analisado. O autor preenche, portanto, uma lacuna importante da história do Sul do Brasil.

**James Bolfoni da Cunha** nasceu em Uruguaiana-RS. Bacharelou-se em Ciências Militares, na Arma de Cavalaria, pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1987. Realizou diversos cursos e estágios do Exército, dentre eles, o de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Comando e Estado Maior e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército e o Curso Superior de Defesa. Especializou-se em Gestão da Administração Pública pela Universidade Castelo Branco, e realizou o MBA em Gestão Executiva pela Fundação Getúlio Vargas, ambos no Rio de Janeiro. Dentre as funções que exerceu, comandou o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado (12º RC Mec), Regimento “Marechal José Pessoa”, com sede em Jaguarão-RS.

Patrocínio:



Realização:

Ministério da  
Cultura



ISBN 978-85-7727-464-2

